



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

1.^a SÉRIE

N.º 6/30 DE JUNHO DE 2011

Publica-se ao Exército o seguinte:

SUMÁRIO

LEIS

Lei n.º 37/2011:

Simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa 501

DECRETOS-LEI

Presidência do Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 70/2011:

Determina, de forma expressa, no âmbito do programa SIMPLEGIS, que certos DL não se encontram em vigor, em razão de caducidade, revogação tácita anterior ou revogação efectuada pelo presente DL 541

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 68/2011:

Aprova uma norma interpretativa, esclarecendo não ser aplicável aos deficientes das forças armadas a alteração aos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, prevista no artigo 6.º do DL n.º 137/2010, de 28 de Dezembro 556

Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Decreto-Lei n.º 82/2011:

Aprova o regime de cancelamento temporário da matrícula dos automóveis pesados de mercadorias afectos ao transporte público, alterando pela 10.ª vez o Código da Estrada 557

DECISÕES DE TRIBUNAIS

Tribunal Constitucional

Acórdão n.º 265/2011:

Declara, com força obrigatória geral, a ilegalidade dos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de Julho, 559

PORTARIAS

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Defesa Nacional

Portaria n.º 226/2011:

Aprova o Regulamento do Curso de Formação Específico para a Integração de Trabalhadores na Carreira Especial de Inspeção Aplicável à Inspeção-Geral da Defesa Nacional 559

| | | | |
|---|-----|---|-----|
| Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Defesa Nacional e da Educação | | Comando da Instrução e Doutrina | |
| Portaria n.º 240/2011: | | Despacho n.º 8 033/2011: | |
| Estabelece as adaptações aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes com uma relação jurídica de emprego com o ME, em exercício efectivo de funções docentes integrados em mapas de pessoal dos estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes do MDN | 563 | Subdelegação de competências na directora do IO | 672 |
| Ministério da Defesa Nacional | | Despacho n.º 8 034/2011: | |
| Portaria n.º 254/2011: | | Subdelegação de competências no Major-General director do IPE | 672 |
| Aprova o Regulamento do Uniformes do Exército | 566 | Despacho n.º 8 035/2011: | |
| | | Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Cmdt UnAp/CID | 673 |
| DESPACHOS | | Despacho n.º 8 036/2011: | |
| Ministério da Defesa Nacional | | Subdelegação de competências no Contra-Almirante director da ESSM | 673 |
| Despacho n.º 7 882/2011: | | Despacho n.º 8 037/2011: | |
| Aprovação e delegação de assinatura - MOU e TA NSCC | 660 | Subdelegação de competências no Major-General director de Educação do CID | 673 |
| Despacho s/n.º: | | Despacho n.º 8 038/2011: | |
| Condecoração da ESSM | 661 | Subdelegação de competências no Major-General director de Formação do CID | 674 |
| Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa | | Despacho n.º 8 039/2011: | |
| Despacho n.º 8 178/2011: | | Subdelegação de competências no Coronel Tirocinado de Artilharia, director do CM | 674 |
| Ratifica e implementa o STANAG 4442 JAIS (EDITION 1) — Application of risk analysis to the storage and transport of military ammunition and explosives — AASTP-4 | 661 | Comando Forças Terrestres | |
| Despacho n.º 8 606/2011: | | Despacho n.º 8 414/2011: | |
| Ratifica e implementa o STANAG 2288 LO (EDITION 1) — Allied Joint Doctrine For Land Operations — AJP-3.2 | 661 | Subdelegação de competências no Coronel Cmdt do RE1 | 674 |
| Estado-Maior do Exército | | Brigada Mecanizada | |
| Despacho s/n.º: | | Despacho n.º 8 415/2011: | |
| Aprova o modelo de Armas da Direcção de Educação/CID | 662 | Subdelegação de competências no Tenete-Coronel Cmdt do 2ºBIMec/BrigMec/TACRES/KFOR .. | 675 |
| Despacho s/n.º: | | | |
| Aprova o modelo de Armas da Unidade de Engenharia N.º 10/FND/UNIFIL | 664 | PROTOCOLOS | |
| Despacho n.º 8 413/2011: | | Protocolo de colaboração entre o Exército Português e as seguintes Câmaras Municipais: | |
| Delegação de competências no Tenente-General CID | 669 | Vila Nova de Paiva | 675 |
| Comando do Pessoal | | Sátão | 678 |
| Despacho n.º 8 040/2011: | | Penalva do Castelo | 681 |
| Subdelegação de competências no Major-General DARH | 670 | Torre de Moncorvo | 683 |
| | | Ponte de Lima | 686 |
| | | ALVARÁS | |
| | | Alvará n.º 11/2010: | |
| | | Agraciado com a Ordem Militar de Avis o CTOE | 688 |

I — LEIS**Assembleia da República****Lei n.º 37/2011****de 22 de Junho de 2011**

Simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpõe as Directivas n.ºs 2009/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio, e 2010/80/UE, da Comissão, de 22 de Novembro, e revoga o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de Novembro.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I
Disposições gerais**Artigo 1.º**
Objecto

1 — A presente lei simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2009/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio, e 2010/80/UE, da Comissão, de 22 de Novembro.

2 — A presente lei define ainda as regras e os procedimentos para simplificar o controlo do comércio internacional de produtos relacionados com a defesa, observando a Posição Comum n.º 2008/944/PESC, do Conselho, de 8 de Dezembro, no que respeita ao controlo das exportações dos referidos produtos.

Artigo 2.º
Transmissão e circulação de produtos

1 — A presente lei aplica-se à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa.

2 — Os produtos relacionados com a defesa abrangidos pela presente lei incluem bens, tecnologias e serviços militares, na sua forma tangível e intangível, e constam do anexo I à presente lei, que dela faz parte integrante.

3 — Para os efeitos da presente lei, são operações de transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa as transferências intracomunitárias, as operações de importação, exportação, trânsito, transbordo, passagem e aperfeiçoamento activo e passivo.

Artigo 3.º
Autoridade competente

1 — O membro do Governo responsável pela área da defesa nacional é a autoridade nacional competente para:

a) Licenciar as transferências intracomunitárias e as operações de exportação, reexportação, importação, trânsito, transbordo e passagem previstas na presente lei, com vista ao exercício dos actos de comércio internacional de produtos relacionados com a defesa;

b) Emitir os certificados internacionais de importação (CII), certificados de garantia de entrega (CGE) e os certificados de destino final (CDF), previstos na presente lei;

c) Certificar as empresas estabelecidas em território português, destinatárias de transferências intracomunitárias recebidas ao abrigo de uma licença geral de outro Estado membro e emitir o respectivo certificado de conformidade de empresa destinatária (CCED);

d) Fiscalizar as operações referidas na presente lei, podendo, para o efeito, proceder a controlos, inspecções ou auditorias junto dos operadores económicos.

2 — As competências referidas no número anterior podem ser delegadas no director-geral da Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa do Ministério da Defesa Nacional (DGAIED).

Artigo 4.º

Registo de operadores económicos

A utilização de licenças gerais, bem como a emissão de licenças globais, individuais, de trânsito e dos demais certificados fica condicionada à autorização que decorre do registo a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º e o artigo 14.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de Agosto.

CAPÍTULO II

Licenças, certificados e certificação

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 5.º

Elementos constitutivos das licenças e certificados

As licenças e certificados, com excepção das licenças gerais, contêm os seguintes elementos:

- a)* Identificação da entidade licenciada;
- b)* Identificação dos destinatários dos produtos;
- c)* Produtos abrangidos, incluindo a sua designação, descrição, valor e quantidade;
- d)* Tipologia da licença ou certificado;
- e)* Validade e termo da licença ou certificado;
- f)* Condições de utilização da licença ou certificado.

SECÇÃO II

Licenças

Artigo 6.º

Tipos de licenças

1 — As licenças que visam o exercício das transferências intracomunitárias, das operações de exportação, reexportação, importação, trânsito e passagem de produtos relacionados com a defesa são as seguintes:

- a)* Licenças gerais;
- b)* Licenças globais;
- c)* Licenças individuais;
- d)* Licenças de trânsito.

2 — As licenças gerais são aprovadas por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

3 — Os modelos das licenças referidas nas alíneas *b)* a *d)* do n.º 1 são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

Artigo 7.º

Licenças gerais

1 — As licenças gerais autorizam directamente os fornecedores estabelecidos em território nacional a efectuar transferências intracomunitárias e operações de exportação e importação de produtos relacionados com a defesa, desde que sejam respeitadas as condições enunciadas nas mesmas.

2 — As licenças gerais obedecem à seguinte estrutura:

- a)* Objecto;
- b)* Descrição da licença;
- c)* Produtos abrangidos pela licença;
- d)* Condições e requisitos de utilização;
- e)* Restrições à exportação;
- f)* Forma de revogação e de suspensão.

3 — Os operadores económicos devem notificar a DGAIED ou as autoridades competentes do Estado membro de cujo território pretendem transferir ou exportar produtos relacionados com a defesa da sua intenção de utilizar, pela primeira vez, uma licença geral, com uma antecedência mínima de 30 dias relativamente à primeira utilização.

4 — O Ministério da Defesa Nacional pode requerer informações adicionais sobre os produtos relacionados com a defesa transferidos ou exportados ao abrigo da licença geral.

Artigo 8.º

Licenças globais

1 — As licenças globais autorizam os seus titulares a efectuar transferências intracomunitárias, operações de exportação e importação sem limite de quantidade e valor, dentro do período de validade da licença, um ou vários produtos relacionados com a defesa para um ou vários destinatários ou Estados especificados na referida licença.

2 — Cada licença global especifica os produtos ou categorias de produtos relacionados com a defesa que abrange, bem como os destinatários ou categorias de destinatários autorizados.

3 — A licença global é válida por um período de três anos a partir da data da sua emissão, podendo a mesma ser renovada, sucessivamente, por iguais períodos de tempo, a pedido dos operadores económicos autorizados.

Artigo 9.º

Comunicações obrigatórias

1 — Os titulares de licenças globais ficam obrigados a comunicar à DGAIED, nos cinco dias úteis após o fim do semestre ao qual se refere, a data de emissão da licença e os seguintes elementos respeitantes às transacções efectuadas ao abrigo de cada licença global:

- a)* A data da operação;
- b)* O país de destino;
- c)* O nome e o endereço do receptor e do importador;

- d) O valor, a quantidade e a designação dos produtos;
- e) O destinatário; e
- f) A estância aduaneira de desalfandegamento.

2 — A não utilização da licença global deve ser comunicada à entidade emissora com a mesma periodicidade a que se refere o número anterior.

Artigo 10.º

Licenças individuais

1 — As licenças individuais permitem efectuar uma transferência intracomunitária, uma operação de exportação e reexportação de um ou mais produtos relacionados com a defesa, consistentes em um ou mais fornecimentos, com quantidades e valores determinados, para um único destinatário, quando:

- a) O pedido de licença se limitar a uma transferência intracomunitária ou a um acto específico de exportação e reexportação;
- b) For necessária para a protecção dos interesses essenciais de segurança nacional ou por motivos de ordem pública;
- c) For necessária para cumprir as obrigações e os compromissos internacionais a que o Estado Português esteja vinculado;
- d) O fornecedor não cumpra todas as condições necessárias para lhe ser concedida uma licença global.

2 — As licenças individuais de exportação são válidas por um período mínimo de seis meses até um período máximo de um ano, a partir da data da sua emissão.

3 — O pedido de emissão da licença individual para fins de exportação é acompanhado de um certificado de destino final e do correspondente certificado internacional de importação ou documento equivalente do país importador, em função da avaliação efectuada à luz dos critérios da Posição Comum n.º 2008/944/PESC, do Conselho, de 8 de Dezembro.

Artigo 11.º

Licenças de trânsito

1 — As licenças de trânsito são autorizações concedidas pelo Ministério da Defesa Nacional a um país terceiro e permitem aos seus titulares efectuar a passagem por território nacional, com ou sem transbordo, de produtos relacionados com a defesa, provenientes de um país terceiro que tenham como destino declarado outro país terceiro.

2 — O pedido de autorização de trânsito deve ser apresentado pelo operador à DGAIED, até 30 dias antes da chegada dos produtos relacionados com a defesa ao território nacional.

3 — O pedido de autorização a que se refere o número anterior deve ser acompanhado:

- a) De uma cópia da licença de exportação, emitida pela autoridade competente do país exportador;
- b) De uma cópia do certificado internacional de importação ou de um documento oficial equivalente.

4 — Pode ainda ser exigida uma cópia do certificado de destino final e, adicionalmente, a apresentação de documentos traduzidos oficialmente para português.

5 — No caso de munições e explosivos, o pedido de autorização a que se refere o n.º 3 deve indicar a respectiva classe de risco.

6 — Nas situações em que exista a necessidade de armazenagem, durante o trânsito, de produtos relacionados com a defesa, a licença de trânsito determina a unidade militar onde os bens ficam

armazenados, incumbindo ao operador económico a entrega de uma cópia da respectiva licença na estância aduaneira competente para fiscalizar a área do local de armazenagem.

7 — O prazo máximo de permanência em território nacional dos produtos relacionados com a defesa em trânsito é de 60 dias após a data da emissão da licença, improrrogáveis, considerando-se esses produtos perdidos a favor do Estado, findo esse prazo.

Artigo 12.º

Livrete A. T. A.

1 — O livrete A. T. A. (*Admission Temporaire/Temporary Admission*) é um documento aduaneiro internacional que permite efectuar exportações e importações temporárias, com isenção de direitos aduaneiros, sendo obrigatório que os bens retornem ao Estado de origem no prazo de um ano.

2 — As importações e as exportações temporárias feitas ao abrigo de um livrete A. T. A. carecem de emissão de um certificado internacional de importação e de uma licença individual, respectivamente.

3 — O livrete A. T. A. compreende:

- a) Amostras comerciais;
- b) Material ou equipamento profissional para fins de demonstração;
- c) Mercadorias para expor ou utilizar em feiras comerciais, espectáculos, exposições ou similares.

Artigo 13.º

Alteração, suspensão, revogação e caducidade das licenças

1 — As licenças previstas na presente lei podem ser alteradas, suspensas ou revogadas a todo o momento, com os seguintes fundamentos:

a) Por razões de protecção dos interesses essenciais de segurança nacional, por motivos de ordem pública ou de segurança pública ou por incumprimento das condições associadas à licença;

b) Quando, para a utilização de uma licença geral, tenham sido comunicadas informações falsas, incompletas ou inexactas;

c) Quando a emissão de uma licença global, individual ou de trânsito tenha sido obtida mediante declarações falsas, incompletas ou inexactas;

d) Quando não tenham sido comunicados pelo operador económico dados determinantes para a emissão da licença;

e) Quando deixe de se verificar algum dos pressupostos de que dependa a emissão da licença.

2 — As licenças globais e as licenças individuais, bem como os certificados, caducam uma vez expirado o seu prazo de validade.

3 — A licença de trânsito caduca se, no prazo de 60 dias a contar da data da sua emissão, não se efectuar a entrada, em território nacional, dos produtos relacionados com a defesa.

SECÇÃO III

Certificados

Artigo 14.º

Certificado internacional de importação e certificado de garantia de entrega

1 — O certificado internacional de importação (CII) é o documento que autoriza a importação de produtos relacionados com a defesa, com excepção para as reimportações de produtos exportados temporariamente ao abrigo de uma licença geral.

2 — O CII pode ainda ser emitido, a pedido de um operador, sempre que um país terceiro exportador o requeira, para controlo das suas exportações, a fim de permitir ao seu fornecedor estrangeiro obter das autoridades nacionais autorização para exportar produtos relacionados com a defesa.

3 — O prazo de validade do CII é de seis meses a contar da data de emissão.

4 — A emissão do CII obriga o importador a requerer ao Ministério da Defesa Nacional a emissão do correspondente CGE, até 30 dias após a validação dos serviços aduaneiros, que confirma a importação dos elementos descritos no CII com os elementos desalfandegados.

5 — Os modelos de CII e de CGE são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

Artigo 15.º

Controlo de destino final

1 — O certificado de destino final (CDF) é o documento que possibilita ao Estado Português obter a confirmação do país importador de que é o destinatário final dos produtos ali discriminados e que esses produtos não são usados para fins diversos dos que motivaram a sua importação, nem cedidos a qualquer título, modificados ou replicados, sem autorização expressa do Estado Português.

2 — A validade do CDF tem início a partir da data da concretização da importação e cessa quando o bem é transferido para qualquer outro Estado, observados os termos que condicionaram a sua emissão.

3 — O documento a que se refere o n.º 1 é emitido num único exemplar, destinando-se o mesmo ao exportador, que o deve remeter, para validação, ao destinatário final e à autoridade competente do país importador.

4 — Findo o procedimento previsto no número anterior, o documento deve ser devolvido à DGAIED devidamente validado.

SECÇÃO IV

Certificação

Artigo 16.º

Certificação de empresas destinatárias

1 — A certificação, no âmbito da presente lei, atesta a fiabilidade de um destinatário, em especial quanto à sua capacidade de respeitar as restrições à exportação dos produtos relacionados com a defesa recebidos ao abrigo de uma licença de transferência de um Estado membro, através da verificação do preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos:

a) Experiência comprovada em matéria de actividades de defesa tendo em conta, nomeadamente, o historial da empresa no que respeita ao cumprimento das restrições à exportação, eventuais decisões judiciais a esse respeito, eventuais autorizações de produção ou comercialização de produtos relacionados com a defesa, e emprego de pessoal de gestão experiente;

b) Actividade industrial relevante no sector de produtos relacionados com a defesa, nomeadamente capacidade de integração de sistemas ou subsistemas;

c) A designação de um responsável pelas transferências e pelas exportações;

d) Compromisso escrito do destinatário, assinado pelo responsável referido na alínea anterior, declarando que o destinatário adoptou as medidas necessárias para respeitar e aplicar todas as condições específicas relativas à utilização final e à exportação de qualquer componente ou produto recebido;

e) Compromisso escrito do destinatário, assinado pelo responsável referido na alínea c), no qual assume a obrigação de comunicar às autoridades competentes, com a devida diligência, informações pormenorizadas em resposta a pedidos e questões no que diz respeito aos utilizadores finais ou à utilização final de todos os produtos exportados, transferidos ou recebidos pelo destinatário, ao abrigo de uma licença de transferência, de outro Estado membro; e

f) Uma descrição, rubricada pelo responsável referido na alínea c), do programa interno de conformidade ou do sistema de gestão das transferências e das exportações aplicado pela empresa destinatária.

2 — A descrição referida na alínea f) do número anterior deve conter os dados referentes:

- a) À cadeia de responsabilidades na estrutura do destinatário;
- b) À gestão das transferências e exportações;
- c) Aos procedimentos de auditoria interna;
- d) À sensibilização e formação do pessoal;
- e) Às medidas de segurança física e técnica;
- f) À manutenção de registos; e
- g) À rastreabilidade das transferências e das exportações.

3 — A certificação é atribuída através da emissão do respectivo CCED, que inclui as seguintes informações:

- a) Denominação e morada da sede da empresa destinatária;
- b) Uma declaração que ateste o cumprimento, pelo destinatário, dos requisitos referidos no n.º 1; e
- c) A data de emissão e o prazo de validade.

4 — O prazo de validade a que se refere a alínea c) do número anterior não pode exceder cinco anos a contar da data da sua emissão.

Artigo 17.º

Verificação

1 — A DGAIED verifica o cumprimento, pelo destinatário, dos critérios enunciados no n.º 1 do artigo anterior, pelo menos de três em três anos.

2 — Quando verifique que um titular de um certificado já não satisfaz os critérios referidos no n.º 1 do artigo anterior, a DGAIED toma as medidas consideradas adequadas, incluindo a proposta de alteração, suspensão ou revogação do certificado.

3 — A decisão de alteração, suspensão ou revogação tomada nos termos do número anterior é comunicada à Comissão e aos demais Estados membros da União Europeia.

4 — A DGAIED publica na sua página electrónica a lista actualizada dos destinatários certificados.

5 — O modelo de CCED é aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

CAPÍTULO III

Transferências intracomunitárias, operações de importação, exportação, reexportação e trânsito de produtos relacionados com a defesa

SECÇÃO I

Procedimento geral de emissão de licenças

Artigo 18.º

Início do procedimento

As entidades habilitadas ao exercício da actividade de comércio e indústria de produtos relacionados com a defesa, nos termos da Lei n.º 49/2009, de 5 de Agosto, submetem ao Ministério da Defesa Nacional o pedido de emissão de licença ou certificado, com vista à realização da operação pretendida, através da página electrónica da DGAIED ou de correio postal endereçado à DGAIED.

Artigo 19.º**Parecer do Ministério dos Negócios Estrangeiros**

1 — Compete ao membro do Governo responsável pela área dos Negócios Estrangeiros pronunciar-se sobre os efeitos resultantes das operações de exportação, reexportação, importação temporária e trânsito dos produtos relacionados com a defesa, do ponto de vista da política externa e à luz dos critérios estabelecidos na Posição Comum n.º 2008/944/PESC, do Conselho, de 8 de Dezembro.

2 — As exportações temporárias são sujeitas ao parecer referido no número anterior para efeitos de demonstrações, ensaios e participações em exposições e feiras.

3 — As importações temporárias são sujeitas ao parecer referido no n.º 1 quando estejam em causa operações de manutenção e de reparação de produtos relacionados com a defesa que sejam propriedade de países terceiros.

4 — A DGAIED informa a Direcção-Geral de Política Externa (DGPE) da utilização das licenças gerais e da emissão das licenças globais e individuais, estas últimas relativas às transferências intracomunitárias.

5 — Os pareceres referidos no presente artigo são vinculativos e são emitidos no prazo de 30 dias, considerando-se favoráveis quando não tenham sido emitidos no prazo previsto.

Artigo 20.º**Autorização do Ministério da Defesa Nacional**

1 — As transferências intracomunitárias, as operações de importação, exportação, reexportação e trânsito de produtos relacionados com a defesa dependem da autorização prévia do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, que pode delegar esta competência no director-geral da DGAIED.

2 — Para efeitos de passagem ou para a entrada no território nacional, por aí se encontrar localizado o destinatário dos produtos relacionados com a defesa, não é exigível qualquer outra autorização de outros Estados membros, sem prejuízo da aplicação das disposições necessárias por motivos de ordem pública ou de segurança pública.

3 — Consideram-se nulos os actos de comércio de produtos relacionados com a defesa praticados sem a autorização a que se refere o presente artigo.

Artigo 21.º**Pressupostos da autorização**

A autorização para o exercício das operações referidas no artigo anterior é concedida desde que se verifiquem, cumulativamente, os seguintes pressupostos:

a) O requerente esteja devidamente habilitado a exercer a actividade de comércio de produtos relacionados com a defesa, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de Agosto;

b) O negócio em que o requerente se propõe intervir não seja contrário a interesses do Estado Português;

c) O negócio em que o requerente se propõe intervir não seja incompatível com as disposições da Posição Comum n.º 2008/944/PESC, do Conselho, de 8 de Dezembro, que define as regras comuns aplicáveis ao controlo das exportações de tecnologia e equipamento militares, em conformidade com o parecer a que se refere o n.º 1 do artigo 19.º da presente lei.

Artigo 22.º

Condições para a concessão de licenças

Por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional são determinados os termos e as condições da atribuição das licenças, incluindo qualquer restrição especial à exportação de produtos relacionados com a defesa para pessoas singulares ou colectivas em países terceiros, em função dos critérios estabelecidos na Posição Comum n.º 2008/944/PESC, do Conselho, de 8 de Dezembro, reservando-se, sempre que se justifique, a possibilidade de pedir garantias de utilizador final, nos termos do artigo 15.º da presente lei.

Artigo 23.º

Transferências intracomunitárias de componentes

1 — O membro do Governo responsável pela área da defesa nacional determina as condições das licenças de transferência intracomunitárias para os componentes com base numa avaliação da natureza sensível da transferência, de acordo, nomeadamente, com os seguintes critérios:

- a) A natureza dos componentes em relação aos produtos nos quais devem ser incorporados e em relação a qualquer utilização final potencialmente preocupante dos produtos acabados;
- b) A importância dos componentes em relação aos produtos nos quais devem ser incorporados.

2 — Se o destinatário apresentar uma declaração de utilização que ateste que os componentes objecto da licença de transferência em causa estão, ou serão, integrados nos seus próprios produtos e não podem ser transferidos nem exportados posteriormente como tal, a não ser para efeitos de manutenção ou reparação, o membro do Governo responsável pela área da defesa nacional não pode impor restrições à exportação de componentes.

3 — O disposto no número anterior não se aplica se os componentes em causa forem de natureza sensível.

Artigo 24.º

Informação a facultar pelos operadores

1 — Os operadores económicos que procedam a transferências intracomunitárias ou exportações de produtos relacionados com a defesa devem informar os respectivos destinatários das condições previstas nas licenças, incluindo as salvaguardas relativamente à utilização final, bem como as restrições referentes à exportação ou reexportação.

2 — Os operadores económicos devem manter um registo pormenorizado e completo das operações previstas na presente lei conservando, em forma de arquivo, todos os documentos relevantes que contenham as seguintes informações:

- a) Documentos aduaneiros e de licenciamento;
- b) Facturas;
- c) Documentos de transporte;
- d) Designação e descrição do produto relacionado com a defesa e sua referência em conformidade com a lista militar comum da União Europeia;
- e) Quantidade e valor do produto transferido para a União Europeia ou exportado;
- f) Datas de transferência ou de exportação;
- g) Nome e endereço do fornecedor e do destinatário;
- h) Utilização final e utilizador final do produto relacionado com a defesa, se forem conhecidos;
- i) Prova de que o destinatário desses produtos relacionados com a defesa foi informado de qualquer restrição à exportação ou reexportação associada à licença de transferência ou a exportação; e
- j) Outras informações relevantes ligadas à utilização de uma licença geral, global ou individual.

3 — Os operadores económicos devem conservar os registos referidos no número anterior durante um período não inferior a 10 anos, a contar do final do ano civil em que a transferência intracomunitária ou exportação ocorreu e apresentá-los à autoridade competente para controlo, sempre que esta o solicite.

Artigo 25.º

Restrições à exportação

No caso de os produtos relacionados com a defesa recebidos ao abrigo de uma licença de transferência intracomunitária de outro Estado membro terem sido objecto de restrições à exportação, os destinatários dos referidos produtos devem declarar, ao apresentarem um pedido de licença de exportação, que respeitam as condições dessas restrições e, se aplicável, que obtiveram a necessária autorização do Estado membro de origem.

Artigo 26.º

Decisão

Os pedidos relativos à emissão de licenças ou certificados são decididos no prazo de 45 dias contados da data de recepção do respectivo pedido.

Artigo 27.º

Controlos de verificação de material exportado

Sempre que as características dos produtos relacionados com a defesa ou dos destinatários o justifiquem, pode o Ministério da Defesa Nacional solicitar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros o desencadeamento de um procedimento de verificação, no país de destino final declarado, do material exportado, tendo como referência a informação contida no documento de controlo de destino final.

SECÇÃO II

Comissão para o comércio de produtos estratégicos

Artigo 28.º

Competência, composição e funcionamento

1 — É criada a Comissão para o Comércio de Produtos Estratégicos, com competência para se pronunciar sobre os bens e tecnologias sujeitos a licenciamentos ou certificação prévios, bem como sobre quaisquer dúvidas levantadas acerca daquele licenciamento ou certificação.

2 — A Comissão tem a seguinte composição:

- a) Um perito do Ministério da Defesa Nacional — DGAIED, que preside;
- b) Um perito do Ministério dos Negócios Estrangeiros — Direcção-Geral de Política Externa;
- c) Um perito do Ministério da Administração Interna — Polícia de Segurança Pública;
- d) Um perito do Ministério das Finanças e da Administração Pública — Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo;
- e) Um perito do Sistema de Informações da República Portuguesa — Serviço de Informações de Segurança.

3 — O funcionamento da Comissão para o Comércio de Produtos Estratégicos é regulado por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

CAPÍTULO IV

Formalidades aduaneiras e peritagem

Artigo 29.º

Formalidades aduaneiras

1 — As operações de importação, importação temporária, exportação e reexportação estão sujeitas a formalidades aduaneiras, devendo os operadores apresentar provas de que essas operações estão devidamente autorizadas, nos termos da presente lei.

2 — A DGAIED designa as estâncias aduaneiras competentes para o cumprimento das formalidades das operações a que se refere o número anterior.

3 — Sem prejuízo do Regulamento (CEE) n.º 2913/92, do Conselho, de 12 de Outubro, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário, a DGAIED pode suspender, por um período não superior a 30 dias úteis, o processo de exportação a partir de Portugal dos produtos relacionados com a defesa recebidos de outro Estado membro, ao abrigo de uma licença de transferência e incorporados noutro produto relacionado com a defesa, quando considerar que:

a) Não foram tomadas em consideração informações pertinentes aquando da concessão da licença de exportação; ou

b) As circunstâncias materiais se alteraram desde a concessão da licença de exportação.

4 — Nos casos previstos no número anterior, a DGAIED pode, sempre que necessário, impedir de qualquer outro modo, para além da suspensão do processo de exportação, que tais produtos saiam da União Europeia a partir do território nacional.

5 — A DGAIED pode exigir a apresentação de uma tradução oficial para a língua portuguesa da respectiva licença, certificado ou autorização.

Artigo 30.º

Peritagem

1 — As autoridades aduaneiras podem solicitar uma peritagem se no momento do cumprimento das formalidades aduaneiras forem suscitadas dúvidas sobre a natureza dos produtos relacionados com a defesa, nomeadamente se estes conferem com o declarado, ou se estão abrangidos pelo n.º 2 do artigo 2.º.

2 — Os peritos são nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, de entre os membros da Comissão para o Comércio de Produtos Estratégicos ou por esta indicados.

CAPÍTULO V

Fiscalização

Artigo 31.º

Supervisão e fiscalização

1 — Compete ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional supervisionar e fiscalizar o cumprimento do disposto na presente lei.

2 — A competência prevista no número anterior pode ser delegada no director-geral da DGAIED.

3 — O disposto nos números anteriores não prejudica o exercício dos poderes de supervisão e fiscalização atribuídos por lei a outras entidades.

Artigo 32.º**Direito de acesso**

1 — Às autoridades administrativas no exercício das funções inspectivas, de fiscalização ou vigilância é facultada a entrada livre nos estabelecimentos e locais onde se exerçam as actividades a inspeccionar.

2 — Os responsáveis pelos espaços referidos no número anterior são obrigados a facultar a entrada e a permanência às autoridades aí referidas e apresentar-lhes a documentação, livros, registos e quaisquer outros elementos que lhes forem exigidos, bem como a prestar-lhes as informações que forem solicitadas.

3 — Em caso de recusa de acesso ou obstrução à acção inspectiva, de fiscalização ou vigilância, pode ser solicitada a colaboração das forças policiais para remover tal obstrução e garantir a realização e segurança dos actos inspectivos.

CAPÍTULO VI**Regime sancionatório****SECÇÃO I****Infracções criminais e responsabilidade****Artigo 33.º****Falsas declarações ou omissões**

Quem prestar falsas declarações, fizer constar qualquer facto ou dado não verdadeiro ou omitir qualquer outro elemento de menção obrigatória para a emissão de licenças e certificados a que se refere a presente lei é punido com pena de prisão até 5 anos ou com pena de multa até 600 dias.

Artigo 34.º**Contrabando de produtos relacionados com a defesa**

1 — Quem efectuar as operações referidas na presente lei sem a respectiva licença ou através de uma licença ou certificado obtidos mediante a prestação de falsas declarações é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos, ou com pena de multa até 1 200 dias, se ao facto não couber pena mais grave.

2 — Na mesma pena incorre quem prestar a assistência técnica sem a respectiva licença ou através de uma licença obtida mediante a prestação de falsas declarações.

3 — O crime previsto no n.º 1 é agravado com pena de prisão de 4 a 12 anos ou com pena de multa até 1 440 dias, nos casos de associação criminosa.

4 — As infracções previstas nos números anteriores, quando cometidas por negligência, são punidas com pena de multa até 360 dias.

5 — A tentativa é punida, nos termos gerais.

Artigo 35.º**Penas acessórias**

A condenação pela prática dos crimes previstos nos artigos 33.º e 34.º pode implicar também:

a) A proibição de requerer as licenças ou certificados a que se refere a presente lei, durante o cumprimento da pena e por um período de tempo não inferior a dois anos, a contar do termo do cumprimento da pena de prisão ou, em caso de suspensão da pena, do trânsito em julgado da sentença condenatória;

b) A perda, a favor do Estado, dos meios de transporte utilizados para a prática do crime, dos produtos relacionados com a defesa que deles sejam objecto, bem como outros equipamentos utilizados para a prática do crime, salvo se pertencerem a pessoa a quem não possa ser atribuída responsabilidade na prática desse crime.

Artigo 36.º

Responsabilidade de pessoas colectivas

1 — As pessoas colectivas e entidades equiparadas, qualquer que seja a sua forma jurídica, são responsáveis pelas infracções previstas na presente lei, quando cometidas, em seu nome e no interesse colectivo, pelos seus órgãos ou representantes.

2 — As entidades referidas no número anterior respondem solidariamente, nos termos da lei civil, pelo pagamento de multas, coimas e outras prestações em que forem condenados os agentes das infracções previstas na presente lei.

3 — Entende-se que ocorrem por ocasião da actividade da entidade colectiva, nomeadamente, os factos:

- a) Cometidos pelos titulares dos seus órgãos no exercício das suas funções;
- b) Cometidos pelos seus representantes, em seu nome e no interesse colectivo;
- c) Resultantes da violação de deveres destinados a evitar ou a diminuir os riscos típicos da sua actividade.

4 — A responsabilidade das pessoas colectivas e entidades equiparadas é excluída quando o agente tiver actuado contra ordens ou instruções expressas de quem de direito.

5 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a responsabilidade das pessoas colectivas e entidades equiparadas não exclui a responsabilidade individual do respectivo agente nem depende da responsabilização deste.

Artigo 37.º

Punição das pessoas colectivas

1 — Pela prática dos crimes previstos nos artigos 33.º e 34.º são aplicáveis às pessoas colectivas e entidades equiparadas as seguintes penas principais:

- a) Multa;
- b) Dissolução.

2 — Os limites mínimos e máximos da pena de multa aplicável às pessoas colectivas e entidades equiparadas são determinados tendo como referência a moldura abstracta da pena prevista para as pessoas singulares.

3 — Um mês de pena de prisão corresponde, para as pessoas colectivas e entidades equiparadas, a 10 dias de multa.

4 — Cada dia de multa corresponde a uma quantia entre • 25 e • 5000.

5 — Se a multa for aplicada a uma entidade sem personalidade jurídica, responde por ela o património comum e, na sua falta ou insuficiência, solidariamente o património de cada um dos associados.

6 — A pena de dissolução é sempre aplicada nos casos de associação criminosa e quando os fundadores da entidade colectiva tenham tido a intenção, exclusiva ou predominante, de, por meio dela, praticar os crimes previstos nos artigos 33.º e 34.º ou, quando a prática reiterada de tais crimes mostre que a entidade colectiva está a ser utilizada, exclusiva ou predominantemente, para esse efeito, quer pelos seus membros, quer por quem exerça a respectiva administração, gerência ou direcção.

7 — Pela prática dos crimes previstos nos artigos 33.º e 34.º podem ser aplicadas às entidades colectivas as seguintes penas acessórias:

- a) Injunção judiciária;
- b) Interdição temporária do exercício de actividade;

- c) Privação do direito a subsídios, subvenções e outros incentivos;
- d) Encerramento temporário de estabelecimento;
- e) Publicidade da decisão condenatória, a expensas do agente da infracção.

SECÇÃO II

Responsabilidade contra-ordenacional

Artigo 38.º

Contra-ordenações

1 — É punível como contra-ordenação:

- a) A omissão de informação às autoridades competentes ou aos destinatários dos produtos a exportar e da utilização a que se destinam, nos termos da presente lei;
- b) A não especificação, no pedido de licença de exportação, dos produtos e da sua localização noutro Estado membro, nos termos da presente lei;
- c) A violação do dever de informação, nos termos da presente lei;
- d) O fornecimento de informações incompletas para a instrução do pedido de autorização de exportação ou importação;
- e) A não apresentação da licença de exportação ou o CII, nos termos da presente lei;
- f) A não conservação durante o prazo legal dos documentos mencionados na presente lei e a sua não apresentação à autoridade competente;
- g) A não devolução dos exemplares devidos das licenças ou dos certificados ao Ministério da Defesa Nacional nos prazos previstos na presente lei;
- h) A não comunicação das informações previstas na presente lei, dentro dos prazos estabelecidos.

2 — A negligência e a tentativa são punidas, nos termos gerais.

Artigo 39.º

Coimas

1 — As contra-ordenações previstas nas alíneas *a)*, *b)*, *c)*, *d)* e *f)* do n.º 1 do artigo anterior são punidas com coima de • 1 000 a • 100 000.

2 — As contra-ordenações previstas nas alíneas *e)*, *g)* e *h)* do n.º 1 do artigo anterior são punidas com coima de • 250 a • 25 000.

3 — Os limites mínimos e máximos das coimas são elevados para o dobro sempre que sejam aplicáveis a pessoas colectivas ou equiparadas.

4 — Quando as contra-ordenações a que se refere o artigo anterior sejam cometidas com negligência, as coimas aplicáveis são reduzidas para metade dos seus limites mínimos e máximos.

5 — Se o agente for pessoa colectiva ou equiparada, respondem pelo pagamento da coima, solidariamente com esta, os respectivos titulares do órgão máximo das pessoas colectivas, sócios, mandatários, administradores ou gerentes.

6 — A aplicação das coimas previstas no presente artigo não prejudica a responsabilidade civil e criminal a que haja lugar.

7 — Em caso de reincidência, os limites mínimos das coimas previstos são elevados em um terço do respectivo valor, não podendo estas ser inferiores ao valor da coima aplicada pela infracção anterior, desde que o limite mínimo desta não seja superior ao daquela.

8 — Considera-se reincidente o agente que cometer uma infracção praticada com dolo, depois de ter sido condenado por outra infracção praticada com dolo, se entre as duas infracções não tiver decorrido um prazo superior ao da prescrição da primeira.

Artigo 40.º

Sanções acessórias

Em função da gravidade da infracção e da culpa do agente, as contra-ordenações previstas no artigo 38.º podem determinar, simultaneamente com a coima, a aplicação das seguintes sanções acessórias:

- a) Suspensão de concessão de autorizações, licenças e certificados por um período até dois anos;
- b) Impossibilidade de efectuar transferências intracomunitárias e exportações ao abrigo de licença geral, por um período até cinco anos;
- c) A não concessão de nova licença global durante dois anos, por incumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 9.º.

Artigo 41.º

Competência e produtos das coimas

- 1 — A instrução dos procedimentos de contra-ordenação previstos no artigo 38.º compete à DGAIED.
- 2 — A decisão dos procedimentos de contra-ordenação previstos na presente lei compete ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.
- 3 — O produto das coimas reverte em 60 % para o Estado e em 40 % para a entidade competente para a instrução dos processos de contra-ordenação.

Artigo 42.º

Regime subsidiário

- 1 — Em matéria relativa à responsabilidade criminal e contra-ordenacional é aplicável, subsidiariamente, o Código Penal, o Regime Jurídico das Armas e suas Munições e o Regime Geral das Contra-Ordenações.
- 2 — O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação à matéria regulada na presente lei do regime relativo ao combate à criminalidade organizada e económico-financeira e demais legislação especial.

CAPÍTULO VII

Disposição final

Artigo 43.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) O Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de Novembro; e
- b) Os capítulos XIII e XIV constantes do anexo da Portaria n.º 439/94, de 9 de Junho.

Aprovada em 6 de Abril de 2011.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 18 de Maio de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 19 de Maio de 2011.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO I

Lista Militar Comum da União Europeia aprovada pela Directiva n.º 2010/80/UE, da Comissão, que publica a lista de produtos relacionados com a defesa (equipamento abrangido pela Posição Comum n.º 2008/944/PESC, do Conselho, que define regras comuns aplicáveis ao controlo das exportações de tecnologia e equipamentos militares) (actualiza e substitui a Lista Militar Comum da União Europeia de que o Conselho tomou Nota em 23 de Fevereiro de 2009) (PESC).

Nota 1. — Os termos entre aspas são termos definidos. Dizem respeito às «Definições dos termos empregues na presente lista».

Nota 2. — Nalguns casos, as substâncias químicas estão indicadas na lista pelo nome e pelo número CAS. A lista aplica-se às substâncias químicas com a mesma fórmula estrutural (incluindo os hidratos), seja qual for o seu nome ou número CAS. A apresentação dos números CAS destina-se a ajudar a identificar determinada substância química ou mistura, independentemente da nomenclatura. Os números CAS não podem ser utilizados como identificadores únicos, uma vez que algumas formas de uma substância química enumerada na lista têm números CAS diferentes e que as misturas que contêm determinada substância química enumerada também podem ter números CAS diferentes.

ML1 — Armas de canos de alma lisa de calibre inferior a 20 mm, outras armas e armas automáticas de calibre igual ou inferior a 12,7 mm (calibre 0,50 polegada) e acessórios, como se segue, e componentes especialmente concebidos para as mesmas:

a) Espingardas, carabinas, revólveres, pistolas, pistolas-metralhadoras e metralhadoras.

Nota. — O ponto ML1, alínea *a)*, não abrange os seguintes artigos:

- a)* Mosquetes, espingardas e carabinas de fabrico anterior a 1938;
- b)* Reproduções de mosquetes, espingardas e carabinas cujos originais tenham sido fabricados antes de 1890;
- c)* Revólveres, pistolas e metralhadoras de fabrico anterior a 1890 e respectivas reproduções.

b) Armas de canos de alma lisa, como se segue:

- 1) Armas de alma lisa especialmente concebidas para uso militar;
- 2) Outras armas de canos de alma lisa, como se segue:

- a)* De tipo totalmente automático;
- b)* De tipo semiautomático ou de tipo «pump»;
- c)* Armas que utilizem munições sem caixa de cartucho;
- d)* Silenciadores, suportes especiais para armas de tiro, carregadores, miras e tapa-chamas destinadas às armas referidas nos pontos ML1, alínea *a)*, ML1, alínea *b)* ou ML1, alínea *c)*.

Nota 1. — O ponto ML1 não abrange as armas de cano de alma lisa destinadas à caça ou a fins desportivos. Estas armas não podem ser especialmente concebidas para uso militar nem de tipo totalmente automático.

Nota 2. — O ponto ML1 não abrange as armas de fogo especialmente concebidas para munições inertes e inaptas para utilizar munições referidas no ponto ML3.

Nota 3. — O ponto ML1 não abrange as armas de percussão periférica e que não sejam de tipo totalmente automático.

Nota 4. — O ponto ML1, alínea *d)*, não abrange alças ópticas sem tratamento de imagem electrónico com uma ampliação inferior ou igual a 4 ×, desde que não sejam especialmente concebidas ou modificadas para uso militar.

ML2 — Armas de alma lisa de calibre igual ou superior a 20 mm, outras armas ou armamento de calibre superior a 12,7 mm (calibre 0,50 polegada), lançadores e acessórios, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

a) Peças de artilharia, obuses, canhões, morteiros, armas anti-carro, lançadores de projecteis, lança-chamas militares, espingardas, canhões sem recuo, armas de canos de alma lisa e dispositivos de redução da assinatura para os mesmos.

Nota 1. — O ponto ML2, alínea a), inclui injectores, dispositivos de medição, reservatórios de armazenagem e outros componentes especialmente concebidos para serem utilizados com cargas propulsoras líquidas para todo o material referido no ponto ML2, alínea a).

Nota 2. — O ponto ML2, alínea a), não abrange as seguintes armas:

- 1) Mosquetes, espingardas e carabinas de fabrico anterior a 1938;
- 2) Réplicas de mosquetes, espingardas e carabinas cujos originais tenham sido fabricados antes de 1890.

Nota 3. — O ponto ML2, alínea a), não abrange lançadores de projecteis portáteis especialmente concebidos para lançar projecteis com cabo de ligação sem carga altamente explosiva ou ligação de comunicações, com alcance igual ou inferior a 500 m.

b) Equipamento de lançamento ou produção de fumos, gases e artificios pirotécnicos, especialmente concebido ou modificado para uso militar.

Nota. — O ponto ML2, alínea b), não abrange as pistolas de sinalização.

- c) Miras para armamento;
- d) Suportes concebidos especificamente para as armas referidas no ponto ML2, alínea a).

ML3 — Munições e dispositivos de ajustamento de espoletas, como se segue, e respectivos componentes especialmente concebidos para o efeito:

- a) Munições para as armas referidas nos pontos ML1, ML2 ou ML12;
- b) Dispositivos de ajustamento de espoletas especialmente concebidos para as munições referidas no ponto ML3, alínea a).

Nota 1. — Os componentes especialmente concebidos, referidos no ponto ML3, incluem:

- a) Produtos de metal ou plástico tais como bigornas, cápsulas de balas, elos de cartuchos, fitas carregadoras rotativas e elementos metálicos para munições;
- b) Dispositivos de segurança e de armar, espoletas, sensores e dispositivos de detonação;
- c) Fontes de alimentação de utilização única com elevada potência operacional;
- d) Caixas combustíveis para cargas;
- e) Submunições, incluindo pequenas bombas, pequenas minas e projecteis com guiamento terminal.

Nota 2. — O ponto ML3, alínea a), não abrange munições fechadas sem projectil (tipo «blankstar»), nem munições inertes com câmara perfurada.

Nota 3. — O ponto ML3, alínea a), não abrange os cartuchos especialmente concebidos para qualquer dos seguintes fins:

- a) Sinalização;
- b) Afugentamento de aves; ou
- c) Acendimento de tochas de gás em poços de petróleo.

ML4 — Bombas, torpedos, foguetes, mísseis, outros artificios explosivos e cargas explosivas e equipamento afim e acessórios, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

N. B. 1 — Para os indicadores de rumo e equipamentos de navegação, v. ponto ML11.

N. B. 2 — Para os sistemas de protecção contra mísseis antiaéreos (AMPS), v. ponto ML4, alínea c).

a) Bombas, torpedos, granadas, potes fumígenos, foguetes, minas, mísseis, cargas de profundidade, cargas, dispositivos e conjuntos de demolição, dispositivos “pirotécnicos”, cartuchos e simuladores (ou seja, equipamento que simule as características de qualquer destes artigos) especialmente concebidos para uso militar.

Nota. — O ponto ML4, alínea *a*), inclui:

- a*) Granadas fumígenas, bombas incendiárias e artifícios explosivos;
 - b*) Tuberias de escape de foguetes de mísseis e extremidades de ogivas de veículos de reentrada.
- b*) Equipamentos com todas as seguintes características:
- 1) Especialmente concebidos para uso militar; e
 - 2) Especialmente concebidos para manuseamento, controlo, activação, alimentação de potência de saída operacional de utilização única, lançamento, colocação, levantamento, desactivação, engodo, empastelamento, rebentamento, paralisação, eliminação ou detecção de qualquer um dos seguintes artigos:
 - a*) Artigos referidos no ponto ML4, alínea *a*);
 - b*) Engenhos explosivos improvisados (IED).

Nota 1. — O ponto ML4, alínea *b*), inclui:

- a*) Equipamento móvel de liquefacção de gás com uma capacidade de produção diária igual ou superior a 1 000 kg de gás liquefeito;
- b*) Cabos eléctricos condutores flutuantes aptos para dragagem de minas magnéticas.

Nota 2. — O ponto ML4, alínea *b*), não abrange os dispositivos portáteis concebidos apenas para a detecção de objectos metálicos e incapazes de distinguir as minas de outros objectos metálicos.

- c*) Sistemas de protecção contra mísseis antiaéreos (AMPS).

Nota. — O ponto ML4, alínea *c*), não abrange os AMPS que incluam todos os seguintes elementos:

- a*) Qualquer um dos seguintes sensores de aviso de aproximação de mísseis:
 - 1) Sensores passivos com uma resposta de pico entre 100 nm-400 nm; ou
 - 2) Sensores activos pulsados *doppler* para aviso de aproximação de mísseis;
- b*) Sistemas de contra-medidas;
- c*) Dispositivos de sinal (flares) com assinatura visível e assinatura infravermelha, para engodo de mísseis terra-ar; e, ainda,
- d*) Instalados em “aeronaves civis” e com todas as seguintes características:
 - 1) O AMPS apenas funciona numa determinada “aeronave civil” na qual tenha sido instalado e para a qual tenha sido emitido:
 - a*) Um certificado de homologação civil; ou
 - b*) Um documento equivalente reconhecido pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI);
 - 2) O AMPS utiliza meios de protecção para prevenir o acesso não autorizado ao “software”; e,
 - 3) O AMPS incorpora um mecanismo activo que o impede de funcionar caso seja removido da “aeronave civil” na qual tenha sido instalado.

ML5 — Equipamento de direcção de tiro e equipamentos conexos de alerta e aviso e sistemas e equipamentos de ensaio, alinhamento e contra-medida conexos, como se segue, especialmente concebidos para uso militar, bem como componentes e acessórios especialmente concebidos para os mesmos:

- a*) Visores de armas, computadores de bombardeamento, equipamentos de pontaria e sistemas de comando de armas;
- b*) Sistemas de aquisição, identificação, telemetria, vigilância ou seguimento de alvos; Equipamentos de detecção, fusão de dados, reconhecimento ou identificação e equipamento de integração de sensores;
- c*) Equipamentos de contra-medidas para os artigos incluídos nos pontos ML5, alínea *a*), ML5, alínea *b*), ou ML5, alínea *c*).

Nota. — Para efeitos do disposto no ponto ML5, alínea *c*), os equipamentos de contra-medidas incluem equipamento de detecção.

d) Equipamentos de ensaio no terreno ou de alinhamento, especialmente concebidos para os artigos incluídos nos pontos ML5, alínea *a*), ou ML5, alínea *b*).

ML6 — Veículos terrestres e seus componentes, como se segue:

N. B. — Para os indicadores de rumo e equipamentos de navegação, v. ponto ML11.

a) Veículos terrestres e respectivos componentes, especialmente concebidos ou modificados para uso militar.

Nota técnica. — Para efeitos do ponto ML6, alínea *a*), «veículos terrestres» abrange os reboques.

b) Veículos de tracção total aptos para uso extraviário e fabricados ou equipados com materiais que confirmam protecção balística de nível III ou superior (norma NIJ 0108.01, de Setembro de 1985, ou norma nacional comparável).

N. B. — V. também ponto ML13, alínea *a*).

Nota 1. — O ponto ML6, alínea *a*), inclui:

a) Carros de combate e outros veículos militares armados e veículos militares equipados com suportes de armas ou equipamento de colocação de minas ou de lançamento de munições referidos no ponto ML4;

b) Veículos blindados;

c) Veículos anfíbios e veículos aptos à travessia de águas profundas;

d) Veículos de desempanagem e veículos de reboque ou transporte de sistemas de armas ou munições e equipamento conexo de movimentação de cargas.

Nota 2. — A modificação de um veículo terrestre para uso militar abrangido pelo ponto ML6, alínea *a*), supõe uma alteração estrutural, eléctrica ou mecânica, que inclua um ou mais componentes especialmente concebidos para uso militar. Esses componentes compreendem:

a) Pneumáticos especialmente concebidos para serem à prova de bala ou poderem rodar vazios;

b) Protecção blindada das partes vitais (por exemplo, reservatórios de combustível ou cabinas);

c) Reforços especiais ou suportes de armamento;

d) Iluminação oculta.

Nota 3. — O ponto ML6 não abrange os veículos civis, ligeiros ou pesados, concebidos ou modificados para o transporte de dinheiro ou valores, que disponham de protecção blindada.

ML7 — Agentes tóxicos químicos ou biológicos, “agentes antimotim”, materiais radioactivos, equipamento conexo, componentes e materiais a seguir indicados:

a) Agentes biológicos e materiais radioactivos «adaptados para fins militares», de modo a causar baixas em homens ou animais, danificar equipamento, provocar a perda de colheitas ou degradar o ambiente;

b) Agentes de guerra química (agentes Q), incluindo;

1) Os seguintes agentes Q neurotóxicos:

a) Alquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) — fosfonofluoridatos de O-alquilo (igual ou inferior a C10, incluindo cicloalquilo), tais como:

Sarin (GB): metilfosfonofluoridato de O-isopropilo (CAS 107-44-8); e, ainda,

Soman (GD): metilfosfonofluoridato de O-pinacolilo (CAS 96-64-0);

b) N,N-dialquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) fosforamidocianidatos de O-alquilo (igual ou inferior a C10, incluindo cicloalquilo), tais como:

Tabun (GA): N,N-dimetilfosforamidocianidato de O-etilo (CAS 77-81-6);

c) Alquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) fosfonotiolatos de O-alquilo (igual ou inferior a C10, incluindo cicloalquilo) e de S-2-dialquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) aminoetilo e seus sais alquilados e protonados, tais como:

VX: metil fosfonotiolato de O-etilo e de S-2-diisopropilaminoetilo (CAS 50782-69-9);

2) Os seguintes agentes Q vesicantes:

a) Mostardas de enxofre, tais como:

- 1) Sulfureto de 2-cloroetilo e de clorometilo (CAS 2625-76-5);
- 2) Sulfureto de bis (2-cloroetilo) (CAS 505-60-2);
- 3) Bis (2-cloroetiltio) metano (CAS 63869-13-6);
- 4) 1,2-bis (2-cloroetiltio) etano (CAS 3563-36-8);
- 5) 1,3-bis (2-cloroetiltio) - n-propano (CAS 63905-10-2);
- 6) 1,4-bis (2-cloroetiltio) - n-butano (CAS 142868-93-7);
- 7) 1,5-bis (2-cloroetiltio) - n-pentano (CAS 142868-94-8);
- 8) Éter de bis (2-cloroetiltiométilo) (CAS 63918-90-1);
- 9) Éter de bis (2-cloroetiltioetilo) (CAS 63918-89-8);

b) Lewisites, tais como:

- 1) 2-clorovinildicloroarsina (CAS 541-25-3);
- 2) Tris (2-clorovinil) arsina (CAS 40334-70-1);
- 3) Bis (2-clorovinil) cloroarsina (CAS 40334-69-8);

c) Mostardas de azoto, tais como:

- 1) HN1: bis (2-cloroetil) etilamina (CAS 538-07-8);
- 2) HN2: bis (2-cloroetil) metilamina (CAS 51-75-2);
- 3) HN3: tris (2-cloroetil) amina (CAS 555-77-1);

3) Os seguintes agentes Q incapacitantes:

a) Benzilato de 3-quinuclidinilo (BZ) (CAS 6581-06-2);

4) Os seguintes agentes Q desfolhantes:

a) 2-Cloro-4-fluorofenoxiacetato de butilo (LNF);

b) Ácido 2,4,5-triclorofenoxiacético (CAS 93-76-5) misturado com ácido 2,4-diclorofenoxiacético (CAS 94-75-7) («agente laranja» (CAS 39277-47-9));

c) Precursores binários e precursores-chave de agentes Q a seguir indicados:

1) Difluoretos de alquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) fosfonilo, tais como:

DF: Difluoreto de metilfosfonilo (CAS 676-99-3);

2) Alquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) fosfonitos de O-alquilo (H ou igual ou inferior a C10, incluindo cicloalquilo) e de O-2-dialquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) aminoetilo e seus sais alquilados e protonados, tais como:

QL: Metilfosfonito de O-etilo e de O-2-diisopropilaminoetilo (CAS 57856-11-8);

3) Clorosarin: metilfosfonocloridato de O-isopropilo CAS 1445-76-7);

4) Clorosoman: metilfosfonocloridato de O-pinacolilo (CAS 7040-57-5);

d) «Agentes antimotim», substâncias químicas constituintes activas e suas combinações, que incluem:

1) α -Bromobenzeneacetonitrilo, (Cianeto de bromobenzilo) (CA) (CAS 5798-79-8);

- 2) [(2-clorofenil)metileno] propanodinitrilo, (Ortoclоро benzilidenomalononitrilo(CS) (CAS 2698-41-1);
- 3) 2-cloro-1-feniletanona, Cloreto de fenilacilo (ó-cloroacetofenona) (CN) (CAS 532-27-4);
- 4) Dibenzo-(b,f) —1,4-oxazefina (CR) (CAS 257-07-8);
- 5) 10-cloro-5,10-dihidrofénarsazina, (Cloreto de fenarsazina), (Adamsita), (DM) (CAS 578-94-9);
- 6) N-Nonanoilmorfolina, (MPA) (CAS 5299-64-9).

Nota 1. — O ponto ML7, alínea *d*), não abrange os agentes “antimotim” embalados individualmente e utilizados para fins de autodefesa.

Nota 2. — ML7, alínea *d*), não abrange substâncias químicas constituintes activas e suas combinações identificadas e embaladas para fins de produção de alimentos ou médicos.

e) Equipamento especialmente concebido ou modificado para uso militar, concebido ou modificado para a disseminação de qualquer dos seguintes componentes, e especialmente concebidos para o mesmo:

- 1) Materiais ou agentes abrangidos pelos pontos ML7, alínea *a*), ML7, alínea *b*), ou ML7, alínea *d*); ou
- 2) Agentes Q fabricados com precursores abrangidos pelo ponto ML7, alínea *c*).

f) Equipamentos de protecção e de descontaminação especialmente concebidos ou modificados para uso militar e misturas químicas como se segue:

- 1) Equipamento concebido ou modificado para a defesa contra os materiais abrangidos pelo ponto ML7, alínea *a*), ML7, alínea *b*), ou ML7, alínea *d*), e componentes especialmente concebidos para o mesmo;
- 2) Equipamento concebido ou modificado para a descontaminação de objectos contaminados com materiais abrangidos pelo ponto ML7, alínea *a*), ou ML7, alínea *b*), e componentes especialmente concebidos para o mesmo;
- 3) Misturas químicas especialmente desenvolvidas ou formuladas para a descontaminação de objectos contaminados com materiais abrangidos pelo ponto ML7, alínea *a*), ou ML7, alínea *b*).

Nota. — O ponto ML7, alínea *f*), subalínea 1), inclui:

- a*) As unidades de ar condicionado especialmente concebidas ou modificadas para filtragem nuclear, biológica ou química;
- b*) O vestuário de protecção.

N. B. — Para as máscaras antigás e para o equipamento de protecção e de descontaminação destinados a uso civil, v. também o ponto 1A004 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

g) Equipamento especialmente concebido ou modificado para uso militar, concebido ou modificado para a detecção ou identificação dos materiais abrangidos pelos pontos ML7, alínea *a*), ML7, alínea *b*), ou ML7, alínea *d*), e componentes especialmente concebidos para o mesmo.

Nota. — O ponto ML7, alínea *g*), não abrange os dosímetros para controlo da radiação em pessoas.

N. B. — V. também o ponto 1A004 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

h) “Biopolímeros” especialmente concebidos ou modificados para a detecção ou identificação de agentes Q abrangidos pelo ponto ML7, alínea *b*), e culturas de células específicas usadas na sua produção;

i) “Biocatalisadores” para a descontaminação ou degradação de agentes Q e sistemas biológicos para os mesmos, a seguir indicados:

- 1) “Biocatalisadores” especialmente concebidos para a descontaminação ou degradação de agentes Q abrangidos pelo ponto ML7, alínea *b*), resultantes de uma selecção laboratorial controlada ou da manipulação genética de sistemas biológicos;

2) Sistemas biológicos, como se segue: “vectores de expressão”, vírus ou culturas de células que contenham a informação genética específica para a produção de “biocatalisadores” abrangidos pelo ponto ML7, alínea *i*), subalínea 1).

Nota 1. — Os pontos ML7, alínea *b*), e ML7, alínea *d*), não abrangem as seguintes substâncias:

a) Cloreto de cianogénio (CAS 506-77-4). V. o ponto 1C450.a.5. da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia;
b) Ácido cianídrico (CAS 74-90-8);
c) Cloro (CAS 7782-50-5);
d) Cloreto de carbonilo (fosgénio) (CAS 75-44-5). V. o ponto 1C450.a.4. da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia;
e) Difosgénio (triclorometilcloroformato) (CAS 503-38-8);
f) Não se aplica desde 2004;
g) Brometo de xililo, orto: (CAS 89-92-9), meta: (CAS 620-13-3), para: (CAS 104-81-4);
h) Brometo de benzilo (CAS 100-39-0);
i) Iodeto de benzilo (CAS 620-05-3);
j) Bromoacetona (CAS 598-31-2);
k) Brometo de cianogénio (CAS 506-68-3);
l) Bromometiletilcetona (CAS 816-40-0);
m) Cloroacetona (CAS 78-95-5);
n) Iodoacetato de etilo (CAS 623-48-3);
o) Iodoacetona (CAS 3019-04-3);
p) Cloropicrina (CAS 76-06-2). V. o ponto 1C450.a.7. da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

Nota 2. — As culturas de células e os sistemas biológicos referidos nos pontos ML7, alínea *h*), e ML7, alínea *i*), subalínea 2), constituem matéria exclusiva desses pontos, que não abrangem as células, nem os sistemas biológicos destinados a utilização civil, por exemplo no âmbito agrícola, farmacêutico, médico, veterinário, ambiental, da gestão de resíduos ou da indústria alimentar.

ML8 — “Materiais energéticos” e substâncias com eles relacionadas, a seguir indicados:

N. B. 1 — V. também o ponto 1C011 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

N. B. 2 — Para os artificios e cargas, v. pontos ML4 e 1A008 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

Notas técnicas

1 — Para efeitos do ponto ML8, entende-se por “mistura” uma composição de duas ou mais substâncias em que pelo menos uma está incluída nos subpontos do ponto ML8.

2 — Qualquer substância enumerada nos subpontos do ponto ML8 está abrangida pela presente lista, mesmo quando utilizada numa aplicação diferente da indicada (por exemplo, o TAGN é predominantemente utilizado como explosivo, mas pode também ser utilizado como combustível ou como oxidante.)

a) «Explosivos» a seguir indicados e suas misturas:

1) ADNBF (amino dinitrobenzofuroxano ou 7-Amino-4,6-dinitrobenzofurazano-1-óxido) (CAS 97096-78-1);

2) PCBN (perclorato de cis-bis (5-nitrotetrazolato) tetra-amina cobalto (III)) (CAS 117412-28-9);

3) CL-14 (diamino dinitrobenzofuroxano ou 5,7-diamino-4, 6-dinitrobenzofurazano-1-óxido) (CAS 117907-74-1);

4) CL-20 (HNIW ou hexanitrohexaazaisowurtzitano) (CAS 135285-90-4); clatratos de CL-20 [v. também os pontos ML8, alínea *g*), subalínea 3), e ML8, alínea *g*), subalínea 4), para os seus “precursores”];

5) Perclorato de 2-(5-cianotetrazolato) penta-amina cobalto (III) (CAS 70247-32-4);

- 6) DADE (1,1-diamino-2,2-dinitroetileno, FOX7) (CAS 145250-81-3);
- 7) DATB (diaminotrinitrobenzeno) (CAS 1630-08-6);
- 8) DDFP (1,4-dinitrodifurazanopiperazina);
- 9) DDPO (2,6-diamino-3,5-dinitropirazina-1-óxido, PZO) (CAS 194486-77-6);
- 10) DIPAM (3,3'-diamino-2,2',4,4',6,6' — hexanitrobifenilo ou dipicramida) (CAS 17215-44-0);
- 11) DNGU (DINGU ou dinitroglicolurilo) (CAS 55510-04-8);
- 12) Furazanos, como se segue:
 - a) DAAOF (diaminoazoxifurazano);
 - b) DAAzF (diaminoazofurazano) (CAS 78644-90-3);
- 13) HMX e seus derivados [v. também o ponto ML8, alínea g), subalínea 5), para os seus «precursores»], comose segue:
 - a) HMX (ciclotetrametilenotetranitramina, octa-hidro-1,3,5,7-tetranitro-1,3,5,7-tetrazina, 1,3,5,7-tetranitro-1,3,5,7-tetraza-ciclooctano, octogénio ou octogene) (CAS 2691-41-0);
 - b) Análogos difluoroaminados de HMX;
 - c) K-55 (2,4,6,8-tetranitro-2,4,6,8-tetraazabicyclo [3,3,0]-octanona-3, tetranitrosemiglicoril, ou ceto-biciclo HMX) (CAS 130256-72-3);
- 14) HNAD (hexanitroadamantano) (CAS 143850-71-9);
- 15) HNS (hexanitroestilbeno) (CAS 20062-22-0);
- 16) Imidazóis, como se segue:
 - a) BNNII [Octahidro-2,5-bis(nitroimino)imidazo [4,5-d]imidazol];
 - b) DNI (2,4-dinitroimidazol) (CAS 5213-49-0);
 - c) FDIA (1-fluoro-2,4-dinitroimidazol);
 - d) NTDNIA (N-(2-nitrotriazol)-2,4-dinitroimidazol);
 - e) PTIA (1-picril-2,4,5-trinitroimidazol);
- 17) NTMMH (1-(2-nitrotriazol)-2-dinitrometileno hidrazina);
- 18) NTO (ONTA ou 3-nitro-1,2,4-triazol-5-ona) (CAS 932-64-9);
- 19) Polinitrocubanos com mais de quatro grupos nitro;
- 20) PYX (2,6-bis(picrilamino) — 3,5-dinitropiridina) (CAS 38082-89-2);
- 21) RDX e seus derivados, como se segue:
 - a) RDX (ciclotrimetilenotrinitramina, ciclonite, T4, hexahidro-1,3,5-trinitro-1,3,5-triazina, 1,3,5-trinitro-1,3,5-triaza-ciclohexano, hexogénio ou hexogene) (CAS 121-82-4);
 - b) Ceto-RDX (K-6 ou 2,4,6-trinitro-2,4,6-triaza-ciclo-hexanona) (CAS 115029-35-1);
- 22) TAGN (nitrato de triaminoguanidina) (CAS 4000-16-2);
- 23) TATB (triaminotrinitrobenzeno) (CAS 3058-38-6) (v. também o ponto ML8, alínea g), subalínea 7), para os seus «precursores»];
- 24) TEDDZ (3,3,7,7-tetrabis(difluoroamino) octa-hidro-1,5-dinitro-1,5-diazocina);
- 25) Tetrazóis, como se segue:
 - a) NTAT (nitrotriazol aminotetrazol);
 - b) NTNT (1-N-(2-nitrotriazol)-4-nitrotetrazol);
- 26) Tetrilo (trinitrofenilmetilnitramina) (CAS 479-45-8);
- 27) TNAD (1,4,5,8-tetranitro-1,4,5,8-tetraazadecalina) (CAS 135877-16-6); [v. também o ponto ML8, alínea g), subalínea 6), para os seus “precursores”];
- 28) TNAZ (1,3,3-trinitroazetidina) (CAS 97645-24-4); [v. também o ponto ML8, alínea g), subalínea 2) para os seus «precursores»];
- 29) TNGU (SORGUYL ou tetranitroglicolurilo) (CAS 55510-03-7);
- 30) TNP (1,4,5,8-tetranitro-piridazino[4,5-d]piridazina) (CAS 229176-04-9);

31) Triazinas, como se segue:

- a)* DNAM (2-oxi-4,6-dinitroamino-s-triazina) (CAS 19899-80-0);
- b)* NNHT (2-nitroimino-5-nitro-hexahidro-1,3,5-triazina) (CAS 130400-13-4);

32) Triazóis, como se segue:

- a)* 5-azida-2-nitrotriazol;
- b)* ADHTDN (4-amino-3,5-dihidrazino-1,2,4-triazol dinitramida) (CAS 1614-08-0);
- c)* ADNT (1-amino-3,5-dinitro-1,2,4-triazol);
- d)* BDNTA ([bis-dinitrotriazol]amina);
- e)* DBT (3,3'-dinitro-5,5-bi-1,2,4-triazol) (CAS 30003-46-4);
- f)* DNBT (dinitrobistriazol) (CAS 70890-46-9);
- g)* NTDNA (2-nitrotriazol 5-dinitramida) (CAS 75393-84-9);
- h)* NTDNT (1-N-(2-nitrotriazol) 3,5-dinitrotriazol);
- i)* PDNT (1-picril-3,5-dinitrotriazol);
- j)* TACOT (tetranitrobenzotriazolbenzotriazol) (CAS 25243-36-1);

33) Explosivos não enumerados noutra subponto do ponto ML8, alínea *a)*, e que tenham qualquer uma das seguintes características:

- a)* Uma velocidade de detonação superior a 8700 m/s à densidade máxima; ou
- b)* Uma pressão de detonação superior a 34 GPa (340 kbar);

34) Explosivos orgânicos não enumerados noutra subponto do ponto ML8, alínea *a)*, e que tenham todas as seguintes características:

- a)* Produzam pressões de detonação iguais ou superiores a 25 GPa (250 kbar); e
- b)* Permaneçam estáveis a temperaturas iguais ou superiores a 523 K (250°C) por períodos iguais ou superiores a cinco minutos;

b) “Propergóis” como se segue:

1) Qualquer «propergol» sólido da classe 1.1 UN com um impulso específico teórico (em condições padrão) superior a 250 segundos para as composições não metalizadas, ou a 270 segundos para as composições aluminizadas;

2) Qualquer «propergol» sólido da classe 1.3 UN com um impulso específico teórico (em condições padrão) superior a 230 segundos para as composições não halogenadas, a 250 segundos para as composições não metalizadas e a 266 segundos para as composições metalizadas;

3) «Propergóis» com uma constante de força superior a 1,200 kJ/kg;

4) «Propergóis» que possam manter uma velocidade de combustão linear estável superior a 38 mm/s em condições padrão (medida sob a forma de um fio único inibido) de pressão — 6.89 MPa (68.9 bar) — e temperatura — 294 K (21°C); 5.

5) Propergóis vazados de base dupla modificados com elastómeros (EMCBD) com extensibilidade sob tensão máxima superior a 5 % a 233 K (-40°C);

6) Qualquer “propergol” que contenha substâncias referidas no ponto ML8, alínea *a)*.

7) “Propergóis” que não estejam especificados noutra pauta da Lista Militar Comum da UE, destinados especialmente a uso militar;

c) «Produtos pirotécnicos», combustíveis e substâncias com eles relacionadas a seguir indicados, e suas misturas:

1) Combustíveis para aeronaves especialmente formulados para fins militares;

2) Alano (hidreto de alumínio) (CAS 7784-21-6);

3) Carboranos; decaborano (CAS 17702-41-9); pentaboranos (CAS 19624-22-7 e 18433-84-6) e seus derivados;

4) Hidrazina e seus derivados, como se segue [v. também os pontos ML8, alínea *d*), subalínea 8), e ML8, alínea *d*), subalínea 9)], para os derivados oxidantes da hidrazina];

- a*) Hidrazina (CAS 302-01-2) em concentrações iguais ou superiores a 70 %;
- b*) Monometil hidrazina (CAS 60-34-4);
- c*) Dimetil hidrazina simétrica (CAS 540-73-8);
- d*) Dimetil hidrazina assimétrica (CAS 57-14-7);

5) Combustíveis metálicos constituídos por partículas esféricas, atomizadas, esferoidais, em flocos ou trituradas, fabricados com materiais que contenham 99 % ou mais de qualquer dos seguintes componentes:

a) Metais, como se segue, e suas misturas:

- 1) Berílio (CAS 7440-41-7) de granulometria inferior a 60 µm;
- 2) Pó de ferro (CAS 7439-89-6) de granulometria igual ou inferior a 3 µm, produzido por redução do óxido de ferro com hidrogénio;

b) Misturas que contenham um dos seguintes componentes:

1) Zircónico (CAS 7440-67-7), magnésio (CAS 7439-95-4) ou suas ligas de granulometria inferior a 60 µm; ou

2) Combustíveis de boro (CAS 7440-42-8) ou carboneto de boro (CAS 12069-32-8) com um grau de pureza igual ou superior a 85 % e de granulometria inferior a 60 µm;

6) Materiais militares que contenham gelificantes para combustíveis hidrocarbonados especialmente formulados para emprego em lança-chamas ou em munições incendiárias, tais como estearatos ou palmatos metálicos (por exemplo, Octol (CAS 637-12-7)) e gelificantes M1, M2 e M3;

7) Percloratos, cloratos e cromatos compostos com pós metálicos ou outros componentes combustíveis, altamente energéticos;

8) Pó esférico de alumínio (CAS 7429-90-5), de granulometria igual ou inferior a 60 µm, fabricado com materiais que contenham 99 % de alumínio ou mais;

9) Subhidreto de titânio (TiHn) de estequiometria equivalente a $n = 0.65-1,68$.

Nota 1. — Os combustíveis para aeronaves abrangidos pelo ponto ML8, alínea *c*), subalínea 1), são os produtos acabados e não os seus constituintes.

Nota 2. — O ponto ML8, alínea *c*), subalínea 4), subsubalínea *a*), não abrange as misturas de hidrazina especialmente formuladas para fins de controlo da corrosão.

Nota 3. — O ponto ML8, alínea *c*), subalínea 5), abrange os explosivos e combustíveis, quer os metais ou ligas se encontrem ou não encapsulados em alumínio, magnésio, zircónio ou berílio.

Nota 4. — O ponto ML8, alínea *c*), subalínea 5, subsubalínea *b*), ponto 2), não abrange o boro e o carboneto de boro enriquecidos com boro 10 (teor total de boro 10 igual ou superior a 20 %).

d) Oxidantes a seguir indicados e suas misturas:

1) ADN (dinitroamida de amónio ou SR 12) (CAS 140456-78-6);

2) AP (perclorato de amónio) (CAS 7790-98-9);

3) Compostos de flúor e um ou mais dos seguintes elementos:

- a*) Outros halogénios;
- b*) Oxigénio; ou
- c*) Azoto.

Nota 1. — O ponto ML8, alínea *d*), subalínea 3), não abrange o trifluoreto de cloro (CAS 7790-91-2). V. ponto 1C238 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

Nota 2. — ML8, alínea *d*), subalínea 3), não abrange o trifluoreto de azoto (CAS 7783-54-2) no estado gasoso.

4) DNAD (1,3-dinitro-1,3-diazetidina) (CAS 78246-06-7);

5) HAN (nitrato de hidroxilamónio) (CAS 13465-08-2);

- 6) HAP (perclorato de hidroxilamónio) (CAS 15588-62-2);
- 7) HNF (nitroformato de hidrazínio) (CAS 20773-28-8);
- 8) Nitrato de hidrazina (CAS 37836-27-4);
- 9) Perclorato de hidrazina (CAS 27978-54-7);
- 10) Oxidantes líquidos, constituídos por ou que contenham ácido nítrico fumante inibido (IRFNA) (CAS 8007-58-7);

Nota. — O ponto ML8, alínea *d*), subalínea 10), não abrange o ácido nítrico fumante não inibido.

e) Agentes ligantes, plastizantes, monómeros e polímeros, como se segue:

1) AMMO (azidametilmetiloxetano e seus polímeros) (CAS 90683-29-7) [v. também o ponto ML8, alínea *g*), subalínea 1), para os seus «precursores»];

2) BAMO (bis-azidametiloxetano e seus polímeros) (CAS 17607-20-4) [v. também o ponto ML8, alínea *g*), subalínea 1), para os seus «precursores»];

3) BDNPA (bis (2,2-dinitropropil) acetal) (CAS 5108-69-0);

4) BDNPF (bis (2,2-dinitropropil) formal) (CAS 5917-61-3);

5) BTTN (trinitrato de butanotriol) (CAS 6659-60-5) [v. também o ponto ML8 alínea *g*), subalínea 8), para os seus «precursores»];

6) Monómeros energéticos, plastizantes ou polímeros, especialmente concebidos para uso militar, contendo qualquer um dos seguintes grupos:

a) Grupos nitro;

b) Grupos azido;

c) Grupos nitrato;

d) Grupos nitraza; ou

e) Grupos difluoroamino;

7) FAMAO (3-difluoroaminometil-3-azidametil oxetano) e seus polímeros;

8) FEFO (bis-(2-fluor-2,2-dinitroetil) formal) (CAS 17003-79-1);

9) FPF-1 (poli-2,2,3,3,4,4-hexafluoropentano-1,5-diol formal) (CAS 376-90-9);

10) FPF-3 (poli-2,4,4,5,5,6,6-heptafluor-2-tri-fluormetil-3-oxaheptano-1,7-diol formal);

11) GAP (polímero de glicidilazida) (CAS 143178-24-9) e seus derivados;

12) PHBT (polibutadieno com um grupo hidroxil terminal) tendo uma funcionalidade hidroxil igual ou superior a 2.2 e inferior ou igual a 2.4, um valor hidroxil inferior a 0.77 meq/g, e uma viscosidade a 30° C inferior a 47 poise (CAS 69102-90-5);

13) Poli(epiclorohidrina) com a função álcool com peso molecular inferior a 10 000, como se segue:

a) Poli(epiclorohidrina diol);

b) Poli(epiclorohidrina triol);

14) NENA (compostos de nitratoetilnitramina) (CAS 17096-47-8, 85068-73-1, 82486-83-7, 82486-82-6 e 85954-06-9);

15) PGN (poly-GLYN, poliglicidilnitrato ou poli(nitratometil oxirano) (CAS 27814-48-8);

16) Poly-NIMMO (poli nitratometilmetiloxetano) ou poly-MMMO (poli [(3-nitratometil, 3-metil oxetano)]);

17) Polinitro-ortocarbonatos;

18) TVOPA (1,2,3-tris[1,2-bis(difluoroamino)etoxi] propano ou tris vinoxi-propano) (CAS 53159-39-0).

f) “Aditivos”, como se segue:

1) Salicilato básico de cobre (CAS 62320-94-9); 2;

2) BHEGA (bis-(2-hidroxietil) glicolamida) (CAS 17409-41-5);

3) BNO (nitrilóxido de butadieno) (CAS 9003-18-3);

4) Derivados do ferroceno, como se segue:

- a) Butaceno (CAS 125856-62-4);
- b) Catoceno (2,2-bis-etilferrocenil propano) (CAS 37206-42-1);
- c) Ácidos ferroceno-carboxílicos;
- d) n-butil-ferroceno (CAS 31904-29-7);
- e) Outros derivados poliméricos do ferroceno obtidos por adição;

5) Beta resorcilato de chumbo (CAS 20936-32-7);

6) Citrato de chumbo (CAS 14450-60-3);

7) Quelatos de chumbo e de cobre a partir do ácido resorcílico ou salicílico (CAS 68411-07-4);

8) Maleato de chumbo (CAS 19136-34-6);

9) Salicilato de chumbo (CAS 15748-73-9); 10;

10) Estanato de chumbo (CAS 12036-31-6);

11) MAPO (óxido de fosfina tris-1-(2-metil) aziridinil) (CAS 57-39-6); BOBBA 8 (óxido de fosfina bis (2-metil aziridinil) 2-(2-hidroxipropanoxi) propilamino); e outros derivados do MAPO;

12) Metil BAPO (óxido de fosfina bis(2-metil aziridinil) metilamino) (CAS 85068-72-0);

13) N-metil-p-nitroanilina (CAS 100-15-2);

14) 3-nitrazo-1,5-pentano diisocianato (CAS 7406-61-9);

15) Agentes de ligação organo metálicos, como se segue:

a) Neopentil [dialil] oxi, tri [dioctil] fosfato titanato (CAS 103850-22-2); também designado por titânio IV, 2,2[bis 2-propenolato-metil, butanolato, tris (dioctil) fosfato] (CAS 110438-25-0); ou LICA 12 (CAS 103850-22-2);

b) Titânio IV, [(2-propenolato-1) metil, n-propanolatometil] butanolato-1, tris[dioctil]pirofosfato ou KR3538;

c) Titânio IV, [(2-propenolato-1) metil, n-propanolatometil] butanolato-1, tris(dioctil)fosfato;

16) Policianodifluoroaminoetilenóxido; 17.

17) Amidas de aziridina polivalentes com estruturas de reforço isoftálicas, trimésicas (BITA ou butileno ímina trimesamida isocianúrico) ou trimetiladípicas e substituições de 2-metil ou 2-etil no anel de aziridina;

18) Propilenoimina (2-metilaziridina) (CAS 75-55-8);

19) Óxido férrico superfino (Fe₂O₃) com uma superfície específica superior a 250 m²/g e uma dimensão particular média igual ou inferior a 3.0 mm;

20) TEPAN (tetraetileno pentaamina acrilonitrilo) (CAS 68412-45-3); cianoetil poliaminas e seus sais;

21) TEPANOL (tetraetileno pentaamina acrilonitriloglicidol) (CAS 68412-46-4); cianoetil poliaminas com glicidol e seus sais;

22 — TPB (trifenil bismuto) (CAS 603-33-8);

g) «Precusores» como se segue:

N. B. — O ponto ML.8 refere-se aos “materiais energéticos” abrangidos fabricados a partir das substâncias indicadas.

1 — BCMO (bis-clorometiloxetano) (CAS 142173-26-0); [v. também os pontos ML8, alínea e), subalínea 1), e ML8 alínea e), subalínea 2)];

2 — Sal de t-butil-dinitroazetidina (CAS 125735-38-8) [v. também o ponto ML8, alínea a), subalínea 28)];

3 — HBIW (hexabenzilhexaazaisowurtzitano) (CAS 124782-15-6); [v. também o ponto ML8, alínea a), subalínea 4)];

4 — TAIW (tetraacetildibenzilhexaazaisowurtzitano) [ver também o ponto ML8, alínea a), subalínea 4)]; (CAS 182763-60-6);

5 — TAT (1,3,5,7 tetraacetil-1,3,5,7, — tetraaza ciclo-octano (CAS 41378-98-7); [v. também o ponto ML8, alínea *a*), subalínea 13)];

6 — 1,4,5,8 tetraazedecalina (CAS 5409-42-7) [v. também o ponto ML8, alínea *a*), subalínea 27)];

7 — 1,3,5-triclorobenzeno (CAS 108-70-3) [v. também o ponto ML8, alínea *a*), subalínea 23)];

8 — 1,2,4-trihidroxibutano (1,2,4-butanotriol) (CAS 3068-00-6) [v. também o ponto ML8, alínea *e*), subalínea 5)].

Nota 5. — Não se aplica desde 2009.

Nota 6. — O ponto ML8 não abrange as seguintes substâncias, a não ser quando compostas ou misturadas com “materiais energéticos” mencionados no ponto ML8, alínea *a*), ou pós metálicos referidos no ponto ML8, alínea *c*):

a) Perclorato de amónio (CAS 131-74-8);

b) Pólvora negra;

c) Hexanitrodifenilamina (CAS 131-73-7);

d) Difluoroamina (CAS 10405-27-3);

e) Nitroamido (CAS 9056-38-6);

f) Nitrato de potássio (CAS 7757-79-1);

g) Tetranitronaftaleno;

h) Trinitroanisol;

i) Trinitronaftaleno;

j) Trinitroxileno;

k) N-pirrolidinona; 1-metil-2-pirrolidinona (CAS 872-50-4);

l) Dioctilmaleato (CAS 142-16-5);

m) Etilhexilacrilato (CAS 103-11-7);

n) Trietil-alumínio (TEA) (CAS 97-93-8), trimetil-alumínio (TMA) (CAS 75-24-1) e outros metais pirofóricos alquilos e arilos de lítio, sódio, magnésio, zinco ou boro;

o) Nitrocelulose (CAS 9004-70-0);

p) Nitroglicerina (ou gliceroltrinitrato, trinitroglicerina) (NG) (CAS 55-63-0);

q) 2,4,6-trinitrotolueno (TNT) (CAS 118-96-7);

r) Dinitrato de etilenodiamina (EDDN) (CAS 20829-66-7);

s) Tetranitrato de pentaeritritol (PETN) (CAS 78-11-5);

t) Azida de chumbo (CAS 13424-46-9, estifnato de chumbo normal (CAS 15245-44-0) e básico (CAS 12403-82-6) e explosivos primários ou composições iniciadoras que contenham azidas ou complexos de azida;

u) Dinitrato de trietilenoglicol (TEGDN) (CAS 111-22-8);

v) 2,4,6-trinitroresorcinol (ácido estífnico) (CAS 82-71-3);

w) Dietildifenilureia (CAS 85-98-3); dimetildifenilureia (CAS 611-92-7); Metiletildifenil ureia [Centralites];

x) N,N-difenilureia (difenilureia assimétrica) (CAS 603-54-3);

y) Metil-N,N-difenilureia (metil difenilureia assimétrica); (CAS 13114-72-2);

z) Etil-N,N-difenilureia (etil difenilureia assimétrica); (CAS 64544-71-4);

aa) 2-Nitrodifenilamina (CAS 119-75-5) (CAS 119-75-5);

bb) 4-Nitrodifenilamina (4-NDPA) (CAS 836-30-6);

cc) 2,2-dinitropropanol (CAS 918-52-5);

dd) Nitroguanidina (CAS 556-88-7) (v. o ponto 1C011.d. da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da UE.

ML9 — Navios de guerra (de superfície ou submarinos), equipamento naval especializado, acessórios, componentes e outros navios de superfície, como se segue:

N. B. — Para os indicadores de rumo e equipamentos de navegação, v. ponto ML11.

a) Navios e componentes, como se segue:

1) Navios (de superfície ou submarinos) especialmente concebidos ou modificados para fins militares, independentemente do seu estado actual de reparação ou operação, quer disponham ou não de sistemas de lançamento de armas ou blindagem, bem como cascos ou partes de cascos para tais navios, e seus componentes especialmente concebidos para uso militar;

2) Navios de superfície para além dos especificados no ponto ML9, alínea a), subalínea 1), com um dos seguintes elementos fixados ou integrados no navio:

a) Armas automáticas de calibre igual ou superior a 12,7 mm especificadas em ML1, ou armas especificadas em ML2, ML4, ML12 ou ML19, ou «suportes» ou pontos de fixação para essas armas;

Nota técnica. — ‘Suportes’ dizem respeito a suportes para armas ou ao reforço da estrutura para fins de fixação de armas.

b) Sistemas de combate a incêndios especificados em ML5;

c) Possuírem todas as seguintes características:

1) “Protecção contra agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares (QBRN)”;

2) Sistema “pre-wet or wash down” concebido para fins de descontaminação; ou

Notas técnicas

1 — “Protecção contra agentes QBRN” é um espaço interior autónomo que contém elementos como sistemas de sobrepressurização, isolamento ou ventilação, aberturas de ventilação limitadas com filtros QBRN e pontos de acesso reservado que incorporam trincos pneumáticos.

2 — Sistema “pre-wet or wash down” é um sistema de aspersão com água do mar capaz de molhar simultaneamente a superestrutura externa e os conveses de um navio.

d) Sistemas activos anti-armas especificados em ML4, alínea b), ML5, alínea c), ou ML11, alínea a), com uma das seguintes características:

1) “Protecção contra agentes QBRN”;

2) Casco e superestrutura, especialmente concebidos para reduzir a secção transversal dos radares;

3) Dispositivos de redução da assinatura térmica (como um sistema de arrefecimento dos gases de escape), excluindo os especialmente concebidos para aumentar a eficiência global das centrais eléctricas ou diminuir o impacto ambiental; ou

4) Um sistema de desmagnetização concebido para reduzir a assinatura magnética de todo o navio;

b) Motores e sistemas de propulsão, como se segue, especialmente concebidos para uso militar e seus componentes, especialmente concebidos para uso militar:

1) Motores diesel especialmente concebidos para submarinos e com todas as seguintes características:

a) Potência igual ou superior a 1,12 mW (1500 cv); e, ainda,

b) Velocidade de rotação igual ou superior a 700 rpm;

2) Motores eléctricos especialmente concebidos para submarinos que possuam, em simultâneo, as seguintes características:

a) Potência superior a 0,75 mW (1000 cv);

b) Inversão rápida;

c) Arrefecimento por líquido; e, ainda,

d) Totalmente fechados;

3) Motores diesel não magnéticos que possuam todas as seguintes características:

- a) Potência igual ou superior a 37,3 kW (50 cv); e, ainda,
- b) Massa de material não magnético superior a 75 % do total da sua massa;

4) Sistemas “de propulsão independente do ar atmosférico” (AIP) especialmente concebidos para submarinos;

Nota técnica. — ‘Propulsão independente do ar atmosférico’ (AIP) permite que um submarino submerso faça funcionar o seu sistema de propulsão sem acesso ao oxigénio atmosférico durante mais tempo do que, sem ele, permitiriam os acumuladores. Para efeitos do ponto ML9, alínea b), subalínea 4), a AIP não inclui a energia nuclear.

c) Dispositivos de detecção submarina especialmente concebidos para uso militar sem sistemas de comando e componentes especialmente concebidos para uso militar;

d) Redes de protecção contra submarinos e contra torpedos especialmente concebidos para uso militar;

e) Não se aplica desde 2003;

f) Passagens de casco e ligações especialmente concebidas para uso militar que permitam a interacção com equipamentos externos ao navio e seus componentes especialmente concebidos para uso militar.

Nota. — Passagens de casco para navios que sejam estanques e que mantenham essa característica a profundidades superiores a 100 m; e ligações de fibras ópticas e passagens de casco ópticas especialmente concebidas para a transmissão de raios “laser”, independentemente da profundidade, e ligações de fibras ópticas e passagens de casco ópticas especialmente concebidas para a transmissão de raios laser, independentemente da profundidade. O ponto ML9, alínea f), não abrange as passagens de casco para veios propulsores ordinários e para veios de superfície de controlo hidrodinâmico.

g) Chumaceiras silenciosas com uma das seguintes características, seus componentes e equipamentos que contenham essas chumaceiras, especialmente concebidos para uso militar:

- 1) Suspensão magnética ou pneumática;
- 2) Comandos activos de assinatura; ou
- 3) Comandos de supressão de vibrações.

ML10 — “Aeronaves”, “veículos mais leves que o ar”, aeronaves não tripuladas, motores aeronáuticos e equipamento para “aeronaves”, componentes e equipamentos associados, especialmente concebidos ou modificados para uso militar, como se segue:

N. B. — Para os indicadores de rumo e equipamentos de navegação, v. ponto ML11.

a) «Aeronaves» de combate e componentes especialmente concebidos para as mesmas;

b) Outras “aeronaves” e “veículos mais leves que o ar” especialmente concebidos ou modificados para uso militar, incluindo os de reconhecimento militar, ataque, instrução militar, transporte e largada por pára-quedas de tropas ou material militar e apoio logístico, e componentes especialmente concebidos para os mesmos;

c) Veículos aéreos não tripulados e equipamentos afins especialmente concebidos ou modificados para uso militar, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

1) Aeronaves não tripuladas, incluindo aeronaves pilotadas de forma remota (RPV), “veículos autónomos programáveis e “veículos mais leves que o ar”;

2) Lançadores associados e equipamento de apoio no solo;

3) Equipamento conexo para comando e controlo;

d) Motores aeronáuticos especialmente concebidos ou modificados para uso militar e componentes especialmente concebidos para os mesmos;

e) Equipamentos aerotransportados, incluindo equipamento de reabastecimento aéreo, especialmente concebidos para uso em “aeronaves” incluídos nos pontos ML10, alínea a), ou ML10, alínea b), ou para motores aeronáuticos incluídos no ponto ML10, alínea d), e componentes especialmente concebidos para os mesmos;

f) Unidades de reabastecimento à pressão, equipamentos de reabastecimento à pressão, equipamento especialmente concebido para facilitar as operações em áreas restritas e equipamento de apoio no solo, especialmente concebidos para «aeronaves» incluídas nos pontos ML10, alínea a), ou ML10, alínea b), ou para motores aeronáuticos incluídos no ponto ML10, alínea d);

g) Capacetes de voo e máscaras de oxigénio militares e componentes especialmente concebidos para os mesmos, equipamento de respiração pressurizado e fatos parcialmente pressurizados para uso em “aeronaves”, fatos anti-g, conversores de oxigénio líquido usados em “aeronaves” ou mísseis e ainda catapultas e equipamentos accionados por cartucho para a ejeção de emergência do pessoal das “aeronaves”;

h) Pára-quedas, pára-quedas planadores e equipamento afim, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

- 1) Pára-quedas não especificados noutros pontos da Lista Militar Comum da União Europeia;
- 2) Pára-quedas planadores;
- 3) Equipamentos especialmente concebidos para pára-quedistas de grande altitude (por exemplo, fatos, capacetes especiais, sistemas de respiração, equipamentos de navegação);

i) Sistemas de pilotagem automática para cargas lançadas por pára-quedas; equipamento especialmente concebido ou modificado para uso militar, para saltos a qualquer altitude com abertura controlada, incluindo equipamento de oxigénio.

Nota 1. — O ponto ML10, alínea b), não abrange as “aeronaves” ou suas variantes especialmente concebidas para uso militar, com todas as seguintes características:

a) Não configuradas para uso militar nem dotadas de equipamento ou suportes especialmente concebidos ou modificados para uso militar; e, ainda,

b) Certificadas para utilização civil pelas autoridades da aviação civil de um Estado membro ou de um país membro do Acordo de Wassenaar.

Nota 2. — O ponto ML10, alínea d), não inclui:

a) Os motores aeronáuticos concebidos ou modificados para uso militar que tenham sido certificadas para utilização em «aeronaves civis» pelas autoridades da aviação civil de um Estado membro ou de um país membro do Acordo de Wassenaar, nem os componentes especialmente concebidos para os mesmos;

b) Os motores alternativos e os componentes especialmente concebidos para os mesmos, com excepção dos que sejam especialmente concebidos para veículos aéreos não tripulados.

Nota 3. — Os pontos ML10, alínea b), e ML10, alínea d), que dizem respeito aos componentes especialmente concebidos e ao material afim para “aeronaves” ou motores aeronáuticos não militares modificados para uso militar, apenas se aplicam aos componentes militares e ao material militar necessários à modificação para uso militar.

ML11 — Equipamento electrónico não incluído noutros pontos da Lista Militar Comum da União Europeia, como se segue, e componentes especialmente concebidos para o mesmo.

a) Equipamento electrónico especialmente concebido para uso militar.

Nota. — O ponto ML11, alínea a), inclui:

a) Os equipamentos de contramedidas e de contra-contramedidas electrónicas (isto é, equipamentos concebidos para introduzir sinais estranhos ou erróneos nos receptores de radar ou dos equipamentos de comunicação ou de outro modo entravar a recepção, o funcionamento ou a eficácia dos receptores electrónicos do inimigo, incluindo os seus equipamentos de contramedidas), incluindo equipamentos de empastelamento e de contra-empastelamento;

- b) Válvulas com agilidade de frequência;
- c) Os sistemas electrónicos ou equipamentos concebidos quer para acções de vigilância e registo/análise do espectro electromagnético para fins de segurança ou de informação militar, quer para contrariar essas acções;
- d) Equipamentos para contra-medidas submarinas, incluindo empastelamento acústico e magnético e engodos, concebidos para introduzir sinais estranhos ou erróneos nos receptores de sonares;
- e) Equipamentos de segurança para processamento de dados, equipamentos de segurança de dados e equipamentos de segurança para transmissão e sinalização por linha, usando processos de cifra;
- f) Os equipamentos de identificação, autenticação e de introdução de chaves; bem como os equipamentos de gestão, fabrico e distribuição de chaves;
- g) Os equipamentos de orientação e de navegação;
- h) Equipamento de transmissão de comunicações por difusão troposférica;
- i) Desmoduladores digitais especialmente concebidos para informações sobre transmissões;
- j) Sistemas automatizados de comando e controlo.

N. B. — Para o “software” associado aos sistemas rádio definidos por *software* para uso militar, v. ponto ML21.

- b) Equipamento de empastelamento dos Sistemas Globais de Navegação por Satélite (GNSS).

ML12 — Sistemas de armas de energia cinética de alta velocidade e equipamento associado, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

- a) Sistemas de armas de energia cinética especialmente concebidos para a destruição ou o abortamento de um alvo;
- b) Instalações especialmente concebidas para ensaio e avaliação, e modelos de ensaio, incluindo instrumentos de diagnóstico e alvos, para o ensaio dinâmico de projecteis e sistemas de energia cinética.

N. B. — Para sistemas de armas que utilizem munições de pequeno calibre ou empreguem apenas propulsão química e suas munições, v. pontos ML1 a ML4.

Nota 1. — O ponto ML12 inclui os seguintes equipamentos quando especialmente concebidos para sistemas de armas de energia cinética:

- a) Lançadores de propulsão capazes de acelerar massas superiores a 0,1 gramas para velocidades acima de 1,6 km/s, em modo de tiro simples ou rápido;
- b) Equipamentos de geração de potência primária, de blindagem eléctrica, de armazenamento de energia, de gestão térmica, de condicionamento de potência, de comutação ou de manuseamento de combustível; *interfaces* eléctricas entre a alimentação de energia, o canhão e as outras funções de comando eléctrico da torre;
- c) Sistemas de aquisição e de seguimento de alvos, de direcção de tiro e de avaliação de danos;
- d) Sistemas de alinhamento, orientação ou redireccionamento (aceleração lateral) da propulsão dos projecteis.

Nota 2. — O ponto ML12 abrange os sistemas que usem qualquer um dos seguintes métodos de propulsão:

- a) Electromagnético;
- b) Electrotérmico;
- c) Plasma;
- d) Gás leve; ou
- e) Químico (quando usado em combinação com qualquer um dos métodos supra).

ML13 — Equipamento blindado ou de protecção, construções e seus componentes, como se segue:

- a) Chapa blindada com qualquer uma das seguintes características:
 - 1) Fabricada segundo uma norma ou especificação militar; ou
 - 2) Adequada para uso militar;
- b) Construções de materiais metálicos ou não metálicos ou suas combinações, especialmente concebidas para proporcionar protecção balística a sistemas militares, e componentes especialmente concebidos para as mesmas;

c) Capacetes fabricados segundo normas ou especificações militares, ou normas nacionais equivalentes, e componentes especialmente concebidos para os mesmos (isto é, o invólucro, o forro e as almofadas de protecção);

d) Fatos blindados e vestuário de protecção fabricados segundo normas ou especificações militares, ou equivalentes e componentes especialmente concebidos para os mesmos.

Nota 1. — O ponto ML13, alínea b), inclui materiais especialmente concebidos para formar blindagem reactiva aos explosivos ou para a construção de abrigos militares.

Nota 2. — O ponto ML13, alínea c), não abrange os capacetes de aço convencionais, não equipados, modificados ou concebidos para aceitar qualquer tipo de acessórios.

Nota 3. — O ponto ML13, alínea d), não abrange os fatos blindados nem o vestuário de protecção quando acompanhem os seus utilizadores para protecção pessoal do próprio utilizador.

Nota 4. — Os únicos capacetes especialmente concebidos para pessoal das minas e armadilhas abrangidos pelo ponto ML13 são os especialmente concebidos para uso militar.

N. B. 1 — V. também o ponto 1A005 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

N. B. 2 — Para os “materiais fibrosos ou filamentosos” usados no fabrico de fatos e capacetes blindados, v. ponto 1C010 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

ML14 — Equipamento especializado para treino militar ou para simulação de cenários militares, simuladores especialmente concebidos para treino na utilização de qualquer arma de fogo especificada nos pontos ML1 ou ML2, e componentes e acessórios especialmente concebidos para os mesmos.

Nota técnica. — O termo “equipamento especializado para treino militar” inclui versões militares de simuladores de ataque, simuladores de voo operacional, simuladores de alvos radar, geradores de alvos radar, equipamento de treino de tiro, simuladores de guerra anti-submarina, simuladores de voo (incluindo centrífugas para treino de pilotos/astronautas), simuladores de radar, simuladores de voo por instrumentos, simuladores de navegação, simuladores de lançamento de mísseis, equipamento para servir de alvo, veículos autónomos programáveis (“drones”), simuladores de armamento, simuladores de “aeronaves” não pilotadas, unidades de treino móveis e equipamento de treino para operações militares terrestres.

Nota 1. — O ponto ML14 inclui os sistemas de geração de imagem e os sistemas de ambiente interactivo para simuladores quando especialmente concebidos ou modificados para uso militar.

Nota 2. — O ponto ML14 não abrange o equipamento especialmente concebido para treino na utilização de armas de caça ou de desporto.

ML15 — Equipamento de imagem ou de contramedida, como se segue, especialmente concebido para uso militar e componentes e acessórios especialmente concebidos para o mesmo:

a) Equipamento de gravação e tratamento de imagem;

b) Máquinas fotográficas, material fotográfico e material de revelação de filmes;

c) Equipamento intensificador de imagem;

d) Equipamento vídeo-detector por infravermelhos ou térmico;

e) Equipamentos detectores de imagem radar;

f) Equipamentos de contramedidas ou de contra-contramedidas para os equipamentos incluídos nos pontos ML15, alínea a), a ML15, alínea e).

Nota. — O ponto ML15, alínea f), inclui equipamento concebido para afectar o funcionamento ou a eficácia dos sistemas militares de imagem ou reduzir os efeitos desse processo.

Nota 1. — No ponto ML15, o termo ‘componentes especialmente concebidos’ inclui o que se segue, quando especialmente concebido para uso militar:

a) Tubos de conversão de imagem por infravermelhos;

b) Tubos intensificadores de imagem (excepto os pertencentes à primeira geração);

c) Placas de microcanaís;

d) Tubos de câmara TV para fraca luminosidade;

e) Conjuntos de detectores (incluindo sistemas electrónicos de interconexão ou de leitura);

- f) Tubos de câmara TV de efeito piroeléctrico;
- g) Sistemas de arrefecimento para sistemas de imagens;
- h) Obturadores electrónicos do tipo fotocromico ou electro-óptico, com uma velocidade de obturação inferior a 100 µs, excepto os obturadores que constituam o elemento essencial de uma câmara de alta velocidade;
- i) Inversores de imagem de fibras ópticas;
- j) Fotocátodos de semicondutores compostos.

Nota 2. — O ponto ML15 não inclui os «tubos intensificadores de imagem de primeira geração» nem o equipamento especialmente concebido para incorporar os «tubos intensificadores de imagem da primeira geração».

N. B. — Para a classificação dos visores de tiro que incorporem “tubos intensificadores de imagem da primeira geração”, v. pontos ML1, ML2 e ML5, alínea a).

N. B. — V. também pontos 6A002.a.2. e 6A002.b. da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

ML16 — Peças forjadas, vazadas e outros produtos inacabados cuja utilização em produtos controlados seja identificável através da composição do material, da geometria ou da função e que tenham sido especialmente concebidas para os produtos incluídos nos pontos ML1 a ML4, ML6, ML9, ML10, ML12 ou ML19.

ML17 — Equipamentos, materiais e bibliotecas diversos, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

a) Aparelhos autónomos de mergulho e natação submarina, como se segue:

1) Aparelhos de respiração em circuito fechado ou semifechado especialmente concebidos para uso militar (isto é, especialmente concebidos para serem não magnéticos);

2) Componentes especialmente concebidos para adaptação para fins militares de dispositivos de respiração em circuito aberto;

3) Artigos exclusivamente concebidos para uso militar com aparelhagem autónoma de mergulho e natação submarina;

b) Equipamento de construção especialmente concebido para uso militar;

c) Acessórios, revestimentos e tratamentos para a supressão de assinaturas, especialmente concebidos para uso militar;

d) Equipamento de engenharia de campanha, especialmente concebido para utilização em zonas de combate;

e) “Robôs”, controladores de “robôs” e “terminais” de “robôs” com qualquer das seguintes características:

1) Especialmente concebidos para uso militar;

2) Dotados de meios de protecção dos circuitos hidráulicos contra perfurações causadas por fragmentos balísticos (por exemplo, com circuitos autovedantes) e concebidos para utilização de fluidos hidráulicos com pontos de inflamação superiores a 839 K (566°C); ou

3) Especialmente concebidos ou calculados para operar num ambiente sujeito a impulsos electromagnéticos (EMP);

Nota técnica. — O impulso electromagnético não se refere às interferências não intencionais causadas por radiação electromagnética proveniente de equipamento existente na proximidade (por exemplo, máquinas, aparelhos eléctricos ou electrónicos) ou descargas atmosféricas.

f) “Bibliotecas” (bases de dados técnicos paramétricos) especialmente concebidas para uso militar com os equipamentos incluídos na Lista Militar Comum da União Europeia;

g) Equipamento gerador ou propulsor a energia nuclear, incluindo os «reactores nucleares» especialmente concebidos para uso militar e seus componentes especialmente concebidos ou “modificados” para uso militar;

h) Equipamento e material, revestido ou tratado para a supressão de assinaturas, especialmente concebido para uso militar, com excepção do abrangido por outros pontos da Lista Militar Comum da União Europeia;

i) Simuladores especialmente concebidos para “reactores nucleares” militares;

j) Oficinas móveis especialmente concebidas ou modificadas para reparação e manutenção de equipamento militar;

k) Geradores de campanha especialmente concebidos ou “modificados” para uso militar;

l) Contentores especialmente concebidos ou “modificados” para uso militar;

m) Transbordadores que não estejam abrangidos por outros pontos da Lista Militar Comum da União Europeia, pontes e pontões, especialmente concebidos para uso militar;

n) Modelos de ensaio especialmente concebidos para o “desenvolvimento” dos artigos abrangidos pelos pontos ML4, ML6, ML9 ou ML10;

o) Equipamento de protecção contra laser (ou seja, de protecção ocular e protecção de sensores) especialmente concebido para uso militar;

p) “Pilhas a combustível” especialmente concebidas para uso militar, com excepção das abrangidas por outros pontos da Lista Militar Comum da União Europeia.

Notas técnicas

1 — Para efeitos do ponto ML17, o termo “biblioteca” (base de dados técnicos paramétricos) significa um conjunto de informações técnicas de carácter militar, cuja consulta permite alterar as características dos equipamentos ou sistemas militares por forma a aumentar o seu rendimento.

2 — Para efeitos do ponto ML17, o termo “modificado(a)s” significa qualquer alteração estrutural, eléctrica, mecânica ou outra que confira a um artigo não militar capacidades militares equivalentes às de um artigo especialmente concebido para uso militar.

ML18 — Equipamento de produção e componentes, como se segue:

a) Equipamento especialmente concebido ou “modificado” para ser utilizado na “produção” de produtos abrangidos pela Lista Militar Comum da União Europeia e respectivos componentes;

b) Instalações especialmente concebidas para testes ambientais e respectivo equipamento, destinadas à certificação, qualificação ou ensaio de produtos abrangidos pela Lista Militar Comum da União Europeia;

Nota técnica. — Para efeitos do ponto ML18, o termo “produção” compreende a concepção, a análise, o fabrico, o ensaio e a verificação.

Nota. — Os pontos ML18, alínea a), e ML18, alínea b), incluem o seguinte equipamento:

a) Aparelhos de nitrção do tipo contínuo;

b) Equipamentos ou dispositivos de teste centrífugo com qualquer das seguintes características:

1) Accionados por um ou mais motores com uma potência nominal total superior a 298 kW (400 cv);

2) Aptos para o transporte de uma carga de 113 kg ou superior; ou

3) Capazes de exercer uma aceleração centrífuga de 8 G ou mais sobre uma carga igual ou superior a 91 kg;

c) Prensas de desidratação;

d) Prensas de extrusão especialmente concebidas ou modificadas para a extrusão de explosivos militares;

e) Máquinas de corte de propulsores obtidos por extrusão;

f) Tambores lisos de diâmetro igual ou superior a 1,85 m e com uma capacidade superior a 227 kg de produto;

g) Misturadores contínuos para propulsores sólidos;

h) Moinhos de jacto de fluido para moer ou triturar ingredientes de explosivos militares;

i) Equipamento para obter simultaneamente a esfericidade e a uniformidade das partículas do pó metálico referido no ponto ML8, alínea c), subalínea 8);

j) Conversores de corrente de convecção para a conversão das substâncias referidas no ponto ML8, alínea c), subalínea 3).

ML19 — Sistemas de armas de energia dirigida, equipamento de contramedida ou materiais afins e modelos de ensaio, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

- a) Sistemas laser especialmente concebidos para destruição ou abortamento da missão de um alvo;
- b) Sistemas de feixes de partículas com capacidade de destruição ou abortamento de um alvo;
- c) Sistemas de rádiofrequência (RF) de alta potência com capacidade de destruição ou abortamento de um alvo;
- d) Equipamento especialmente concebido para a detecção ou identificação de sistemas previstos nos pontos ML19, alínea a), a ML19, alínea c), ou para defesa contra estes sistemas;
- e) Modelos de ensaio físico relacionados com os sistemas, equipamentos e componentes abrangidos pelo presente ponto;
- f) Sistemas “laser” de onda contínua ou pulsada especialmente concebidos para causar a cegueira permanente numa visão não melhorada, isto é, o olho nu ou com dispositivos de correcção da visão.

Nota 1. — As armas de energia dirigida abrangidas pelo ponto ML19 incluem os sistemas cujas possibilidades derivam da aplicação controlada de:

- a) “Laser” de onda contínua ou pulsada com potência de destruição equivalente às munições convencionais;
- b) Aceleradores de partículas que projectem feixes carregados ou neutros com poder destruidor;
- c) Transmissores de microondas de feixe pulsado de alta potência produtores de campos suficientemente intensos para desactivar circuitos electrónicos num alvo distante.

Nota 2. — O ponto ML19 inclui os equipamentos seguintes, quando especialmente concebidos para sistemas de armas de energia dirigida:

- a) Equipamento de geração de potência primária, armazenamento de energia, comutação, condicionamento de potência e manuseamento de combustível;
- b) Sistemas de aquisição e seguimento de alvos;
- c) Sistemas capazes de avaliar os danos, a destruição ou o abortamento da missão do alvo;
- d) Equipamentos de alinhamento, propagação e pontaria de feixes;
- e) Equipamento de feixe de varrimento rápido para operações contra alvos múltiplos;
- f) Equipamentos ópticos adaptativos e dispositivos de conjugação de fase;
- g) Injectores de corrente para feixes de iões de hidrogénio negativos;
- h) Componentes de aceleradores «qualificados para fins espaciais»;
- i) Equipamento de focagem de feixes de iões negativos;
- j) Equipamento de focagem de feixes de iões negativos;
- k) Folhas metálicas “qualificadas para fins espaciais” para neutralização de feixes de isótopos negativos de hidrogénio.

ML20 — Equipamentos criogénicos e “supercondutores” como se segue e acessórios e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

- a) Equipamento especialmente concebido ou configurado para instalação em veículos para aplicações militares terrestres, marítimas, aeronáuticas ou espaciais, capaz de operar em movimento e de produzir ou manter temperaturas inferiores a 103 K (-170°C);

Nota. — O ponto ML20, alínea a), inclui sistemas móveis que contenham ou utilizem acessórios ou componentes fabricados a partir de materiais não metálicos ou não condutores de electricidade, tais como materiais plásticos ou materiais impregnados de resinas epóxicas;

- b) Equipamentos eléctricos “supercondutores” (máquinas rotativas e transformadores) especialmente concebidos ou configurados para instalação em veículos para aplicações militares terrestres, marítimas, aeronáuticas ou espaciais e capazes de operar em movimento.

Nota. — O ponto ML20, alínea *b*), não inclui os geradores homopolares híbridos de corrente contínua com rotores metálicos normais de polo único que rodam num campo magnético produzido por enrolamentos supercondutores, desde que esses enrolamentos constituam o único componente supercondutor do gerador.

ML21 — “Software”, como se segue:

a) “Software” especialmente concebido ou modificado para o “desenvolvimento”, a “produção” ou a “utilização” de equipamento, materiais ou “software” incluídos na Lista Militar Comum da União Europeia;

b) “Software” específico, não referido no ponto ML21, alínea *a*), como se segue:

1) “Software” especialmente concebido para uso militar e especialmente concebido para a modelação, simulação ou avaliação de sistemas de armas militares;

2) “Software” especialmente concebido para uso militar e especialmente concebido para a modelação ou simulação de cenários operacionais militares;

3) “Software” para determinar os efeitos das armas de guerra convencionais, nucleares, químicas ou biológicas;

4) “Software” especialmente concebido para uso militar e especialmente concebido para aplicações nas áreas de comando, comunicações, controlo e informação (C3I) ou de comando, comunicações, controlo, computadores e informação (C4I);

c) “Software” e não abrangido pelos pontos ML21, alínea *a*), ou ML21, alínea *b*), especialmente concebido ou modificado para permitir que os equipamentos não referidos na Lista Militar Comum da União Europeia desempenhem as funções militares dos equipamentos referidos na Lista Militar Comum da União Europeia.

ML22 — «Tecnologia» como se segue:

a) “Tecnologia”, não referida no ponto ML22, alínea *b*), “necessária” para o “desenvolvimento”, “produção” ou “utilização” de produtos referidos na Lista Militar Comum da UE;

b) “Tecnologia” como se segue:

1) “Tecnologia” “necessária” para a concepção de instalações de produção completas de produtos referidos na Lista Militar Comum da União Europeia e para a montagem de componentes nessas instalações, bem como para a exploração, manutenção e reparação de tais instalações, mesmo que os componentes dessas instalações de produção não estejam especificados;

2) “Tecnologia” “necessária” para o “desenvolvimento” e “produção” de armas de pequeno calibre, mesmo que usado para o fabrico de reproduções de armas de pequeno calibre antigas;

3) “Tecnologia” “necessária” para o “desenvolvimento”, “produção” ou “utilização” de agentes toxicológicos, equipamento conexo e componentes especificados nos pontos ML7, alínea *a*), a ML7, alínea *g*);

4) “Tecnologia” “necessária” para o “desenvolvimento”, “produção” ou “utilização” de “biopolímeros” ou culturas de células específicas, especificadas no ponto ML7, alínea *h*);

5) “Tecnologia” “necessária” exclusivamente para a incorporação de “biocatalizadores”, especificados no ponto ML7, alínea *i*), subalínea 1), em vectores de propagação militares ou em material militar.

Nota 1. — A “tecnologia” “necessária” para o “desenvolvimento”, “produção” ou “utilização” dos produtos referidos na Lista Militar Comum da União Europeia mantém-se sujeita a controlo mesmo quando aplicável a produtos não referidos na Lista Militar Comum da União Europeia.

Nota 2. — O ponto ML22 não abrange:

a) A “tecnologia” que constitua o mínimo necessário para a instalação, exploração, manutenção (verificação) e reparação de produtos não controlados ou cuja exportação tenha sido autorizada;

b) A “tecnologia” que pertença ao “domínio público”, à “investigação científica fundamental” ou à informação mínima necessária a fornecer nos pedidos de patente;

c) A “tecnologia” para indução magnética para propulsão contínua usada em equipamento de transporte civil.

Definições dos termos empregues na presente lista

Apresentam-se seguidamente definições dos termos empregues na presente lista, por ordem alfabética.

Nota 1. — As definições aplicam-se à totalidade da lista. As referências são meramente consultivas e não têm qualquer efeito sobre a aplicação universal dos termos definidos ao longo da lista.

Nota 2. — As palavras e termos contidos na lista de definições só assumem o significado definido quando tal é indicado por se encontrarem entre aspas duplas. As definições dos termos entre ‘aspas simples’ são dadas em notas técnicas nas rubricas correspondentes. Noutras partes da lista, as palavras e termos tomam os seus significados (lexicais) comumente aceites.

ML7 — “Adaptado para fins militares” — diz-se de tudo o que tenha sofrido uma modificação ou selecção (como alteração da pureza, do tempo de conservação, da virulência, das características de disseminação ou da resistência às radiações UV) destinada a aumentar a sua capacidade para causar vítimas humanas ou animais, degradar equipamento, destruir colheitas ou danificar o ambiente.

ML8 — “Aditivos” — substâncias utilizadas em explosivos para melhorar as respectivas propriedades.

ML8, ML9, ML10 — “Aeronave” — veículo aéreo de asa fixa, de asa de geometria variável ou de asa rotativa (helicóptero), de rotor basculante ou de asas basculantes.

ML11 — “Sistemas automatizados de comando e controlo” — sistemas electrónicos através dos quais a informação essencial ao eficaz funcionamento do dispositivo de forças, grande formação, formação táctica, unidade, navio, subunidade ou armas sob comando é introduzida, tratada e transmitida. Obtém-se através da utilização de computadores e outros meios informáticos especializados concebidos para apoiar as funções de uma organização de comando e controlo militar. As principais funções de um sistema automatizado de comando e controlo são: a recolha, acumulação, armazenamento e tratamento eficazes da informação; a exposição da situação e as circunstâncias que afectam a preparação e condução das operações de combate; cálculos operacionais e tácticos destinados à afectação de meios entre os dispositivos de forças ou elementos da ordem de batalha ou projecção de batalha, de acordo com a missão ou estágio da operação; a preparação dos dados destinados à apreciação da situação e à tomada de decisão em qualquer momento da operação ou batalha; simulação de operações em computador.

ML22 — “Investigação científica fundamental” — trabalhos experimentais ou teóricos, empreendidos principalmente para adquirir novos conhecimentos sobre os princípios fundamentais de fenómenos ou factos observáveis, e não especialmente orientados para um fim ou objectivo específico.

ML7, 22 — “Biocatalisadores” — enzimas para reacções químicas ou bioquímicas específicas ou outros compostos biológicos que se ligam a agentes Q e aceleram a sua degradação.

Nota técnica. — “Enzimas” são “biocatalisadores” para reacções químicas ou bioquímicas específicas.

ML7, 22 «Biopolímeros» — as seguintes macromoléculas biológicas:

- a) Enzimas para reacções químicas ou bioquímicas específicas;
- b) Anticorpos monoclonais, policlonais ou anti-idiotípicos;
- c) Receptores especialmente concebidos ou especialmente tratados.

Notas técnicas

1 — «Anticorpos anti-idiotípicos» — são anticorpos que se ligam aos sítios específicos de ligação a antígenos de outros anticorpos.

2 — «Anticorpos monoclonais» — são proteínas que se ligam a um sítio antigénico e são produzidas por um único clone de células.

3 — «Anticorpos policlonais» — são misturas de proteínas que se ligam ao antígeno específico e são produzidas por mais de um clone de células.

4 — «Receptores» — são estruturas biológicas macromoleculares capazes de se ligar a ligandos cuja ligação afecta funções fisiológicas.

ML10 — “Aeronaves civis” — as “aeronaves” mencionadas pela sua designação própria nas listas de certificados de navegabilidade publicadas pelas autoridades de aviação civil, para operar em rotas comerciais civis, domésticas e internacionais, ou destinadas a utilização legal civil, privada ou de negócios.

ML21, 22 — “Desenvolvimento” — operação ligada a todas as fases que precedem a produção em série, como: concepção (projecto), investigação de concepção, análises de concepção, conceitos de concepção, montagem e ensaio de protótipos, planos de produção-piloto, dados de concepção, processo de transformação dos dados de concepção num produto, concepção de configuração, concepção de integração e planos.

ML17 — “Terminais” — pinças, ferramentas activas ou qualquer outra ferramenta, ligados à placa de base da extremidade do braço manipulador de um robô.

Nota técnica. — «Ferramenta activa» é um dispositivo destinado a aplicar à peça a trabalhar força motriz, a energia necessária ao processo ou meios de detecção.

ML4, 8 — “Materiais energéticos” — substâncias ou misturas que reagem quimicamente para libertarem a energia necessária à aplicação a que se destinam. “Explosivos”, “produtos pirotécnicos” e “propergóis” são subclasses dos materiais energéticos.

ML8, 18 — “Explosivos” — substâncias ou misturas de substâncias sólidas, líquidas ou gasosas que, aplicadas como cargas primárias, detonadoras ou principais, em ogivas, na demolição e noutras aplicações, se destinam a deflagrar.

ML7 — “Vectores de expressão” — vectores (por exemplo, plasmídeos ou vírus) utilizados para introduzir material genético em células hospedeiras.

ML17 — “Pilhas a combustível” — dispositivos electroquímicos que transformam directamente a energia química em electricidade de corrente contínua consumindo combustível proveniente de uma fonte externa.

ML13 — “Materiais fibrosos ou filamentosos” — são os seguintes materiais:

- a) Monofilamentos contínuos;
- b) Fios e mechas contínuos;
- c) Bandas, tecidos, emaranhados irregulares e entrançados;
- d) Mantas de fibras cortadas, de fibras descontínuas e de fibras aglomeradas;
- e) Cristais capilares monocristalinos ou policristalinos de qualquer comprimento;
- f) Pasta de poliamidas aromáticas.

ML15 — “Tubos intensificadores de imagem de primeira geração” — tubos de focagem electrostática que utilizam placas de entrada e de saída em fibra óptica ou em vidro, fotocátodos multialcalinos (S-20 ou S-25), mas não amplificadores de placa de microcanais.

ML22 — Seja “do domínio público” — designa a “tecnologia” ou o “software” que foram divulgados e sem qualquer restrição quanto à sua utilização posterior.

Nota. — As restrições resultantes do direito de propriedade intelectual não impedem que a “tecnologia” ou o “software” sejam considerados “do domínio público”.

ML5, 19 — “Laser” — conjunto de componentes que produzem luz coerente no espaço e no tempo, amplificada por emissão estimulada de radiação.

ML10 — “Veículos mais leves do que o ar” — balões e aeronaves que utilizam o ar quente ou gases mais leves do que o ar, como o hélio ou o hidrogénio, para a sua capacidade ascensional.

ML17 — “Reactor nuclear” — inclui os componentes situados no interior ou directamente ligados ao corpo do reactor, o equipamento que controla o nível de potência no núcleo, e os componentes que normalmente contêm, entram em contacto directo ou controlam o refrigerante primário do núcleo do reactor.

ML8 — “Precursores” — substâncias químicas especiais utilizadas no fabrico de explosivos.

ML21, 22 — “Produção” — todas as fases da produção, designadamente projecto, fabrico, integração, montagem, inspecção, ensaios e garantia da qualidade.

ML8 — “Propergóis” — substâncias ou misturas que reagem quimicamente para produzirem grandes volumes de gases quentes a débitos controlados para realizar trabalho mecânico.

ML4, 8 — “Produto(s) pirotécnico(s)” — misturas de combustíveis sólidos ou líquidos e oxidantes que, quando inflamados, sofrem uma reacção química energética a velocidade controlada destinada a obter tempos de resposta específicos, ou quantidades de calor, ruído, fumo, luz visível, ou radiações infravermelhas. Os pirofóricos são uma subclasse dos produtos pirotécnicos, que não contêm oxidantes mas se inflamam espontaneamente em contacto com o ar.

ML22 — “Necessário” — este termo, quando aplicado a “tecnologia”, designa unicamente a parte específica da “tecnologia” que permite alcançar ou exceder os níveis de comportamento funcional, as características ou as funções submetidos a controlo. Essa “tecnologia” “necessária” poderá ser partilhada por diferentes produtos.

ML7 — “Vectores de expressão” — substâncias que, nas condições de utilização previstas para efeitos antimotim, provoquem rapidamente nos seres humanos uma irritação sensorial ou uma incapacidade física que desaparece pouco tempo após terminada a exposição ao agente. (Os gases lacrimogéneos são um subconjunto de “agentes antimotim”.)

ML17 — “Robô” — mecanismo de manipulação que pode ser do tipo de trajectória contínua ou do tipo ponto a ponto, que pode utilizar sensores e que apresenta as seguintes características:

- a) Ser multifuncional;
- b) Ser capaz de posicionar ou orientar materiais, peças, ferramentas ou dispositivos especiais através de movimentos variáveis no espaço tridimensional;
- c) Possuir três ou mais servomecanismos de circuito aberto ou fechado, com possibilidade de inclusão de motores passo a passo; e, ainda,
- d) Ser dotado de “programação acessível ao utilizador” pelo método de aprendizagem ou por um computador electrónico que pode ser uma unidade de programação lógica, isto é, sem intervenção mecânica.

Nota. — A definição anterior não inclui:

- 1 — Mecanismos de manipulação de controlo manual ou por teleoperador apenas.
- 2 — Mecanismos de manipulação de sequência fixa que constituem dispositivos móveis automatizados cujos movimentos são programados e definidos por meios mecânicos. O programa é limitado mecanicamente por batentes fixos, como pernos ou cames. A sequência dos movimentos e a selecção das trajectórias ou dos ângulos não são variáveis nem modificáveis por meios mecânicos, electrónicos ou eléctricos.
- 3 — Mecanismos de manipulação de sequência variável e de controlo mecânico que constituem dispositivos móveis automatizados cujos movimentos são programados e definidos por meios mecânicos. O programa é limitado mecanicamente por batentes fixos, mas reguláveis, como pernos ou cames. A sequência dos movimentos e a selecção das trajectórias ou dos ângulos são variáveis dentro da configuração programada. As variações ou modificações da configuração programada (por exemplo, mudança de pernos ou troca de cames) em um ou mais eixos de movimento são efectuadas unicamente por operações mecânicas.
- 4 — Mecanismos de manipulação de sequência variável, sem servocontrolo, que constituem dispositivos móveis automatizados, cujos movimentos são programados e definidos por meios mecânicos. O programa é variável, mas a sequência apenas se processa através do sinal binário proveniente de dispositivos binários eléctricos fixados mecanicamente ou de batentes reguláveis;
- 5 — Empilhadores, definidos como sistemas manipuladores que funcionam em coordenadas cartesianas, fabricados como partes integrantes de um conjunto vertical de células de armazenamento, e concebidos para o acesso às referidas células para armazenamento ou recuperação. ML11 — “Sistemas de comando e controlo”.

ML21 — “Software” — as principais funções de um sistema automatizado de comando e controlo são: a recolha, acumulação, armazenamento e tratamento eficazes da informação.

ML19 — “Qualificados para uso espacial” — produtos concebidos, fabricados e testados para obedecer aos requisitos eléctricos, mecânicos e ambientais especiais necessários para utilização no lançamento e colocação em órbita de satélites ou de sistemas de voo a grande altitude, que operam a altitudes iguais ou superiores a 100 km.

ML18, 20 — “Supercondutores” — refere-se a materiais (metais, ligas ou compostos) que podem perder toda a resistência eléctrica, isto é, podem atingir uma condutividade eléctrica infinita e transportar correntes eléctricas muito elevadas sem aquecimento por efeito de Joule.

Nota técnica. — O estado “supercondutor” de um material é individualmente caracterizado por uma temperatura crítica, um campo magnético crítico, função da temperatura, e uma densidade de corrente crítica que é, no entanto, função do campo magnético e da temperatura.

ML22 — “Tecnologia” — conjunto de um ou mais programas ou microprogramas, fixados em qualquer suporte material.

ML22 — “Tecnologia” — a informação pode apresentar-se sob a forma de dados técnicos ou de assistência técnica.

Notas técnicas

1 — Os «dados técnicos» podem assumir formas como esquemas, planos, diagramas, modelos, fórmulas, tabelas, projectos e especificações de engenharia, manuais e instruções, escritos ou registados noutros suportes ou dispositivos como discos, fitas magnéticas, memórias ROM.

2 — A «assistência técnica» pode assumir formas como instruções, técnicas, formação, conhecimentos práticos e serviços de consultoria, tubos de focagem electrostática que utilizam placas de entrada e de saída em fibra óptica ou em vidro, fotocátodos multialcalinos (S-20 ou S-25), mas não amplificadores de placa de microcanais.

ML21, 22 — “Utilização” — termo que inclui a exploração, a instalação (incluindo a instalação *in situ*), a manutenção (verificação), a reparação, a revisão geral e a renovação.

II — DECRETOS-LEI

Presidência do Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 70/2011 de 16 de Junho de 2011

Com a adopção do programa SIMPLEGIS, que faz parte do SIMPLEX, o XVIII Governo Constitucional assumiu o compromisso de concretizar diversas medidas de simplificação legislativa, com três objectivos essenciais: *i*) simplificar a legislação, com menos leis; *ii*) garantir às pessoas e empresas mais acesso à legislação, e *iii*) melhorar a aplicação das leis, para que estas possam atingir mais eficazmente os objectivos que levaram à sua aprovação.

Para simplificar a legislação, com menos leis, o SIMPLEGIS prevê, a título de exemplo: *i*) que, em 2010, se revoguem mais decretos-leis e decretos regulamentares que os aprovados, assim garantindo que o Governo legisle criteriosamente e apenas quando é necessário; *ii*) a revogação expressa, em 2010, de pelo menos 300 leis, decretos-leis e decretos regulamentares que já não são aplicados mas permanecem formalmente em vigor; *iii*) assegurar a emissão de menos declarações de rectificação de diplomas publicados, assim garantindo uma redução do número de erros cometidos na sua publicação, para que possa

haver confiança no texto publicado no *Diário da República*, e iv) a adopção de uma política de «atraso ZERO» na transposição de directivas da União Europeia (UE), para evitar a transposição de directivas fora de prazo.

Por seu turno, para garantir mais acesso à legislação para as pessoas e empresas, o SIMPLEGIS prevê, designadamente: i) a disponibilização de resumos em linguagem clara e acessível do texto dos diplomas, em português e inglês, a partir do 1.º semestre de 2011; ii) a disponibilização de versões consolidadas dos diplomas que permitam dar a conhecer a versão em vigor em cada momento; iii) a substituição da publicação de determinados actos no *Diário da República* por outras formas de divulgação pública que tornem a sua consulta mais fácil e acessível, e iv) o lançamento de um novo portal de informação legislativa, no 2.º semestre de 2011, que torne o acesso às leis mais rápido, fácil e com menos custos.

Finalmente, para melhorar a aplicação das leis e garantir que estas possam cumprir os seus objectivos, o SIMPLEGIS prevê, entre outras medidas: i) a elaboração de «guias práticos» referentes à aplicação de decretos-lei e decretos regulamentares, para ajudar os seus destinatários a aplicá-los e beneficiar das suas novidades, e ii) novos modelos de avaliação legislativa prévia e sucessiva, para ter leis melhor avaliadas e, consequentemente, mais eficazmente aplicadas.

Com o presente decreto-lei, o Governo concretiza um dos objectivos essenciais para cumprir o primeiro objectivo do SIMPLEGIS: simplificar a legislação, com menos leis.

Com efeito, com esta iniciativa legislativa, continua a desenvolver-se a tarefa de simplificação do ordenamento jurídico, através da eliminação do ordenamento de diplomas desnecessários e já não aplicados nos dias de hoje, abrangendo os casos: i) em que o acto normativo foi apenas revogado tacitamente mas não expressamente, gerando a inexistência dessa revogação expressa dúvidas quanto à sua vigência; ii) em que, por via da sua caducidade, o acto normativo já não produz efeitos, mas continua a ser dado como vigente nas bases de dados legislativas, e iii) em que o acto normativo se tornou efectivamente desnecessário, mas nunca foi objecto de qualquer revogação material ou expressa.

Deste modo, procede-se a uma identificação expressa de cerca de mais de duas centenas de actos legislativos, designadamente decretos-lei que não vigoram ou deixaram de vigorar, clarificando-se o ordenamento jurídico. Com a concretização desta medida e de outras semelhantes, passará a ser possível saber e dar a conhecer, com exactidão e certeza, de forma simples e através da Internet, a informação sobre quais os diplomas que estão ou não estão em vigor.

Com a aprovação do presente decreto-lei não fica, contudo, concluída esta tarefa de simplificação do ordenamento jurídico, que o XVIII Governo Constitucional irá continuar a desenvolver mediante a identificação de outros actos normativos que reúnam os requisitos da não aplicabilidade e desnecessidade actuais e a sua eliminação expressa através de novo diploma legal.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º **Objecto**

O presente decreto-lei tem por objecto determinar a não vigência de decretos-leis, em razão de caducidade, revogação tácita anterior ou revogação efectuada pelo presente decreto-lei, estabelecendo, de forma expressa, que tais decretos-leis não se encontram em vigor.

Artigo 2.º **Negócios estrangeiros**

Nos termos do artigo anterior, determina-se a não vigência, na área de atribuições dos negócios estrangeiros, dos seguintes decretos-leis:

- a) Decreto-Lei n.º 60/74, de 18 de Fevereiro, que procedia a equiparações ao nível da prestação de serviço na Delegação Técnica Portuguesa da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha;
- b) Decreto-Lei n.º 87/74, de 5 de Março, que regulava a criação no estrangeiro de institutos de cultura portuguesa e definia a respectiva competência;
- c) Decreto-Lei n.º 137/74, de 4 de Abril, que criava em Viena uma missão permanente para a representação de Portugal no grupo de trabalho ocidental da Conferência para a Redução Mútua e Equilibrada de Forças na Europa Central;
- d) Decreto-Lei n.º 260/74, de 18 de Junho, que criava uma Secretaria de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- e) Decreto-Lei n.º 308/74, de 6 de Julho, que introduziu alterações na Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- f) Decreto-Lei n.º 550/74, de 23 de Outubro, que estabelecia diversas disposições relativas ao pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- g) Decreto-Lei n.º 612/74, de 13 de Novembro, que regulava a emissão de passaportes diplomáticos e de passaportes especiais de serviço;
- h) Decreto-Lei n.º 640/74, de 20 de Novembro, que alterava o regime do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Artigo 3.º

Finanças

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições das finanças, dos seguintes decretos-leis:

- a) Decreto-Lei n.º 34/74, de 4 de Fevereiro, que alterou normas sobre o Grémio dos Seguradores;
- b) Decreto-Lei n.º 50/74, de 15 de Fevereiro, que prorrogava o prazo de vigência das normas relativas às taxas para a Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos;
- c) Decreto-Lei n.º 57/74, de 16 de Fevereiro, que autorizava o Ministro das Finanças a conceder um empréstimo ao Fundo de Renovação e de Apetrechamento da Indústria da Pesca;
- d) Decreto-Lei n.º 58/74, de 16 de Fevereiro, que mantinha o Fundo de Renovação da Marinha Mercante e redefinia as suas atribuições e orgânica;
- e) Decreto-Lei n.º 74/74, de 28 de Fevereiro, relativo à atribuição de incentivos fiscais e de outros benefícios às empresas industriais;
- f) Decreto-Lei n.º 116/74, de 20 de Março, que autorizava os Ministros das Finanças e do Ultramar a outorgarem, em nome do Estado, com diversas empresas, contratos relacionados com a execução do empreendimento de Cabora Bassa;
- g) Decreto-Lei n.º 227/74, de 29 de Maio, relativo ao funcionamento do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos em circunstâncias excepcionais;
- h) Decreto-Lei n.º 241/74, de 6 de Junho, que abria um crédito especial no orçamento de Encargos Gerais da Nação;
- i) Decreto-Lei n.º 270/74, de 21 de Junho, que autorizava pagamentos em conta da verba de despesas de anos findos;
- j) Decreto-Lei n.º 279/74, de 25 de Junho, que transferia para o Banco de Portugal a competência para a autorização de certas operações;
- l) Decreto-Lei n.º 352/74, de 14 de Agosto, que abriu um crédito especial de 100 000 000\$00 no Ministério das Finanças a favor do Ministério da Coordenação Interterritorial;
- m) Decreto-Lei n.º 368/74, de 19 de Agosto, que concedeu aos Governos-Gerais dos Estados de Angola e de Moçambique poderes legislativos para adoptarem providências urgentes que as presentes condições dos mercados monetários e financeiros dos respectivos territórios pudessem vir a exigir;

n) Decreto-Lei n.º 372/74, de 20 de Agosto, que fixou novas remunerações aos servidores civis do Estado e aumentou as pensões de aposentação, de reforma e de invalidez;

o) Decreto-Lei n.º 431/74, de 11 de Setembro, que alterava o quadro de técnicos da Inspeção-Geral de Finanças;

p) Decreto-Lei n.º 436/74, de 11 de Setembro, que manteve a validade da lista dos candidatos aprovados no último concurso para tesoureiros da Fazenda Pública de 2.ª classe;

q) Decreto-Lei n.º 456/74, de 13 de Setembro, que sujeitava a promoção ou a mudança de situação de oficiais das forças armadas, somente quando tais situações resultassem de pedido dos interessados, a certos emolumentos;

r) Decreto-Lei n.º 480/74, de 25 de Setembro, que disciplinava o aumento dos salários de quantitativos iguais ou superiores a 7 500\$00;

s) Decreto-Lei n.º 487/74, de 26 de Setembro, que aumentou os efectivos da Guarda Fiscal;

t) Decreto-Lei n.º 510/74, de 2 de Outubro, que prorrogava o prazo de vigência relativo ao regime aplicável a certos produtos;

u) Decreto-Lei n.º 523/74, de 8 de Outubro, que alterava o regime de exercício das funções de crédito em Macau;

v) Decreto-Lei n.º 525/74, de 8 de Outubro, que aprovou a Orgânica do Ministério das Finanças;

x) Decreto-Lei n.º 537/74, de 12 de Outubro, relativo à Comissão de Crédito e Seguro de Créditos à Exportação Nacional;

z) Decreto-Lei n.º 567/74, de 31 de Outubro, que autorizava a Administração-Geral do Porto de Lisboa a contrair um empréstimo no montante de 25 000 000\$00;

aa) Decreto-Lei n.º 576/74, de 5 de Novembro, que alterou a orgânica da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos;

bb) Decreto-Lei n.º 600/74, de 8 de Novembro, que delimitava o campo de aplicação do regime de isenção de certos direitos de importação;

cc) Decreto-Lei n.º 617/74, de 14 de Novembro, que fixava os vencimentos mensais a abonar ao pessoal da Guarda Fiscal;

dd) Decreto-Lei n.º 621/74, de 15 de Novembro, que autorizava a Caixa Geral de Depósitos a conceder às Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto empréstimos totalizando 341000 contos;

ee) Decreto-Lei n.º 627/74, de 16 de Novembro, que revogava o prémio anual a atribuir pelo Ministério das Finanças com fundos fornecidos por empresas e entidades privadas;

ff) Decreto-Lei n.º 630/74, de 18 de Novembro, que suspendia as eleições dos vogais da Junta do Crédito Público;

gg) Decreto-Lei n.º 656/74, de 23 de Novembro, que definia linhas gerais de política e gestão da função pública e criava uma Comissão Interministerial de Gestão de Pessoal;

hh) Decreto-Lei n.º 662/74, de 26 de Novembro, que prorrogava até final do ano em curso prazo relativo a remunerações de membros dos corpos gerentes dos estabelecimentos do Estado e de determinadas sociedades ou empresas;

ii) Decreto-Lei n.º 672/74, de 29 de Novembro, que estabelecia os termos em que eram fixadas e atribuídas as remunerações dos administradores por parte do Estado;

jj) Decreto-Lei n.º 712/74, de 11 de Dezembro, que estabelecia o processo a que deveria obedecer a dissolução das corporações e providenciava sobre a situação do respectivo pessoal;

ll) Decreto-Lei n.º 728-A/74, de 19 de Dezembro, que autorizava a emissão de um empréstimo interno, amortizável;

mm) Decreto-Lei n.º 731/74, de 20 de Dezembro, que fixava o montante máximo dos empréstimos a contrair pelo Fundo de Renovação e de Apetrechamento da Indústria da Pesca até 31 de Dezembro de 1974;

nn) Decreto-Lei n.º 739/74, de 26 de Dezembro, que alterava normas sobre a organização e a gestão dos programas autónomos;

oo) Decreto-Lei n.º 778/74, de 31 de Dezembro, que prorrogava um prazo relativo ao regime das sociedades gestoras de carteiras de títulos;

pp) Decreto-Lei n.º 779/74, de 31 de Dezembro, que autorizava a emissão de um empréstimo interno amortizável;

qq) Decreto-Lei n.º 787/74, de 31 de Dezembro, que abria um crédito especial a favor do Ministério da Coordenação Interterritorial;

rr) Decreto-Lei n.º 798/74, de 31 de Dezembro, que elevava a taxa de juros das cauções dos exactores depositadas nos cofres do Tesouro;

ss) Decreto-Lei n.º 802/74, de 31 de Dezembro, que prorrogou prazos relativos à Pauta de Importação;

tt) Decreto-Lei n.º 808/74, de 31 de Dezembro, relativo a disposições orçamentais consideradas necessárias à execução dos serviços;

uu) Decreto-Lei n.º 810/74, de 31 de Dezembro, que criou a Comissão Coordenadora das Instituições de Crédito do Sector Público;

vv) Decreto-Lei n.º 811/74, de 31 de Dezembro, que criou o Conselho Consultivo de Crédito;

xx) Decreto-Lei n.º 813/74, de 31 de Dezembro, que prorrogava um prazo relativo à aquisição de casas para habitação;

zz) Decreto-Lei n.º 833/74, de 31 de Dezembro, que prorrogava um prazo relativo à instalação da nova refinaria do Sul;

aaa) Decreto-Lei n.º 834/74, de 31 de Dezembro, que aumentava o quadro do pessoal da Junta do Crédito Público e permitia a admissão de pessoal além do quadro ou em regime de prestação de serviços;

Artigo 4.º

Defesa

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições da defesa, dos seguintes decretos-leis:

a) Decreto-Lei n.º 52/74, de 15 de Fevereiro, que alterou o quadro de oficiais médicos do Serviço de Saúde Militar;

b) Decreto-Lei n.º 88/74, de 6 de Março, que determinava o reajustamento dos quadros aprovados por lei de furriéis, segundos-sargentos e primeiros-sargentos do Exército e estabelecia a forma de operar a distribuição dos respectivos quantitativos;

c) Decreto-Lei n.º 111/74, de 16 de Março, que concedeu uma dotação de uniformes aos mancebos que recebessem preparação com destino a furriéis ou subsargentos do quadro de complemento aquando da sua promoção a estes postos;

d) Decreto-Lei n.º 115/74, de 20 de Março, que acrescia a quantia de 565 320 000\$00 ao montante dos encargos fixados relativamente ao reequipamento do Exército e da Aeronáutica;

e) Decreto-Lei n.º 131/74, de 3 de Abril, que fixava os limites relativos às despesas com obras ou com aquisições de material e à dispensa da realização de concurso e da celebração de contrato escrito que podiam ser autorizadas pelo administrador do Arsenal do Alfeite;

f) Decreto-Lei n.º 142/74, de 8 de Abril, que alterava normas relativas às competências do Arsenal do Alfeite;

g) Decreto-Lei n.º 177/74, de 29 de Abril, que determinava que os oficiais gerais e superiores, do activo ou da reserva, escolhidos para constituírem a Junta de Salvação Nacional fossem promovidos por distinção aos postos de vice-almirante e general de quatro estrelas;

h) Decreto-Lei n.º 201/74, de 14 de Maio, que extinguiu o Comando Territorial do Algarve e atribuía ao Comandante da Região Militar de Évora a adopção das medidas necessárias ao seu cumprimento;

i) Decreto-Lei n.º 207/74, de 17 de Maio, que determinava que não funcionassem, no ano lectivo de 1974-1975, o Curso de Altos Comandos, do Instituto de Altos Estudos Militares, e o Curso Superior Naval de Guerra, do Instituto Superior Naval de Guerra;

j) Decreto-Lei n.º 208/74, de 18 de Maio, que isentava de parte do regime das operações de comércio externo de mercadorias as importações e exportações de material de guerra;

l) Decreto-Lei n.º 209/74, de 21 de Maio, que revogava normas sobre vencimentos e abonos do pessoal das tropas pára-quedistas;

m) Decreto-Lei n.º 211/74, de 21 de Maio, que definia a constituição das tropas pára-quedistas;

n) Decreto-Lei n.º 231/74, de 1 de Junho, que determinava várias providências relativas às remunerações dos militares na situação de reserva em efectividade de serviço;

o) Decreto-Lei n.º 232/74, de 1 de Junho, que fixava o vencimento mensal a abonar aos cadetes-alunos da Academia Militar e da Escola Naval;

p) Decreto-Lei n.º 233/74, de 1 de Junho, que fixava os prês mensais a abonar às praças dos três ramos das Forças Armadas durante o período de prestação de serviço militar obrigatório e às convocadas;

q) Decreto-Lei n.º 321/74, de 10 de Julho, que alterou normas relativas aos quadros de pessoal civil ao serviço das forças armadas nas províncias ultramarinas;

r) Decreto-Lei n.º 377/74, de 21 de Agosto, que alterou as normas que regem as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico;

s) Decreto-Lei n.º 386/74, de 26 de Agosto, que alterou as normas sobre o Depósito Geral de Adidos, o Depósito de Tropas do Ultramar e a companhia de adidos do Governo Militar de Lisboa;

t) Decreto-Lei n.º 412/74, de 6 de Setembro, que extinguiu no Exército e na Força Aérea o posto de primeiro-cabo miliciano e criava, em sua substituição, o posto de segundo-furriel miliciano;

u) Decreto-Lei n.º 429/74, de 11 de Setembro, que introduzia alterações ao quadro orgânico do Instituto de Altos Estudos Militares e ao quadro orgânico da Manutenção Militar;

v) Decreto-Lei n.º 447/74, de 13 de Setembro, que determinava a transição para o Ministério da Defesa Nacional de todas as responsabilidades e competências no âmbito do Serviço Nacional de Ambulâncias;

x) Decreto-Lei n.º 477/74, de 25 de Setembro, que determinava a abolição das propinas de frequência na Escola Central de Sargentos;

z) Decreto-Lei n.º 478/74, de 25 de Setembro, que permitia a concessão de licença sem vencimento pelo período de um ano, renovável, ao pessoal civil dos quadros, integrado na organização militar;

aa) Decreto-Lei n.º 486/74, de 26 de Setembro, relativo ao serviço de intendência da Força Aérea;

bb) Decreto-Lei n.º 499/74, de 1 de Outubro, que constituía uma base aérea na dependência do Comando da 1.ª Região Aérea;

cc) Decreto-Lei n.º 633/74, de 20 de Novembro, que suspendia várias condições de promoção;

dd) Decreto-Lei n.º 636/74, de 20 de Novembro, que concedia aos funcionários do Arsenal do Alfeite um complemento de ordenado com carácter permanente e de atribuição obrigatória para compensação do excesso do seu horário normal de trabalho e para equilíbrio das hierarquias;

ee) Decreto-Lei n.º 665/74, de 27 de Novembro, que alterava o regime do pessoal civil do Museu Militar;

ff) Decreto-Lei n.º 666/74, de 27 de Novembro, que prorrogava prazo no âmbito das categorias das forças armadas;

gg) Decreto-Lei n.º 741/74, de 27 de Dezembro, que alterava a Lei Orgânica da Aeronáutica Militar;

hh) Decreto-Lei n.º 777/74, de 31 de Dezembro, que determinava que pudessem ser agrupados os Conselhos de Especialidade da Força Aérea.

Artigo 5.º
Administração interna

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições da administração interna, dos seguintes decretos-leis:

a) Decreto-Lei n.º 23/74, de 31 de Janeiro, que fixou os soldos e os vencimentos mensais a abonar ao pessoal da Polícia de Segurança Pública;

b) Decreto-Lei n.º 24/74, de 31 de Janeiro, que fixou os soldos e os vencimentos mensais a abonar ao pessoal da Guarda Nacional Republicana e da Guarda Fiscal;

c) Decreto-Lei n.º 156/74 de 19 de Abril, que fixava o quadro do pessoal maior e do pessoal auxiliar contratado dos governos civis;

d) Decreto-Lei n.º 198/74, de 14 de Maio, que estabelecia normas respeitantes ao preenchimento do cargo de comandante-geral da Polícia de Segurança Pública e considerava investido nele, com dispensa de quaisquer formalidades legais, o comandante-geral em exercício;

e) Decreto-Lei n.º 214/74, de 22 de Maio, relativo a atribuições da Polícia Judiciária, da Guarda Fiscal e da Polícia de Segurança Pública;

f) Decreto-Lei n.º 215/74, de 22 de Maio, que estabelecia as funções, além das que já lhes competiam, que passavam a ser atribuídas ao Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública, ao Comando-Geral da Guarda Fiscal, aos governos civis do continente e aos governos civis dos distritos autónomos das ilhas adjacentes;

g) Decreto-Lei n.º 317/74, de 9 de Julho, que permitia a reversão de certos abonos que a lei atribuía aos titulares dos cargos de governador civil a favor dos funcionários que exercessem as correspondentes funções;

h) Decreto-Lei n.º 339/74, de 18 de Julho, que criava no Ministério da Administração Interna o cargo de Subsecretário de Estado da Administração Interna;

i) Decreto-Lei n.º 395/74, de 28 de Agosto, que aumentava o lugar de 2.º comandante-geral no quadro da Polícia de Segurança Pública;

j) Decreto-Lei n.º 417/74, de 7 de Setembro, que autorizava os corpos administrativos e os conselhos de administração das federações de municípios e dos serviços municipalizados a conceder aos seus servidores as melhorias de vencimentos e outras regalias atribuídas aos servidores civis do Estado;

l) Decreto-Lei n.º 430/74, de 11 de Setembro, que mandava reverter para o Estado o activo líquido remanescente de todos os bens móveis e imóveis que pertenceram às extintas Legião Portuguesa e Acção Nacional Popular;

m) Decreto-Lei n.º 501/74, de 1 de Outubro, que alterava o quadro de pessoal maior e do pessoal auxiliar contratado dos governos civis;

n) Decreto-Lei n.º 509/74, de 2 de Outubro, que definia o regime a observar na nomeação de auditor administrativo;

o) Decreto-Lei n.º 556/74, de 31 de Outubro, que atribuía ao Ministro da Administração Interna a competência para designar vogais das comissões administrativas;

p) Decreto-Lei n.º 557/74, de 31 de Outubro, que tornava extensivos certos benefícios aos executados em processo de execução fiscal por dívidas aos corpos administrativos;

q) Decreto-Lei n.º 559/74, de 31 de Outubro, que alterou a redacção do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 430/74, de 11 de Setembro;

r) Decreto-Lei n.º 614/74, de 14 de Novembro, que fixava os vencimentos a abonar mensalmente ao pessoal da Polícia de Segurança Pública;

s) Decreto-Lei n.º 615/74, de 14 de Novembro, que fixava as remunerações a abonar ao pessoal da Guarda Nacional Republicana, no activo e na reserva;

t) Decreto-Lei n.º 626/74, de 16 de Novembro, que autorizava o Governo a subsidiar as autarquias locais;

u) Decreto-Lei n.º 655/74, de 23 de Novembro, que aplicava normas especiais aos elementos da Polícia de Segurança Pública, incluindo os que se encontravam destacados nos territórios ultramarinos;

v) Decreto-Lei n.º 670/74, de 29 de Novembro, que regulamentou a constituição, o funcionamento e as formas de remuneração dos grupos de trabalho intersectoriais ou interdepartamentais;

x) Decreto-Lei n.º 737/74, de 23 de Dezembro, que extinguiu as federações de Casas do Povo;

z) Decreto-Lei n.º 747/74, de 27 de Dezembro, que criava no Ministério da Administração Interna os cargos de Secretário de Estado da Administração Regional e Local e de Secretário de Estado da Administração Pública, extinguindo o cargo de Subsecretário de Estado da Administração Interna;

aa) Decreto-Lei n.º 786/74, de 31 de Dezembro, que determinava que o Fundo de Socorro Social fosse abrangido por um regime específico;

bb) Decreto-Lei n.º 794/74, de 31 de Dezembro, que simplificava as formalidades para a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna efectuar as despesas emergentes da preparação e realização do próximo acto eleitoral.

Artigo 6.º

Justiça

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições da justiça, dos seguintes decretos-leis:

a) Decreto-Lei n.º 29/74, de 1 de Fevereiro, que alterava diversas disposições relativas aos Tribunais Municipais de Lisboa e do Porto;

b) Decreto-Lei n.º 93/74, de 9 de Março, que prorrogava um prazo relativo às sociedades que tinham por objecto a gestão de uma carteira de títulos;

c) Decreto-Lei n.º 220/74, de 27 de Maio, que criava, no Ministério da Justiça, o cargo de Subsecretário de Estado da Administração Judiciária;

d) Decreto-Lei n.º 237/74, de 3 de Junho, que exonerava os membros da Junta Central das Casas dos Pescadores e fixava a composição e as competências de uma comissão administrativa para dirigir aquele organismo;

e) Decreto-Lei n.º 267/74, de 21 de Junho, que exonerava o vice-presidente e os vogais da Junta Central das Casas do Povo e fixava a composição e competências da comissão administrativa que assegurava o exercício das respectivas funções;

f) Decreto-Lei n.º 531/74, de 9 de Outubro, que determinava que em certos bairros administrativos, que simultaneamente tenham a categoria de vila, possa haver um cartório notarial;

g) Decreto-Lei n.º 548/74, de 23 de Outubro, que convertia o cargo de Subsecretário de Estado da Administração Judiciária no de Secretário de Estado da Justiça;

h) Decreto-Lei n.º 571/74, de 31 de Outubro, que estabelecia normas relativas à actualização dos vencimentos de certas categorias de funcionários de justiça, bem como dos conservadores e notários;

i) Decreto-Lei n.º 732/74, de 21 de Dezembro, que regulava a eleição para os cargos directivos da Câmara dos Solicitadores.

Artigo 7.º

Economia

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições da economia, dos seguintes decretos-leis:

a) Decreto-Lei n.º 48/74, de 14 de Fevereiro, que criou, na Secretaria de Estado da Indústria, o Fundo de Fomento Industrial;

b) Decreto-Lei n.º 72/74, de 28 de Fevereiro, que alterava as regras relativas a garantias de liquidez e solvabilidade dos bancos comerciais;

c) Decreto-Lei n.º 108/74, de 15 de Março, que extinguiu o Ministério da Economia e a Secretaria de Estado da Indústria e criou o Ministério da Agricultura e Comércio e o da Indústria e Energia;

d) Decreto-Lei n.º 187/74, de 6 de Maio, que revogava uma disposição do Decreto n.º 551/71, de 15 de Dezembro, sobre a sujeição a registo prévio, no território do continente e ilhas adjacentes, das operações de importação e das de exportação ou reexportação de mercadorias de ou para as províncias ultramarinas;

e) Decreto-Lei n.º 191/74, de 6 de Maio, que criava a Comissão de Controlo do Comércio Externo e definia diversas medidas transitórias para assegurar o regular abastecimento do país em produtos essenciais;

f) Decreto-Lei n.º 252/74, de 12 de Junho, que introduzia alterações ao Estatuto da Empresa Pública de Parques Industriais, relativamente aos poderes do conselho de administração e à prestação de contas;

g) Decreto-Lei n.º 256/74, de 15 de Junho, que determinava que a Junta Nacional da Marinha Mercante e o Fundo de Renovação da Marinha Mercante passassem a depender da Secretaria de Estado da Marinha Mercante;

h) Decreto-Lei n.º 305/74, de 6 de Julho, que estabeleceu normas relativas à comercialização do açúcar em rama e refinado;

i) Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho, que estabelecia os regimes dos preços dos bens ou serviços vendidos no mercado interno;

j) Decreto-Lei n.º 329-B/74, de 10 de Julho, que criou na Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços a Direcção-Geral de Preços (DGP) e extinguiu o Conselho Nacional dos Preços;

l) Decreto-Lei n.º 329-C/74, de 10 de Julho, que criou na Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços a Direcção-Geral do Comércio Interno (DGCI) e extinguiu a Comissão Nacional do Frio;

m) Decreto-Lei n.º 329-D/74, de 10 de Julho, que criou, na Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços, a Direcção-Geral de Fiscalização Económica e extinguiu a Inspecção-Geral das Actividades Económicas;

n) Decreto-Lei n.º 329-E/74, de 10 de Julho, relativo ao abono de juros aos depósitos à ordem, depósitos com pré-aviso e depósitos a prazo;

o) Decreto-Lei n.º 365/74, de 17 de Agosto, relativo aos regimes dos preços dos bens ou serviços vendidos no mercado interno;

p) Decreto-Lei n.º 413/74, de 6 de Setembro, que determinava a abolição do regime de quotas de rateio de ramas de açúcar;

q) Decreto-Lei n.º 437/74, de 11 de Setembro, relativo ao exercício da indústria hoteleira e similares;

r) Decreto-Lei n.º 443/74, de 12 de Setembro, que extinguiu os organismos corporativos dependentes do Ministério da Economia;

s) Decreto-Lei n.º 444/74, de 12 de Setembro, que aprovou o Regulamento da Peneiração das Farinhas em Rama;

t) Decreto-Lei n.º 470/74, de 20 de Setembro, que criou, na Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo, do Ministério da Economia, o cargo de Subsecretário de Estado do Turismo;

u) Decreto-Lei n.º 539/74, de 12 de Outubro, que definia a orgânica geral do Ministério da Economia e das Secretarias de Estado nele compreendidas;

v) Decreto-Lei n.º 540/74, de 12 de Outubro, que reestruturava os serviços da administração pública com funções no sector do comércio externo;

x) Decreto-Lei n.º 631/74, de 18 de Novembro, que alterou o regime do Fundo de Turismo;

z) Decreto-Lei n.º 649/74, de 21 de Novembro, que autorizava a Administração dos Portos do Douro e Leixões a celebrar contrato com a Sociedade Anónima de Refinação de Petróleos em Portugal;

aa) Decreto-Lei n.º 659/74, de 23 de Novembro, que autorizava a Administração dos Portos do Douro e Leixões a contrair na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência um empréstimo;

bb) Decreto-Lei n.º 664/74, de 26 de Novembro, relativo ao exercício da indústria de moagem;

cc) Decreto-Lei n.º 718/74, de 17 de Dezembro, que definia o regime jurídico geral dos contratos de desenvolvimento.

Artigo 8.º

Agricultura e pescas

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições da agricultura e das pescas, do Decreto-Lei n.º 753/74, de 28 de Dezembro, que adoptava providências relativas a pessoal da Escola Prática de Agricultura de D. Dinis.

Artigo 9.º

Obras públicas

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições das obras públicas, dos seguintes decretos-leis:

- a)* Decreto-Lei n.º 12/74, de 17 de Janeiro, que criou a empresa pública do Estado denominada «Empresa de Electricidade da Madeira»;
- b)* Decreto-Lei n.º 164/74, de 22 de Abril, que alterou algumas normas da orgânica do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC);
- c)* Decreto-Lei n.º 805/74, de 31 de Dezembro, que revogou normas relativas à estrutura orgânica das juntas autónomas dos portos.

Artigo 10.º

Transportes

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições dos transportes, dos seguintes decretos-leis:

- a)* Decreto-Lei n.º 138/74, de 5 de Abril, que autorizava a empresa Metropolitano de Lisboa, S. A. R. L., a emitir, em 1974, 300 000 obrigações, do valor nominal de 1 000\$00 cada uma, assim como autorizava a Câmara Municipal de Lisboa a conceder o aval à referida emissão;
- b)* Decreto-Lei n.º 522/74, de 8 de Outubro, que criava na Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações o cargo de Subsecretário de Estado dos Transportes;
- c)* Decreto-Lei n.º 587/74, de 6 de Novembro, que aprovou a Lei Orgânica da Secretaria de Estado da Marinha Mercante;
- d)* Decreto-Lei n.º 619/74, de 14 de Novembro, que alterava as bases do contrato de concessão da TAP;
- e)* Decreto-Lei n.º 654/74, de 22 de Novembro, que autorizava o Governo a contratar com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A. R. L.

Artigo 11.º

Comunicações

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições das comunicações, dos seguintes decretos-leis:

- a)* Decreto-Lei n.º 43/74, de 13 de Fevereiro, que revogou normas sobre as taxas de rota remuneradoras da navegação aérea;

b) Decreto-Lei n.º 281/74, de 25 de Junho, que autorizava a Junta de Salvação Nacional a nomear uma comissão *ad hoc*, de carácter transitório, para controlo da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema;

c) Decreto-Lei n.º 642/74, de 20 de Novembro, que extinguiu o conselho de gerência e o conselho de fiscalização dos CTT e dos TLP e instituiu, em sua substituição, o conselho de administração e o conselho fiscal.

Artigo 12.º

Ambiente

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições do ambiente, dos seguintes decretos-leis:

a) Decreto-Lei n.º 380/74, de 22 de Agosto, que revogava o Decreto-Lei n.º 297/70, de 27 de Junho, relativo ao Parque Florestal de Monsanto;

b) Decreto-Lei n.º 497/74, de 28 de Setembro, que determinava que pudesse ser prorrogado, por portaria do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, o início do prazo consignado no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 445/74, de 12 de Setembro;

c) Decreto-Lei n.º 803/74, de 31 de Dezembro, que determinava que o pessoal da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica a prestar serviço na Comissão Nacional do Ambiente fosse integrado nesta.

Artigo 13.º

Trabalho

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições do trabalho, dos seguintes decretos-leis:

a) Decreto-Lei n.º 303/74, de 6 de Julho, que colocou o Secretariado Nacional da Emigração sob a superintendência do Ministério do Trabalho, exercida através da Secretaria de Estado da Emigração;

b) Decreto-Lei n.º 329/74, de 10 de Julho, que revogou normas do regime de quotização dos sindicatos;

c) Decreto-Lei n.º 341/74, de 18 de Julho, que criou a Secretaria de Estado do Emprego;

d) Decreto-Lei n.º 466/74, de 20 de Setembro, que alargava o prazo durante o qual os trabalhadores podiam exigir o pagamento de créditos resultantes de indemnizações por falta de férias ou pela realização de trabalho extraordinário;

e) Decreto-Lei n.º 551/74, de 23 de Outubro, que providenciava acerca do saneamento e da reestruturação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho;

f) Decreto-Lei n.º 759/74, de 30 de Dezembro, que extinguiu o Comissariado do Desemprego e criava, no Ministério do Trabalho, o Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego;

g) Decreto-Lei n.º 762/74, de 30 de Dezembro, que aprovou a orgânica da Secretaria de Estado do Emprego, criada pelo Decreto-Lei n.º 341/74, de 18 de Julho.

Artigo 14.º

Solidariedade social

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições da solidariedade social, dos seguintes decretos-leis:

a) Decreto-Lei n.º 83/74, de 4 de Março, que reorganizava a Junta de Acção Social, do Ministério das Corporações e Segurança Social, e criava em cada distrito comissões de formação e acção social;

b) Decreto-Lei n.º 162/74, de 20 de Abril, que definia a competência dos Ministérios das Corporações e Segurança Social e da Saúde em matéria de tutela administrativa das instituições particulares de assistência;

c) Decreto-Lei n.º 222/74, de 27 de Maio, que criava no Ministério dos Assuntos Sociais uma comissão, sob a designação de Comissão Coordenadora, para avaliar a actual situação financeira das instituições de previdência social e dos organismos que utilizassem ou administrassem verbas provenientes daquelas instituições;

d) Decreto-Lei n.º 245/74, de 7 de Junho, que autorizava o Instituto da Família e Acção Social a processar os vencimentos do pessoal distribuído no quadro;

e) Decreto-Lei n.º 439/74, de 11 de Setembro, que extinguiu a Junta da Acção Social e subordinava transitoriamente a uma comissão os organismos e serviços administrativa ou financeiramente dependentes da mesma Junta;

f) Decreto-Lei n.º 488/74, de 26 de Setembro, que distribuiu pelos Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais os serviços dos extintos Ministérios das Corporações e Segurança Social e da Saúde;

g) Decreto-Lei n.º 489/74, de 26 de Setembro, que revogou as normas reorganizadoras dos serviços da Direcção-Geral da Assistência Social;

h) Decreto-Lei n.º 490/74, de 26 de Setembro, que autorizava o Ministro dos Assuntos Sociais a alterar, por despacho, as normas que regulavam a composição e o modo de eleição dos corpos gerentes das Casas do Povo;

i) Decreto-Lei n.º 495/74, de 27 de Setembro, que autorizava o Ministro dos Assuntos Sociais a designar comissões directivas para gerir os serviços compreendidos na Direcção-Geral de Assistência Social e estabelecimentos, serviços e instituições oficiais de assistência;

j) Decreto-Lei n.º 591/74, de 6 de Novembro, que transferiu para o Estado todos os arrendamentos em que tivesse outorgado, como inquilino, o Instituto de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal das Instituições de Previdência;

l) Decreto-Lei n.º 599/74, de 7 de Novembro, que extinguiu o Conselho Superior da Acção Social.

Artigo 15.º

Saúde

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições da saúde, dos seguintes decretos-leis:

a) Decreto-Lei n.º 274/74, de 22 de Junho, que determinava que fossem abolidos os exames de Estado de todos os cursos de enfermagem;

b) Decreto-Lei n.º 440/74, de 11 de Setembro, que atribuía o título profissional de enfermeiro aos indivíduos habilitados com o curso de auxiliar de enfermagem;

c) Decreto-Lei n.º 471/74, de 20 de Setembro, que alterava o regime legal da estruturação progressiva e funcionamento regular de carreiras profissionais para os diversos grupos diferenciados de funcionários que prestassem serviço no Ministério da Saúde e Assistência;

d) Decreto-Lei n.º 496/74, de 27 de Setembro, que transferia para a competência do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge a orientação, coordenação e fiscalização do ensino de enfermagem;

e) Decreto-Lei n.º 515/74, de 2 de Outubro, que alterava normas do diploma orgânico do Ministério da Saúde e Assistência;

f) Decreto-Lei n.º 564/74, de 31 de Outubro, que equiparava os lugares de enfermeiro dos quadros da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil aos de enfermeiro de 1.ª classe de carreira do pessoal hospitalar;

g) Decreto-Lei n.º 588/74, de 6 de Novembro, que desvinculou do Centro Hospitalar de Coimbra o Hospital Ortopédico e de Recuperação da Gala, convertendo-o em hospital distrital polivalente;

h) Decreto-Lei n.º 831/74, de 31 de Dezembro, que permitia a remuneração pelo Orçamento Geral do Estado de uma determinada categoria de pessoal do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil.

Artigo 16.º**Educação**

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições da educação, dos seguintes decretos-leis:

a) Decreto-Lei n.º 82/74, de 4 de Março, que permitia que os hospitais escolares fossem dotados de quadros eventuais;

b) Decreto-Lei n.º 179/74, de 30 de Abril, que criava no Ministério da Educação Nacional, no âmbito dos órgãos e serviços centrais, o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, com autonomia administrativa e financeira;

c) Decreto-Lei n.º 221/74, de 27 de Maio, que determinava que a direcção dos estabelecimentos de ensino pudesse ser confiada pelo Ministro da Educação e Cultura a comissões democraticamente eleitas ou a eleger depois de 25 de Abril de 1974;

d) Decreto-Lei n.º 226/74, de 28 de Maio, que reestruturava o Instituto Superior de Economia, procedendo à criação de um conselho directivo, de uma comissão executiva, bem como do cargo de secretário, aos quais estabelece competências;

e) Decreto-Lei n.º 340/74, de 18 de Julho, que extinguiu a Secretaria de Estado da Reforma Educativa, criada no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, e criou a Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica no mesmo Ministério;

f) Decreto-Lei n.º 354/74, de 14 de Agosto, que determinava que fossem remunerados durante as férias escolares de Verão os professores agregados, eventuais ou provisórios de vários graus de ensino;

g) Decreto-Lei n.º 405/74, de 29 de Agosto, que estabelecia as condições necessárias para a concessão da equivalência aos exames de Estado para os magistérios primário, preparatório e secundário;

h) Decreto-Lei n.º 601/74, de 9 de Novembro, que providenciava sobre a regularização das nomeações dos professores eventuais e provisórios colocados nos diversos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário;

i) Decreto-Lei n.º 675/74, de 29 de Novembro, que revogava todas as normas relativas ao provimento automático dos titulares de determinados cargos em lugares de inspector-geral da Junta Nacional da Educação;

j) Decreto-Lei n.º 819/74, de 31 de Dezembro, que atribuía ao lugar de visitadora escolar a categoria da letra M.

Artigo 17.º**Ensino superior**

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições do ensino superior, dos seguintes decretos-leis:

a) Decreto-Lei n.º 225/74, de 28 de Maio, que extinguiu o conselho escolar e demais órgãos directivos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e criou neste Instituto um conselho directivo;

b) Decreto-Lei n.º 280/74, de 25 de Junho, que determinava que o Ministro da Educação e Cultura pudesse autorizar que docentes universitários fossem dispensados de todo o restante serviço nas suas Faculdades ou Escolas para efectuarem trabalhos de investigação científica;

c) Decreto-Lei n.º 299/74, de 4 de Julho, que determinava que a partir do ano escolar de 1974-1975 passassem a ser professados nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques os cursos de bacharelato e de licenciatura em Direito;

d) Decreto-Lei n.º 300/74, de 4 de Julho, que ampliou a autonomia das Universidades de Luanda e de Lourenço Marques.

Artigo 18.º**Cultura**

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições da cultura, dos seguintes decretos-leis:

- a) Decreto-Lei n.º 199/74, de 14 de Maio, que extinguiu as Comissões de Exame e Classificação dos Espectáculos, de Recurso e de Literatura e Espectáculos para Menores;
- b) Decreto-Lei n.º 296/74, de 29 de Junho, que estabelecia providências destinadas a permitir às empresas exibidoras de filmes dispor dos meios financeiros indispensáveis à sua manutenção e desenvolvimento;
- c) Decreto-Lei n.º 752/74, de 28 de Dezembro, que uniformizava os critérios de nomeação dos directores dos museus nacionais.

Artigo 19.º**Presidência do Conselho de Ministros**

Nos termos do artigo 1.º, determina-se a não vigência, na área de atribuições da Presidência do Conselho de Ministros, dos seguintes decretos-leis:

- a) Decreto-Lei n.º 27/74, de 31 de Janeiro, que alterava disposições relativas a vencimentos e regalias económico-sociais dos servidores do Estado;
- b) Decreto-Lei n.º 44/74, de 14 de Fevereiro, que determinava que o bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, procurador à Câmara Corporativa por direito próprio, passasse a ter assento na 7.ª subsecção da secção V;
- c) Decreto-Lei n.º 54/74, de 15 de Fevereiro, que revia as normas que regulam a constituição, as atribuições e o funcionamento das comissões corporativas;
- d) Decreto-Lei n.º 125/74, de 30 de Março, que determinava que ao provimento do lugar de chefe da Repartição Administrativa da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho fosse aplicável o regime previsto para a Casa Civil da Presidência da República;
- e) Decreto-Lei n.º 149/74, de 12 de Abril, que definia os limites da cidade de Braga;
- f) Decreto-Lei n.º 150/74, de 12 de Abril, que alterava o quadro do pessoal da Inspecção-Geral de Minas;
- g) Decreto-Lei n.º 159/74, de 20 de Abril, que adoptava providências relativas à admissão de candidatos ao próximo concurso de habilitação para promoção à 3.ª classe da 2.ª categoria do quadro geral administrativo dos serviços externos da Direcção-Geral de Administração Local;
- h) Decreto-Lei n.º 183/74, de 2 de Maio, que determinava que os capitães dos portos deixassem de exercer as funções de presidentes das Casas dos Pescadores e estabelecia a maneira como se processaria a eleição das direcções e das mesas das assembleias gerais das referidas instituições;
- i) Decreto-Lei n.º 184/74, de 4 de Maio, que determinava que a obrigatoriedade de aceitação de cheques fosse limitada aos cheques de valor superior a 500\$00;
- j) Decreto-Lei n.º 192/74, de 7 de Maio, que determinava que os delegados da Junta de Salvação Nacional junto dos Ministérios civis pudessem praticar actos da competência dos respectivos Ministros;
- l) Decreto-Lei n.º 193/74, de 9 de Maio, que estabelecia que mediante simples despacho a Junta de Salvação Nacional podia determinar a suspensão temporária do exercício das suas funções dos servidores do Estado, organismos corporativos e de coordenação económica;

m) Decreto-Lei n.º 197/74, de 13 de Maio, que criava as delegações do Secretariado Nacional da Emigração em Bordéus, Clermont-Ferrand, Toulouse, Caracas e Montreal;

n) Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, que definia o programa do Governo Provisório e estabelece a respectiva orgânica;

o) Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 de Maio, que garantia a todos os trabalhadores por conta de outrem, incluindo funcionários públicos e administrativos, uma remuneração mensal de 3 300\$ e aprovava um conjunto de benefícios sociais tendo em vista a melhoria da situação das classes que se encontram em pior situação;

p) Decreto-Lei n.º 218/74, de 27 de Maio, que promulgava várias providências destinadas a garantir o funcionamento equilibrado do sistema bancário;

q) Decreto-Lei n.º 236/74, de 3 de Junho, que conferia competência ao Ministro da Administração Interna para nomear comissões administrativas;

r) Decreto-Lei n.º 263/74, de 20 de Junho, que determinava que podiam ser dadas por findas a comissão de serviço de qualquer dos membros do conselho de administração da empresa pública Caixa Geral de Depósitos e as funções de qualquer dos membros do conselho de administração da empresa pública Imprensa Nacional-Casa da Moeda;

s) Decreto-Lei n.º 268/74, de 21 de Junho, que promovia a aplicação ao funcionalismo público e administrativo, com as necessárias adaptações, das providências relativas à fixação de um salário mínimo e ao ajustamento das pensões de aposentação;

t) Decreto-Lei n.º 286/74, de 26 de Junho, que criava uma comissão permanente para apreciar a prática urbanística dos corpos administrativos locais e centrais;

u) Decreto-Lei n.º 298/74, de 2 de Julho, que determinava que, para ocorrer às necessidades de serviço motivadas pela orgânica do Governo Provisório, pudesse ser contratado, além do quadro, ou admitido a título eventual, pessoal com as qualificações necessárias às funções a desempenhar;

v) Decreto-Lei n.º 314/74, de 9 de Julho, que fixou as remunerações a atribuir aos membros da comissão para elaboração do projecto de lei eleitoral;

x) Decreto-Lei n.º 315/74, de 9 de Julho, que determinava a possibilidade de nomeação de comissários do Governo encarregados da missão de preparar relatórios ou estudos sobre a reorganização da administração local e regional e da revisão do direito administrativo;

z) Decreto-Lei n.º 338/74, de 18 de Julho, que extinguiu o Ministério da Coordenação Económica e criou os Ministérios das Finanças e da Economia, fixando a respectiva composição;

aa) Decreto-Lei n.º 342/74, de 18 de Julho, que criou no Ministério da Comunicação Social o cargo de Subsecretário de Estado da Comunicação Social;

bb) Decreto-Lei n.º 348/74, de 3 de Agosto, que fixava a composição do Gabinete do Primeiro-Ministro;

cc) Decreto-Lei n.º 482/74, de 25 de Setembro, que definia o regime da extinção dos grémios da lavoura e suas federações;

dd) Decreto-Lei n.º 484/74, de 26 de Setembro, que definia as gratificações e os abonos a que tinham direito os membros da comissão de reintegração, bem como o pessoal que lhe prestava colaboração;

ee) Decreto-Lei n.º 485/74, de 26 de Setembro, que definia as gratificações e os abonos a que tinham direito os membros da Comissão Interministerial de Reclassificação e das comissões ministeriais para o saneamento e reclassificação, bem como o pessoal de apoio agregado às mesmas comissões;

ff) Decreto-Lei n.º 506/74, de 1 de Outubro, que revogou os Decretos-Leis n.ºs 48 605, de 4 de Outubro de 1968, e 92/73, de 10 de Março, ambos relativos à concessão de pensões vitalícias.

Artigo 20.º**Efeitos**

Quando incida sobre normas cuja vigência já tenha cessado, a determinação de não vigência de actos legislativos, efectuada pelo presente decreto-lei, não altera o momento ou os efeitos daquela cessação de vigência.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 30 de Dezembro de 2010. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Luís Filipe Marques Amado — Fernando Teixeira dos Santos — Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira — Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos — Rui Carlos Pereira — José Manuel Santos de Magalhães — José António Fonseca Vieira da Silva — António Manuel Soares Serrano — António Augusto da Ascensão Mendonça — Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro — Maria Helena dos Santos André — Ana Maria Teodoro Jorge — Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar — José Mariano Rebelo Pires Gago — Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas — Jorge Lacão Costa*

Promulgado em 16 de Maio de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 17 de Maio de 2011.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Ministério da Defesa Nacional**Decreto-Lei n.º 68/2011****de 14 de Junho de 2011**

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, foram alterados, entre outros diplomas, o Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, fixando-se nova redacção para os seus artigos 78.º e 79.º, relativos, respectivamente, a «incompatibilidades» e a «cumulação de remunerações», com vista a eliminar a possibilidade de acumulação de vencimentos públicos com pensões do sistema público de aposentação.

A amplitude desta medida ficou, desde logo, consagrada no n.º 2 do seu artigo 6.º, conferindo ao regime natureza imperativa, que prevalece sobre quaisquer outras normas, gerais ou excepcionais, em contrário, tendo sido expressamente salvaguardados os destinatários do regime constante do Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de Julho.

O regime especial que é aplicável aos deficientes militares não está expressamente excluído do âmbito de aplicação das alterações ao Estatuto da Aposentação que constam do diploma referido por se ter considerado que o particularíssimo regime que se lhes aplica, reflexo da consideração que os valores morais e patrióticos por eles representados devem merecer por parte do Estado, estava excluído, pela sua natureza, da aplicação deste regime.

No entanto, têm surgido dúvidas de interpretação que implicam graves prejuízos para os deficientes militares, uma vez que a aplicação desse regime pode ter como resultado a suspensão do pagamento da reforma dos deficientes militares.

Assim, o presente decreto-lei pretende esclarecer que as limitações ao exercício de funções públicas e à cumulação de pensão e remuneração impostas pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, não são aplicáveis aos deficientes militares, garantindo-se segurança e certeza jurídica quanto ao regime legal aplicável aos deficientes militares relativamente a esta matéria.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

Norma interpretativa do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro

As limitações ao exercício de funções públicas e à cumulação de pensão e remuneração impostas pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, não se aplicam aos deficientes militares abrangidos pelos regimes especiais constantes dos Decretos-Leis n.ºs 43/76, de 20 de Janeiro, 314/90, de 13 de Outubro, e 240/98, de 7 de Agosto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de Março de 2011. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Emanuel Augusto dos Santos* — *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Promulgado em 18 de Maio de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 19 de Maio de 2011.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Decreto-Lei n.º 82/2011

de 20 de Junho de 2011

O presente decreto-lei altera o Código da Estrada, permitindo o cancelamento temporário de matrículas para os veículos de transporte público rodoviário de mercadorias.

Esta medida surge na sequência da actual conjuntura económica e financeira internacional decorrente da crise internacional, a qual tem tido repercussões transversais ao nível nacional, com inevitável impacto negativo nas empresas do sector de transporte público rodoviário de mercadorias, as quais atravessam dificuldades que se reflectem na sua sustentabilidade.

Com esta medida pretende evitar-se que as empresas de transporte público rodoviário de mercadorias suportem determinados custos, como a taxa de cancelamento de matrícula, em caso de imobilização dos respectivos veículos nas situações específicas previstas no presente decreto-lei.

Assim, e em primeiro lugar, estas empresas podem solicitar o cancelamento temporário de matrícula dos veículos pesados de mercadorias junto do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT, I. P.), em duas situações: *i*) quando o veículo tenha sido objecto de candidatura a incentivo ao abate, no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), enquanto o respectivo processo se encontre pendente, e *ii*) quando, por falta de serviço, o veículo esteja imobilizado.

Em segundo lugar, em ambos os casos referidos prevê-se a isenção do pagamento da taxa de cancelamento de matrícula.

Em terceiro lugar, no caso de reposição de matrícula, estes veículos ficam igualmente isentos da inspecção extraordinária e da respectiva taxa de reposição da matrícula.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

O presente decreto-lei aprova o regime de cancelamento temporário da matrícula dos automóveis pesados de mercadorias afectos ao transporte público.

Artigo 2.º

Aditamento ao Código da Estrada

É aditado ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 214/96, de 20 de Novembro, 2/98, de 3 de Janeiro, e 265-A/2001, de 28 de Setembro, pela Lei n.º 20/2002, de 21 de Agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2005, de 23 de Fevereiro, 113/2008, de 1 de Julho, e 113/2009, de 18 de Maio, e pelas Leis n.ºs 78/2009, de 13 de Agosto, e 46/2010, de 7 de Setembro, o artigo 119.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 119.º-A

Cancelamento temporário de matrícula de veículos pesados de mercadorias afectos ao transporte público

1 — Pode ser temporariamente cancelada a matrícula de veículos de transporte público rodoviário de mercadorias, nas seguintes condições:

a) Quando o veículo tenha sido objecto de candidatura a incentivo ao abate, no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), enquanto o respectivo processo se encontre pendente;

b) Quando, por falta de serviço, o veículo esteja imobilizado.

2 — O cancelamento temporário a que se refere o número anterior é requerido nos serviços desconcentrados do IMTT, I. P., ficando sujeito à entrega:

a) Dos documentos de identificação do veículo; e

b) De declaração do proprietário ou legítimo possuidor em como o veículo não é submetido à circulação na via pública sem que seja reposta a matrícula.

3 — O cancelamento temporário a que se refere a alínea *b*) do n.º 1 tem a duração máxima de 24 meses.

4 — Os veículos objecto do presente artigo ficam isentos da taxa de cancelamento de matrícula, bem como, no caso de reposição de matrícula, da respectiva taxa e inspecção extraordinária, salvo os veículos abrangidos pela alínea *a*) do n.º 1 cujas candidaturas tenham sido rejeitadas por falta de cumprimento dos requisitos necessários.»

Artigo 3.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de Março de 2011. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Emanuel Augusto dos Santos* — *Rui Carlos Pereira* — *José Manuel Santos de Magalhães* — *António Augusto da Ascensão Mendonça*.

Promulgado em 6 de Junho de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 6 de Junho de 2011.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

III — DECISÕES DE TRIBUNAIS

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 265/2011

Processo n.º 643/10

O Tribunal Constitucional declara, com força obrigatória geral, a ilegalidade dos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de Julho, republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de Outubro, por violação do disposto no artigo 127.º, n.º 2, do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

(DR, 1.ª série, n.º 121 de 27 de Junho de 2011)

IV — PORTARIAS

Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Defesa Nacional

Portaria n.º 226/2011

de 08 de Junho de 2011

O Decreto-Lei n.º 170/2009, de 3 de Agosto, em execução do disposto nos novos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, previstos na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, veio estabelecer o regime da carreira especial de inspecção, aplicável aos serviços de inspecção previstos no seu artigo 2.º.

Este decreto-lei procede à transição dos trabalhadores integrados nos corpos e carreiras de regime especial das inspecções-gerais, definindo postos de trabalho com modalidade de vínculo e estrutura de carreira próprias, bem como conteúdo e deveres funcionais mais específicos para o exercício da função inspectiva.

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 170/2009, de 3 de Agosto, foi estabelecido que a integração de trabalhadores na carreira especial de inspecção depende da aprovação em curso de formação específico, de duração não inferior a seis meses, que deve ter lugar durante o período experimental, e cuja regulamentação deve ser efectuada por portaria dos membros do Governo responsáveis pela área da Administração Pública e pelo serviço de inspecção.

Considerando que o regime da carreira especial de inspecção se aplica à Inspecção-Geral da Defesa Nacional, serviço que tem por missão assegurar o acompanhamento e avaliação permanentes da execução das políticas na área da defesa, apreciar a legalidade e regularidade dos actos praticados pelas Forças

Armadas, serviços e organismos do Ministério da Defesa Nacional e avaliar a gestão e os seus resultados, importa proceder à regulamentação do curso de formação específico para ingresso naquela carreira, a vigorar naquele serviço de inspecção.

Neste contexto, foi tido em consideração, designadamente, o nível de especialização técnica e as características de relacionamento interpessoal indispensáveis ao exercício de funções naquele serviço.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 170/2009, de 3 de Agosto, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

É aprovado, em anexo à presente portaria e da qual faz parte integrante, o Regulamento do Curso de Formação Específico para Integração de Trabalhadores na Carreira Especial de Inspecção Aplicável à Inspecção-Geral da Defesa Nacional.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Em 5 de Maio de 2011. O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Regulamento do curso de formação específico para integração de trabalhadores na carreira especial de inspecção aplicável à inspecção-geral da defesa nacional.

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece os termos da organização, duração, conteúdo e avaliação do curso de formação específico para integração na carreira especial de inspecção, a que se refere o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 170/2009, de 3 de Agosto, aplicável à Inspecção-Geral da Defesa Nacional (IGDN).

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O Regulamento é aplicável aos trabalhadores nomeados na sequência de procedimento concursal para a ocupação de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da IGDN, caracterizados pela integração na carreira especial de inspecção, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 170/2009, de 3 de Agosto.

Artigo 3.º

Duração e fases do curso

O curso de formação específico tem a duração de seis meses e compreende as seguintes fases:

- a) Formação teórica, com a duração de dois meses;
- b) Formação em contexto de trabalho, com a duração de quatro meses.

Artigo 4.º

Formação teórica

- 1 — A formação teórica destina-se a:
 - a) Proporcionar o conhecimento da actividade de controlo desenvolvida pela IGDN e dos direitos e deveres dos trabalhadores da carreira de inspecção;
 - b) Transmitir um enquadramento teórico das metodologias, procedimentos e técnicas de actuação adoptados pela IGDN;
 - c) Difundir as regras e boas práticas instituídas e evidenciar o processo de comunicação em auditoria.
- 2 — A formação teórica abrange, designadamente, o conjunto de conteúdos constante do quadro anexo ao presente Regulamento.
- 3 — A formação teórica conclui-se com a realização de uma prova de conhecimentos cuja avaliação se traduz numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.
- 4 — O resultado da avaliação é comunicado ao trabalhador pelo júri.

Artigo 5.º

Formação em contexto de trabalho

- 1 — A formação em contexto de trabalho visa desenvolver e avaliar as capacidades do trabalhador para o desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho que vai ocupar.
- 2 — A formação a que se refere o número anterior realiza-se através da participação do trabalhador nas várias fases das acções de controlo e auditoria desenvolvidas pela IGDN.
- 3 — A participação do trabalhador deve ocorrer mediante a sua integração numa equipa multidisciplinar e implica a supervisão do exercício das tarefas que lhe forem adstritas por um coordenador ou inspector da IGDN, em especial quando envolva a realização de trabalho de campo junto dos órgãos, serviços ou entidades objecto da acção.

Artigo 6.º

Avaliação da formação em contexto de trabalho

- 1 — Decorrido o período de formação em contexto de trabalho, procede-se à avaliação dos conhecimentos e competências adquiridos pelo trabalhador nesta fase do curso de formação.
- 2 — À avaliação a que se refere o número anterior é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime vigente para a avaliação das competências dos demais inspectores da IGDN, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
- 3 — Os critérios, os factores de apreciação e ponderação e a fórmula classificativa a utilizar para efeitos da avaliação a que se referem os números anteriores são aprovados por despacho do inspector-geral, a publicitar na *intranet* da IGDN até ao início do período experimental a que respeita o respectivo curso de formação específico.
- 4 — A formação em contexto de trabalho é avaliada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.
- 5 — O resultado da avaliação da formação em contexto de trabalho é comunicado ao trabalhador pelo júri.

Artigo 7.º

Avaliação e ordenação final

- 1 — A avaliação final traduz-se na média aritmética ponderada da classificação obtida na formação teórica a que se refere o n.º 3 do artigo 4.º, com uma ponderação de 30 %, e da classificação obtida na formação em contexto de trabalho a que se refere o artigo 6.º, com uma ponderação de 70 %.

2 — A avaliação final é expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, sendo os trabalhadores ordenados em lista final de acordo com essa escala classificativa.

3 — A ordenação dos trabalhadores que se encontrem em situação de igualdade de avaliação final é efectuada de forma decrescente:

a) Segundo a classificação obtida na formação em contexto de trabalho a que se refere o artigo 6.º;

b) Subsistindo a igualdade, pela classificação obtida na formação teórica a que se refere o artigo 4.º.

4 — A lista com a classificação e ordenação finais é notificada aos trabalhadores, no prazo de oito dias, para efeitos de audiência prévia.

5 — No prazo de cinco dias após a audição dos interessados, a lista final é submetida à homologação do inspector-geral.

6 — A lista homologada é publicitada na *intranet* da IGDN e notificada aos respectivos trabalhadores.

7 — São considerados aprovados os trabalhadores que obtenham avaliação final igual ou superior a 9,5 valores.

Artigo 8.º

Júri e orientador do curso

1 — O acompanhamento do desenvolvimento do curso de formação específico, designadamente assegurando a articulação e coordenação dos vários intervenientes no mesmo, bem como a avaliação dos trabalhadores abrangidos, compete a um júri designado para o efeito.

2 — Compete ao júri a que se refere o número anterior a elaboração do plano e a calendarização do curso, incluindo a proposta de metodologia de avaliação a que se referem os n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, e respectiva submissão à aprovação do inspector-geral.

3 — A constituição, composição, funcionamento e competência do júri obedecem, com as devidas adaptações, ao disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

4 — Por despacho do inspector-geral, é designado um dos membros do júri para exercer as funções de orientador de curso, ao qual incumbe, designadamente, assegurar a prestação do apoio técnico que se afigurar necessário aos trabalhadores, sem prejuízo da orientação hierárquico-funcional existente no concreto contexto de trabalho em que decorra a formação.

5 — O exercício das funções de membro do júri ou de orientador de curso não confere o direito a remuneração ou qualquer outro tipo de compensação financeira.

QUADRO ANEXO

(a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º)

Formação teórica

1 — A IGDN no controlo da administração financeira do Estado:

1.1 — Estrutura organizacional e funcionamento;

1.2 — Missão e competências legais;

1.3 — Caracterização da intervenção da IGDN;

1.4 — Tipologia de produtos de auditoria e controlo;

1.5 — O sistema de controlo interno;

1.6 — As responsabilidades no âmbito do controlo externo.

- 2 — Normas e sistemas para o exercício da profissão de auditor:
 - 2.1 — Normas internacionais de auditoria (INTOSAI, IIA, IFAC e ISACA);
 - 2.2 — O Instituto Português de Auditores Internos;
 - 2.3 — Qualidade no controlo: pessoas, processos e produtos;
 - 2.4 — Normas e boas práticas de controlo;
 - 2.5 — Sistemas de gestão da actividade e de resultados do controlo da IGDN;
 - 2.6 — Tipologia de ilegalidades, erros e irregularidades;
 - 2.7 — Apuramento de responsabilidades na administração financeira do Estado.
- 3 — Ética, deontologia e atitude profissional do auditor:
 - 3.1 — Ética e deontologia na Administração Pública;
 - 3.2 — Ética e deontologia em auditoria e controlo;
 - 3.3 — Perfil do inspector/auditor público;
 - 3.4 — Valores de referência.
- 4 — Técnicas e procedimentos de auditoria:
 - 4.1 — Papéis de trabalho;
 - 4.2 — Programas de controlo em auditoria;
 - 4.3 — *Softwares* específicos para auditoria;
 - 4.4 — Selecção de amostras.
- 5 — O processo da comunicação em auditoria:
 - 5.1 — Relacionamento auditor/auditado;
 - 5.2 — Conceitos adoptados;
 - 5.3 — Entrevistas/contactos a realizar;
 - 5.4 — Relatórios de auditoria;
 - 5.5 — Acções de acompanhamento.
- 6 — Controlo da gestão de recursos públicos:
 - 6.1 — Acompanhamento e avaliação da execução das políticas na área da defesa;
 - 6.2 — Conformidade legal da actividade administrativa;
 - 6.3 — Avaliação da gestão e dos seus resultados;
 - 6.4 — Gestão de riscos e fraude;
 - 6.5 — Princípios, regras e responsabilidades na gestão pública de recursos humanos, financeiros e patrimoniais;
 - 6.6 — Contratação pública de bens e serviços.
- 7 — Legislação:
 - 7.1 — Auditoria;
 - 7.2 — Administração em matérias classificadas;
 - 7.3 — Regime de administração financeira do Estado;
 - 7.4 — Contratação pública;
 - 7.5 — Leis de programação militar e das infra-estruturas militares, e outra específica do sector da defesa nacional;
 - 7.6 — Outra relevante para o sector público.

Ministério das Finanças e da Administração Pública, da Defesa Nacional e da Educação

Portaria n.º 240/2011

de 21 de Junho de 2011

Através da publicação do Decreto-Lei n.º 417/99, de 21 de Outubro, que estabelece o regime especial de mobilidade para o exercício de funções docentes em estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes do Ministério da Defesa Nacional, o Ministério da Educação tem colaborado na cedência de docentes para o exercício de funções docentes e de gestão e administração.

O Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD), na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de Junho, procura garantir uma efectiva avaliação do desempenho docente com consequências na carreira, através da valorização e distinção do mérito, e é aplicável, com as necessárias adaptações, aos docentes do Ministério da Educação em exercício efectivo de funções em estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes do Ministério da Defesa Nacional.

As adaptações ao sistema de avaliação do desempenho previstas no artigo 39.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23 de Junho, estabelecidas pela presente portaria, visam clarificar e garantir a sua articulação com a progressão na carreira e o desenvolvimento profissional dos docentes do Ministério da Educação em exercício efectivo de funções docentes em estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes do Ministério da Defesa Nacional.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 39.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23 de Junho, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças, da Defesa Nacional e da Educação, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

A presente portaria estabelece as adaptações aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes com uma relação jurídica de emprego público com o Ministério da Educação em exercício efectivo de funções docentes integrados em mapas de pessoal dos estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes do Ministério da Defesa Nacional.

Artigo 2.º

Âmbito

O disposto na presente portaria aplica-se aos docentes referidos no artigo anterior integrados na carreira ou em regime de contrato, a prestar funções nos estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes do Ministério da Defesa Nacional.

Artigo 3.º

Avaliação de desempenho

1 — À avaliação de desempenho do pessoal docente referido nos artigos anteriores são aplicáveis as regras estabelecidas no Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23 de Junho, com as adaptações previstas na presente portaria.

2 — Para os docentes a exercer funções no Centro Naval de Ensino a Distância, sempre que não possa haver lugar à observação de aulas, são aplicáveis as regras previstas na Portaria n.º 926/2010, de 20 de Setembro.

CAPÍTULO II

Adaptações ao sistema de avaliação

Artigo 4.º

Comissão de coordenação da avaliação do desempenho

A comissão de coordenação da avaliação do desempenho tem a seguinte composição:

- a) Presidente do conselho pedagógico, que preside;
- b) Três outros docentes do conselho pedagógico, nomeados pelo comandante ou director dos estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes do Ministério da Defesa Nacional.

Artigo 5.º

Júri de avaliação

1 — A avaliação do desempenho do pessoal docente a que se refere a presente portaria compete a um júri de avaliação composto pelos membros da comissão de coordenação da avaliação do desempenho e por um relator.

2 — O relator é proposto pelo coordenador do departamento curricular a que pertence o docente avaliado e designado pelo comandante ou director do estabelecimento ou instituição de ensino dependentes do Ministério da Defesa Nacional.

Artigo 6.º

Recurso

Da decisão de atribuição da avaliação final, bem como da decisão sobre a reclamação prevista no artigo 23.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23 de Junho, cabe recurso para um júri especial de recurso, com a seguinte composição:

- a) Um elemento designado pelo chefe de estado-maior de quem depende o estabelecimento ou instituição de ensino, que preside;
- b) O relator;
- c) Um docente, indicado pelo recorrente.

Artigo 7.º

Avaliação de docentes com função de coordenação

As funções exercidas pelo coordenador do departamento curricular são avaliadas por um docente da comissão de coordenação da avaliação do desempenho nomeado pelo comandante ou director do estabelecimento ou instituição de ensino.

Artigo 8.º

Acompanhamento

O Ministério da Defesa Nacional, através da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, acompanha o processo de avaliação do desempenho do pessoal docente a que se refere a presente portaria e assegura a ligação com os órgãos referidos no artigo 34.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23 de Junho.

Artigo 9.º

Monitorização

No final do ciclo de avaliação, cada estabelecimento ou instituição de ensino dependente do Ministério da Defesa Nacional, de acordo com orientações emanadas pelo conselho científico para a avaliação de professores do Ministério da Educação e através do respectivo canal hierárquico, apresenta um relatório sobre o desenvolvimento deste processo à Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, que o remete ao referido conselho.

Artigo 10.º

Ciclo avaliativo de 2007-2009

1 — A avaliação do desempenho dos docentes a que se refere a presente portaria, em exercício efectivo de funções docentes integrados em mapas de pessoal dos estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes ou sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional, realizada no ciclo avaliativo de 2007-2009, pode ser reconhecida para os efeitos previstos no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, na redacção que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de Junho, nomeadamente para a progressão na carreira.

2 — O reconhecimento da avaliação do desempenho para os efeitos previstos no número anterior fica dependente de terem sido observados os requisitos constantes do regime jurídico da avaliação de desempenho em vigor no ciclo avaliativo referido no número anterior, nomeadamente os requeridos para a atribuição das menções de *Muito bom* e *Excelente*.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*, em 8 de Junho de 2011. — Pelo Ministro da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*, Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, em 31 de Maio de 2011. — Pela Ministra da Educação, *José Alexandre da Rocha Ventura Silva*, Secretário de Estado Adjunto e da Educação, em 31 de Maio de 2011.

Ministério da Defesa Nacional**Portaria n.º 254/2011****de 30 de Junho de 2011**

O Decreto-Lei n.º 249/95, de 21 de Setembro, determinou no artigo 1.º que os regulamentos dos uniformes dos militares da Marinha, Força Aérea e Exército são aprovados por portaria.

No que respeita ao Exército, tal ainda não aconteceu, mantendo-se em vigor o Decreto n.º 37 211, de 14 de Dezembro de 1948.

Sucede que, com o fim do Serviço Militar Obrigatório, o Exército passou a contar nas suas fileiras apenas com voluntários e contratados, também do sexo feminino.

Simultaneamente, o Exército protagonizou um emprego operacional crescente em missões humanitárias e de paz, com a participação de forças e elementos nacionais destacados em diversos teatros de operações.

Estas circunstâncias, potenciadas pelo processo de transformação do Exército, consubstanciaram uma significativa alteração do paradigma institucional, com impactes multidisciplinares, compreendendo a necessidade de se introduzirem e actualizarem alguns artigos de fardamento e equipamento militares.

Perante a necessidade de dotar o Exército do instrumento legal adequado à aprovação dos respectivos uniformes, matéria que, pela sua natureza, carece de frequente actualização, o Regulamento que agora se aprova constitui, a par de uma reformulação global da legislação antecedente, uma sistematização de toda a matéria anteriormente dispersa por diversos diplomas.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 249/95, de 21 de Setembro, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

É aprovado o Regulamento de Uniformes dos Militares do Exército, adiante designado por RUE, publicado em anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante.

Artigo 2.º

Uniformes dos alunos dos estabelecimentos militares de ensino

Os regulamentos de uniformes dos alunos do Colégio Militar, do Instituto de Odivelas e do Instituto dos Pupilos do Exército são aprovados por despacho do Chefe do Estado-Maior do Exército.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

Nos termos e para os efeitos do previsto nos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 249/95, de 21 de Setembro, a presente portaria entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação, ficando revogadas todas as disposições que contrariem o disposto no Regulamento ora aprovado.

O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*, em 17 de Maio de 2011.

Regulamento de Uniformes dos Militares do Exército (RUE)

CAPÍTULO I

Disposições preliminares e gerais

SECÇÃO I

Definições

Artigo 1.º

Definições legais

Para efeitos do disposto no presente Regulamento, considera-se:

- a)* Uniforme — vestuário e calçado padronizado que caracteriza os membros de uma instituição ou organização. Os uniformes do Exército podem ser de vários tipos e são utilizados conforme as diferentes situações e ocasiões de serviço que caracterizam os militares do Exército;
- b)* Artigos do uniforme — peças de vestuário ou calçado, constituintes do uniforme;
- c)* Artigos complementares — artigos de fardamento e peças de vestuário não considerados como artigos do uniforme por não fazerem parte da constituição base do uniforme tipo. Destinam-se a satisfazer as exigências específicas de funções, serviços ou actividades, à protecção do pessoal e dos próprios uniformes, bem como ao adorno e apresentação dos militares do Exército;
- d)* Peça de fardamento — qualquer artigo de uniforme ou artigo complementar;
- e)* Distintivos — símbolos destinados a representar o Exército, os seus quadros, categorias hierárquicas e postos, especialidades, funções especiais e de serviço, o pessoal em serviço e as unidades. Os distintivos são usados exclusivamente por militares e desde que autorizado o direito ao seu uso;

f) Tempo de vida útil do uniforme ou da peça de fardamento — período de tempo ou prazo que, em condições de utilização normal, o artigo deverá durar, mantendo as características de funcionalidade para que foi criado.

SECÇÃO II

Disposições gerais

Artigo 2.º

Generalidades

1 — O RUE define os tipos e a composição dos uniformes, os artigos do uniforme, os artigos complementares, os distintivos, as condições do seu uso e as normas referentes à sua confecção em qualidade, dimensões e feitios, modelos, padrões e cores.

2 — O uso de qualquer peça de fardamento ou distintivo pode ser suspenso mediante despacho fundamentado do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME).

Artigo 3.º

Âmbito do RUE

1 — O presente Regulamento é aplicável a todos os militares do Exército.

2 — Durante os actos de serviço é obrigatório o uso de uniforme.

3 — No interior das unidades, estabelecimentos ou órgãos (U/E/O), compete aos respectivos comandantes, directores ou chefes (Cmdt/Dir/Ch) fixar o uniforme a usar, em função das condições climáticas ou das características específicas para execução de determinadas tarefas ou serviços internos.

4 — No exterior das U/E/O, compete à estrutura superior de comando do Exército fixar os uniformes a usar pelos militares.

5 — Não é permitido o uso de uniforme ao militar nas seguintes situações, designadamente:

- a) Em actividades de carácter político, eleitoral ou partidário;
- b) Em espectáculos, salvo quando devidamente autorizado a participar ou a fazer parte da respectiva organização, ou participar integrado em forças militares que actuem no âmbito do espectáculo;
- c) Na disponibilidade ou licenciado, salvo quando tenha de se apresentar para efeitos de convocação ou mobilização para serviço militar efectivo e durante a prestação desse serviço;
- d) Na situação de licença ilimitada ou colocado em empresas civis, salvo quando tenha de se apresentar para serviço militar efectivo e durante a prestação desse serviço;
- e) Na captação de imagem facial para efeitos de identificação civil;
- f) Em situações expressamente determinadas por entidades competentes ou previstas em legislação aplicável.

6 — O militar que preste serviço efectivo nas forças de segurança, pode optar pelo uso dos uniformes vigentes nessas corporações, com excepção dos oficiais gerais, que mantêm os uniformes do Exército.

7 — Os militares quando estiverem colocados em cargos fora da estrutura das Forças Armadas podem usar traje civil no exercício da função.

8 — Os militares nas situações de reserva ou de reforma, na efectividade de serviço, usam os uniformes em vigor à data do seu regresso ao serviço.

9 — Os militares nas situações de reserva ou de reforma, fora da efectividade de serviço, podem usar em cerimónias militares os uniformes em vigor à data em que transitaram para aquelas situações.

Artigo 4.º**Deveres de observância do RUE**

1 — É dever de todos militares manter uma rigorosa observância das normas do presente Regulamento e assegurar as recomendações de limpeza e conservação dos artigos de fardamento, bem como não lhes introduzir alterações que modifiquem a sua configuração ou dimensões regulamentadas.

2 — Não é permitido o uso com traje civil de artigos de uniforme ou de artigos complementares previstos no RUE.

3 — É proibido alterar tecidos, padrões, cortes, dimensões ou formas aprovadas, bem como substituir os artefactos neles prescritos.

4 — No exterior das U/E/O compete à Polícia do Exército zelar pelo cumprimento do presente Regulamento.

5 — À cadeia de comando compete zelar pelo cumprimento do RUE, em conformidade com as disposições do Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e outra legislação aplicável em vigor.

Artigo 5.º**Distribuição dos uniformes**

1 — Aos militares do Exército é atribuída uma dotação individual de fardamento (DIF), cuja composição e condições de atribuição são definidas por despacho do CEME.

2 — Para o cumprimento de missões específicas, compete ao CEME, mediante despacho, a aprovação das respectivas DIF.

3 — Os artigos de fardamento atribuídos pelo Estado aos militares não são sujeitos a espólio, caso tenham ultrapassado o seu tempo de vida útil.

4 — A gestão dos artigos de fardamento à carga das U/E/O é da responsabilidade dos respectivos Cmdt/Dir/Ch.

CAPÍTULO II**Plano de uniformes****Artigo 6.º****Tipos de uniformes**

1 — Os tipos de uniformes do Exército são:

- a)* Grande uniforme (anexo I — quadros n.ºs 1 e 1-A);
- b)* Uniforme da jaqueta (anexo I — quadros n.ºs 2 e 2-A);
- c)* Uniforme de cerimónia para Banda do Exército (anexo I — quadros n.ºs 3 e 3-A);
- d)* Uniforme n.º 1 (anexo I — quadros n.ºs 4, 4-A, 5, 5-A e 5-B);
- e)* Uniforme n.º 2 (anexo I — quadros n.ºs 6, 6-A, 6-B, 6-C e 6-D);
- f)* Uniforme n.º 3 (anexo I — quadros n.ºs 7 e 7-A);
- g)* Uniforme de educação física (anexo I — quadro n.º 8);
- h)* Uniformes especiais.

2 — A descrição dos uniformes referidos nas alíneas *a)* a *g)* do número anterior bem como a aplicação dos artigos de uniforme e artigos complementares constam, respectivamente, dos quadros dos anexos I e II ao presente Regulamento, de que são parte integrante.

Artigo 7.º
Uniformes especiais

- 1 — São os uniformes não tipificados no RUE usados em tarefas específicas.
- 2 — Atendendo à especificidade, à rápida evolução técnica e ao grau de protecção que os uniformes especiais devem conferir aos utilizadores, admite-se a necessidade da sua progressiva actualização.
- 3 — Compete ao CEME fixar e actualizar, mediante despacho, os uniformes especiais.

CAPÍTULO III
Descrição e aplicação dos artigos de uniforme

Artigo 8.º
Boné do grande uniforme

- 1 — Descrição:
 - a) Boné do grande uniforme para oficial (anexo III — fig. 1):
 - i) Confeccionado em lã elasticotina na cor azul - ferrete com pala de polimento;
 - ii) O francalete é de cordão de ouro, sendo seguro por dois botões em metal dourado de formato pequeno;
 - iii) Na frente e na parte superior, tem bordado a fio de ouro um troféu com as armas nacionais, sendo a Cruz de Cristo do mesmo bordada a vermelho. Na parte cilíndrica abaixo do troféu e por cima do francalete, é colocado o emblema do Exército, bordado a fio de ouro, ladeado de bordados de folhas de carvalho. No caso do boné dos oficiais gerais, o emblema indicativos do Exército é substituído por uma estrela bordada a fio ouro, de padrão n.º 2;
 - iv) Na pala, conforme os postos, são usados os bordados de folhas de carvalho;
 - v) Os vivos do tampo e os bordos da parte cilíndrica são de veludo vermelho, sendo o boné igual para todos os oficiais, excepto o dos oficiais gerais, que, além desses mesmos vivos, tem também o bordado na parte cilíndrica;
 - b) Boné do grande uniforme para sargento (anexo III — fig. 1A):
 - i) De modelo igual ao de oficial;
 - ii) O francalete é de cordão de seda preta;
 - iii) A pala é lisa e não tem vivos no tampo.
- 2 — Aplicação:
 - a) Grande uniforme;
 - b) Uniforme da jaqueta.

Artigo 9.º
Dólmán do grande uniforme

- 1 — Descrição:
 - a) Dólmán do grande uniforme para oficial (anexo III — figs. 2 e 2A):
 - i) Confeccionado em lã elasticotina na cor azul-ferrete;
 - ii) Aperta ao meio do peito por alamares de cordões duplos de torçal de seda preta que prendem por travincas, também de seda preta, sendo a primeira travinca pregada a 3 cm abaixo da gola e a última na cintura; o modelo masculino aperta por seis alamares (fig. 2) e o modelo feminino por cinco alamares (fig. 2A);

- iii) Com guarnições nas costas, todo contornado a fita e *soutache* de seda preta;
 - iv) Tem três algibeiras, sendo duas exteriores e laterais na linha da cintura, tendo guarnições de fita e *soutache* e a terceira interior no lado esquerdo;
 - v) A parte superior da gola é protegida por um vivo do próprio tecido e uma gola de plástico branco simulando o colarinho da camisa;
 - vi) As mangas são guarnecidas conforme o modelo da figura e tem uma *soutache* de seda preta na parte inferior entre esta e os distintivos do posto;
 - vii) As platinas de cerimónia são de cordão de fio de ouro, amovíveis, com um botão em metal dourado de formato pequeno;
 - viii) Os canhões da manga têm a forma indicada na figura;
 - ix) A gola e os canhões são do tecido do dólman e sobre a gola é colocada a respectiva carcela do corpo ou quadro especial a que o militar pertencer, bordada a fio de ouro sobre veludo da cor correspondente e avivada a *soutache* dourada;
 - x) A colocação dos distintivos de posto é a descrita nos artigos 121.º e 123.º;
- b) Dólman do grande uniforme para sargento:
- i) De modelo igual ao de oficial;
 - ii) Não são aplicadas platinas de cerimónia.
- 2 — Aplicação — grande uniforme.

Artigo 10.º

Calça do grande uniforme

1 — Descrição:

- a) Calça do grande uniforme para oficial (anexo III — fig. 3):
- i) Confeccionada em lã elasticotina na cor azul ferrete, tem duas algibeiras abertas verticalmente nas costuras exteriores, tendo assentes sobre estas uma lista de galão dourado com a largura de 5,5 cm para os oficiais generais e de 2,5 cm para os restantes oficiais e cadetes da Academia Militar;
 - ii) O comprimento da calça é regulado para que a sua orla inferior caia naturalmente sobre o sapato. As frentes têm duas pregas e fecham por meio de braguilha, que abotoa com cinco botões ou fecho de correr;

b) Calça do grande uniforme para sargento (anexo III — fig. 3A):

- i) De modelo igual ao de Oficial;
- ii) Não é aplicada a lista de galão dourado.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme;
- b) Uniforme da jaqueta

Artigo 11.º

Camisa branca do grande uniforme

1 — Descrição:

- a) Camisa branca do grande uniforme (anexo III — fig. 4);
- b) Confeccionada em tecido de algodão branco;
- c) Compõe-se de frentes, costas e mangas;
- d) É lisa e sem colarinho.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme;
- b) Uniforme de cerimónia de Banda do Exército.

Artigo 12.º

Sapatos de polimento preto

1 — Descrição:

- a) Sapatos de polimento preto (anexo III — fig. 5);
- b) Confeccionados em calfe com polimento preto;
- c) Têm biqueiras sobrepostas, sendo apertados à frente, ao peito do pé, através de atacadores pretos de algodão, em cinco pares de furos.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme;
- b) Uniforme da jaqueta;
- c) Uniforme de cerimónia de Banda do Exército;
- d) Uniforme n.º 1.

Artigo 13.º

Peúgas pretas

1 — Descrição:

- a) Peúgas pretas (anexo III — fig. 6);
- b) Confeccionadas em algodão mercerizado preto;
- c) São lisas e ajustadas à perna por canhão elástico.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme;
- b) Uniforme da jaqueta;
- c) Uniforme de cerimónia de Banda do Exército;
- d) Uniforme n.º 1;
- e) Uniforme n.º 2 (com sapatos).

Artigo 14.º

Luvras brancas de calfe

1 — Descrição:

- a) Luvras brancas de calfe (anexo III — fig. 7);
- b) Confeccionadas em pelica;
- c) São lisas e de cor branca;
- d) Têm nervuras longitudinais nas costas da mão, abotoando com um botão de luva branco.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme;
- b) Uniforme da jaqueta;
- c) Uniforme n.º 1.

Artigo 15.º

Boné do grande uniforme modelo feminino (m/F)

1 — Descrição:

a) Boné do grande uniforme para oficial (anexo III — fig. 8):

- i) Confeccionado em feltro na cor azul-ferrete, de forma cilíndrica com abas;
- ii) Na base da copa tem uma cinta preta que a envolve, sendo aplicados, de cada lado, um botão pequeno de metal dourado de formato pequeno, onde é fixado o frascalete dourado;
- iii) O Escudo Nacional, sobre esfera armilar e o emblema do Exército são bordados a fio de ouro;

b) Boné do grande uniforme para sargento:

- i) De modelo igual ao de oficial;
- ii) O frascalete é de cordão de seda preta.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme;
- b) Uniforme da jaqueta.

Artigo 16.º

Sapatos de polimento preto m/F

1 — Descrição:

- a) Sapatos de polimento preto m/F (anexo III — fig. 9);
- b) Manufacturados em calfe com polimento preto;
- c) São decotados e sem atacadores, tendo um salto de 6 cm.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme;
- b) Uniforme da jaqueta;
- c) Uniforme de cerimónia de Banda do Exército;
- d) Uniforme n.º 1.

Artigo 17.º

Meias

1 — Descrição:

- a) Meias (anexo III — fig. 10);
- b) São do tipo *collant*;
- c) Confeccionadas em poliamida transparente;
- d) São lisas e sem costura.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme;
- b) Uniforme da jaqueta;
- c) Uniforme de cerimónia de Banda do Exército;
- d) Uniformes n.ºs 1 e 2.

Artigo 18.º**Jaqueta****1 — Descrição:****a) Jaqueta para oficial (anexo III — fig. 11):**

- i)* Confeccionada em lã elasticotina na cor azul-ferrete, sendo cintada e forrada com cetim preto;
- ii)* A gola é voltada com bandas e de comprimento um pouco abaixo da linha da cintura;
- iii)* Na frente, tem duas ordens divergentes de quatro botões pequenos de metal dourado de formato pequeno, sendo os inferiores de cada ordem pregados à distância de 5 cm das bainhas;
- iv)* Na linha da costura existem duas casas, onde abotoam dois pequenos botões formando carrinho;
- v)* As costas são de talhe cintado e com meios quartos;
- vi)* Os canhões das mangas são iguais aos do dólman do grande uniforme;
- vii)* A colocação dos distintivos de posto é a descrita nos artigos 121.º e 123.º;
- viii)* Nos ombros, sobre as costuras, são aplicadas platinas de cerimónia;

b) Jaqueta para sargento:

- i)* De modelo igual à do oficial;
- ii)* Não são aplicadas platinas de cerimónia.

2 — Aplicação — uniforme da jaqueta.**Artigo 19.º****Colete****1 — Descrição:**

- a)* Colete (anexo III — fig. 12);
- b)* Confeccionado em pique branco;
- c)* Abotoa com três botões iguais aos da jaqueta.

2 — Aplicação — uniforme da jaqueta (pessoal masculino).**Artigo 20.º****Camisa do uniforme da jaqueta****1 — Descrição:**

- a)* Camisa do uniforme da jaqueta para pessoal masculino (anexo III — fig. 13);
- b)* Composta de frente, costas e mangas;
- c)* De *popeline* branca com peitilho e punhos gomados, fechando em carcela ou colarinho de pontas viradas.

2 — Aplicação — uniforme da jaqueta.**Artigo 21.º****Laço****1 — Descrição:**

- a)* Laço (anexo III — fig. 14);
- b)* Confeccionado em gorgorão de seda preta sem brilho, com pontas rectangulares.

2 — Aplicação — uniforme da jaqueta.

Artigo 22.º
Jaqueta m/F

1 — Descrição:

- a) Jaqueta m/f para oficial (anexo III — fig. 15):
 - i) Confeccionada em lã elasticotina na cor azul-ferrete;
 - ii) Na frente, corte de jaqueta com bandas em bico, ligeiramente arredondadas de cada lado, numa ordem divergente de três botões em metal dourado de formato pequeno, ficando o primeiro a uma distância do vértice da aba igual à do intervalo entre eles;
 - iii) Na linha de cintura existem duas casas onde abotoam dois botões pequenos de metal dourado, formando carrinho;
 - v) Com os emblemas indicativos do corpo ou quadro especial bordados a fio de ouro, no tecido igual ao da jaqueta;
 - vi) Corte traseiro de quartos com forro de galão de seda preta, continuando até ao rebordo da base;
 - vii) As mangas são compridas, fechadas e ataviadas a galão de seda preta com galões em dourado;
 - viii) A colocação dos distintivos de posto é a descrita nos artigos 121.º e 123.º;
 - ix) Nos ombros, sobre as costuras, existem pontos de fixação de platinas de cerimónia;
 - x) A jaqueta é forrada interiormente a cetim na cor preta com pré-encolhimento;

b) Jaqueta m/F para sargento:

- i) De modelo igual ao do oficial;
- ii) Não são aplicadas platinas de cerimónia.

2 — Aplicação — uniforme da jaqueta.

Artigo 23.º
Camisa branca do uniforme da jaqueta m/F

1 — Descrição:

- a) Camisa branca do uniforme da jaqueta m/F (anexo III — fig. 16);
- b) Confeccionada em tecido de algodão branco, tipo camiseiro, tendo os colarinhos virados;
- c) As frentes levam quatro nervuras sobre a linha do peito, separadas entre elas com um macho de 0,3 cm sobre a carcela dos botões;
- d) As mangas terminam com punhos.

2 — Aplicação:

- a) Uniforme da jaqueta m/F.

Artigo 24.º
Faixa

1 — Descrição:

- a) Faixa (anexo III — fig. 17);
- b) Confeccionada em cetim de seda preta;
- c) Subferrada a cetim branco, é justa à cintura fechando nas pontas com uma fivela de metal dourado, tipo de encaixe;
- d) As pontas são fixas, com fita de relevo.

2 — Aplicação:

- a) Uniforme da jaqueta m/F.

Artigo 25.º

Saia do uniforme da jaqueta

1 — Descrição:

- a) Saia do uniforme da jaqueta (anexo III — fig. 19):

i) Confeccionada em lã elasticotina na cor azul-ferrete, com comprimento ligeiramente abaixo da curva do joelho, de linha direita, sendo forrada a alpaca preta;

ii) À frente e atrás tem duas pinças cosidas a partir do cós, fecha na costura de trás com fecho de correr, tendo na parte inferior da mesma costura uma abertura com 20 cm;

iii) A cintura é justa, com cós, fechando atrás através de um botão;

- b) Saia comprida do uniforme da jaqueta (anexo III — fig. 19A):

i) Confeccionada em lã elasticotina na cor azul-ferrete, com comprimento de forma a encobrir o tornozelo, tendo a cintura subida e justa, sendo forrada a alpaca preta;

ii) À frente e atrás, de cada lado tem duas costuras, marcando da cinta para baixo o aumento da roda, fechando do lado esquerdo com fecho de correr.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme B m/F (saia comprida);

- b) Uniforme da jaqueta m/F.

Artigo 26.º

Carteira do uniforme da jaqueta

1 — Descrição:

- a) Carteira do uniforme da jaqueta (anexo III — fig. 18);

- b) Manufacturada em pastão envernizado de cor preta;

- c) Lisa, com a forma paralelepípedica;

d) Tem frente e traseira rectangulares de 15 cm de altura e 26 cm de comprimento, com os cantos inferiores em bico com reforço em metal dourado;

- e) A traseira é prolongada de forma a constituir a pala, fechando com mola de pressão;

- f) Interiormente tem uma bolsa com fecho de 18 cm.

2 — Aplicação:

- a) Uniforme da jaqueta m/F.

Artigo 27.º

Boné do uniforme de cerimónia para Banda do Exército

1 — Descrição:

- a) Boné do uniforme de cerimónia para Banda do Exército (anexo III — fig. 20);

- b) Confeccionado em tecido de lã e de ligamento elasticonite;

c) É composto por tampo, parte cilíndrica, parte superior (entre o tampo e a parte cilíndrica), francalete e pala de polimento;

d) A parte cilíndrica de cor vermelha tem 5 cm de altura, é entretelada e tem uma única costura vertical na parte de trás do barrete;

e) A parte superior de cor azul-ferrete tem quatro costuras, duas laterais, uma na frente e outra atrás, além da costura do tampo. Esta última costura leva interiormente um arame com 3 mm de espessura, com o intuito de manter o tampo convenientemente distendido;

f) A costura do tampo com a parte superior leva um vivo de cor vermelha;

g) A pala de polimento de cor preta, vincada a 5 mm do debrum, tem um comprimento de 5 cm e uma inclinação de 45°;

h) A pala é debruada com uma tira pespontada de 3 mm de largura. Para os oficiais, a pala leva em toda a volta um vivo dourado com cerca de 5 mm de largura. O francalete é de fio de ouro e liga ao barrete por meio de dois botões de metal dourado de formato pequeno;

i) Na frente, sobre a costura da parte superior de cor azul-ferrete, leva o laço nacional vermelho e verde, ficando esta última cor ao centro;

j) O prego de furação é de metal de cor amarela e fica visível;

l) Na parte cilíndrica de cor vermelha, leva o emblema do Exército.

2 — Aplicação — uniforme de cerimónia para Banda do Exército.

Artigo 28.º

Casaco do uniforme de cerimónia para Banda do Exército

1 — Descrição:

a) Casaco do uniforme de cerimónia para Banda do Exército (anexo III — fig. 21);

b) Confeccionado em tecido de lã e de ponto elasticotina na cor azul-ferrete;

c) É composto essencialmente por frente, costas, mangas e gola;

d) O casaco aperta, ao meio do peito, por oito botões metálicos dourados, grandes e cunhados com o emblema da Banda do Exército. São igualmente espaçados, sendo o primeiro pregado 3 cm abaixo da gola e o último na cintura. A frente apresenta um vivo amarelo a todo o comprimento;

e) As costas apresentam na cintura dois botões metálicos dourados de formato grande, distanciados entre si de 7 cm. A partir dos botões da cintura para baixo, existem duas aplicações sob a forma de algibeira, no sentido do comprimento, avivadas a amarelo e com casas de pano vermelho, tendo, cada uma, um botão metálico dourado de formato pequeno. As costas apresentam igualmente uma racha com vivo amarelo e com 24 cm a 26 cm de comprimento;

f) Nos ombros, as platinas, debruadas com fita amarela e forradas com tecido da mesma cor, são fixadas nas costuras das mangas, abotoando junto à gola com botão metálico dourado de formato pequeno. Igualmente nos ombros, aplicam-se granadeiras, que têm uma passadeira inferior para se enfiar nas platinas e que se atam por baixo do braço. A respectiva guarnição é de lã amarela;

g) Os canhões das mangas são vermelhos, de pano de lã e poliamida e com 7,5 cm de altura. Apresentam um vivo amarelo na união com as mangas, de cerca de 4 mm a 5 mm de largura e carcela do mesmo pano com 15 cm de altura e 5 cm de largura, na parte mais larga;

h) A carcela tem três casas de tecido azul-ferrete, onde são colocados três botões metálicos pequenos;

i) A gola é direita e feita de pano vermelho, tendo as pontas ligeiramente arredondadas, que são fechadas através de colchetes, sendo avivada em toda a volta por vivo amarelo;

j) Os quartos anteriores apresentam uma carcela em tecido azul-ferrete com 12 cm de comprimento e com guarnições de cordão branco, tendo a exterior um «nó húngaro»;

l) Sobre a carcela, e de ambos os lados, é aplicado o emblema dourado da Banda do Exército;

m) O casaco¹ é forrado com pano branco constituído por fibra 70 % algodão e 30 % viscose.

2 — Aplicação — uniforme de cerimónia para Banda do Exército.

Artigo 29.º

Calça do uniforme de cerimónia para Banda do Exército

1 — Descrição:

- a)* Calça do uniforme de cerimónia para Banda do Exército (anexo III — fig. 22);
- b)* Confeccionada em tecido mesclado azul-claro e cinzento, tendo uma lista vermelha colocada sobre cada uma das costuras das ilhargas e com 4,5 cm de largura;
- c)* O comprimento da calça deve ser determinado para que a orla inferior diste 3 cm do solo, quando se tome a posição de sentido;
- d)* Tem quatro passadores no cóis;
- e)* Tem algibeiras junto às listas vermelhas.

2 — Aplicação — uniforme de cerimónia para Banda do Exército.

Artigo 30.º

Cinto de precinta preto

1 — Descrição:

- a)* Cinto de precinta preto (anexo III — fig. 23);
- b)* Manufacturado com tira dupla em algodão com 3,2 cm de largura, de cor preta;
- c)* Tem uma fivela de correr dourada e ponta metálica:
 - i)* No cinto trabalha uma passadeira do mesmo tecido destinada a enfiar a ponta;
 - ii)* A fivela tem gravado o emblema do Exército, ao centro e em relevo.

2 — Aplicação:

- a)* Uniforme de cerimónia de Banda do Exército;
- b)* Uniforme n.º 1.

Artigo 31.º

Saia do uniforme de cerimónia para Banda do Exército

1 — Descrição:

- a)* Saia do uniforme de cerimónia para Banda do Exército (anexo III — fig. 24);
- b)* Confeccionada em tecido de lã e de ponto elasticotina na cor cinzenta;
- c)* De linha direita e de comprimento de forma a encobrir o tornozelo;
- d)* A cintura é subida e justa, com cóis de 2,5 cm de largura, fechando atrás através de um botão de massa e de um fecho de correr de poliamida da mesma cor da saia;
- e)* Tem, à frente e atrás, um par de pinças a partir do cóis, marcando da cinta para baixo o aumento da roda;
- f)* Apresenta uma lista em tecido de cor vermelha e de 3,5 cm de largura, colocada sobre cada uma das costuras exteriores;
- g)* Tem uma racha atrás até sensivelmente um terço da altura da saia;
- h)* É forrada com alpaca constituída por fibra 70 % viscose e 30 % algodão em mistura íntima;
- i)* Leva duas presilhas, de cada lado do cóis, do mesmo material do forro.

2 — Aplicação — uniforme de cerimónia para Banda do Exército (pessoal feminino).

Artigo 32.º
Granadeiras

1 — Descrição:

- a) Granadeiras (anexo III — fig. 25);
- b) Confeccionadas em tecido de lã e de ponto elasticotina na cor azul-ferrete, com uma passadeira interior para se enfiar nas platinas, com a respectiva guarnição em lã de cor amarela;
- c) Para os oficiais, as granadeiras são confeccionadas em tecido de lã e de ponto elasticotina na cor azul-ferrete, com as guarnições mescladas de lã branca, vermelha e amarela, em idêntica proporção. Neste caso, as platinas são em escama de metal dourado, que se fixam na respectiva passadeira do casaco.

2 — Aplicação — uniforme de cerimónia de Banda do Exército.

Artigo 33.º
Capote do uniforme de cerimónia para Banda do Exército

1 — Descrição:

- a) Capote do uniforme de Banda do Exército (anexo III — fig. 26);
- b) Confeccionado em tecido de lã, de ligamento elasticotina e de cor azul-ferrete;
- c) Tem duas abotoaduras, cada uma com seis botões grandes, igualmente espaçados, no sentido da altura. A distância entre as duas abotoaduras é na primeira linha de botões de 24 cm e na última de 14 cm;
- d) As duas folhas da frente e a das costas são cortadas de uma só peça, e nas costas, a partir da orla inferior, tem, a meio da roda, uma abertura longitudinal de 35 cm, acompanhada de uma pestana interior de 4 cm de largura, tendo três botões pequenos de metal de cor amarela;
- e) Nas costuras de ligação das costas com as folhas da frente, tem duas pestanas com o comprimento de 22 cm e com a largura de 3,5 cm, que dão entrada a duas algibeiras colocadas interiormente;
- f) Junto às pestanas e na altura da cintura, tem as presilhas destinadas a dar passagem ao cinturão, com a mesma forma e largura das platinas e o comprimento de 7 cm;
- g) A gola é de tecido e de voltar com 10 cm de largura e apertada por meio de um colchete. A 5 cm dos extremos, aplicam-se os emblemas de metal oxidado;
- h) As platinas ou passadeiras, para os oficiais, são iguais à do casaco;
- i) As mangas devem ser bastante largas para que permitam vestir-se o capote com facilidade e o seu comprimento deve ser tal que o militar, tendo os braços estendidos naturalmente, o extremo da manga chegue à ligação da mão com o antebraço;
- j) Duas presilhas de tecido igual ao capote, partindo debaixo da parte superior das pestanas das algibeiras, permitem apertar ou alargar o capote na cintura; a da esquerda tem duas casas abertas, uma a 20 cm do seu extremo e outra a 10 cm da primeira casa, tendo, a da direita, os botões correspondentes;
- l) Os canhões de pano amarelo são em bico, tendo na parte mais curta 7,5 cm e na de maior distância 15 cm. O canhão é avivado a vermelho;
- m) As mangas têm dois botões de metal dourado de formato pequeno;
- n) A orla inferior do capote deve distar do solo 30 cm

2 — Aplicação — uniforme de cerimónia para Banda do Exército.

Artigo 34.º

Boné do uniforme n.º 1

1 — Descrição:

- a) Boné do uniforme n.º 1 (anexo III — fig. 27);
- b) Confeccionado em tecido de *polyester* e lã de cor cinzenta;
- c) A pala é também manufacturada com o mesmo tecido;
- d) Os oficiais, os sargentos-mores, os sargentos-chefes e os sargentos-ajudantes usam na pala do boné os bordados e o trancelim de ouro indicado para os respectivos postos;
- e) Para segurar o francalete, possui, de um e do outro lado da pala, dois botões de metal dourado de formato pequeno;
- f) O francalete é de cordão dourado para oficiais gerais e de seda cinzenta para os restantes oficiais, alunos da Academia Militar, sargentos e alunos da ESE (praças, se autorizado); os oficiais e os alunos da Academia Militar usam, com o uniforme n.º 1A, o francalete dourado;
- g) Na parte superior da frente, tem bordado a fio de ouro o Escudo Nacional sobre esfera armilar;
- h) Na parte cilíndrica do boné e por baixo do Escudo, é colocado o emblema do Exército de formato pequeno, à excepção do Corpo de Oficiais Gerais que utiliza uma estrela do padrão n.º 2 de ouro fosco (anexo VI — fig. 6B).

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 35.º

Dólmán do uniforme n.º 1

1 — Descrição:

- a) Dólmán do uniforme n.º 1 (anexo III — fig. 28);
- b) Confeccionado em tecido de *polyester* e lã de cor cinzenta;
- c) Compõe-se de frente, costas, mangas e gola;
- d) As frentes abotoam por meio de quatro botões dourados de formato grande, sendo o primeiro pregado na linha de fixação dos botões dos bolsos superior e o último na linha de fixação dos botões dos bolsos inferiores;
- e) Tem quatro bolsos exteriores, sendo dois, à altura do peito, com 12 cm × 15 cm, com macho e pestanas recortadas ao centro de 5,5 cm de altura, que fecham através de um botão dourado de formato pequeno;
- f) As costas têm ao meio uma costura, na qual, a partir da orla inferior, existe uma abertura com 25 cm. As mangas são lisas e têm dois botões de metal dourado de formato pequeno, junto à costura exterior. O primeiro é pregado a 3,5 cm da orla e o segundo a 4 cm deste;
- g) Sobre as mangas são colocados distintivos dos postos, a 5,5 cm da face da orla inferior das mangas;
- h) A gola é aberta e de cada lado, a 1 cm da costura da lapela e ao centro, é colocado com a base para baixo o distintivo metálico do corpo ou quadro especial a que o militar pertencer; os oficiais gerais usam esses distintivos bordados a fio de ouro, assentes em carcelas de veludo vermelho contornada a *soutache* dourada;
- i) Em cada ombro há uma platina fixa, cuja largura é de 5 cm junto à manga e à gola, à qual abotoa com botão de metal dourado de formato pequeno;
- j) Sobre as platinas, os oficiais gerais usam símbolo bordado a fio de ouro.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 36.º

Calça do uniforme n.º 1

1 — Descrição:

- a) Calça do uniforme n.º 1 (anexo III — fig. 29);
- b) Confeccionada em tecido de *polyester* e lã de cor cinzenta;
- c) Tem duas algibeiras abertas verticalmente nas costuras exteriores e uma outra metida com um vivo atrás, do lado direito;
- d) O comprimento é regulado para que a orla inferior da perna caia naturalmente sobre o sapato;
- e) Junto ao sapato, com a largura mínima de 23 cm;
- f) As frentes têm duas pregas e fecham por meio de braguilha que abotoa com cinco botões ou fecho de correr.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 37.º

Camisa cinzenta

1 — Descrição:

- a) Camisa cinzenta (anexo III — fig. 30);
- b) Confeccionada em algodão e *polyester* de cor cinzenta, compõe-se de frentes, costas, mangas, bolsos e colarinho em bico;
- c) É lisa e abotoada na frente com seis botões, cinco sobre um macho de 3 cm e o outro no colarinho, de gola virada;
- d) Tem platinas fixas nos ombros, dois bolsos com portinholas na altura do peito com as dimensões de 14 cm × 18 cm que fecham através de portinholas rectangulares, tendo o bolso esquerdo uma abertura porta canetas;
- e) As mangas são lisas, com punhos de canto direito, que abotoam com um botão.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 38.º

Gravata preta

1 — Descrição:

- a) Gravata preta (anexo III — fig. 31);
- b) Confeccionada em gorgorão de seda preta, sem brilho, com um comprimento de 135 cm a 140 cm e uma largura de 7 cm a 8,5 cm, terminando em bico.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 39.º

Boné do uniforme n.º 1 m/F

1 — Descrição:

- a) Boné (anexo III — fig. 32);
- b) Confeccionado em feltro de cor cinzenta, compondo-se por uma copa, corpo de forma cilíndrica e de aba;
- c) É revestido com cinta amovível de cor cinzenta;

d) Na frente, tem o Escudo Nacional sobre esfera armilar bordado a fio de ouro e, imediatamente abaixo, o emblema do Exército ou estrela, nas condições indicadas para o m/M;

e) Para segurar o francalete tem lateralmente, entre a copa e a aba, dois botões de metal dourado de formato pequeno; o francalete a usar respeita as condições indicadas para o m/M;

f) Interiormente é forrado com uma cinta de cor preta.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 40.º

Dólman do uniforme n.º 1 m/F

1 — Descrição:

a) Dólman do uniforme n.º 1 m/F (anexo III — fig. 33);

b) Confeccionado em tecido de *polyester* e lã de cor cinzenta, é composto de frente, costas, mangas e gola, ligeiramente cintado e forrado com cetim cinzento;

c) Na frente, tem dois bolsos interiores metidos com portinhola rectangular, que abotoam com botões de metal dourado de formato pequeno, bandas com dentes em esquadria, fecha com três botões de metal dourado de formato grande, dispostos verticalmente;

d) Atrás, tem uma costura a meio das costas;

e) As mangas são fechadas com dois botões de metal dourado de formato pequeno, na costura, junto à orla;

f) Nos ombros, as platinas são fixadas nas costuras das mangas, abotoando junto à gola através de um botão de metal dourado de formato pequeno.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 41.º

Calça do uniforme n.º 1 m/F

1 — Descrição:

a) Calça do uniforme n.º 1 m/F (anexo III — fig. 34);

b) Confeccionada em tecido de *polyester* e lã de cor cinzenta;

c) De bainhas lisas, tem bolsos laterais metidos na costura, a cintura é justa, com sete passadores no cóis e quatro pegas;

d) A braguilha tem fecho de correr sob carcela, rematando com um botão.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 42.º

Saia do uniforme n.º 1

1 — Descrição:

a) Saia do uniforme n.º 1 (anexo III — fig. 35);

b) Confeccionada em tecido de *polyester* e lã de cor cinzenta;

c) É direita, com comprimento ligeiramente abaixo da curva do joelho, sendo forrada com alpaca cinzenta; à frente e atrás tem um par de pinças a partir do cóis;

d) A cintura é justa com cóis de 4 cm de altura, que fecha através de um botão pequeno de massa cinzenta;

e) Os passadores são em número de seis;

- f)* Atrás tem uma costura ao meio, que termina em abertura com 18 cm de altura;
- g)* Fecha através de fecho de correr, que termina no cós.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 43.º

Carteira do uniforme n.º 1

1 — Descrição:

- a)* Carteira do uniforme n.º 1 (anexo III — fig. 36);
- b)* Manufacturada em calfe preto, liso com a forma paralelepipedica;
- c)* Tem frente e traseira rectangulares de 22 cm de altura e 23 cm de comprimento, com os cantos inferiores arredondados;
- d)* A traseira é prolongada de forma a constituir a pala, fechando com duas molas de pressão;
- e)* A carteira pode ser transportada no ombro esquerdo ou na mão, para o que dispõe de uma pega com 100 cm × 2 cm de comprimento, regulável por fivela.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 44.º

Boina

1 — Descrição:

- a)* Boina (anexo III — fig. 37);
- b)* Confeccionada com feltro de malha de lã e de um só pano;
- c)* Interiormente, é forrada com tecido de cor preta e debruada com uma tira de gorgorão de cor preta;
- d)* Tem duas fitas na parte de trás, com o comprimento de 14 cm e 0,8 cm de largura, caindo sobre a nuca;
- e)* Do lado direito, tem dois ilhós para respiração e, do lado esquerdo, onde é colocado o emblema do Exército de formato grande, tem, interiormente, uma fita de protecção;
- f)* A boina deve ser colocada na cabeça com o debrum preto perfeitamente horizontal; no lado direito, a copa deverá ficar inclinada sobre a orelha e, no lado esquerdo, a copa deverá ficar tanto quanto possível vertical;
- g)* É de cor castanha com uma fita verde e outra vermelha;
- h)* A boina e as fitas podem apresentar outras cores, designadamente as seguintes:
 - i)* Boina vermelha — com duas fitas de cor preta, sendo usada pelos militares com a qualificação «Comando»;
 - ii)* Boina verde — com duas fitas pretas, sendo usada pelos militares com a qualificação «Pára-quedista» ou «Aerotransportado»;
 - iii)* Boina verde seco — com uma fita de cor verde seco e outra vermelha, sendo usada pelos militares com a qualificação «Operações especiais»;
 - iv)* Boina preta — com uma fita de cor vermelha e outra amarela, sendo usada pelos militares da Arma de Cavalaria;
- i)* O uso das boinas referidas na alínea anterior e respectivos emblemas, bem como o uso de outros tipos de boina ou emblemas, é regulamentado por despacho do CEME;
- j)* Sem prejuízo do disposto no despacho a que se refere a alínea anterior, na boina é usado o emblema do Exército de formato grande, à excepção do Corpo de Oficiais Gerais que usam na boina uma estrela do padrão n.º 1, de ouro fosco.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 1, 2 e 3.

Artigo 45.º

Luvras pretas de calfe

1 — Descrição:

- a) Luvras pretas de calfe (anexo III — fig. 7);
- b) Confeccionadas em pelica;
- c) Lisas, de cor preta;
- d) Têm nervuras longitudinais nas costas da mão, abotoando com um botão de luva preto.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 46.º

Dólman do uniforme n.º 2

1 — Descrição:

- a) Dólman do uniforme n.º 2 (anexo III — fig. 38);
- b) Confeccionado em tecido de *polyester* e lã de cor verde, sendo ligeiramente cintado;
- c) O comprimento é definido pela linha de inserção do dedo polegar com o braço estendido ao longo da perna em posição vertical;
- d) Os forros são de cetim verde com pré-encolhimento;
- e) Na frente tem dois bolsos com macho, sobrepostos na linha do peito com portinholas em bico, abotoando através de botões verdes de massa de formato pequeno e outros dois bolsos sobrepostos nas abas, cujas portinholas em bico abotoam com botões iguais aos indicados anteriormente;
- f) Bandas com dente em esquadria;
- g) Destinado ao pessoal masculino, fecha com quatro botões verdes de massa de formato grande, e, ao pessoal feminino, fecha com três botões, sendo o superior pregado na linha de fixação dos botões dos bolsos superiores e, o último, na linha das portinholas dos bolsos inferiores;
- h) Atrás, costas com costura ao meio que terminam com uma abertura que se inicia 3 cm abaixo da linha da cintura até à orla inferior e com meios quartos;
- i) Nos ombros, sobre as costuras e com fixação da costura da manga, são aplicadas as platinas, que abotoam junto à gola com botões de massa de formato pequeno.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2.

Artigo 47.º

Calça do uniforme n.º 2

1 — Descrição:

- a) Calça do uniforme n.º 2 (anexo III — fig. 39);
- b) Confeccionada em tecido de *polyester* e raiona de cor verde, compõe-se de frentes, traseiras, cóis e bolsos;
- c) As frentes levam uma pinça em cada um dos lados, fechando por meio de braguilha que abotoa com cinco botões ou fecho de correr;
- d) As traseiras levam, de cada lado, dois botões metidos com portinhola em bico que abotoam interiormente, colocados a 5 cm da linha do cóis;
- e) O cóis forrado com o mesmo tecido abotoa por meio de um botão exterior, tendo a largura de 4,5 cm, leva sete passadores estreitos e três presilhas, pregados;
- f) Nas costuras das ilhargas, as calças levam dois bolsos metidos com 16 cm de abertura, tendo uma inclinação de 7,5 cm na linha do cóis;

- g) As bainhas são direitas;
- h) A calça facultativa para oficiais e sargentos é confeccionada em tecido de *polyester* e lã, e tem o mesmo feitiço.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2.

Artigo 48.º

Camisa verde

1 — Descrição:

- a) Camisa verde (anexo III — fig. 40);
- b) Confeccionada em algodão e *polyester* de cor verde, compõe-se de frentes, costas, mangas, bolsos e colarinho;
- c) É abotoada na frente com seis botões, cinco sobre um macho de 3 cm e o outro no colarinho, de gola virada;
- d) Tem platinas fixas nos ombros, dois bolsos com portinholas na altura do peito com as dimensões de 14 cm × 18 cm que fecham através de portinholas rectangulares, tendo o bolso esquerdo uma abertura porta-canetas;
- e) As mangas são compridas, sendo os punhos apertados com um botão;
- f) O colarinho e os punhos são confeccionados com uma entretela interior indeformável;
- g) A camisa verde é usada com gravata, não sendo permitido o uso com mangas arregaçadas;
- h) Quando usada em simultâneo com a camisola de lã, não é usada gravata.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2.

Artigo 49.º

Gravata verde

1 — Descrição

- a) Gravata verde (anexo III — fig. 41);
- b) Confeccionado em tecido de *polyester* e lã de cor verde, com um comprimento de 135 cm a 145 cm e uma largura de 7 cm a 8,5 cm, terminando em bico.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2.

Artigo 50.º

Sapatos de calfe preto

1 — Descrição:

- a) Sapatos de calfe preto (anexo III — fig. 42);
- b) Manufacturados em calfe, de cor preta;
- c) Têm biqueiras sobrepostas e apertam à frente através de atacadores pretos em algodão, em cinco pares de furos.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 1 e 2.

Artigo 51.º

Botas

1 — Descrição:

- a) Botas (anexo III — fig. 43);

- b) Manufacturadas em pele de vaca de flor batida, de cor preta;
- c) Cosidas com linha de *nylon* de filamento contínuo, montadas sobre palmilha de sola;
- d) Ponteadas em toda a volta ao conjunto, constituído pelas entressolas de montagem e sola, com colagem em borracha;
- e) A sola com tacão em borracha é fixada à entressola por meio de colagem;
- f) Fecham por meio de atacador tubular entrelaçado em fio de poliamida com alma de algodão, através de 10 pares de ilhós metálicos.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 2 e 3.

Artigo 52.º

Peúgas verdes

1 — Descrição:

- a) Peúgas verdes (anexo III — fig. 44);
- b) Confeccionadas em malha de algodão de cor verde;
- c) Reforçadas na planta do pé e calcanhar;
- d) Usadas com botas.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 2 (com botas) e 3.

Artigo 53.º

Cinto de precinta verde

1 — Descrição:

- a) Cinto de precinta verde (anexo III — fig. 23);
- b) Idêntico ao cinto de precinta preto, mas de cor verde-seco, com fivela e ponta metálica de cor prateada.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 2 e 3

Artigo 54.º

Saia do uniforme n.º 2

1 — Descrição:

- a) Saia do uniforme n.º 2 (anexo III — fig. 45);
- b) Modelo igual ao da saia do uniforme n.º 1;
- c) Confeccionada em tecido de lã e *polyester*, de cor verde.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2.

Artigo 55.º

Sapatos de calfe preto m/F

1 — Descrição:

- a) Sapatos de calfe preto m/F (anexo III — fig. 46);
- b) Manufacturados em calfe preto, são decotados na frente sem atacadores e têm um salto curto de 4,5 cm.

2 — Aplicação: uniformes n.ºs 1 e 2.

Artigo 56.º

Camisa verde de meia manga

1 — Descrição:

- a) Camisa verde de meia manga (anexo III — fig. 47);
- b) Confeccionada em tecido de cor verde constituído por fibras de 80 % algodão e 20 % *polyester* em mistura íntima;
- c) Composta de frentes, costas, mangas curtas, bolsos e colarinho;
- d) As frentes são compostas por duas partes e levam, à altura do peito, dois bolsos sobrepostos com as dimensões de 14 cm × 18 cm com portinholas rectangulares que fecham por meio de um botão de massa, tendo o bolso esquerdo uma abertura porta-canetas;
- e) As frentes abotoam por meio de cinco botões de massa;
- f) As costas são direitas e levam um reforço sobre o qual assentam duas platinas, que nascem na costura da manga;
- g) As mangas curtas só levam uma costura e rematam com bainhas interiores;
- h) Tem platinas fixas nos ombros;
- i) Com a camisa verde de meia manga é usada a *t-shirt* verde m/Exército.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2.

Artigo 57.º

***T-shirt* verde m/Exército**

1 — Descrição:

- a) *T-shirt* verde m/Exército (anexo III — fig. 48);
- b) Confeccionada em malha do tipo *double jersey* de algodão pouco espessa e de cor verde;
- c) De decote pequeno e circular;
- d) Debruada com malha no decote;
- e) De comprimento suficiente para caber dentro do cóis das calças;
- f) Do lado esquerdo e à altura do peito, leva o emblema do Exército estampado a branco.

2 — Aplicação: uniformes n.ºs 2 e 3.

Artigo 58.º

Dólmán do uniforme n.º 2 mod. RV/RC

1 — Descrição:

- a) Dólmán do uniforme n.º 2 mod. RV/RC (anexo III — fig. 49);
- b) Confeccionado em tecido de cor verde constituído por fibras de 70 % *polyester* e 30 % viscose;
- c) Composto de frente, costas, mangas, gola e platinas, sendo cintado;
- d) A frente é aberta, abotoando através de cinco botões sob carcela;
- e) Leva quatro bolsos rectangulares de chapa que fecham com portinholas direitas, abotoando com fecho de contacto do tipo *Velcro*® de 1,6 cm de largura;
- f) Os dois bolsos superiores estão colocados à altura do peito e os inferiores na linha da bacia; os bolsos superiores, depois de fechados, têm a dimensão de 15 cm × 13 cm, e os inferiores 21 cm × 16 cm;

g) O bolso superior do lado direito leva um botão por baixo da portinhola cosido na fita de *Velcro*®;

h) A cinta é ajustada através de elástico com 2 cm de largura, que trabalha numa bainha de 3 cm de largura;

i) Os ombros são reforçados na frente e nas costas, que, tirando o elástico, são lisas;

j) As mangas têm costuras que terminam com uma abertura com cerca de 16 cm, os punhos em bico com pregas abotoam através de um botão de massa pequeno interior, tendo duas casas para melhor ajustamento. A gola é inteiriça com pontas de 8 cm;

l) As platinas são metidas na costura dos ombros, abotoando através de um botão de massa pequeno oculto pelas próprias platinas, tendo um largura de 4 cm junto à costura da manga e 3,5 cm no bico;

m) O dólman não é forrado.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2.

Artigo 59.º

Barrete do uniforme n.º 3

1 — Descrição:

a) Barrete do uniforme n.º 3 (anexo III — fig. 50);

b) Confeccionado em tecido constituído por 90 % de fio fiado de algodão e 10 % de poliamida de filamento contínuo, formando este último uma rede anti-rasgo do tipo *rip stop*, com camuflagem de quatro tonalidades: verde, castanho, bege e preto;

c) Composto por coroa, cinta, pala e de cobre nuca;

d) A cinta é forrada e ligada atrás;

e) A pala flexível é do tecido acima indicado, reforçada interiormente por outro mais espesso, sendo o conjunto acabado com uma série de pespontos concêntricos;

f) O tapa nuca tem fecho de contacto macho nas duas extremidades com 2,5 cm × 1,6 cm, os quais vão unir à cinta onde está colocado o fecho de contacto fêmea com as mesmas dimensões;

g) De cada um dos lados, no espaço compreendido entre a junção da pala e do tapa nuca aos quartos, é fixado interiormente um elástico de 5 cm de comprimento cosido nas extremidades;

h) A fim de reforçar e aperfeiçoar todo o interior do barrete leva em toda a volta uma tira de tecido com a largura de 1,5 cm.

2 — Aplicação — uniforme n.º 3.

Artigo 60.º

Chapéu do uniforme n.º 3

1 — Descrição:

a) Chapéu do uniforme n.º 3 (anexo III — fig. 51);

b) Confeccionado em tecido constituído por 90 % de fio fiado de algodão e 10 % de poliamida de filamento contínuo, formando este último uma rede anti-rasgo do tipo *rip stop*, com camuflagem de quatro tonalidades: verde, castanho, bege e preto;

c) Constituído por copa, parte cilíndrica e aba;

d) A copa é formada por um tampo inclinado de bordos arredondados, que liga directamente à parte cilíndrica do chapéu por costura;

e) A parte cilíndrica tem duas ilhoses metálicas em cada lado, para arejamento;

f) A aba é forrada, saliente em toda a volta e ligeiramente revirada para baixo, com várias costuras separadas entre si e centradas no plano longitudinal, e tem um cordão de ajustamento ao queixo, com uma pequena tranqueta de couro de sola.

2 — Aplicação — uniforme n.º 3.

Artigo 61.º

Dólman do uniforme n.º 3

1 — Descrição:

a) Dólman do uniforme n.º 3 (anexo III — fig. 52);

b) Confeccionado em tecido constituído por 90 % de fio fiado de algodão e 10 % de poliamida de filamento contínuo, formando este último uma rede anti-rasgo do tipo *rip stop*, com camuflagem de quatro tonalidades: verde, castanho, bege e preto;

c) Compõe-se de frentes, costas, mangas, gola e platinas;

d) As frentes abotoam por meio de carcela com seis botões e fecho de correr de 45 cm;

e) Tem quatro bolsos exteriores de fole e, com as dimensões de 22 cm × 20 cm, sendo dois colocados à altura do peito e os outros na orla inferior;

f) Os bolsos levam portinhola rectangular, fechando por meio de dois botões de pressão, um botão de massa verde médio através de presilha, os bolsos superiores têm fecho lateral com 16 cm ficando tapados com carcela. O bolso esquerdo tem um bolso sobreposto com as dimensões de 8 cm × 8,5 cm. É colocado um fecho de contacto tipo *Velcro®* na parte superior do bolso direito para colocação da fita de identificação com as dimensões de 12 cm × 2,5 cm.

g) As mangas são ajustadas com uma fivela de metal e presilha para ajuste e no punho um botão de massa verde pequeno;

h) A gola é direita com a altura de 5 cm, possui platinas metidas nas costuras superiores das mangas, que abotoam através de um botão massa verde pequeno.

2 — Aplicação — uniforme n.º 3.

Artigo 62.º

Calça do uniforme n.º 3

1 — Descrição:

a) Calça do uniforme n.º 3 (anexo III — fig. 53);

b) Confeccionada em tecido constituído por 90 % de fio fiado de algodão e 10 % de poliamida de filamento contínuo, formando este último uma rede anti-rasgo do tipo *rip stop*, com camuflagem de quatro tonalidades: verde, castanho, bege e preto;

c) Compõe-se de frentes, traseiras, cós e bolsos;

d) Tem seis bolsos; no cós e, interiormente, nas bainhas, tem cordões para ajustamento, respectivamente, à cinta e às pernas;

e) As frentes fecham por meio de braguilha que abotoa interiormente com cinco botões;

f) O cós, com 4,5 cm de largura, leva um cordão metido para aperto da cintura;

g) Tem quatro passadores e três presilhas, pregados, para segurar o cinturão;

h) Possui dois bolsos laterais de 19 cm × 24 cm, de fole, com portinholas rectangulares, fechando com dois botões de pressão, botão massa verde médio que fecha com presilha;

i) Tem dois bolsos na traseira metidos com paletas rectangulares com 14,5 cm × 6 cm, fechando com dois botões de pressão;

j) Tem dois bolsos verticais junto à costura da perna; o do lado direito fecha através de um fecho com 16 cm e o bolso do lado direito é aberto.

2 — Aplicação — uniforme n.º 3.

Artigo 63.º
Cinturão m/82

1 — Descrição:

- a) Cinturão m/82 (anexo III — fig. 54);
- b) Confeccionado em precinta de algodão de cor verde, com 57 mm de largura e 3,6 mm de espessura;
- c) Possui fivela metálica de fácil encaixe e dois passadores de precinta de algodão com 13 mm;
- d) Possui 14 pares de ilhós de latão oxidado, igualmente espaçados ao longo de toda a sua extensão;
- e) Possui ainda uma fivela com dois ganchos, que permite o ajustamento do cinturão.

2 — Aplicação — uniforme n.º 3. Com o uniforme n.º 2: em situações de serviço com arma, em cerimónias militares ou outras situações em que o uso do cinturão m/82 seja superiormente determinado.

Artigo 64.º
Camisa de meia manga do uniforme n.º 3

1 — Descrição:

- a) Camisa de meia manga do uniforme n.º 3 (anexo III — fig. 55);
- b) Confeccionada em tecido constituído por 90 % de fio fiado de algodão e 10 % de poliamida de filamento contínuo, formando este último uma rede anti-rasgo do tipo *rip stop*, com camuflagem de quatro tonalidades: verde, castanho, bege e preto;
- c) Compõe-se de frentes, costas, mangas curtas, bolsos e colarinho do tipo italiano;
- d) As frentes são constituídas por duas partes e tem dois bolsos à altura do peito, tendo platinas fixas nos ombros;
- e) As frentes abotoam por meio de seis botões;
- f) As costas são direitas, sem costura, sem macho e levam um reforço sobre o qual assentam duas platinas que nascem na costura da manga;
- g) As mangas curtas só levam uma costura e rematam com bainhas interiores.

2 — Aplicação — uniforme n.º 3.

Artigo 65.º
Casaco de fato de treino

1 — Descrição:

- a) Casaco de fato de treino (anexo III — fig. 56);
- b) Confeccionado em malha de *polyester* de cor azul-escura;
- c) À frente, fecha por meio de fecho de correr metálico de cor azul-escura, terminando na gola;
- d) Apresenta, à frente e de ambos os lados, dois bolsos inclinados;
- e) Sobre os ombros dispõe de platinas, onde são colocadas as passadeiras com o distintivo do posto;
- f) Sobre o lado esquerdo do peito leva o emblema do Exército, a branco;
- g) As orlas são debruadas através de três elásticos, que trabalham em bainhas separadas por pespontos;
- h) As costas são lisas e, ao alto, apresenta estampada a designação «EXÉRCITO», com letras de 3 cm de altura, de cor branca;
- i) Ajustado à cintura através de três elásticos, que trabalham a toda a volta da cintura em bainhas de cóis independentes.

2 — Aplicação — uniforme de educação física.

Artigo 66.º

Calças de fato de treino

1 — Descrição:

- a) Calças de fato de treino (anexo III — fig. 57);
- b) Confeccionadas em malha de *polyester* de cor azul-escura;
- c) Compridas e fechadas à frente;
- d) As costuras das ilhargas têm dois bolsos metidos, com 15 cm de abertura;
- e) O ajustamento é feito por meio de um cordão de cor branca, enfiado em bainha de cóis, cujas pontas saem por fenda aberta na face interior à frente e por meio de dois elásticos, que trabalham em bainhas separadas a toda a volta da cintura;
- f) As ilhargas junto à orla das pernas levam um fecho de correr de 18 cm de comprimento.

2 — Aplicação — uniforme de educação física.

Artigo 67.º

Calções de educação física

1 — Descrição:

- a) Calções de educação física (anexo III — fig. 58);
- b) Confeccionados em sarja de *polyester* de cor azul-escura;
- c) Fechados e estendem-se até ao meio das coxas;
- d) Ajustados à cintura por meio de um cordão de cor branca, enfiado em bainha de cóis e cujas pontas saem por fenda aberta na face exterior à frente, e de dois elásticos que trabalham em bainhas separadas, a toda a volta da cintura;
- e) Nas pernas, existem orlas inferiores com bainhas e, nas ilhargas, exteriormente, uma fenda vertical com 5,5 cm;
- f) Possuem, estampado a branco, o emblema do Exército na parte inferior esquerda da perna esquerda.

2 — Aplicação — uniforme de educação física.

Artigo 68.º

Camisola de educação física

1 — Descrição:

- a) Camisola de educação física (anexo III — fig. 59);
 - b) Confeccionada em malha pouco espessa do tipo Jersey constituída por fibra de algodão;
 - c) De meia manga e de cor branca, com decote pequeno, circular e debruado com malha;
 - d) As mangas curtas só levam uma costura e rematam com bainhas interiores;
 - e) Apresenta o emblema do Exército, estampado na cor azul-escura, no lado esquerdo do peito;
 - f) Nas costas, tem estampado a palavra «EXÉRCITO» com letras de 3 cm de altura de cor azul-escura.
- 2 — Aplicação — uniforme de educação física.

Artigo 69.º

Meias de educação física

1 — Descrição:

- a) Meias de educação física (anexo III — fig. 60);

b) Confeccionadas em malha tipo Jersey nas zonas do pé e tornozelo e em malha canelada na perna;

c) De cor branca;

d) O canhão de ajuste à perna é estreito com 18 mm de largura.

2 — Aplicação — uniforme de educação física.

Artigo 70.º

Sapatos de educação física

1 — Descrição:

a) Sapatos de educação física (anexo III — fig. 61);

b) Confeccionados em têxtil sintético de cor branca;

c) Têm sola em borracha antiderrapante de cor branca na parte superior, devendo o rasto ser apropriado a vários tipos de piso, principalmente a pisos exteriores;

d) A sola apresenta o sistema de amortecimento e absorção de choque *Gel®*;

e) A palmilha volante é anatômica e feita de látex revestido a fibra sintética de cor branca;

f) Têm sete pares de furos, sendo os atacadores de poliamida de cor branca, com 120 cm de comprimento;

g) As partes laterais e a pala são acolchoadas em têxtil sintético.

2 — Aplicação — uniforme de educação física.

Artigo 71.º

Bivaque n.º 1

1 — Descrição:

a) Bivaque n.º 1 (anexo III — fig. 62);

b) Confeccionado em tecido de lã e *polyester* de cor cinzenta;

c) A peça superior da copa é unida com costura longitudinal, sendo as abas laterais cosidas atrás uma da outra com *soutache* dourada de 0,3 cm para os alunos da Academia Militar (AM) e sem *soutache* para os alunos da Escola de Sargentos do Exército (ESE);

d) No vértice da frente do lado esquerdo tem o emblema do Exército, de tamanho pequeno.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1 (alunos da AM e da ESE).

Artigo 72.º

Bivaque n.º 2

1 — Descrição:

a) Bivaque n.º 2 (anexo III — fig. 62);

b) Idêntico ao modelo do uniforme n.º 1;

c) Confeccionado em tecido de lã e *polyester* de cor verde;

d) A peça superior da copa é unida com costura longitudinal, sendo as abas laterais cosidas atrás uma da outra com *soutache* dourada de 0,3 cm para os alunos da AM, com *soutache* de cor verde para os alunos da ESE, e sem *soutache* para militares RV/RC em formação até ao juramento de bandeira;

e) No vértice da frente do lado esquerdo, tem o emblema do Exército, de tamanho pequeno.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2 (alunos da AM, ESSE e militares RV/RC em formação até ao juramento de bandeira).

Artigo 73.º

Camisola interior verde com fecho de correr

1 — Descrição:

- a) Camisola interior verde com fecho de correr (anexo III — fig. 63);
- b) Confeccionada em malha do tipo Double Jersey de algodão de cor verde, de mangas compridas, gola alta e pequeno fecho de correr;
- c) Debruada com malha na gola e nos punhos das mangas;
- d) De comprimento suficiente para caber dentro do cóis das calças.

2 — Aplicação — uniforme n.º 3.

CAPÍTULO IV

Descrição e aplicação dos artigos complementares

Artigo 74.º

Abafo de pescoço

1 — Descrição:

- a) Abafo de pescoço (anexo IV — fig. 1);
- b) Confeccionado em tecido de malha com camuflagem, de tipo rede, com as dimensões de 180 cm × 110 cm.

2 — Aplicação — uniforme n.º 3.

Artigo 75.º

Botas altas

1 — Descrição:

- a) Botas altas (anexo IV — fig. 2);
- b) Manufacturadas em calfe de cor preta, são compostas por floreta, cano, taloeira e tira de trás, sendo forrada a bezerra cor natural e meia vaca cor bege;
- c) Cosidas a linha de *nylon* de filamento contínuo, montadas sobre palmilha de sola, sendo a calcanheira cravada a pregos de latão;
- d) Ponteadas até à boca do salto, sendo este formado por um conjunto de duas entrecapas de sola e tacão de borracha, cravado a pregos de latão;
- e) Acabamento é feito com burnimento e polimento a cera;
- f) Usadas com esporins em metal cromado, fixados através de um arreio em cabedal preto.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme;
- b) Uniforme da jaqueta;
- c) Uniformes n.ºs 1 e 2.

Artigo 76.º

Botas m/At

1 — Descrição:

- a) Botas m/At (anexo IV — fig. 3);

- b) Manufacturadas em curtido de bezerra de cor preta;
- c) Têm biqueira, borzeguins e reforços no calcanhar;
- d) Com cano alto, de 25 cm a 30 cm, são ponteadas a toda a volta das entressolas e da sola de borracha com tacão;
- e) Fecham com atacadores de cordão de poliamida de cor preta entrançado, em 10 pares de ilhós metálicos pretos com 0,5 cm de diâmetro.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 2 e 3.

Artigo 77.º

Blusão de cabedal

1 — Descrição:

- a) Blusão de cabedal (anexo IV — fig. 4);
- b) Confeccionado em pele de caprino ou ovino;
- c) De cor verde, aperta à frente por intermédio de um fecho de correr, tendo dois bolsos sobre o peito;
- d) Dispõe de cinto de cabedal, que abotoa por intermédio de uma presilha com casa sobreposta ao fecho, tendo de ambos os lados e sobre ilhargas duas presilhas, numa das quais estão colocadas duas argolas que permitem o seu ajuste;
- e) Nos ombros tem platinas;
- f) Interiormente, à altura do peito e do lado esquerdo, tem um bolso metido;
- g) Usado exclusivamente em substituição do dólman do uniforme n.º 2.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2.

Artigo 78.º

Blusão de cabedal mod. 2009

1 — Descrição:

- a) Blusão de cabedal (anexo IV — fig. 5);
- b) Confeccionado em pele de caprino ou ovino;
- c) De cor verde, aperta à frente a toda a altura, por intermédio de um fecho de correr vertical de cremalheira metálica;
- d) Tem dois bolsos inclinados metidos logo abaixo da zona do peito, sendo a gola de malha canelada de poliamida;
- e) Interiormente, à altura do peito e do lado esquerdo, tem um bolso metido;
- f) Nos ombros tem platinas, com cerca de 4 cm de largura, que partem da costura da cava e terminam em bico, abotoando junto à gola através de um botão de pressão metálico oxidado;
- g) As mangas, que são unidas à cava, terminam com punho de malha canelada de poliamida com 7 cm de altura;
- h) A manga esquerda, entre o cotovelo e o ombro, leva um porta-canetas;
- i) O cós da cintura é de malha canelada de poliamida com 7 cm de altura;
- j) O forro é acolchoado e de tecido de *polyester* de cor verde;
- l) Tem no lado direito do peito, o emblema do Exército gravado e a inscrição «Exército» por baixo do emblema;
- m) Usado em substituição do dólman do uniforme n.º 2, ou com o uniforme n.º 1C.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 1 e 2.

Artigo 79.º

Calça com peitilho n.º 1

1 — Descrição:

- a) Calça com peitilho n.º 1 (anexo IV — fig. 6);
- b) Confeccionada em tecido de *polyester* e lã de cor cinzenta;
- c) Tem dois bolsos inclinados junto às aberturas laterais que vêm da linha da cinta até ao canto inferior dos bolsos, fechando com quatro botões pequenos de massa preta;
- d) No cóis e até à altura do peito, existem casas onde vão abotoar os suspensórios, através de um botão;
- e) O cóis leva elástico em toda a largura;

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 80.º

Calça com peitilho n.º 2

1 — Descrição:

- a) Calça com peitilho n.º 2 (anexo IV — fig. 6);
- b) Confeccionada em tecido de *polyester* e raiona de cor verde, sendo a frente fechada com duas pregas de cada lado;
- c) Tem dois bolsos inclinados junto às aberturas laterais que vêm da linha da cinta até ao canto inferior dos bolsos, fechando com quatro botões pequenos de massa verde;
- d) No cóis e até à altura do peito, existem casas onde vão abotoar os suspensórios, através de um botão;
- e) O cóis leva elástico em toda a largura.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2.

Artigo 81.º

Calça *gore tex*

1 — Descrição:

- a) Calça *gore tex* (anexo IV — fig. 7);
- b) Confeccionada em tecido impermeável *Taslan*® laminado com três camadas *gore tex*, sendo a face do tecido camuflado a quatro cores — verde-escuro, caqui, castanho e preto, com desenho de estampado modelo *UK8759b*;
- c) Tem um bolso lateral direito com rasgo horizontal e fecho de correr, que serve como bolso das calças;
- d) Tem duas correias para adaptação de transporte à cintura;
- e) O cóis é fechado, ajustando-se à cintura por meio de elástico e cordão que trabalha em bainha;
- f) Em baixo, no lado exterior da perna, tem fole com fecho de correr ajustando-se à perna por meio de elástico, conforme pormenor da figura.

2 — Aplicação — uniforme n.º 3.

Artigo 82.º

Calça impermeável

1 — Descrição:

- a) Calça impermeável (anexo IV — fig. 8);

- b) Confeccionada em tecido de algodão e *polyester* impermeabilizado;
- c) De cor verde, composta por frentes, costas e algibeiras;
- d) Fecha por meio de *Velcro*®, abotoando no cós por um botão de massa de tamanho pequeno;
- e) Na parte posterior do cós, e dentro de um túnel, funciona um elástico em cujas extremidades são colocadas presilhas que terminam em bico com casa que abotoa por meio de botão de massa de tamanho pequeno;
- f) Ao longo do cós e de cada lado, são colocados mais dois botões de massa de tamanho pequeno, de modo que as distâncias entre si sejam de 3 cm, permitindo um perfeito ajuste da calça à cintura;
- g) Em cada costura lateral, e a cerca de 2 cm abaixo do cós, tem uma abertura de 16 cm a 18 cm, fechando por fita de *Velcro*®;
- h) Na orla inferior, dentro de um túnel a todo o comprimento da folha da frente, funciona um elástico; tal como o cós, este termina em duas presilhas que, através de botões de pressão, permitem o ajuste da parte inferior das calças.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2.

Artigo 83.º

Calção do grande uniforme

1 — Descrição:

- a) Calção do grande uniforme (anexo IV — fig. 9);
- b) Confeccionado em lã elasticotina de cor azul-ferrete;
- c) Compõe-se de frentes, traseiras cós e algibeiras;
- d) Tem duas algibeiras abertas verticalmente nas costuras exteriores e uma outra metida atrás e no lado direito;
- e) Ao longo das costuras laterais, é aplicado um galão de ouro de fiação de 5,5 cm para os oficiais generais e de 2,5 cm para os restantes oficiais e alunos da Academia Militar;
- f) Nos calções destinados aos sargentos não é aplicado o galão de ouro.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme;
- b) Uniforme da jaqueta.

Artigo 84.º

Calção n.º 1

1 — Descrição:

- a) Calção n.º 1 (anexo IV — fig. 10);
- b) Confeccionado em tecido de lã e *polyester* de cor cinzenta e com modelo idêntico ao do calção do grande uniforme, com excepção do galão de ouro de fiação lateral, que não é aplicado.
- c) É permitido o uso de reforços do mesmo tecido ou em camurça da mesma cor;
- d) Em alternativa, o calção pode ser confeccionado em tecido elástico de cor cinzenta.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 85.º

Calção n.º 2

1 — Descrição:

- a) Calção n.º 2 (anexo IV — fig. 11);

- b) Confeccionado em tecido de *polyester* e raiona, de cor verde;
- c) Compõe-se de frentes, nós, traseiras e algibeiras;
- d) As traseiras têm dois bolsos metidos com pestanas em bico, com uma casa aberta na folha inferior, abotoando interiormente por meio de botão;
- e) O nós tem a altura de 5 cm, levando sete passadores com a mesma altura e três presilhas, pregados; os calções têm ainda reforços do mesmo tecido na parte inferior dos joelhos e apertam na perna por meio de fita de nastro verde.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2.

Artigo 86.º

Camisa cinzenta de colarinho e meia manga

1 — Descrição:

- a) Camisa cinzenta de colarinho e meia manga (anexo IV — fig. 12);
- b) Idêntico à do modelo do uniforme n.º 1, mas de meia manga.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 87.º

Camisa cinzenta de meia manga de colarinho aberto

1 — Descrição:

- a) Camisa cinzenta de meia manga de colarinho aberto (anexo IV — fig. 13);
- b) Confeccionada em popeline *fil-a-fil* de cor cinzenta, constituída por fibras de 80 % algodão e 20 % *polyester* em mistura íntima;
- c) Compõe-se essencialmente de frentes, costas, mangas curtas, bolsos e colarinho;
- d) As frentes são compostas por duas partes e levam, à altura do peito, dois bolsos sobrepostos de macho, com cantos cortados e portinholas em bico, fechando por meio de um botão de massa;
- e) As frentes abotoam por meio de cinco botões de massa;
- f) As costas são direitas, sem costura, com macho e levam um reforço sobre o qual assentam duas platinas que nascem na costura da manga;
- g) As mangas curtas só levam uma costura e rematam com bainhas interiores;
- h) Tem platinas fixas nos ombros;
- i) O bolso esquerdo tem uma abertura porta-canetas.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 88.º

Camisola cinzenta de lã

1 — Descrição:

- a) Camisola cinzenta de lã (anexo IV — fig. 14);
- b) Confeccionada em malha canelada com fio de lã de cor cinzenta;
- c) Compõe-se de frentes, costas, mangas e platinas;
- d) Na manga esquerda, entre o ombro e o cotovelo, há um porta-canetas;
- e) As platinas fecham através de fita do tipo *Velcro*®;
- f) Reforçada nos ombros e nos cotovelos.
- g) A gola é em bico;
- h) É usada com gravata.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 89.º

Camisola verde de lã

1 — Descrição:

- a) Camisola verde de lã (anexo IV — fig. 15);
- b) Confeccionada em malha de lã de cor verde;
- c) Compõe-se de frentes, costas, mangas e platinas;
- d) Na manga esquerda, entre o ombro e o cotovelo, há um porta-canetas;
- e) As platinas fecham através de uma fita do tipo *Velcro*®;
- f) É reforçada nos ombros e nos cotovelos.
- g) A gola é redonda.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 2 e 3.

Artigo 90.º

Capote

1 — Descrição:

- a) Capote (anexo IV — fig. 16);
- b) Confeccionado em mescla de lã cinzento-azulada, sendo forrado com cetim cinzento;
- c) Com a gola virada sobre as platinas, fecha sobre o lado direito através de seis botões de metal dourado grandes;
- d) Paralelamente à primeira ordem de botões, estão dispostos outros seis botões de modelo idêntico;
- e) Nas costas é apertado por meio de uma presilha que abotoa por dois botões, iguais aos da frente, fechando a abertura inferior através de três botões de metal dourado pequenos, sem serem vistos posteriormente;
- f) A parte anterior da gola termina, de um e outro lado, por meio de uma carcela de pano de cor das respectivas armas e serviços, conforme definido no n.º 2 do artigo 125.º;
- g) A gola do capote dos oficiais gerais é toda de pano vermelho;
- h) Os distintivos do posto são aplicados nas mangas.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 1 e 2.

Artigo 91.º

Casacão impermeável

1 — Descrição:

- a) Casacão impermeável (anexo IV — fig. 17);
- b) Confeccionado em tecido de algodão e *polyester* impermeabilizado de cor verde;
- c) Compõe-se de frentes, costas, mangas, gola e capuz;
- d) As frentes fecham por meio de fecho de correr com quatro molas de pressão, que apertam sob carcela;
- e) Tem dois bolsos colocados à altura do peito, com cerca de 14,5 cm × 17,5 cm, com fole ao fundo e lado de cava e com portinhola em bico que fecha por meio de uma fita do tipo *Velcro*®;
- f) No bico da portinhola, do lado exterior e apenas para fecho, é colocada uma mola de pressão;
- g) As portinholas têm alturas médias de 7 cm no bico e de 5,5 cm nas partes laterais;

h) Do lado esquerdo, por cima do bolso, é colocada uma platina com 11,5 cm de comprimento e 3,5 cm de largura, a terminar em bico e a fechar por botão verde pequeno em casa interior, onde, quando usado com capuz, são colocados os distintivos dos postos;

i) As costas são lisas;

j) Na linha da cintura leva um túnel de 3,5 cm, que se prolonga até cerca de metade das frentes e no qual funciona um elástico que permite o ajuste; na orla inferior tem uma bainha de 2 cm, na qual funciona um cordão para ajuste;

l) As mangas, tipo raglan, são constituídas por duas folhas; a gola, com 6,5 cm atrás e 9,5 cm junto à escala, tem colocadas na sua base quatro molas de pressão para fixação do capuz;

m) Interiormente, é revestido com um forro amovível acolchoado com manta agulhada e fixado por dois fechos de correr à frente, três molas de pressão no decote e dois botões verdes médios na orla inferior de cada uma das mangas;

n) O capuz é fixado à base da gola por quatro molas de pressão e é composto por duas peças ligadas por meio de costura;

o) O forro amovível é fixado ao tecido exterior do capuz por quatro molas de pressão, uma ao alto e três na horizontal; tem platinas amovíveis com a largura de 4,5 cm junto à costura dos ombros e 5,5 cm junto à gola onde terminam em bico, que abotoam por meio de botão verde de tamanho médio.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 2 e 3.

Artigo 92.º

Casaco *gore tex*

1 — Descrição:

a) Casaco *gore tex* (anexo IV — fig. 18);

b) Confeccionado em tecido impermeável *Taslan*® laminado com três camadas *gore tex*, sendo a face do tecido camuflado a quatro cores — verde-escuro, caqui, castanho e preto, e com um desenho do estampado modelo *UK8759B*;

c) Compõe-se de frentes, costas, mangas, gola e capuz;

d) As costas são lisas; as frentes fecham por meio de fecho de correr recolhido e quatro molas de pressão que apertam sob carcela;

e) Tem dois bolsos simétricos, interiores, a toda a largura da orla superior das frentes, com portinholas em bico, com alturas médias de 9 cm no bico e 7 cm nas partes laterais, sendo ligadas à costura frente/costas; fecha por meio de fecho de correr;

f) À altura do peito, no lado direito, é colocada uma presilha de 11,5 cm de comprimento e 4 cm de largura, a terminar em bico e fechar por uma fita do tipo *Velcro*® para colocação dos distintivos dos postos;

g) Do lado esquerdo, na mesma linha é colocado o distintivo de qualificação, em tela verde;

h) A orla inferior do casaco tem uma bainha de 2 cm na qual funciona um cordão de ajuste;

i) Sobreposto na manga esquerda, tem um bolso de 13 cm × 9 cm, com fole e portinhola rectangular onde é cosida, em tecido, a bandeira nacional;

j) As mangas são ajustadas nos punhos através de presilhas com fita do tipo *Velcro*®;

l) O capuz é composto por três peças ligadas por meio de costura, sendo cosido na costura das costas com a gola e ajustável por meio de cordão e com fita do tipo *Velcro*®;

m) A gola é rectangular, fechando a aba posterior por meio de fita do tipo *Velcro*®;

n) Interiormente, é revestido com um forro verde de *nylon* respirável, sendo enchido a *polyester* e tem um bolso interior com fecho de correr, na parte superior esquerda;

o) As costuras são impermeabilizadas com utilização de fita bande três couches.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 2 e 3.

Artigo 93.º
Cinto de cerimónia

1 — Descrição:

- a) Cinto de cerimónia (anexo IV — fig. 19);
- b) Manufacturado em liga de torçal carmesim e ouro, fechando por meio de uma fivela de metal dourado representando o brasão do Exército;
- c) Forrado a veludo carmesim e, interiormente, do lado esquerdo, tem um botão para fixar a suspensão da espada, quando se fizer uso dela;
- d) Para oficiais gerais, o cinto tem o fundo de ouro com quatro filetes de torçal carmesim nas partes superiores e inferiores do mesmo;
- e) Para os restantes oficiais e alunos da AM, o fundo do cinto é carmesim e os filetes são de torçal dourado;
- f) Para sargentos e alunos da ESE, o cinto de cerimónia é manufacturado em torçal de seda cinzenta chumbo, tendo um filete dourado nas partes superiores e inferiores.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 94.º
Espada

1 — Descrição:

- a) Espada (anexo IV — figs. 20, 20A, 20B e 20C);
- b) Constituída por punho, lâmina e bainha;
- c) A espada para oficiais gerais:
 - i) A espada para oficiais gerais (fig. 20) tem o punho de madeira, guarnecido a friso dourado, fixado por anilha gravada em guarda-mão de varetas de metal, encimado por uma cabeça de leão, trabalhado por cutelamento e com acabamento a ouro;
 - ii) A lâmina é de aço de secção derivada da triangular, com goteira, encontrando-se gravada dos dois lados, com um leão armado e lampassado, empunhando uma espada antiga e encimado de uma panóplia de armas, acompanhada superior e inferiormente de dois ramos de carvalho, landados;
 - iii) Tem as dimensões de 81 cm × 2,2 cm × 0,4 cm (comprimento da lâmina, altura da lâmina e largura da cota) e espiga de 15 cm com ponta roscada;
 - iv) A bainha é de metal cromado, com bocal, guarda-lamas e braçadeira com argola de suspensão;
 - v) A braçadeira é guarnecida de ambos os lados com o Escudo Nacional de 1,6 cm de diâmetro inscrito em base quadrada de 3,8 cm e a 9 cm do bocal, tendo acabamento a ouro;
- d) A espada para os restantes oficiais das armas e serviços apresenta três modelos diferentes, cuja constituição se descreve:
 - i) Espada tipo A (fig. 20A) — o punho é de madeira, guarnecido a friso dourado, fixado por anilha gravada em guarda-mão de varetas de metal de cor dourada encimado por capacete; a lâmina é de aço, de secção derivada da triangular, com goteira, gume convexo e terminada em ponta, com ponta roscada; a bainha em metal cromado, tem bocal, guarda-lamas e braçadeira com argola de suspensão a 9 cm do bocal. É usada pelas Armas de Infantaria, Engenharia e Transmissões;
 - ii) Espada tipo B (fig. 20B) — tem a constituição idêntica à do tipo A, com excepção do guarda-mão do punho, que é em metal cromado. É usada pela Arma de Artilharia e pelos serviços;
 - iii) Espada tipo C (fig. 20C) — tem a constituição idêntica à do tipo A, com excepção do punho que é de madeira, fixado por anilha gravada em guarda-mão de metal cromado, do tipo fechado e com capacete. É usada pela Arma de Cavalaria.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme;
- b) Uniforme n.º 1.

Artigo 95.º

Elásticos para calças

1 — Descrição:

- a) Elásticos para calças (anexo IV — fig. 21);
- b) Manufacturados em borracha sintética com 1 cm de largura, podendo ser cosidos nas bainhas das calças dos uniformes n.º 2, de modo a resultar um perímetro de 24 cm;
- c) Prendem a parte inferior das pernas das calças aos canos das botas.

2 — Aplicação — uniforme n.º 2.

Artigo 96.º

Etiqueta de identificação individual

1 — Descrição:

- a) Etiqueta de identificação individual (anexo IV — fig. 22);
- b) Manufacturada em material plástico de cor preta, com 7,5 cm × 2,5 cm, onde é gravado o nome e apelido do militar, com letras de 0,7 cm de altura a gravar sobre a sua linha média;
- c) Fixada por meio de dois espigões e molas, que prendem pelo lado de dentro;
- d) Usada imediatamente acima do bolso superior direito do dólman dos uniformes n.ºs 1 e 2, do blusão de cabedal e das camisas.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 1 e 2.

Artigo 97.º

Fiador

1 — Descrição:

- a) Fiador (anexo IV — fig. 23);
- b) Manufacturado em cordão duplo com fio de ouro e torçal de seda para oficiais gerais e de cordão com fio de ouro e torçal de seda azul para os restantes oficiais, tendo, qualquer deles, 0,4 cm de diâmetro;
- c) Tem um passador e termina com uma borla de 5 cm de comprimento, em forma de pêra, de fio de ouro com uma rede de torçal de seda para oficiais gerais e torçal de seda azul para os restantes oficiais.

2 — Aplicação:

- a) Grande uniforme;
- b) Uniforme n.º 1.

Artigo 98.º

Fita de identificação individual

1 — Descrição:

- a) Fita de identificação individual (anexo IV — fig. 24);

b) Constituída por uma fita dupla do tipo *Velcro*® de 12 cm × 2,5 cm em cor verde, onde é bordado a linha de cor preta com letras de 1 cm de altura, o nome e apelido do militar;

c) Usa-se imediatamente acima do bolso superior direito do dólman do uniforme n.º 3, podendo ser utilizada também na camisola de lã verde, sendo colocada no lado direito sobre a linha do peito.

2 — Aplicação — uniforme n.º 3.

Artigo 99.º

Francalete

1 — Descrição:

a) Francalete (anexo IV — fig. 25);

b) Manufacturado com cordões requife de fieira de 0,5 cm de diâmetro;

c) No boné do grande uniforme é dourado para os oficiais gerais e restantes oficiais e de seda preta para os sargentos;

d) No boné do uniforme n.º 1 é sempre dourado para os oficiais gerais; para os oficiais superiores, capitães e oficiais subalternos, consoante o uniforme utilizado, é dourado para o uniforme n.º 1A e de seda cinzenta nos restantes casos; para os sargentos (e praças, se autorizado) é sempre de seda cinzenta;

e) Nos francaletes dourados e de seda as passadeiras de ajustamento são pinhas de correr.

2 — Aplicação:

a) Grande uniforme;

b) Uniforme da jaqueta;

c) Uniforme de cerimónia para Banda do Exército;

d) Uniforme n.º 1.

Artigo 100.º

Gorro cachecol

1 — Descrição:

a) Gorro cachecol (anexo IV — fig. 26);

b) Confeccionado em malha de lã canelada, de cor verde, com 38 cm a 40 cm de comprimento e 34 cm a 38 cm de largura;

c) Com orlas longitudinais cosidas uma à outra.

2 — Aplicação — uniforme n.º 3.

Artigo 101.º

Gabardina

1 — Descrição:

a) Gabardina (anexo IV — fig. 27);

b) Confeccionada em tecido de lã e *polyester*, de cor cinzenta, compondo-se de frentes, costas, gola, mangas e platinas;

c) As frentes cruzam-se assertoando de modo a cobrirem as bandas do dólman; dispõem de duas ordens de três botões de cor cinzenta de formato grande, distanciadas entre 11 cm a 13 cm; os botões são distanciados entre si de 13 cm a 15 cm, conforme a altura do militar;

d) As bandas têm a largura de 9 cm, existindo nas frentes dois bolsos metidos, de 16 cm de largura, com portinholas de 6,5 cm de altura;

e) As costas são constituídas por duas peças ligadas por costura vertical, interrompida por uma abertura de 35 cm acima da orla. Esta abertura abotoa interiormente por meio de um botão de formato pequeno;

f) Sobre a cintura tem um cinto de 6 cm de largura, pregado de ilhargia a ilhargia e de forma a ajustar levemente;

g) A gola é do tipo dois tombos; as mangas, sem punhos, têm um botão de formato pequeno junto à costura posterior sendo pregado a 5 cm da orla;

h) As platinas são amovíveis, assentando sobre a costura do ombro e abotoando junto à gola; têm a largura de 5 cm junto ao ombro e 4 cm junto à gola;

i) O seu comprimento deve ser tal que a orla inferior fique uma mão de travessa abaixo do joelho;

j) As frentes, a gola, as portinholas das algibeiras, as platinas, o cinto e a abertura posterior têm um pesponto de 1,5 cm.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 102.º

Impermeável

1 — Descrição:

a) Impermeável (anexo IV — fig. 28);

b) De tecido leve, fino, impermeável, de cor verde e pespontado a 0,5 cm, direito; é constituído por dois conjuntos ligados, sobrepostos atrás e à frente de forma a criar fendas de ventilação. O primeiro dos conjuntos, não tem costuras e compreende a gola, as ombreiras, as mangas e as partes superiores do peito e das costas; o segundo, cosido atrás e aberto à frente, forma o resto do impermeável, é de rede na área coberta pelo primeiro e tem orla inferior 5 cm a 10 cm abaixo da curva do joelho;

c) Na frente, abaixo da linha da cintura, tem dois bolsos interiores com rasgo ao alto inclinado e com pestana; os bolsos, por dentro, têm uma fenda para o acesso ao uniforme interior; tem gola convencional com pontes de 8 cm, fechando, desde a gola, com seis botões médios de tipo corrente, de cor verde, sendo os botões superior e inferior pequenos e distanciados dos mais próximos 18 cm a 20 cm, os restantes distanciados entre si 12 cm a 14 cm. O botão inferior abotoa com presilha e os restantes abotoam sobre carcela;

d) As mangas são fechadas e lisas;

e) Atrás tem uma costura a meio das costas, aberta desde um ponto entre 18 cm a 20 cm abaixo da linha da cintura até à orla inferior, podendo fechar-se a meio com um botão pequeno de tipo corrente de cor verde, pregado por dentro;

f) Nos ombros tem pontes do lado das mangas e, de cada lado, um botão pequeno de tipo corrente, de cor verde, para fixação de platinas de 4 cm de largura, desmontáveis, de ida e volta, do mesmo tecido do impermeável, de forma a manter um intervalo de 1 cm entre a platina e a gola.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 1 e 2.

Artigo 103.º

Luvras verdes de lã

1 — Descrição:

a) Luvras verdes de lã (anexo IV — fig. 29);

b) Confeccionadas em malha de lã de cor verde, com canhão de malha canelada.

2 — Aplicação — uniformes n.ºs 2 e 3.

Artigo 104.º
Peliça para oficial

1 — Descrição:

- a) Peliça para oficial (anexo IV — fig. 30);
- b) Confeccionada em tecido de lã de cor azul-ferrete, apertando ao meio do peito por cinco alamares de cordão duplo de torçal de seda preta, com duas ordens de travincas grandes, também de torçal de seda preta;
- c) O primeiro alamar é pregado a 5 cm abaixo da gola e o último à altura da cintura;
- d) Tem três algibeiras, sendo duas exteriores e uma interior, no lado esquerdo do peito. A gola, de voltar, é toda guarnecida de astracã, apertando por meio de dois colchetes, sendo os cantos ligeiramente arredondados;
- e) À frente, a orla inferior e os canhões da peliça são guarnecidos por uma faixa de astracã, com 6 cm de largura;
- f) À frente, a orla inferior, os canhões, as costuras laterais, as costuras das costas e os bolsos são orlados de galão e de espiguiha de seda preta;
- g) Os distintivos dos postos são aplicados nas mangas, na parte superior dos canhões, entre a astracã e o galão de seda preta. Os dos oficiais gerais são constituídos por estrelas assentes directamente no tecido, e os dos restantes oficiais por galões que dão a volta completa à manga, a qual tem também duas travincas pequenas.

2 — Aplicação — uniforme n.º 1.

Artigo 105.º
Bastão de general

1 — Descrição:

- a) Bastão de general (anexo IV — fig. 31);
- b) É exclusivo dos generais e tenentes-generais;
- c) Manufacturado com um varão de fibra sintética revestido de calfe preto, de forma cilíndrica e tem aplicações em prata;
- d) Tem um comprimento de 55 cm;
- e) No topo superior e inferior, tem gravado o Escudo Nacional, com os diâmetros de 2,1 cm e 1,6 cm, respectivamente;
- f) Na ponta superior, tem um encabeço em prata com 4,7 cm de altura, com duas fiadas de folhas de louro colocadas simetricamente;
- g) A 8,5 cm do encabeço, tem uma anilha com 3 cm de altura, igualmente em prata e com duas fiadas de folhas de louro, a qual fixa a suspensão que é em tira de calfe preto entrelaçada;
- h) Na ponta inferior, tem uma ponteira com 2,8 cm de altura com dois cordões finos recartilhados;
- i) O bastão do general Chefe do Estado-Maior do Exército tem igualmente na ponta superior um encabeço em prata com 4,7 cm de altura, com duas fiadas de folhas de louro colocadas simetricamente. Contudo, entre as duas fiadas, tem o leão símbolo do Exército e em numeração romana, o número correspondente à ordenação como Chefe do Estado-Maior do Exército.

2 — Aplicação:

- a) Uniforme n.º 1;
- b) Uniforme n.º 2 (com luvas verdes de lã).

Artigo 106.º
Prendedor de gravata

- 1 — Descrição:
- a) Prendedor de gravata (anexo IV — fig. 32);
 - b) De metal amarelo e em forma de mola, tendo uma corrente de segurança;
 - c) Na parte central, tem um escudo vermelho com o leão rampante, de oiro, segurando na garra dianteira dextra uma espada antiga com lâmina guarnecida, empunhada e nacaretada de oiro, que simboliza o Exército em acção;
 - d) Nivelado pelo bordo inferior das palas dos bolsos das camisas.
- 2 — Aplicação — uniformes n.ºs 1 e 2.

Artigo 107.º
Saco de bagagem

- 1 — Descrição:
- a) Saco de bagagem (anexo IV — fig. 33);
 - b) Manufacturado em tela verde com as dimensões de 36 cm × 25 cm, sendo arredondado nos cantos;
 - c) Tem a forma cilíndrica com 70 cm de altura;
 - d) Pode ser transportado ao ombro, a tiracolo ou na mão, para o que tem uma bandoleira de comprimento variável;
 - e) A boca do saco pode ser fechada por cordão de *nylon* verde com a ajuda de seis ilhós distribuídos por igual a todo o perímetro daquela, sendo os ilhós metidos numa bainha que debrua a boca e torna mais sólida a sua colocação.
- 2 — Aplicação — uniformes n.ºs 2 e 3.

Artigo 108.º
Pingalim

- 1 — Descrição:
- a) Pingalim (anexo IV — fig. 34);
 - b) Manufacturado com uma vara sintética, é revestido, até à altura do punho, por um entrançado de malha igualmente sintética;
 - c) Na extremidade superior do punho, tem cravado uma cúpula metálica cromada e um apega a 17 cm para suspensão;
 - d) Na extremidade inferior, tem colocada uma paleta em pele, fixada por cordão de *nylon*;
 - e) O seu comprimento é de 60 cm, o diâmetro superior de 1,4 cm e o diâmetro inferior de 0,7 cm.
- 2 — Aplicação — uniformes n.ºs 1 e 2, quando em actividade de equitação.

Artigo 109.º
Suspensão da espada

- 1 — Descrição:
- a) Suspensão da espada (anexo IV — fig. 35);
 - b) Manufacturada em tecido igual ao do respectivo cinto de cerimónia;
 - c) Longitudinalmente, de cada um dos lados tem dois filetes, carmesim para os oficiais generais e dourados para os restantes oficiais;

- d)* Forrada a veludo vermelho, tem um comprimento de 55 cm;
- e)* O descanso, a fivela e o gancho são de metal dourado.

2 — Aplicação:

- a)* Grande uniforme;
- b)* Uniforme n.º 1.

CAPÍTULO V

Descrição e aplicação dos distintivos

SECÇÃO I

Generalidades

Artigo 110.º

Exclusividade de uso

Os distintivos a seguir discriminados são usados exclusivamente por militares e nas condições em que houver direito ao seu uso.

SECÇÃO II

Tipos de distintivos

Artigo 111.º

Distintivos

Os distintivos podem ser:

- a)* Distintivos de categoria hierárquica;
- b)* Distintivos de postos;
- c)* Distintivos de funções especiais;
- d)* Distintivos de quadros especiais;
- e)* Distintivos de cursos, especialidades e funções;
- f)* Distintivos de quadros, unidades, estabelecimentos e órgãos de colocação;
- g)* Distintivos de representação;
- h)* Medalhas e condecorações;
- i)* Distintivos de outras condições;

SUBSECÇÃO I

Distintivos de categoria hierárquica

Artigo 112.º

De categoria hierárquica

Os distintivos de categoria hierárquica são:

- a)* Marechal do Exército (anexo V — fig. 1) — bastão metálico forrado de veludo azul-ferrete e ouro, com 50 cm de comprimento;
- b)* Oficial-general (anexo V — fig. 2) — na face superior da face dos bonés do grande uniforme, uniforme de jaqueta e uniforme n.º 1, duas ordens de bordado em canotilho de ouro;
- c)* Coronel, incluindo coronel tirocinado (anexo V — fig. 3) — na face superior da pala dos bonés do grande uniforme, uniforme de jaqueta e uniforme n.º 1, uma ordem de bordado em canotilho de ouro;

d) Tenente-coronel e major (anexo V — fig. 4) — na face superior da pala dos bonés do grande uniforme, uniforme de jaqueta e uniforme n.º 1, uma ordem de bordado em canotilho de ouro;

e) Capitão, oficiais subalternos, aspirante a oficial, sargento-mor, sargento-chefe e sargento-ajudante (anexo V — fig. 5) — na face superior da pala dos bonés do grande uniforme, uniforme de jaqueta e uniforme n.º 1, um trancelim dourado de 0,3 cm.

SUBSECÇÃO II

Distintivos de postos

Artigo 113.º

Tipos de distintivos de postos

Os distintivos de postos são constituídos por:

- a)* Estrelas;
- b)* Galões em fio de ouro brilhante;
- c)* Galão de seda vermelha;
- d)* Galões de material sintético de cor cinzento-clara;
- e)* Escudo Nacional.

Artigo 114.º

Estrelas

1 — As estrelas dos distintivos de postos apresentam os seguintes padrões:

a) Do padrão n.º 1 (anexo V — fig. 6A) — de cinco pontas com 1,5 cm de raio, em ouro fosco ou prata fosca, tendo no centro um círculo com as quinas nacionais em relevo;

b) Do padrão n.º 2 (anexo V — fig. 6B) — de cinco pontas com 1 cm de raio, de ouro fosco, prata fosca, bronze ou material sintético, tendo no centro um círculo com as quinas nacionais em relevo;

c) Do padrão n.º 3 (anexo V — fig. 6C) — de seis pontas, bordadas a fio de ouro.

2 — O uso de outros tipos de estrelas, bem como a cor e material de fabrico, são aprovados por despacho do CEME.

Artigo 115.º

Galões em fio de ouro brilhante

Os galões em fio de ouro brilhante apresentam os seguintes padrões:

- a)* Padrão n.º 1 (anexo V — fig. 7A) — de um cordão, com a largura de 4 cm;
- b)* Padrão n.º 2 (anexo V — fig. 7B) — de um cordão, com a largura de 1,6 cm;
- c)* Padrão n.º 3 (anexo V — fig. 7C) — de um cordão, com a largura de 2 cm;
- d)* Padrão n.º 4 (anexo V — fig. 7D) — de um cordão, com a largura de 1,1 cm;
- e)* Padrão n.º 5 (anexo V — fig. 7E) — de um cordão, com a largura de 0,7 cm;
- f)* Padrão n.º 6 (anexo V — fig. 7F) — de um cordão, com a largura de 0,5 cm.

Artigo 116.º

Galão de seda vermelha

O galão de seda vermelha apresenta os seguintes padrões:

- a)* Padrão n.º 7, de um cordão, com a largura de 1 cm (anexo V — fig. 7G);
- b)* Padrão n.º 8, de um cordão, com a largura de 0,5 cm (anexo V — fig. 7H).

Artigo 117.º

Galões de material sintético de cor cinzento-clara

1 — Os galões de material sintético de cor cinzento-clara apresentam padrões com as dimensões idênticas às referidas nos artigos 115.º e 116.º.

2 — O uso de outros tipos de galões de material sintético, bem como a cor e material de fabrico, são aprovados por despacho do CEME.

Artigo 118.º

Escudo Nacional

O Escudo Nacional é bordado a ouro com linha mate de cor cinzenta, ou em metal dourado (anexo V — fig. 8).

Artigo 119.º

Distintivos de posto para uniforme n.º 3

Os distintivos de posto a usar no uniforme n.º 3 são em material sintético, com os padrões referidos no artigo 117.º.

Artigo 120.º

Distintivos por postos

Distribuição de distintivos por postos:

- a) Oficiais gerais — estrelas dos padrões n.os 1 e 2 e galões em fio de ouro dos padrões n.os 1 e 2;
- b) Oficiais e aspirantes a oficial:
 - i) Estrela do padrão n.º 2 (no caso de coronel tirocinado);
 - ii) Galões em fio de ouro brilhante dos padrões n.os 3 e 4;
- c) Alunos da Academia Militar — estrelas do padrão n.º 3, um ou dois galões do padrão n.º 4;
- d) Sargentos-mores, sargentos-chefes e sargentos –ajudantes — Escudo Nacional;
- e) Sargentos-mores, sargentos-chefes, primeiros-sargentos e segundos-sargentos, furriéis, segundos-furriéis e alunos da ESE — galões de fio de ouro brilhante dos padrões n.os 4, 5 e 6;
- f) Praças — galões de seda vermelha dos padrões n.os 7 e 8;
- g) Instruendos do curso de formação de oficiais — estrelas do padrão n.º 3.
- h) Instruendos do curso de formação de sargentos — galão de seda vermelha do padrão n.º 7.

Artigo 121.º

Localização dos distintivos nos uniformes

A localização dos distintivos dos postos é a seguinte:

- a) No grande uniforme, uniforme de jaqueta, uniforme de cerimónia para Banda do Exército, uniforme n.º 1, capote e pelica, nas mangas;
- b) Nos uniformes n.os 2 e 3, na gabardina, no impermeável, no casacão impermeável, nos blusões de cabedal, nas camisolas de lã, nas camisas cinzentas e verdes e no casaco de fato de treino, nas platinas dos ombros; no casacão impermeável, quando usado o capuz, na platina sobre o bolso esquerdo;
- c) No casaco *gore tex* na platina sobre o bolso direito;

d) No grande uniforme, no uniforme de jaqueta e na peliça, os galões indicativos dos postos são colocados em toda a volta das mangas, terminando em bico nos dois primeiros uniformes (anexo V — fig. 9);

e) No uniforme n.º 1, os galões, depois de colocados a 5,5 cm da orla inferior da manga, têm o comprimento de 7 cm (anexo V — fig. 10);

f) A colocação das divisas dos sargentos e praças nas mangas deve ser feita de modo que:

i) Formem um ângulo de 120° e, depois de colocadas, tenham o comprimento de 7 cm, no caso dos sargentos-mores e dos sargentos-chefes, e de 8,5 cm nos restantes casos (anexo V — fig. 11);

ii) Nas divisas dos sargentos-mores, sargentos-chefes e sargentos-ajudantes, o centro do Escudo Nacional fique a 15 cm da orla inferior da manga (anexo V — fig. 12);

iii) As divisas dos restantes sargentos e praças sejam colocadas a 13 cm de distância da costura da orla superior da manga (anexo V — fig. 12A).

Artigo 122.º

Tecido e cor das passadeiras

1 — As passadeiras dos oficiais gerais são de veludo vermelho.

2 — As passadeiras dos oficiais, sargentos e praças, bem como dos alunos da AM e da ESE, são de pano de cor preta ou azul-ferrete.

3 — As passadeiras utilizadas no uniforme n.º 3 são de cor e padrão iguais à daquele uniforme.

Artigo 123.º

Colocação dos distintivos

Os distintivos são colocados conforme o posto:

a) Título de marechal do Exército:

i) Nas mangas:

Do grande uniforme e do uniforme de jaqueta, cinco galões em fio de ouro, sendo um do padrão n.º 1 e quatro do padrão n.º 2, colocados a toda a volta das mangas e a cinco centímetros da sua orla inferior, terminando em bico, com o comprimento total de 12,5 cm;

Da peliça, capote e uniforme n.º 1, quatro estrelas de padrão n.º 1, de ouro fosco, directamente assentes no tecido, colocadas nos vértices de um losango (eixo maior 7,5 cm, paralelo à orla inferior da manga e a 7,5 cm dela; eixo menor, 4 cm) (anexo V — fig. 13A);

ii) Nas passadeiras:

Quatro estrelas do padrão n.º 2, de ouro fosco, dispostas em losango com um dos vértices dos ângulos menores voltado para o lado da gola (anexo V — fig. 13B);

No uniforme n.º 3, as estrelas são do padrão n.º 2, em bronze e colocadas na mesma posição;

b) General:

i) Nas mangas:

Do grande uniforme e uniforme de jaqueta, quatro galões em fio de ouro, sendo um do padrão n.º 1 e três do padrão n.º 2, colocados a toda a volta das mangas e a cinco centímetros da sua orla inferior, com o comprimento total de 10,5 cm;

Da peliça, capote e uniforme n.º 1, quatro estrelas de padrão n.º 1, de prata fosca, directamente assentes no tecido, dispostas em trapézio e com base maior voltada para baixo (anexo V — fig. 14A);

ii) Nas passadeiras:

Quatro estrelas do padrão n.º 2, de prata fosca dispostas em trapézio e com base maior voltada para fora (anexo V — fig. 14B);

No uniforme n.º 3, as estrelas são do padrão n.º 2, em bronze e colocadas na mesma disposição;

*c) Tenente-general:**i) Nas mangas:*

Do grande uniforme e uniforme de jaqueta, três galões em fio de ouro, sendo um do padrão n.º 1 e dois do padrão n.º 2, colocados a toda a volta das mangas e a cinco centímetros da sua orla inferior, terminando em bico com o comprimento total de 9,5 cm;

Da peliça, capote e uniforme n.º 1, três estrelas do padrão n.º 1, de prata fosca, directamente assentes no tecido, dispostas em triângulo equilátero e com base maior voltada para baixo (anexo V — fig. 15A);

ii) Nas passadeiras:

Três estrelas do padrão n.º 2, de prata fosca dispostas em triângulo equilátero e com base voltada para fora (anexo V — fig. 15B);

No uniforme n.º 3 as estrelas são do padrão n.º 2, em bronze e colocadas na mesma disposição;

*d) Major-general:**i) Nas mangas:*

Do grande uniforme e uniforme de jaqueta, dois galões em fio de ouro, sendo um do padrão n.º 1 e o outro do padrão n.º 2, colocados a toda a volta das mangas e a cinco centímetros da sua orla inferior, terminando em bico com o comprimento total de 7,5 cm;

Da peliça, capote e uniforme n.º 1, duas estrelas do padrão n.º 1, de prata fosca, directamente assentes no tecido, dispostas lado a lado (anexo V — fig. 16A);

ii) Nas passadeiras:

Duas estrelas do padrão n.º 2, de prata fosca dispostas lado a lado e segundo o eixo transversal da passadeira (anexo V — fig. 16B);

No uniforme n.º 3 as estrelas são do padrão n.º 2, em bronze e colocadas na mesma disposição;

*e) Brigadeiro-general:**i) Nas mangas:*

Do grande uniforme e uniforme de jaqueta, um galão em fio de ouro, do padrão n.º 1, colocado a toda a volta das mangas e a cinco centímetros da sua orla inferior, terminando em bico;

Da peliça, capote e uniforme n.º 1, uma estrela do padrão n.º 1, de prata fosca, directamente assente no tecido (anexo V — fig. 16C);

ii) Nas passadeiras:

Uma estrela do padrão n.º 2, de prata fosca, disposta segundo o eixo transversal da passadeira (anexo V — fig. 16D);

No uniforme n.º 3 as estrelas são do padrão n.º 2, em bronze e colocadas na mesma disposição;

f) Oficiais superiores, capitães e oficiais subalternos;

i) Nos uniformes em que os distintivos são colocados nas mangas, estrela do padrão n.º 1, de prata fosca, galões de fio de ouro dos padrões n.ºs 3 e 4 no grande uniforme, no uniforme de jaqueta, na peliça, no capote e no uniforme n.º 1 (anexo V — fig. 17A);

ii) Nos uniformes em que os distintivos são usados nas passadeiras, os galões são colocados no sentido transversal das mesmas. No uniforme n.º 3, os galões são de material sintético de cor cinzento claro e a estrela, no distintivo de coronel tirocinado, é do padrão n.º 2 de cor cinzento-clara;

iii) Os distintivos a usar são:

Coronel tirocinado — um galão do padrão n.º 3, três do padrão n.º 4 e uma estrela do padrão n.º 2 (anexo V — fig. 17B)

Coronel — um galão do padrão n.º 3 e três do padrão n.º 4 (anexo V — fig. 17C);

Tenente-coronel — um galão do padrão n.º 3 e dois do padrão n.º 4 (anexo V — fig. 17D);

Major — um galão do padrão n.º 3 e um do padrão n.º 4 (anexo V — fig. 17E);

Capitão — três galões do padrão n.º 4 (anexo V — fig. 17F);

Tenente — dois galões do padrão n.º 4 (anexo V — fig. 17G);

Alferes — um galão do padrão n.º 4 (anexo V — fig. 17H);

g) Aspirante a oficial:

i) Na manga direita do dólman do uniforme n.º 1, um galão de fio de ouro do padrão n.º 4, desde 8 cm acima do bordo inferior da manga até 2 cm acima do cotovelo, colocado em diagonal e preso nas duas extremidades (anexo V — fig. 18A);

ii) Nos uniformes em que os distintivos são colocados nas passadeiras, um galão do padrão n.º 4, com as extremidades biseladas, colocado em diagonal sobre o ombro direito, de fora para dentro e de diante para trás, (anexo V — fig. 18B);

h) Alunos da Academia Militar:

i) Nas mangas:

Os tenentes alunos e alferes alunos usam os correspondentes galões em ambas as mangas e, ainda, na manga esquerda, uma estrela do padrão n.º 3, a 15 cm do ombro (anexo V — fig. 19A);

Os aspirantes alunos usam o correspondente galão na manga direita (anexo V — fig. 18A) e, na manga esquerda, uma estrela do padrão n.º 3, a 15 cm do ombro;

Os cadetes alunos usam na manga esquerda uma estrela do padrão n.º 3, a 15 cm do ombro (anexo V — fig. 19A); na manga direita, usam o mesmo tipo de estrelas, em número correspondente ao ano que frequentem, dispostas ao longo de uma linha oblíqua que se estende de um ponto sobre a costura anterior a 5 cm da orla da manga, a um outro sobre a costura posterior, a 13 cm da orla, distanciadas entre si de 2,5 cm (anexo V — fig. 19B);

ii) Nas passadeiras:

Os tenentes alunos e alferes alunos usam nas passadeiras os respectivos galões, sendo colocada na passadeira esquerda e imediatamente acima do galão, uma estrela do padrão n.º 3 (anexo V — fig. 19C);

Os aspirantes alunos usam o respectivo galão na passadeira direita (anexo V — fig. 18B) e, na passadeira esquerda, uma estrela do padrão n.º 3;

Os cadetes alunos usam, na passadeira do ombro esquerdo, uma estrela do padrão n.º 3 e o emblema indicativo do curso, conforme figura (anexo V — fig. 19D), e, na passadeira do ombro direito, as estrelas representativas do ano do curso (anexo V — fig. 19E);

i) Sargento-mor:

i) Nas mangas do grande uniforme, uniforme da jaqueta, capote e uniforme n.º 1 (anexo V — fig. 20A) — um Escudo Nacional bordado a ouro, com a base voltada para fora e dois galões dos padrões n.ºs 4 e 5, em forma angular, formando um ângulo de 120° com o vértice para dentro, sendo o galão mais largo, o mais próximo do escudo;

ii) Nas passadeiras é usada idêntica disposição, com o vértice para o lado da gola, sendo o Escudo em metal dourado (anexo V — fig. 20B); no uniforme n.º 3, as divisas são de material sintético de cor cinzento-clara;

j) Sargento-chefe:

i) As divisas de sargento-chefe têm a composição idêntica à de sargento-mor, não contendo o galão do padrão n.º 5;

ii) Nas mangas do grande uniforme, uniforme da jaqueta, capote e uniforme n.º 1 (anexo V — fig. 21A) — um Escudo Nacional bordado a ouro, com a base voltada para fora e um galão do padrão n.º 4, em forma angular, formando ângulo de 120° com o vértice para dentro;

iii) Nas passadeiras é usada idêntica disposição, com o vértice para o lado da gola, sendo o Escudo em metal dourado (anexo V — fig. 21B); No uniforme n.º 3, as divisas são de material sintético de cor cinzento-clara;

l) Sargento-ajudante:

i) Nas mangas do grande uniforme, uniforme da jaqueta, capote e uniforme n.º 1, um Escudo Nacional bordado a ouro (anexo V — fig. 22A);

ii) Nas passadeiras, é usado Escudo idêntico, em metal dourado (anexo V — fig. 22B); no uniforme n.º 3, as divisas são de material sintético de cor cinzento-clara;

m) Primeiro-sargento, segundo-sargento, furriel e segundo-furriel:

i) Nas mangas do grande uniforme, uniforme da jaqueta, capote e uniforme n.º 1, as divisas formam ângulos de 120° em galão dourado dos padrões n.ºs 5 e 6;

ii) Nas passadeiras, são usadas divisas idênticas de padrão n.ºs 5 e 6; no uniforme n.º 3, as divisas são de material sintético de cor cinzento-clara;

iii) Os distintivos a usar são:

Primeiro-sargento — quatro divisas do padrão n.º 5, nas mangas (anexo V — fig. 23A) do grande uniforme, uniforme da jaqueta, capote e uniforme n.º 1, com vértice para cima, ficando a 13 cm da orla superior daquela; nas passadeiras (anexo V — fig. 23A1) com o vértice para o lado da gola;

Segundo-sargento — três divisas do padrão n.º 5, nas mangas (anexo V — fig. 23B) do grande uniforme, uniforme da jaqueta, capote e uniforme n.º 1, com vértice para cima, ficando a 13 cm da orla superior daquela; nas passadeiras (anexo V — fig. 23B1) com o vértice para o lado da gola;

Furriel — três divisas do padrão n.º 5, nas mangas (anexo V — fig. 23C) do uniforme n.º 1, com vértice para baixo, ficando a 13 cm da orla superior daquela; nas passadeiras (anexo V — fig. 23C1) com o vértice para o lado da manga;

Segundo-furriel — duas divisas de padrão n.º 5 e uma outra, mais pequena, do padrão n.º 6, com igual abertura mas de sentido contrário; nas mangas (anexo V — fig. 23D) do uniforme n.º 1 com o vértice das divisas maiores para cima, ficando a 13 cm da orla superior daquelas; nas passadeiras (anexo V — fig. 23D1) com o vértice para o lado da gola;

n) Instruendo aluno da ESE — no 1.º ano, uma divisa de padrão n.º 5 e uma outra, mais pequena, do padrão n.º 6, com igual abertura mas de sentido contrário; nas mangas (anexo V — fig. 23E1) do uniforme n.º 1 com o vértice das divisas maiores para cima, ficando a 13 cm da orla superior daquelas; nas passadeiras (anexo V — fig. 23E2) com o vértice para o lado da gola;

o) Cabo de secção, cabo-adjunto, primeiro-cabo e segundo-cabo:

i) As divisas usadas nas passadeiras, ou nas mangas se pontualmente autorizado o uso de uniforme n.º 1, formam ângulos de 120° em galão de seda vermelha do padrão n.º 7; no uniforme n.º 3, as divisas são de material sintético de cor cinzento-clara;

ii) Os distintivos a usar são:

Cabo de secção — nas mangas do uniforme n.º 1 (anexo V — fig. 24A), duas divisas para cima do padrão n.º 7 e duas outras, mais pequenas horizontais, do padrão n.º 8, ficando a 13 cm das orlas superiores daquelas; nas passadeiras (anexo V — fig. 24A1) a disposição é idêntica com o vértice das divisas maiores para o lado da gola;

Cabo-adjunto — nas mangas do uniforme n.º 1 (anexo V — fig. 24B), duas divisas para cima do padrão n.º 7 e uma outra, mais pequena, horizontal, do padrão n.º 8, ficando a 13 cm das orlas superiores daquelas; nas passadeiras (anexo V — fig. 24B1) a disposição é idêntica, com o vértice das divisas maiores para o lado da gola;

Primeiro-cabo — nas mangas do uniforme n.º 1 (anexo V — fig. 24C), duas divisas para cima do padrão n.º 7, ficando a 13 cm das orlas superiores daquelas com o vértice para cima; nas passadeiras (anexo V — fig. 24C1) a disposição é idêntica, com o vértice das divisas para o lado da gola;

Segundo-cabo — nas mangas do uniforme n.º 1 (anexo V — fig. 24D), uma divisa para cima do padrão n.º 7, ficando a 13 cm das orlas superiores daquelas com o vértice para cima; nas passadeiras (anexo V — fig. 24D1) a disposição é idêntica, com o vértice da divisa para o lado da gola;

p) Instruendos do curso de formação de oficiais (anexo V — fig. 25) — uma estrela do padrão n.º 3 assente na passadeira do ombro direito;

q) Instruendos do curso de formação de sargentos (anexo V — fig. 26) — uma divisa de seda vermelha de padrão n.º 7, assente na passadeira do ombro direito, colocadas em diagonal, de fora para dentro e de diante para trás.

SUBSECÇÃO III

Distintivos de funções especiais

Artigo 124.º

Funções especiais

O militar do Exército usa, em vez dos distintivos de posto e quando no desempenho das seguintes funções especiais:

a) Chefe do Estado:

i) Nos uniformes em que os distintivos são usados nas mangas, seis estrelas de ouro fosco do padrão n.º 1 colocadas nos vértices e a meio dos lados de um triângulo isósceles (vértice do ângulo desigual para cima; base de 7,5 cm paralela à orla da manga a 6,5 cm dela; altura de 5 cm) centrado na linha média longitudinal da folha exterior da manga (anexo V — fig. 27A);

ii) Nas passadeiras de veludo vermelho, seis estrelas de ouro fosco do padrão n.º 2 e nas de tecido camuflado, seis estrelas do padrão n.º 2 em bronze, qualquer delas dispostas em duas linhas paralelas (anexo V — fig. 27B);

b) Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas — os mesmos distintivos do Chefe do Estado-Maior do Exército, mas as quatro estrelas são de ouro fosco dos padrões n.ºs 1 e 2.

SUBSECÇÃO IV

Distintivos de quadros especiais

Artigo 125.º

Quadros especiais

1 — Na gola do grande uniforme são usadas carcelas com formato igual, quer para o Corpo de Oficiais Gerais, quer para todos os quadros especiais (anexo V — fig. 28A).

2 — A carcela é contornada a *soutache* dourada e o seu fundo é de veludo, nas seguintes cores:

Corpo de Oficiais Gerais — vermelho;

Arma de Infantaria — vermelho;

Arma de Artilharia — vermelho;

Arma de Cavalaria — vermelho;
Arma de Engenharia — preto;
Arma de Transmissões — preto;
Serviço de Administração Militar — azul-claro;
Serviço de Material — laranja;
Serviço de Saúde Militar — carmesim;
Outros serviços e quadros — verde.

3 — Os oficiais gerais usam, na gola do uniforme n.º 1, carcelas de veludo vermelho contornadas a *soutache* dourada, sobre as quais assentam os respectivos emblemas bordados a fio de ouro (anexo V — fig. 28B).

SUBSECÇÃO V

Distintivos de cursos, qualificações e funções

Artigo 126.º

Cursos, qualificações e funções

Os distintivos de cursos, qualificações e funções, assim como as condições de uso e a sua localização nos uniformes, são aprovados por despacho do CEME.

SUBSECÇÃO VI

Distintivos de quadros, unidades, estabelecimentos e órgãos de colocação

Artigo 127.º

Identificação do corpo, do quadro especial e do ramo

1 — Para identificação do corpo, do quadro especial e do ramo a que os militares pertencem são usados emblemas.

2 — Os tipos de emblemas usados são:

a) Nas golas do grande uniforme, uniforme de jaqueta e dos uniformes n.ºs 1 e 2 os emblemas indicativos do corpo e dos quadros especiais a que os militares pertencem (anexo V — fig. 38);

b) Os emblemas usados nas golas pelos oficiais, sargentos e praças são de cor dourada e manufacturados em chapa de latão com a espessura de 0,15 cm;

c) Os oficiais, sargentos e praças, bem como os alunos da AM e da ESE, usam nos bonés do uniforme n.º 1, boina e bivaque o emblema do Exército em metal dourado (anexo V — fig. 39), independentemente do quadro especial a que pertencem, sem prejuízo do disposto no despacho a que se refere a alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º No boné do uniforme n.º 1 e no bivaque é usado o emblema de formato pequeno e na boina o de formato grande;

d) Os oficiais gerais usam, no boné do uniforme n.º 1 e na boina, uma estrela de ouro fosco, respectivamente de padrão n.º 2 e n.º 1, em substituição do emblema do Exército.

Artigo 128.º

Aplicação de emblemas

Os emblemas são aplicados:

- a) Nas golas, imediatamente acima da costura que liga a gola às bandas;
- b) Nos bonés, na parte inferior da frente e a meio;

- c) Nos bivaques, do lado esquerdo, imediatamente acima da aba e a cerca de 3 cm da costura da frente;
- d) Nas boinas, do lado esquerdo, devendo o emblema ficar sobre a almofada existente no interior da boina;
- e) No boné e nas golas do grande uniforme, uniforme de jaqueta e uniforme n.º 1;
- f) Nos uniformes dos oficiais generais, os emblemas são bordados a fio de ouro.

SUBSECÇÃO VII

Distintivos de representação

Artigo 129.º

Distintivos nacionais

No âmbito de exercícios militares ou de missões no estrangeiro, os militares do Exército, isolados ou enquadrados, usam a 1,5 cm da orla superior da manga esquerda dos dólmanes n.ºs 1 e 2, o distintivo «PORTUGAL», bordado a fio de ouro sobre pano azul-ferrete (anexo V — fig. 29) e a «BANDEIRA NACIONAL» em tecido, com as dimensões de 5 cm por 3 cm (anexo V — fig. 30), colocada a 3 cm da orla superior da manga esquerda do casaco impermeável, do casaco *gore tex* e do dólman do uniforme n.º 3.

Artigo 130.º

Emblema da unidade/estabelecimento/órgão (U/E/O)

Como distintivo de unidade, estabelecimento ou órgão do Exército, é usado no bolso direito dos uniformes n.ºs 1 e 2 um escudo de armas em metal e esmalte com a respectiva simbologia heráldica (anexo V — fig. 31). No uniforme n.º 3, aquele distintivo é em tecido ou material sintético de cor verde não brilhante com os símbolos bordados a linha de cor preta.

Artigo 131.º

Aprovação ou alteração da simbologia heráldica

A aprovação ou alteração da simbologia heráldica acima referida carece de parecer da Direcção de História e Cultura Militar, sendo publicada em ordem do Exército.

Artigo 132.º

Medalhas e condecorações

O uso das medalhas e condecorações é regido pela Lei Orgânica das Ordens Honoríficas, pelo Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas e pelas normas de protocolo em vigor.

Artigo 133.º

Uso de medalhas e condecorações

No uso de medalhas e condecorações, é utilizado o seguinte critério:

- a) Com o grande uniforme são usadas insígnias para o peito e para o pescoço e bandas ou colares das Ordens;
- b) Com o uniforme da jaqueta são usadas miniaturas, placas, bandas e insígnias para o pescoço;

- c) Com o uniforme n.º 1A, são usadas insígnias para o peito e para o pescoço e placas;
- d) Com os uniformes n.ºs 1 (excepto o uniforme n.º 1A) e 2, são usadas fitas;
- e) Salvo em cerimónias militares, com o uniforme n.º 3 e com os abafos não são usadas medalhas e condecorações ou fitas;
- f) As insígnias para o peito, respeitantes às condecorações individuais, são usadas sempre do lado esquerdo do peito, na altura do primeiro alamar no dólman do grande uniforme, por cima da algibeira superior nos uniformes n.ºs 1 e 2 (as miniaturas usam-se na banda esquerda da jaqueta);
- g) A distinção colectiva respeitante à Ordem da Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito e às medalhas militares de Valor Militar e Cruz de Guerra, quando concedidas a unidades militares, importa para os militares que tomaram parte na acção o uso de um distintivo especial, nos casos em que o Regulamento e as normas de protocolo estabeleçam o uso de condecorações completas, ou quando os mesmos estabeleçam o uso de fitas simples das condecorações. Os cordões são usados do lado direito no peito, suspensos pelo respectivo travessão;
- h) Sempre que as medalhas devam ser substituídas por fitas simples, estas têm a mesma largura e são dos mesmos materiais e cores das fitas de suspensão, com a altura de 1,3 cm, aplicadas numa ou mais barras metálicas, munidas de travessão colocado na parte posterior. Para enfiar em duas ou mais aselhas, devendo as fitas encobrir totalmente as barras;
- i) As medalhas e as condecorações são usadas ao peito e suspensas das respectivas travincas metálicas, enfiadas em aselhas, respeitando-se na sua colocação a respectiva ordem de precedência. O comprimento das travincas metálicas não deve ultrapassar a largura do bolso;
- j) As miniaturas são usadas suspensas de uma barra cinzelada de metal dourado com 0,5 cm de largura, que se fixa na banda dos uniformes de jaqueta, por meio de um alfinete de segurança;
- l) A banda é usada cruzada da direita para esquerda, não sendo permitido o uso simultâneo de duas ou mais bandas;
- m) Quando as medalhas e condecorações ou fitas que as representam não se contenham numa só linha, a ordem de precedência começa pela linha superior e de cima para baixo;
- n) Na colocação das diferentes medalhas e condecorações nacionais e estrangeiras, deve seguir-se a ordem de precedência da direita para a esquerda em cada linha horizontal, observando-se, quanto às estrangeiras, a ordem alfabética das respectivas nações.

SUBSECÇÃO VIII

Distintivos de outras condições

Artigo 134.º

Tempo de serviço em campanha

Todos os militares que tomaram parte em campanha usam, por cada comissão de serviço: os oficiais e sargentos, um trancelim de ouro, e as praças, um galão de lã da cor das divisas, com comprimento de 5 cm e 0,5 cm de largura. São colocados junto da orla superior da manga esquerda do uniforme, descaído 30º para a frente, a partir da horizontal. O uso simultâneo de dois ou mais destes distintivos concretiza-se agrupando-os a 0,2 cm uns dos outros (anexo V — figs. 32 e 33).

Artigo 135.º

Feridos em combate

Os militares feridos em combate usam, por cada processo de ferimento averbado na sua folha de matrícula, um trancelim de ouro de 0,5 cm de largura e 0,5 cm de comprimento, colocado sobre a manga esquerda do uniforme, na direcção do comprimento da manga e a meio do antebraço; havendo mais de um trancelim, o intervalo entre dois consecutivos é de 0,2 cm (anexo V — figs. 32 e 33).

Artigo 136.º

Condecoração colectiva

O distintivo especial de condecoração colectiva, respeitante à Ordem Militar da Torre de Espada, de Valor, Lealdade e Mérito, às medalhas militares de Valor Militar e Cruz de Guerra, é usado com todos os uniformes, excepto com o uniforme n.º 3, sendo suspenso de um botão pregado junto da costura do ombro direito, quando seja estabelecido o uso de condecorações completas (anexo V — fig. 34).

Artigo 137.º

Miniatura da condecoração colectiva

Em substituição da condecoração colectiva, é permitido usar do lado direito do peito, por cima do bolso, uma miniatura do respectivo distintivo, quando estabelecido o uso das fitas simples das condecorações (anexo V — fig. 35).

Artigo 138.º

Indicativo de funções na Casa Militar do Presidente da República e ajudantes de campo

O indicativo de funções de oficiais a prestar serviço na Casa Militar do Presidente da República e dos ajudantes de campo é constituído por cordões de fio de ouro e agulhetas de metal dourado, pendentes do ombro direito (anexo V — fig. 36).

Artigo 139.º

Ajudante de campo do Ministro de Defesa Nacional, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, do Chefe do Estado-Maior do Exército e de marechais

O indicativo de funções dos ajudantes de campo do Ministro de Defesa Nacional, do general Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, do general Chefe do Estado-Maior do Exército e de marechais é constituído por cordões de fio de ouro torcido tecidos com retroz azul —ferrete e agulhetas de metal dourado, pendentes do ombro direito (anexo V — fig. 37).

Artigo 140.º

Ajudante de campo de outras entidades

Para os ajudantes de campo do corpo de generais ou de entidades a que a eles tenham direito, o indicativo de funções é idêntico ao descrito no artigo anterior, mas pendente do ombro esquerdo.

Artigo 141.º

Uso dos distintivos de tempo de serviço em campanha e de ferido em combate

Os distintivos de tempo de serviço em campanha e de ferido em combate são usados com todos os uniformes, excepto com o uniforme n.º 3, caso em que o seu uso apenas é permitido em cerimónias militares e dias festivos.

Artigo 142.º

Emblemas braçais

Os emblemas braçais, bordados a retroz e com cores dos respectivos escudos e divisas do brasão de armas, para oficiais e sargentos, e estampados nas mesmas cores para as praças, são usados nos uniformes n.ºs 1 e 2.

Artigo 143.º**Luto**

Quando de luto, os militares de qualquer categoria ou patente podem usar no braço esquerdo e acima do cotovelo um braçal de pano preto de 10 cm de altura.

Artigo 144.º**Serviço nas U/E/O**

No interior das U/E/O e nos estacionamentos, o pessoal nomeado para o serviço diário usa como distintivos de serviço:

a) Oficial de dia — um braçal de pano vermelho, com 10 cm de altura, colocado por cima do cotovelo, do lado esquerdo, e tendo ao centro o emblema da U/E/O;

b) Sargento de dia — um braçal idêntico ao do oficial de dia, usado da mesma maneira, mas de pano verde;

c) Cabo de dia à companhia, bateria, esquadrão e formações equivalentes — um braçal de pano amarelo, com 10 cm de altura, colocado por cima do cotovelo esquerdo, tendo ao centro o número, a letra ou monograma indicativo da respectiva companhia, bateria, esquadrão ou subunidade equivalente;

d) Outras praças de serviço — um braçal de pano preto, com 10 cm de altura, colocado por cima do cotovelo, com monograma de serviço aprovado.

Artigo 145.º**Polícia do Exército**

O pessoal da Polícia do Exército (PE), quando no desempenho das suas funções, usa:

a) Um braçal de pano azul-ferrete, de 10 cm de altura, colocado por cima do cotovelo do braço esquerdo e tendo ao centro as letras «PE», a branco;

b) Um cordão fiador entrançado de cor vermelha com apito para agente da PE, sendo aquele preso na platina do ombro esquerdo do dólman ou da camisa do uniforme n.º 2, e o respectivo apito colocado no interior do bolso superior esquerdo.

Artigo 146.º**Serviço de saúde**

O pessoal do serviço de saúde usa, em serviço de campanha ou quando lhe for legalmente determinado, braçais brancos com a cruz vermelha da Convenção de Genebra.

CAPÍTULO VI**Validade dos artigos e dotações de fardamento****Artigo 147.º****Validade**

O tempo de vida útil das diferentes peças de fardamento é aprovado por despacho do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do CEME.

Artigo 148.º

Responsabilidade pela conservação

1 — Independentemente do tempo de vida útil dos diferentes artigos, todos os militares são responsáveis pela sua conservação, devendo zelar pelo seu bom estado e manutenção das suas características.

2 — Após a primeira distribuição, no caso em que a esta houver lugar, é da responsabilidade de todo o militar proceder a renovação do fardamento, sempre que o não mantenha nas devidas condições de apresentação e utilização.

Artigo 149.º

Dotações

Os oficiais, sargentos e praças usam os uniformes definidos no capítulo II deste Regulamento, de acordo com o estabelecido para cada uniforme, bem como os artigos complementares e distintivos constantes dos capítulos IV e V aplicáveis.

Artigo 150.º

Aquisição de artigos de uniforme

Sem prejuízo do previsto nos artigos 151.º e 153.º, os oficiais, sargentos e praças, dos quadros permanentes e em regime de contrato adquirem e conservam, por conta própria, os artigos de uniforme que, nos termos deste Regulamento, lhes competir usar.

Artigo 151.º

Alunos da Academia Militar e da Escola de Sargentos do Exército

1 — Os alunos da AM e da ESE dispõem, por conta do Estado, das peças de fardamento constantes de uma DIF, aprovada por despacho do CEME.

2 — Para efeitos de aquisição de artigos de fardamento, os alunos da AM e da ESE são equiparados, respectivamente, a oficiais e a sargentos dos quadros permanentes.

Artigo 152.º

Aquisição e confecção dos artigos

1 — A aquisição e confecção dos uniformes, peças de fardamento e distintivos processa-se através do órgão do Exército responsável por estas actividades.

2 — No caso de incapacidade temporária de resposta daquele órgão, os alunos da AM e da ESE podem requerer o estabelecimento onde desejam que lhes sejam confeccionados os seguintes artigos:

- a) Boné do uniforme n.º 1;
- b) Bivaque dos uniformes n.ºs 1 e 2;
- c) Dólmán dos uniformes n.ºs 1 e 2;
- d) Calça dos uniformes n.ºs 1 e 2;
- e) Calção dos uniformes n.ºs 1 e 2;
- f) Gabardina.

3 — Sempre que o estabelecimento escolhido para a confecção dos artigos não seja o órgão do Exército e o custo seja superior ao das tabelas em vigor naquele órgão, a diferença será suportada pelo próprio, não havendo direito a reembolso, se o custo for inferior.

Artigo 153.º

Regimes de voluntariado e de contrato (RV e RC)

Os militares em RV e em RC dispõem, por conta do Estado, das peças de fardamento constantes de uma DIF, aprovada por despacho do CEME.

Artigo 154.º

Artigos de fardamento nas U/E/O

1 — Os artigos de fardamento em carga nas U/E/O do Exército podem ser distribuídos por ordem do respectivo comandante, director ou chefe, ou pelo escalão superior, para permitir o aumento da eficiência na execução de serviços, atendendo à época do ano, sendo devolvidos logo que cessem os motivos da sua distribuição.

2 — Os militares a quem tenha sido distribuído fardamento por conta do Estado são responsáveis pecuniariamente pelos mesmos, liquidando na íntegra o valor como novo dos artigos extraviados ou a parte do tempo não utilizado, quando se tratar de ruína prematura por incúria ou por desleixo.

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 155.º

De uniformidade e fabrico

1 — Consideram-se padrões dos artigos de uniforme e dos artigos complementares as amostras devidamente referenciadas e autenticadas, existentes no Centro de Estudos de Uniformes do Exército, do Comando da Logística.

2 — A aferição prévia da qualidade, forma e cor dos artigos e subsequente aprovação pelo tenente-general comandante da Logística são condições indispensáveis para a concessão da autorização de fabrico.

Artigo 156.º

Etiquetagem das peças de fardamento

Todas as peças de fardamento devem ser etiquetadas de acordo com a simbologia normalizada e em vigor, tendo em vista a sua correcta acção de limpeza e conservação.

Artigo 157.º

Exclusividade de artigos de uniforme

1 — São exclusivos do Exército todos os artigos referidos neste Regulamento.

2 — É vedado o uso de todos os artigos de fardamento e dos elementos desses artigos exclusivos do Exército, a quem a este não pertença.

3 — O uso indevido e incorrecto dos uniformes militares previstos neste Regulamento é passível de procedimento disciplinar.

4 — Os artigos de uniforme e os artigos complementares exclusivos do Exército não podem ser objecto de venda ou cedência, salvo quando, depois de recolhidos ou inutilizados os seus distintivos e marcas, sejam previamente desmanchados e não se possam aproveitar no Exército para outros fins. Exceptuam-se os artigos confeccionados com o tecido camuflado, que serão sempre reduzidos a trapo.

Artigo 158.º

Alterações ao Regulamento

As alterações ao presente Regulamento, quando tenham carácter temporário, nomeadamente para testes, são determinadas por despacho do CEME.

Artigo 159.º

Período transitório

Os uniformes ou peças de fardamento anteriormente aprovados, que não constem ou tenham sido substituídos no presente Regulamento, poderão continuar a ser utilizados nas mesmas condições durante um período de transição a fixar, caso a caso, por despacho do CEME.

Artigo 160.º

Dúvidas de interpretação e aplicação do RUE

O esclarecimento de dúvidas quanto à interpretação e aplicação do presente Regulamento é efectuado por despacho do CEME.

ANEXO I

Quadros do plano de uniformes

QUADRO N.º 1

Grande uniforme modelo masculino (m/M)

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|-------------------|--|-------------|---|--|
| Grande uniforme A | Boné | 8.º | 1— Recepção, apresentação e cumprimentos a chefes de estado, soberanos ou príncipes estrangeiros. 2 — Recepção ou cumprimentos oficiais a embaixadores extraordinários. 3 — Jantares e bailes a que assistam chefes de estado, soberanos ou príncipes estrangeiros 4 — Funerais de chefes de Estado, soberanos ou príncipes estrangeiros ou embaixadores extraordinários. 5 — Grandes solenidades, récitas de gala, com a presença de chefes de estado, soberanos ou príncipes estrangeiros. 6 — Grandes solenidades em concorrência com a casaca civil. 7 — Grandes solenidades em concorrência com militares estrangeiros, quando estes utilizem uniformes equivalentes ou em cerimónias civis, em concorrência com a casaca civil. | Oficiais e sargentos QP—pessoal masculino. |
| | Dólmán | 9.º | | |
| | Calça ou calção do grande uniforme | 10.º e 83.º | | |
| | Camisa branca do grande uniforme | 11.º | | |
| | Sapatos de polimento preto ou botas altas | 12.º e 75.º | | |
| | Peúgas pretas | 13.º | | |
| | Luvas brancas de calfe | 14.º | | |
| | Fiador de fio de ouro/torçal (*) | 97.º | | |
| | Suspensão da espada (*) | 109.º | | |
| | Espada (*) | 94.º | | |
| | Medalhas e condecorações | | | |
| Grande uniforme B | Constituído pelos mesmos artigos descritos para o tipo A, com excepção das condecorações e medalhas, em substituição dos quais serão usadas as respectivas fitas. Os oficiais não fazem uso da espada, fiador e suspensão. | | 1 — Em todos os actos em concorrência com militares estrangeiros quando utilizem uniformes equivalentes. 2 — Em actos oficiais ou particulares, em concorrência com o fraque, ou quando os civis usem casaca preta e calça de fantasia. | |

(*) Oficiais.

QUADRO N.º 1-A

Grande uniforme modelo feminino (m/F)

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|-------------------|--|--|--|---|
| Grande uniforme A | Boné Dólmán Calça ou calção do grande uniforme. Camisa branca do grande uniforme. Sapatos de polimento preto ou bota alta. Meias Luvas brancas de calfe Fiador de fio de ouro/torçal (*) Suspensão da espada (*) Espada (*) Medalhas e condecorações | 15.º 9.º 10.º e 83.º 11.º 12.º e 75.º 17.º 14.º 97.º 109.º 94.º | 1— Recepção, apresentação e cumprimentos a chefes de estado, soberanos ou príncipes estrangeiros. 2 — Recepção ou cumprimentos oficiais a embaixadores extraordinários. 3 — Jantares e bailes a que assistam chefes de estado, soberanos ou príncipes estrangeiros. 4 — Funerais de chefes de Estado, soberanos ou príncipes estrangeiros ou embaixadores extraordinários. 5 — Grandes solenidades, récitas de gala, com a presença de chefes de estado, soberanos ou príncipes estrangeiros. 6 — Grandes solenidades em concorrência com o vestido comprido. 7 — Grandes solenidades em concorrência com militares estrangeiras, quando estas utilizem uniformes equivalentes ou em cerimónias civis, em concorrência com o vestido comprido. | Oficiais e sargentos QP — pessoal feminino. |
| Grande uniforme B | Constituído pelos mesmos artigos descritos para o tipo A, com excepção das condecorações e medalhas, em substituição dos quais serão usadas as respectivas fitas. Admite o uso da saia comprida da jaqueta. Os oficiais não fazem uso da espada, fiador e suspensão. | 25.º | 1 — Em todos os actos em concorrência com militares estrangeiros quando utilizem uniformes equivalentes. Nestas circunstâncias, é admitido o uso da saia comprida da jaqueta, em substituição da calça ou calção do grande uniforme. | |

(*) Oficiais.

QUADRO N.º 2

Uniforme da jaqueta m/M

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|---------------------|--|---|---|--|
| Uniforme da jaqueta | Boné Jaqueta Calça ou calção do grande uniforme Colete Camisa branca Laço Sapatos de polimento pretos ou botas altas Peúgas pretas Luvas brancas de calfe Miniaturas das medalhas, bandas, placas e insígnias de pescoço. | 8.º 18.º 10.º e 83.º 19.º 20.º 21.º 12.º e 75.º 13.º 14.º | 1— Outros jantares e bailes oficiais não previstos no uso do grande uniforme tipo A. 2 — Bailes e jantares particulares de grande cerimónia. 3 — Em todos os actos em concorrência com militares estrangeiros quando estes utilizem uniformes equivalentes. 4 — Espectáculos nocturnos de ópera, <i>ballet</i> ou saraus musicais que exijam traje de cerimónia. | Oficiais e sargentos QP — pessoal masculino. |

QUADRO N.º 2-A

Uniforme da jaqueta m/F

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|---------------------|---|-------------------|---|--|
| Uniforme da jaqueta | Boné | 15.º | 1— Outros jantares e bailes oficiais não previstos no uso do grande uniforme tipo A. 2 — Bailes e jantares particulares de grande cerimónia. 3 — Em todos os actos em concorrência com militares estrangeiras quando estas utilizem uniformes equivalentes. 4 — Espectáculos nocturnos de ópera, <i>ballet</i> ou saraus musicais que exijam traje de cerimónia. | Oficiais e sargentos QP—pessoal feminino. |
| | Jaqueta | 22.º | | |
| | Saia ou saia comprida, calça ou calção do grande uniforme | 25.º, 10.º e 83.º | | |
| | Camisa branca | 23.º | | |
| | Laço | 21.º | | |
| | Sapatos de polimento preto ou botas altas | 16.º e 75.º | | |
| | Meias | 17.º | | |
| | Faixa | 24.º | | |
| | Luvas brancas de calfe | 14.º | | |
| | Carteira de cerimónia | 26.º | | |
| | Miniaturas das medalhas, bandas, placas e insígnias de pescoço. | | | |

QUADRO N.º 3

Uniforme de cerimónia para Banda do Exército m/M

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|---|----------------------------------|---------|-------------------------------|--|
| Uniforme de cerimónia para Banda do Exército. | Boné | 27.º | 1— Cerimónias de gala | Banda do Exército — pessoal masculino. |
| | Casaco | 28.º | | |
| | Camisa branca do grande uniforme | 11.º | | |
| | Calça | 29.º | | |
| | Cinto de precinta preto | 30.º | | |
| | Peúgas pretas | 13.º | | |
| | Sapatos de polimento preto | 12.º | | |
| | Granadeiras | 32.º | | |

QUADRO N.º 3-A

Uniforme de cerimónia para Banda do Exército m/F

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|--|----------------------------------|---------|-------------------------------|--|
| Uniforme de cerimónia para Banda Exército. | Boné | 27.º | 1— Cerimónias de gala | Banda do Exército — pessoal do feminino. |
| | Casaco | 28.º | | |
| | Camisa branca do grande uniforme | 11.º | | |
| | Saia | 31.º | | |
| | Meias | 17.º | | |
| | Sapatos de polimento preto m/F | 16.º | | |
| | Granadeiras | 72.º | | |

QUADRO N.º 4

Uniforme n.º 1A m/M

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|-------------------|---|--|---|--|
| Uniforme n.º 1A . | Boné Dólmán Calça ou calção n.º 1 Camisa cinzenta Gravata preta Sapatos de polimento preto ou botas altas Peúgas pretas Cinto de precinta preto. Cinto de cerimónia. Luvas brancas de calfe Prendedor de gravata Etiqueta de identificação individual. Fiador de fio de ouro/torçal (*) Suspensão da espada (*) Espada (*) Medalhas e condecorações ... | 34.º 35.º 36.º e 84.º 37.º 38.º 12.º e 75.º 13.º 30.º 93.º 14.º 106.º 96.º 97.º 109.º 94.º | 1— Recepção, apresentação e cumprimentos a chefes de estado, soberanos ou príncipes estrangeiros, quando for superiormente determinado o uso deste uniforme. 2 — Recepção, apresentação e cumprimentos e visitas oficiais a ministros nacionais e estrangeiros e a embaixadores. 3 — Cerimónias particulares (bailes, jantares, casamentos e outras festas) que não exijam outro tipo de traje de cerimónia. 4 — Serviço nos conselhos de guerra e nos tribunais militares. 5 — Entregas e posses de comando 6 — Festas e sessões solenes em unidades, estabelecimentos e órgãos militares, cerimónias de juramento de bandeira e outras equivalentes 7 — Todas as apresentações nas unidades e outros organismos das Forças Armadas. 8 — Jantares, bailes ou outras reuniões de pequena cerimónia, em concorrência com o <i>smoking</i> civil. 9 — Festas e sessões solenes em unidades, estabelecimentos e órgãos militares, cerimónias de juramento de bandeira e outras equivalentes para os oficiais e sargentos convidados. | Oficiais e sargentos QP—pessoal masculino. |

(*) Oficiais.

Observações

- a) O francalete para oficiais é dourado e para sargentos é de seda cinzenta.
 b) Nas ocasiões de uso indicadas no n.º 8, não é usada a espada.
 c) O uso de boina com este uniforme é regulado por despacho do CEME.
 f) Em situações de exceção, esta modalidade de uniforme poderá ser usada sem espada.

QUADRO N.º 4-A

Uniforme n.º 1A m/F

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|------------------|--|---|--|---|
| Uniforme n.º 1A | Boné Dólmán Calça ou calção n.º 1 Camisa cinzenta Gravata preta Sapatos de polimento preto ou botas altas Meias Cinto de precinta preto. Cinto de cerimónia. Luvas brancas de calfe Prendedor de gravata | 39.º 40.º 41.º e 84.º 37.º 38.º 16.º e 75.º 17.º 30.º 93.º 14.º 106.º | 1— Recepção, apresentação e cumprimentos a chefes de estado, soberanos ou príncipes estrangeiros, quando for superiormente determinado o uso deste uniforme. 2 — Recepção, apresentação e cumprimentos e visitas oficiais a ministros nacionais e estrangeiros e a embaixadores. 3 — Cerimónias particulares (bailes, jantares, casamentos e outras festas) que não exijam outro tipo de traje de cerimónia. 4 — Serviço nos conselhos de guerra e nos tribunais militares. | Oficiais e sargentos QP—pessoal feminino. |

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|------------------|--|-------------------------------|---|--------------|
| | Etiqueta de identificação individual. Fiador de fio de ouro/torçal (*) Suspensão da espada (*) Espada (*) Medalhas e condecorações | 96.º 97.º 109.º 94.º | 5 — Entregas e posses de comando 6 — Festas e sessões solenes em unidades, estabelecimentos e órgãos militares, cerimónias de juramento de bandeira e outras equivalentes 7 — Todas as apresentações nas unidades e outros organismos das Forças Armadas. 8 — Jantares, bailes ou outras reuniões de pequena cerimónia. 9 — Festas e sessões solenes em unidades, estabelecimentos e órgãos militares, cerimónias de juramento de bandeira e outras equivalentes para as oficiais e sargentos convidados. | |

(*) Oficiais.

Observações

- a) O francalete para oficiais é dourado e para sargentos é de seda cinzenta.
b) Nas ocasiões de uso indicadas no n.º 8, não é usada a espada, sendo usada a carteira n.º 1.
c) O uso de boina com este uniforme é regulado por despacho do CEME.
f) Em situações de excepção, esta modalidade de uniforme poderá ser usada sem espada.

QUADRO N.º 5

Uniforme n.ºs 1B a 1E m/M

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|------------------|--|--|---|---|
| Uniforme n.º 1B | Boné ou boina Dólmán Calça ou calção n.º 1 Camisa cinzenta Gravata preta Sapatos de calfe preto ou botas altas Peúgas pretas Cinto de precinta preto. Luvas pretas de calfe Prendedor de gravata Etiqueta de identificação individual. Fitas das medalhas e condecorações. | 34.º e 44.º 35.º 36.º e 84.º 37.º 38.º 50.º e 75.º 13.º 30.º 45.º 106.º 96.º | 1 — Serviço externo quando não for permitido ou determinado o uso de outro uniforme. 2 — Passeio 3 — Todos os actos em concorrência com militares estrangeiros quando estes utilizem uniformes equivalentes. 4 — Paradas, desfiles e guardas de honra quando superiormente determinado o uso deste uniforme. 5 — Entregas e posses de comando | Oficiais e sargentos QP—pessoal masculino. |

Observações

- a) Quando usado sem dólmán e sem luvas pretas, pode apresentar as seguintes modalidades:

N.º 1C — com camisa de manga comprida, com gravata e prendedor. Esta modalidade admite o blusão de cabedal mod. 2009.

N.º 1D — com camisa de meia manga, com gravata e prendedor;

N.º 1E — com camisa de meia manga aberta, sem gravata e sem prendedor.

b) Os tipos de uniformes n.ºs 1C a 1E são utilizados, normalmente durante o período estival, quando determinado e especialmente em gabinetes de trabalho, reuniões, visitas de estudo, refeições e, de uma forma geral, dentro das unidades, estabelecimentos e órgãos. Não devem ser usados em passeio, salvo no trajecto de e para os locais onde se realizarem os actos que foram autorizados.

c) O francalete do boné é o que se indica:

Dourado — para oficiais gerais;
Seda cinzenta — para os restantes oficiais e sargentos.

d) Com estes uniformes poderá ser usada boina em substituição do boné.

e) Os alunos da Academia Militar e da Escola de Sargentos do Exército podem fazer uso do bivaque n.º 1 em vez do boné (uso interno).

f) Com estes uniformes poderá ser usado o pingalim, quando em actividades de equitação.

g) (*) Os militares em RV/RC, em casos específicos superiormente autorizados, poderão fazer uso deste uniforme.

QUADRO N.º 5-A

Uniforme n.ºs 1B a 1E m/F

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|------------------|--|-------------------|---|--|
| Uniforme n.º 1B | Boné ou boina | 39.º e 44.º | 1 — Serviço externo quando não for permitido ou determinado o uso de outro uniforme. 2 — Passeio 3 — Todos os actos em concorrência com militares estrangeiros quando estes utilizem uniformes equivalentes. 4 — Paradas, desfiles e guardas de honra quando superiormente determinado o uso deste uniforme. 5 — Entregas e posses de comando | Oficiais e sargentos QP (*) — pessoal feminino. |
| | Dólmán | 40.º | | |
| | Saia, Calça ou calção n.º 1 | 42.º, 41.º e 84.º | | |
| | Camisa cinzenta | 37.º | | |
| | Gravata preta | 38.º | | |
| | Sapatos de calfe preto ou botas altas | 55.º e 75.º | | |
| | Meias | 17.º | | |
| | Cinto de precinta preto. .. | 30.º | | |
| | Luvas pretas de calfe | 45.º | | |
| | Prendedor de gravata | 106.º | | |
| | Etiqueta de identificação individual. | 96.º | | |
| | Carteira n.º 1 | 43.º | | |
| | Fitas das medalhas e condecorações. | | | |

Observações

a) Este uniforme poderá ser usado com calça ou calção n.º 1, substituindo a saia.

b) Quando usado sem dólmán e sem luvas pretas, pode apresentar as seguintes modalidades:

N.º 1C — com camisa de manga comprida, com gravata e prendedor. Esta modalidade admite o blusão de cabedal mod. 2009.

N.º 1D — com camisa de meia manga, com gravata e prendedor;

N.º 1E — com camisa de meia manga aberta, sem gravata e prendedor.

c) Os tipos de uniformes n.ºs 1C a 1E são utilizados, normalmente durante o período estival, quando determinado e especialmente em gabinetes de trabalho, reuniões, visitas de estudo, refeições e, de uma forma geral, dentro das unidades, estabelecimentos e órgãos. Não devem ser usados em passeio, salvo no trajecto de e para os locais onde se realizarem os actos que foram autorizados.

d) O francalete do boné é o que se indica:

Dourado — para oficiais gerais;
Seda cinzenta — para os restantes oficiais e sargentos.

e) Com estes uniformes poderá ser usada boina em substituição do boné.

f) As alunas da Academia Militar e da Escola de Sargentos do Exército, podem fazer uso do bivaque n.º 1 em vez do boné (uso interno).

g) No período estival é facultativo o uso das meias.

h) Com estes uniformes poderá ser usado o pingalim, quando em actividades de equitação.

i) (*) As militares em RV/RC, em situações específicas superiormente autorizadas, poderão utilizar este uniforme.

QUADRO N.º 5-B

Uniforme n.º 1F (pré-natal)

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|-----------------------------|---|--|--|---|
| Uniforme n.º 1F (pré-natal) | Boné ou boina Calça com peitilho n.º 1 ... Camisa cinzenta Gravata preta Prendedor de gravata Etiqueta de identificação individual. Sapatos de calfe preto Meias | 39.º e 44.º 79.º 37.º 38.º 106.º 96.º 55.º 17.º | Em todas as situações onde é usado o uniforme n.º 1. | Oficiais e sargentos QP (*) — pessoal feminino. |

Observações

- a) Admite as versões com camisa de meia manga com gravata e prendedor de gravata e meia manga sem gravata.
b) Poderá ser usado o boné ou boina.

QUADRO N.º 6

Uniforme n.ºs 2A a 2E m/M

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|------------------|--|--|---|-------------------|
| Uniforme n.º 2A | Boina Dólmán Calça ou calção n.º 2 Camisa verde Gravata verde Prendedor de gravata Etiqueta de identificação individual. Sapatos de calfe preto, botas ou botas altas Peúgas pretas ou peúgas verdes Cinto de precinta verde. . Fitas das medalhas e condecorações | 44.º 46.º 47.º e 85.º 48.º 49.º 106.º 96.º 50.º, 51.º e 75.º 13.º e 52.º 53.º | 1 — Serviço de guarnição (guarda aos aquartelamentos e exteriores, rondas e escoltas). 2 — Serviço diário interno (oficiais, sargentos e cabos de dia, ordenanças e plantões). 3 — Serviço normal em secretarias, repartições e estabelecimentos de ensino. 4 — Serviço de altas entidades militares (condutores e ordenanças). 5 — Guardas de honra, paradas e desfiles, quando superiormente não for ordenado o uso de outros uniformes. 6 — Na ida e regresso às unidades, estabelecimentos e órgãos. 7 — Em passeio | Pessoal masculino |

Observações

- a) Quando usado sem dólmán pode apresentar as seguintes modalidades:
- N.º 2B — com camisa de manga comprida, com gravata e prendedor;
 - N.º 2C — com camisa de meia manga aberta, sem gravata e sem prendedor e com *t-shirt* m/Exército;
 - N.º 2D — com blusão de cabedal, ou blusão de cabedal mod. 2009 em substituição do dólmán;
 - N.º 2E — com camisola de lã sobre camisa sem gravata.
- b) Em substituição dos sapatos pretos poderão ser usadas as botas, sendo as calças presas com elástico aos canos das botas.
- c) No tipo de uniforme n.º 2 C é utilizada a *t-shirt* verde m/Exército sob a camisa de meia manga.
- d) Com estes uniformes poderá ser usado o pingalim, quando em actividades de equitação.
- e) Os alunos da Academia Militar e da Escola de Sargentos do Exército, assim como as praças até ao respectivo juramento de bandeira, fazem uso do respectivo bivaque n.º 2.
- f) As meias verdes são usadas com botas.

QUADRO N.º 6-A

Uniforme n.ºs 2A a 2E m/F

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|------------------|--|-------------------|--|-------------------|
| Uniforme n.º 2A | Boina | 44.º | 1 — Serviço de guarnição (guarda aos aquartelamentos e exteriores, rondas e escoltas). | Pessoal masculino |
| | Dólmán | 46.º | 2 — Serviço diário interno (oficiais, sargentos e cabos de dia, ordenanças e plantões). | |
| | Calça ou calção n.º 2 | 47.º e 85.º | 3 — Serviço normal em secretarias, repartições e estabelecimentos de ensino. | |
| | Camisa verde | 48.º | 4 — Serviço de altas entidades militares (condutores e ordenanças). | |
| | Gravata verde | 49.º | 5 — Guardas de honra, paradas e desfiles, quando superiormente não for ordenado o uso de outros uniformes. | |
| | Prendedor de gravata | 106.º | 6 — Na ida e regresso às unidades, estabelecimentos e órgãos. | |
| | Etiqueta de identificação individual. | 96.º | 7 — Em passeio | |
| | Sapatos de calfe preto, botas ou botas altas | 50.º, 51.º e 75.º | | |
| | Peúgas pretas ou peúgas verdes | 13.º e 52.º | | |
| | Cinto de precinta verde. .. | 53.º | | |
| | Luvas pretas de calfe | | | |
| | Fitas das medalhas e condecorações | | | |

Observações

- a) Este uniforme poderá ser usado com calça ou calção n.º 2, substituindo a saia.
- b) Quando usado sem dólmán pode apresentar as seguintes modalidades:
- N.º 2B — com camisa de manga comprida, com gravata e prendedor;
 - N.º 2C — com camisa de meia manga aberta, sem gravata e sem prendedor;
 - N.º 2D — com blusão de cabedal ou blusão de cabedal mod. 2009 em substituição do dólmán;
 - N.º 2E — com camisola de lã sobre camisa sem gravata.
- c) No tipo de uniforme n.º 2 C é utilizada a *t-shirt* verde m/Exército sob a camisa de meia manga.
- d) Em substituição dos sapatos pretos poderão ser usadas as botas, sendo as calças presas com elástico aos canos das botas.
- e) Com estes uniformes poderá ser usado o pingalim, quando em actividades de equitação.
- f) As alunas da Academia Militar e da Escola de Sargentos do Exército, assim como as praças até ao respectivo juramento de bandeira, fazem uso do respectivo bivaque n.º 2.
- g) As meias verdes são usadas com botas.

QUADRO N.º 6-B

Uniforme n.º 2F (pré-natal)

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|-----------------------------|---------------------------------------|---------|--|-------------------|
| Uniforme n.º 2F (pré-natal) | Boina | 44.º | 1 — Em todas as situações onde é usado o uniforme n.º 2. | Pessoal feminino. |
| | Calça com peitilho n.º 2 ... | 80.º | | |
| | Camisa verde | 48.º | | |
| | Gravata verde | 49.º | | |
| | Prendedor de gravata | 106.º | | |
| | Etiqueta de identificação individual. | 96.º | | |
| | Sapatos de calfe preto | 55.º | | |
| | Meias | 17.º | | |

Observação. — Admite a versão com camisa de meia manga sem gravata e com *t-shirt* verde m/Exército.

QUADRO N.º 6-C

Uniforme n.º 2G m/M

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|------------------|---|---|---|--|
| Uniforme n.º 2G | Boina (ou bivaque n.º 2) .. Dólmán n.º 2 mod. RV/RC Calça n.º 2 Camisa verde Gravata verde Botas Peúgas verdes Cinto de precinta verde. .. Fitas das medalhas e condecorações | 44.º e 72.º 58.º 47.º 48.º 49.º 51.º 52.º 53.º | 1 — Serviço de guarnição (guarda aos aquartelamentos e exteriores, rondas e escoltas). 2 — Serviço diário interno (oficiais, sargentos e cabos de dia, ordenanças e plantões). 3 — Serviço normal em secretarias, repartições e estabelecimentos de ensino. 4 — Serviço de altas entidades militares (condutores e ordenanças). 5 — Guardas de honra, paradas e desfiles, quando superiormente não for ordenado o uso de outros uniformes. 6 — Na ida e regresso às unidades, estabelecimentos e órgãos. 7 — Em passeio | Militares em RV/ RC — pessoal masculino. |

Observações

- a) Os militares das tropas especiais usam as botas definidas em DIF.
b) A suspensão do dólmán n.º 2 mod. RV/RC (Artigos 106.º) e a sua substituição pelo modelo de dólmán referido no Artigo 94.º será regulada por despacho do CEME.
c) Até ao respectivo juramento de bandeira, os militares RV/RC fazem uso do bivaque n.º 2.

QUADRO N.º 6-D

Uniforme n.ºs 2G m/F

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|------------------|--|--|---|---|
| Uniforme n.º 2G | Boina (ou bivaque n.º 2) .. Dólmán n.º 2 mod. RV/RC Saia n.º 2 ou calça n.º 2 Camisa verde Gravata verde Sapatos de calfe preto, m/F ou botas Meias ou peúgas verdes .. Cinto de precinta verde ... Fitas das medalhas e condecorações | 44.º e 72.º 58.º 47.º e 54.º 48.º 49.º 55.º e 51.º 17.º e 52.º 53.º | 1 — Serviço de guarnição (guarda aos aquartelamentos e exteriores, rondas e escoltas). 2 — Serviço diário interno (oficiais, sargentos e cabos de dia, ordenanças e plantões). 3 — Serviço normal em secretarias, repartições e estabelecimentos de ensino. 4 — Serviço de altas entidades militares (condutores e ordenanças). 5 — Guardas de honra, paradas e desfiles, quando superiormente não for ordenado o uso de outros uniformes. 6 — Na ida e regresso às unidades, estabelecimentos e órgãos. 7 — Em passeio | Militares em RV/ RC — pessoal feminino. |

Observações

- a) Este uniforme poderá ser usado com calça, substituindo a saia, com a qual são utilizadas as botas.
b) As militares das tropas especiais usam as botas definidas em DIF.
c) As meias verdes são usadas com botas.
d) A suspensão do dólmán n.º 2 mod. RV/RC (artigos 106.º) e a sua substituição pelo modelo de dólmán referido no artigo 94.º será regulada por despacho do CEME.
e) Até ao respectivo juramento de bandeira, as militares RV/RC fazem uso do bivaque n.º 2.

QUADRO N.º 7

Uniforme n.º 3A

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|------------------|--|--|--|--------------------|
| Uniforme n.º 3A | Barrete, boina ou chapéu .. Dólmán Calça Botas Peúgas verdes. <i>T-shirt</i> verde m/Exército .. ou camisola interior verde com fecho de correr. Cinturão m/82 | 59.º, 60.º e 44.º 61.º 62.º 51.º 52.º 57.º e 73.º 63.º | 1 — Em instrução 2 — Actividade operacional 3 — Serviço de guarnição (guarda aos aquarte- lamentos e exteriores, rondas e escoltas). 4 — Serviço diário interno (oficiais, sargentos e cabos de dia, ordenanças e plantões). 5 — Fora das unidades, nos serviços de trans- porte e outros em que o seu uso for superior- mente determinado. 6 — Cerimónias militares 7 — Nas ocasiões em que não é exigido o uso de armamento, é dispensado o cinturão m/82. 8 — É vedado o seu uso como uniforme de passeio. | Todo o pessoal. |

Observação. — O uniforme n.º 3, embora mantendo o padrão, feitio e textura do tecido, pode apresentar diferentes cores em função do teatro de operações.

QUADRO N.º 7-A

Uniforme n.º 3B

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|------------------|--|---|--|--------------------|
| Uniforme n.º 3B | Barrete, chapéu ou boina .. Calça Camisa meia manga Botas <i>T-shirt</i> verde m/Exército .. Peúgas verdes. Cinturão m/82 | 59.º, 60.º e 44.º 62.º 64.º 51.º 57.º 52.º 63.º | Em todas as ocasiões referidas para o uniforme n.º 3A, em função das condições climatéricas e das instruções superiormente difundidas. | Todo o pessoal. |

Observação. — O uniforme n.º 3, embora mantendo o padrão, feitio e textura do tecido, pode apresentar diferentes cores em função do teatro de operações.

QUADRO N.º 8

Uniforme de educação física A e B

| Tipo de uniforme | Descrição sumária | Artigos | Ocasões em que deve ser usado | Utilizadores |
|-----------------------------------|---|--|--|--------------------|
| Uniforme de educação física A. | Casaco de fato de treino .. Calça de fato de treino Calção de educação física .. Camisola educação física .. Meias de educação física .. Sapatos de educação física | 65.º 66.º 67.º 68.º 69.º 70.º | Actividade física e desportiva | Todo o pessoal. |
| Uniforme de educação física B. | Calção de educação física Camisola educação física .. Meias de educação física .. Sapatos de educação física | 67.º 68.º 69.º 70.º | Actividade física e desportiva, em função das das condições climatéricas. | Todo o pessoal. |

| Designação do artigo | Grande Uniforme | | | Unif. Jaqueta | Unif. Cerimónia | Banda Exe | Uniforme Nº 1 | | | | | | | | | | Uniforme Nº 2 | | | | | | | | | | Unif. Nº 3 | Unif. Educação Física | | | | | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|---------|---------|---------------|-----------------|-----------|---------------|-------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|-----------------------|-----------|---------------|-----|-----|-----|---|---|--|
| | A (m/M) | B (m/M) | A (m/F) | B (m/F) | (m/M) | (m/F) | (m/M) | (m/F) | 1 A (m/M) | 1 A (m/F) | 1 B (m/M) | 1 B (m/F) | 1 C (m/M) | 1 C (m/F) | 1 D (m/M) | 1 D (m/F) | 1 E (m/M) | 1 E (m/F) | 1 F Pré-Natal | 2 A (m/M) | 2 A (m/F) | 2 B (m/M) | 2 B (m/F) | 2 C (m/M) | 2 C (m/F) | 2 D (m/M) | 2 D (m/F) | 2 E (m/M) | 2 E (m/F) | 2 F Pré-Natal | 2 G | 3 A | 3 B | A | B | |
| Cinto precinta preto | | | | | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cinturão m/82 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | |
| Colete | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dólmán uniforme nº 3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | | | | |
| Dólmán uniforme de cerimónia | | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dólmán grande uniforme | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dólmán uniforme nº 1 | | | | | | | | | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dólmán uniforme nº 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dólmán uniforme nº 2 RV/RC | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | | | | | |
| Elásticos para calças | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | |
| Espada | X | | X | | | | | | X | X | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | |
| Etiqueta identificação individual | | | | | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | |
| Faixa | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fiador | X | | X | | | | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fita identificação individual | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | | | |
| Francalete | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Gabardina | | | | | | | | | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Gorro cachecol | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | | | |
| Granadeiras | | | | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Gravata preta | | | | | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Gravata verde | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | X | X | | X | X | X | X | X | X | | | | | | |
| Impermeável | | | | | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | |
| Jaqueta | | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Laço | | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Luvas brancas calfe | X | X | X | X | X | X | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Luvas gore tex | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | | | |
| Luvas pretas calfe | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Luvas verdes lã | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | |
| Meias | | | X | X | X | | X | X | X | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | | |
| Meias educação física | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | | |
| Medalhas | X | | X | | | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Miniaturas das medalhas | | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pelica | | | | | | | | | X | X | X | X | | | | | | | | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | |
| Peúgas pretas | X | X | | X | X | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | X | X | X | | X | X | X | X | X | X | | | | | | | | |
| Peúgas verdes | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | | | |
| Prendedor gravata | | | | | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | |
| Saco bagagem | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | | | | | | | | | | | | X | X | | |
| Saia uniforme da jaqueta | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Saia comprida uniforme da jaqueta | | | X | | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Saia uniforme nº 1 | | | | | | | | | X | | X | X | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Saia uniforme nº 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | | X | X | X | X | X | X | | | | | | | | | |
| Saia uniforme cerimónia Banda Ex | | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sapatos de calfe preto | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | | |
| Sapatos educação física | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | | |
| Sapatos polimento preto | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pingalim | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | | | |
| Suspensão espada | X | | X | | | | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| T-shirt verde m/Exército | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | | | | | | X | X | | | | |

ANEXO III

Figuras dos artigos de uniforme

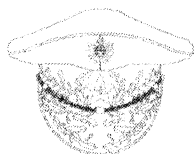


Fig. 1

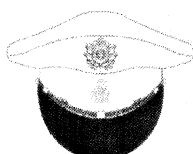


Fig. 1A

Figs. 1 e 1A — Boné — Grande uniforme — Uniforme da jaqueta (artigo 8.º)

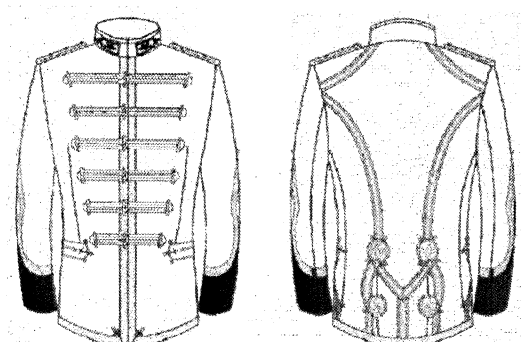


Fig. 2

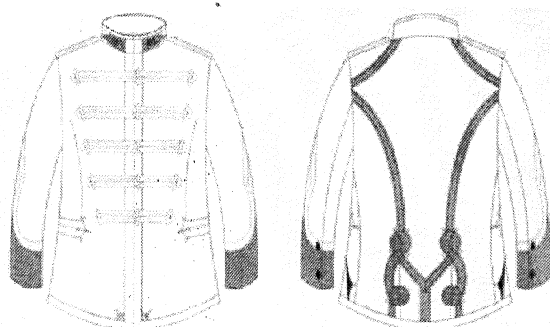


Fig. 2A (m/F)

Figs. 2 e 2A — Dólmán — Grande uniforme (artigo 9.º)

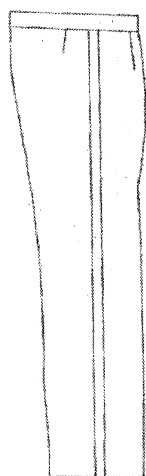


Fig. 3



Fig. 3A

Figs. 3 e 3A — Calça — Grande uniforme — Uniforme da jaqueta (artigo 10.º)

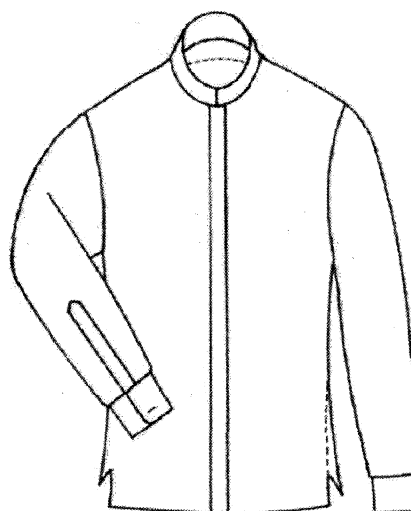


Fig. 4 — Camisa branca — Grande uniforme — Uniforme de cerimónia de Banda do Exército (artigo 11.º)

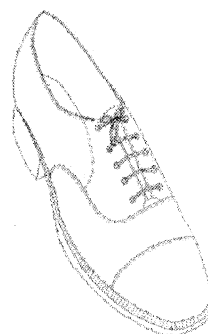


Fig. 5 — Sapatos de polimento preto — Grande uniforme Uniforme da jaqueta — Uniforme de cerimónia de Banda do Exército — Uniforme n.º 1 (artigo 12.º)

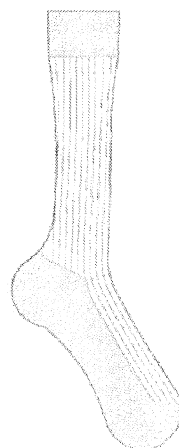


Fig. 6 — Peúgas pretas — Grande uniforme — Uniforme da jaqueta — Uniforme de cerimónia de Banda do Exército Uniformes n.ºs 1 e 2 (artigo 13.º)

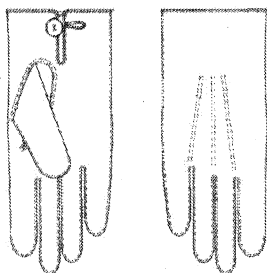


Fig. 7 — Luvas brancas/pretas de calfe — Grande uniforme
Uniforme da jaqueta — Uniforme n.º 1 (artigos 14.º e 45.º)

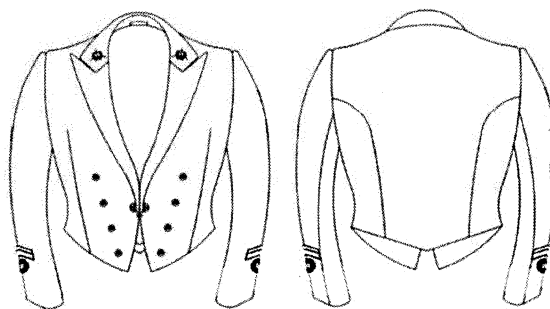


Fig. 11 — Jaqueta — Uniforme da jaqueta (artigo 18.º)

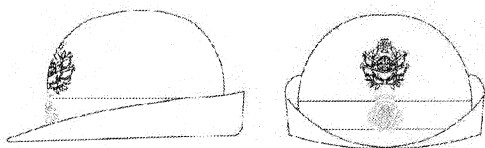


Fig. 8 — Boné m/F — Grande uniforme — Uniforme da jaqueta
(artigo 15.º)

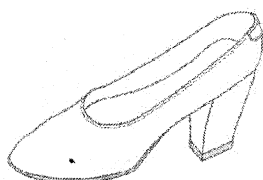


Fig. 9 — Sapatos de polimento m/F — Grande uniforme
Uniforme da jaqueta — Uniforme de cerimónia de Banda
do Exército — Uniforme n.º 1 (artigo 16.º)

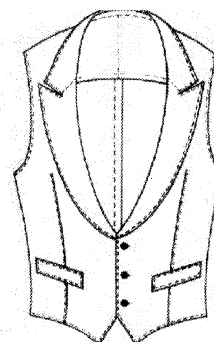


Fig. 12 — Colete (artigo 19.º)



Fig. 10 — Meias — Grande uniforme — Uniforme da jaqueta
Uniforme de cerimónia de Banda
do Exército — Uniformes n.ºs 1 e 2 (artigo 17.º)

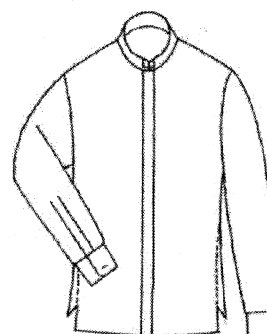


Fig. 13 — Camisa do uniforme da jaqueta (artigo 20.º)

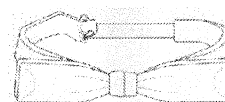
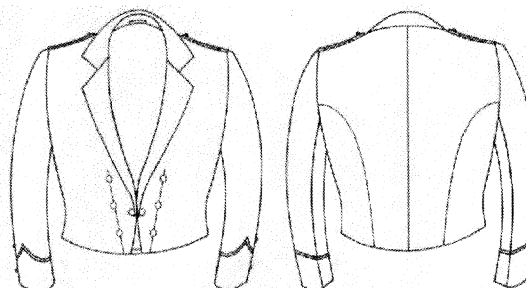
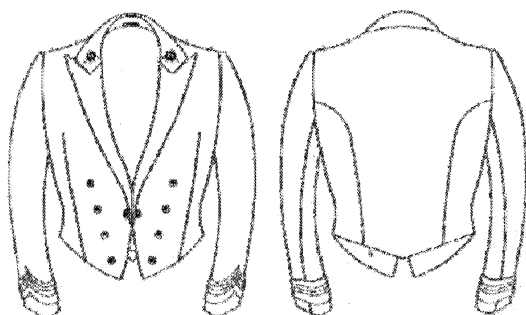


Fig. 14 — Laço — Uniforme da jaqueta (artigo 21.º)



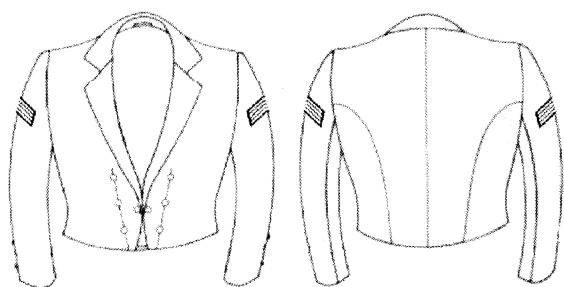


Fig. 15 — Jaqueta m/F — Uniforme da jaqueta (artigo 22.º)

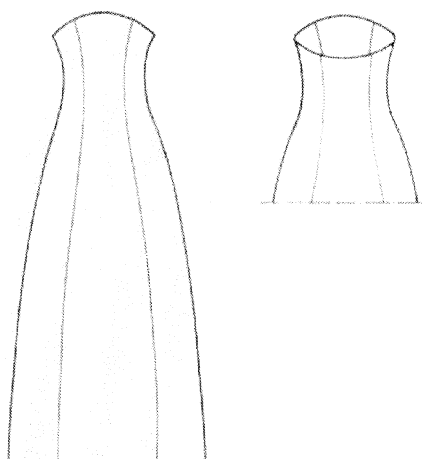


Fig. 19A — Saia comprida — Uniforme da jaqueta (artigo 25.º)

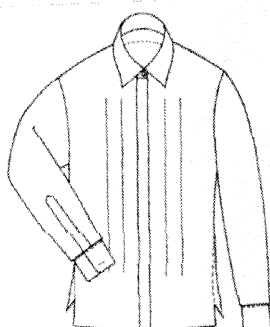


Fig. 16 — Camisa branca m/F — Uniforme da jaqueta (artigo 23.º)



Fig. 20 — Boné — Uniforme de cerimónia para Banda do Exército (artigo 27.º)

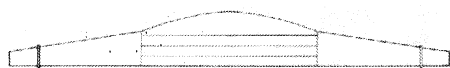


Fig. 17 — Faixa — Uniforme da jaqueta m/F (artigo 24.º)

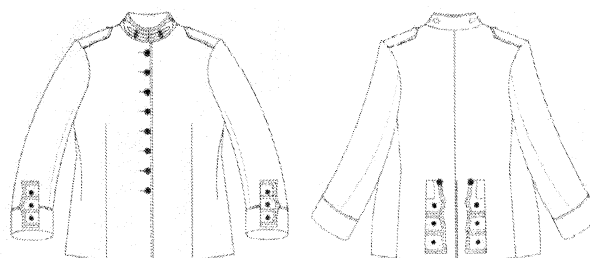


Fig. 21 — Casaco — Uniforme de cerimónia para Banda do Exército (artigo 28.º)

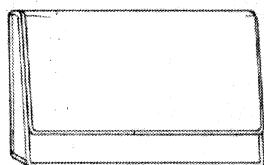


Fig. 18 — Carteira de cerimónia — Uniforme da jaqueta (artigo 26.º)

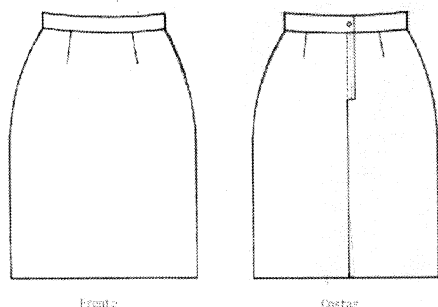


Fig. 19 — Saia — Uniforme da jaqueta (artigo 25.º)



Fig. 22 — Calça — Uniforme de cerimónia para Banda do Exército (artigo 29.º)



Fig. 23 — Cinto de precinta preto/verde — Uniforme de cerimónia para Banda do Exército — Uniformes n.ºs 1 e 2 (artigos 30.º e 53.º)

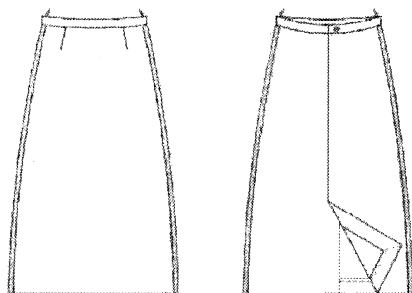


Fig. 24 — Saia — Uniforme de cerimónia para Banda do Exército (artigo 31.º)

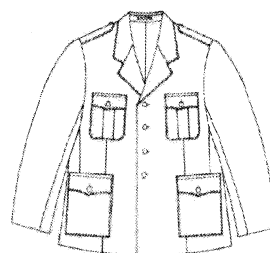


Fig. 28 — Dólman — Uniforme n.º 1 (artigo 35.º)

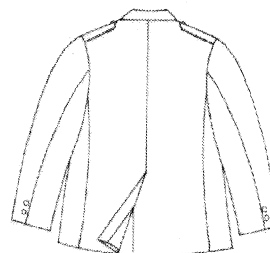


Fig. 29 — Calça — Uniforme n.º 1 (artigo 36.º)



Fig. 25 — Granadeiras — Uniforme de cerimónia para Banda do Exército (artigo 32.º)



Fig. 26 — Capote — Uniforme de cerimónia para Banda do Exército (artigo 33.º)

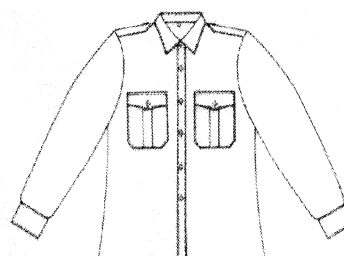


Fig. 30 — Camisa cinzenta — Uniforme n.º 1 (artigo 37.º)



Fig. 27 — Boné — Uniforme n.º 1 (artigo 34.º)

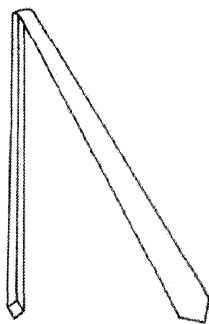


Fig. 31 — Gravata preta — Uniforme n.º 1 (artigo 38.º)

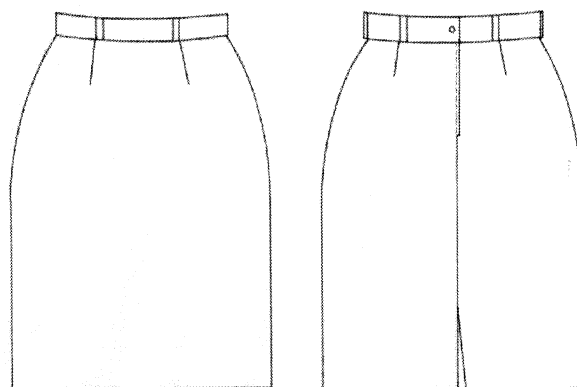


Fig. 35 — Saia — Uniforme n.º 1 (artigo 42.º)

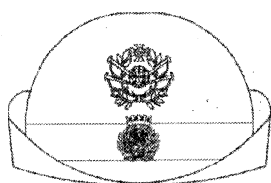


Fig. 32 — Boné m/F — Uniforme n.º 1 (artigo 39.º)

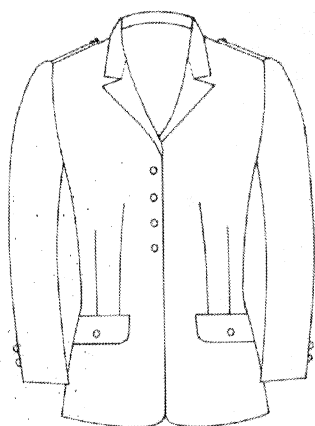


Fig. 33 — Dólman m/F — Uniforme n.º 1 (artigo 40.º)

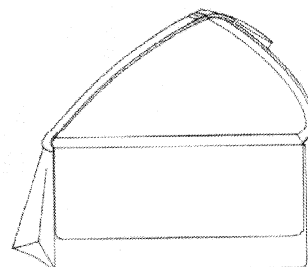


Fig. 36 — Carteira — Uniforme n.º 1 (artigo 43.º)

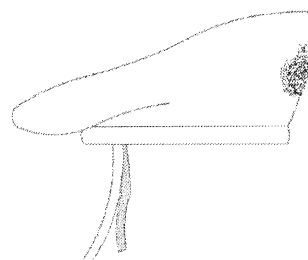


Fig. 37 — Boina — Uniformes n.ºs 1, 2 e 3 (artigo 44.º)

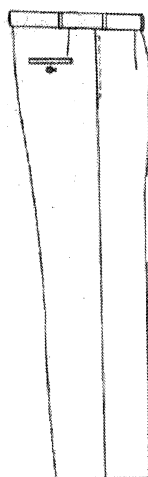
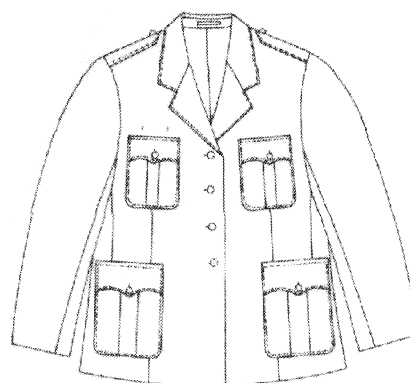


Fig. 34 — Calça m/F — Uniforme n.º 1 (artigo 41.º)



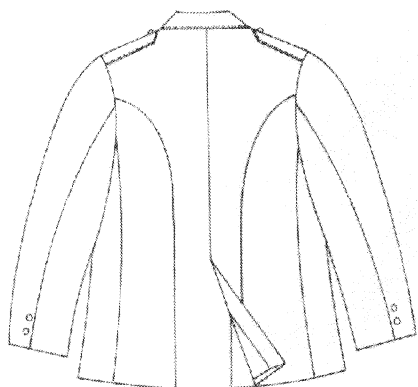


Fig. 38 — Dólman — Uniforme n.º 2 (artigo 46.º)

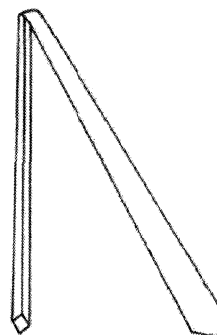


Fig. 41 — Gravata verde — Uniforme n.º 2 (artigo 49.º)

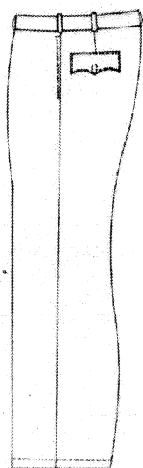


Fig. 39 — Calça — Uniforme n.º 2 (artigo 47.º)

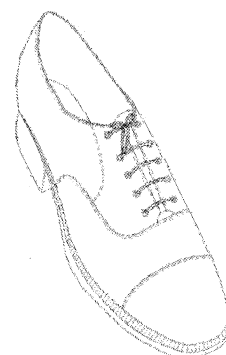


Fig. 42 — Sapatos de calfe preto — Uniformes n.ºs 1 e 2 (artigo 50.º)

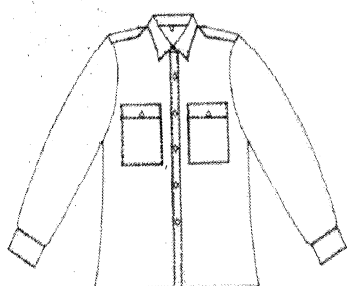


Fig. 40 — Camisa verde — Uniforme n.º 2 (artigo 48.º)

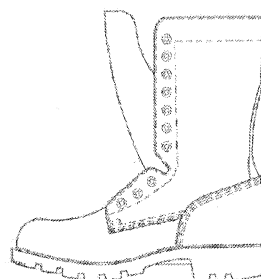


Fig. 43 — Botas — Uniformes n.ºs 2 e 3 (artigo 51.º)

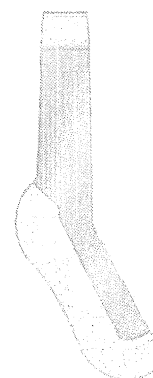


Fig. 44 — Peúgas verdes — Uniforme n.º 2 (com botas)
Uniforme n.º 3 (artigo 52.º)

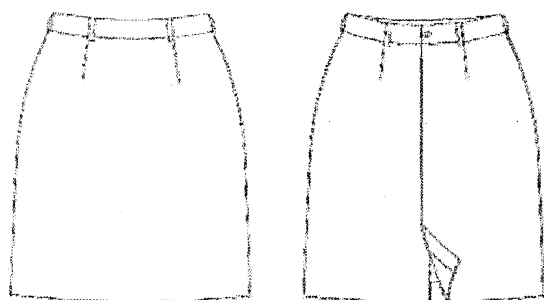


Fig. 45 — Saia — Uniforme n.º 2 (artigo 54.º)

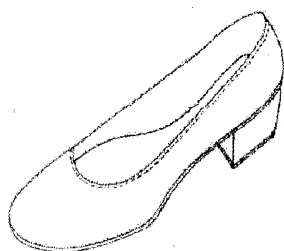
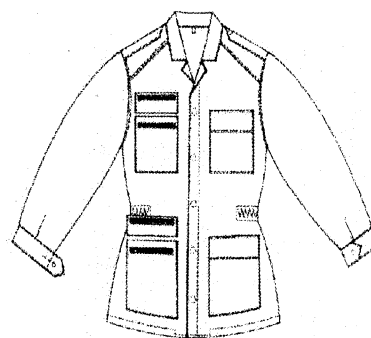
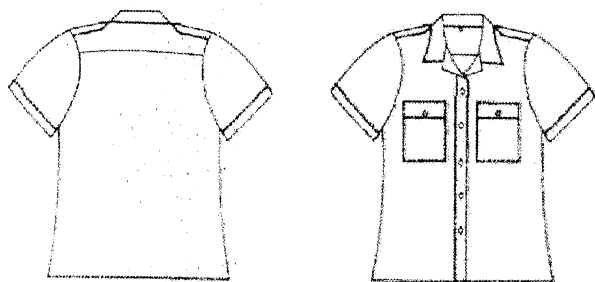
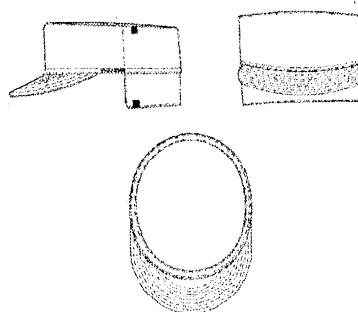
Fig. 46 — Sapato de calfe preto m/F — Uniformes n.ºs 1 e 2
(artigo 55.º)Fig. 49 — Dólmán — Uniforme n.º 2 mod. RV/RC
(artigo 58.º)Fig. 47 — Camisa verde de meia manga — Uniforme n.º 2
(artigo 56.º)

Fig. 50 — Barrete — Uniforme n.º 3 (artigo 59.º)

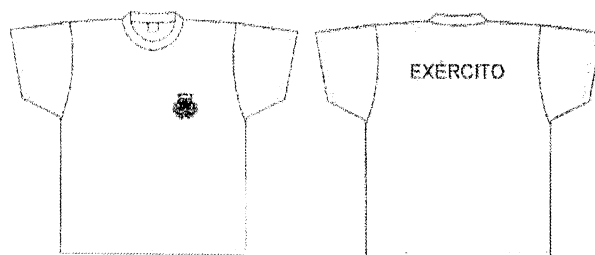
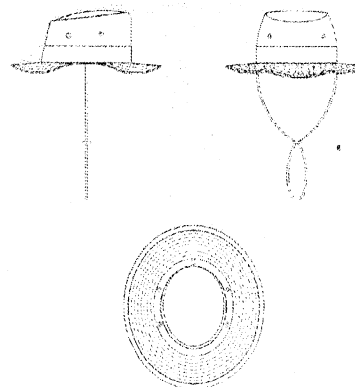
Fig. 48 — T-shirt verde m/Exército — Uniformes n.ºs 2 e 3
(artigo 57.º)

Fig. 51 — Chapéu — Uniforme n.º 3 (artigo 60.º)

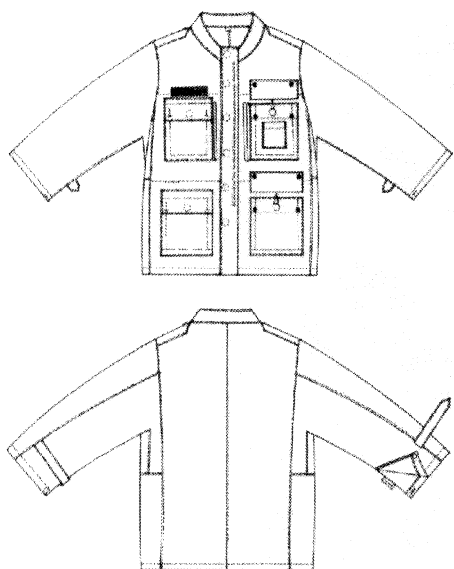


Fig. 52 — Dólman — Uniforme n.º 3 (artigo 61.º)

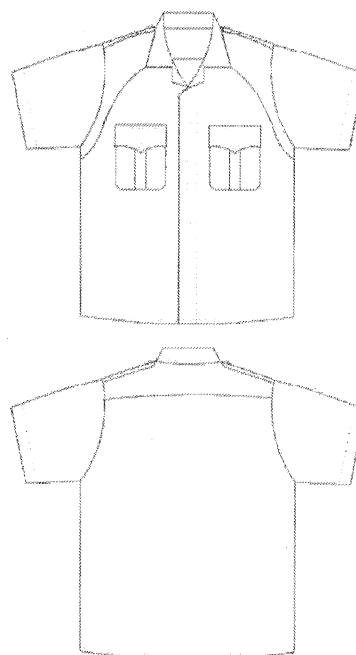


Fig. 55 — Camisa de meia manga — Uniforme n.º 3 (artigo 64.º)

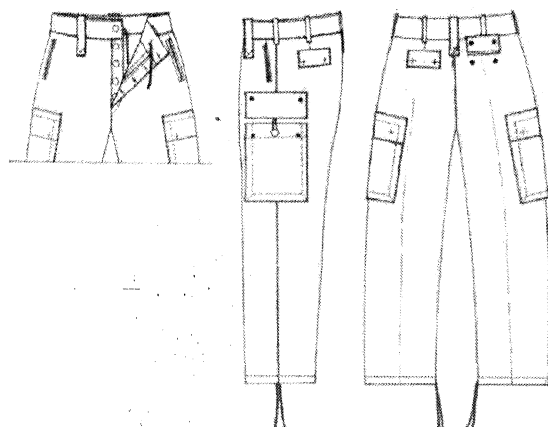


Fig. 53 — Calça — Uniforme n.º 3 (artigo 62.º)

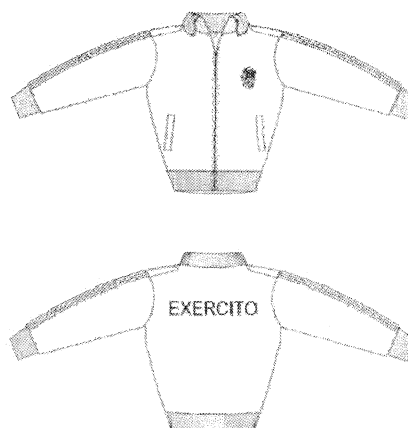


Fig. 56 — Casaco de fato de treino — Uniforme de Educação Física (artigo 65.º)

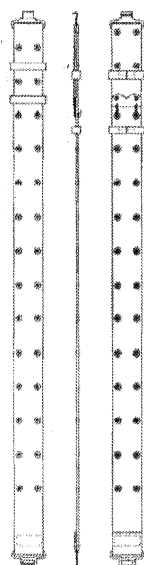


Fig. 54 — Cinturão m/82 — Uniforme n.º 3 (artigo 63.º)

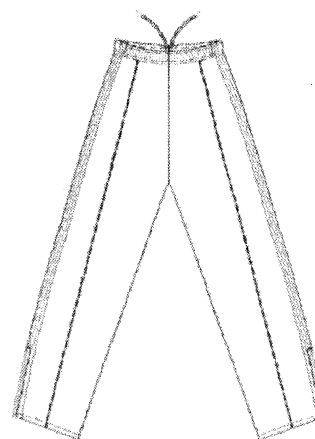


Fig. 57 — Calças de fato de treino — Uniforme de Educação Física (artigo 66.º)

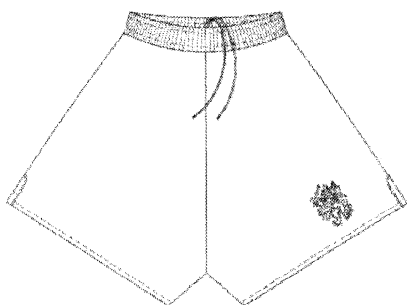


Fig. 58 — Calções de Educação Física — Uniforme de Educação Física (artigo 67.º)

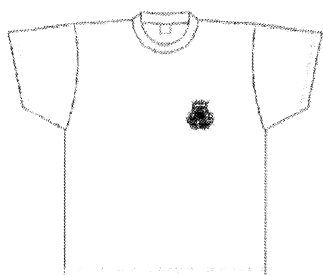


Fig. 59 — Camisola de Educação Física — Uniforme de Educação Física (artigo 68.º)

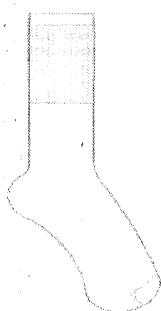


Fig. 60 — Meias de Educação Física — Uniforme de Educação Física (artigo 69.º)

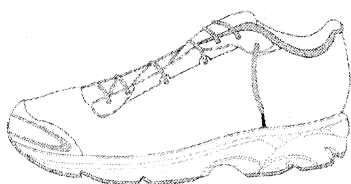


Fig. 61 — Sapatos de Educação Física — Uniforme de Educação Física (artigo 70.º)



Fig. 62 — Bivaque — Uniformes n.ºs 1 e 2 (artigos 71.º e 72.º)

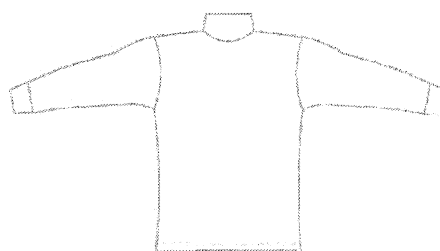
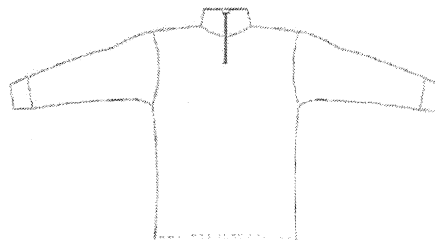


Fig. 63 — Camisola interior verde com fecho de correr — Uniforme n.º 3 (artigo 73.º)

ANEXO IV

Figuras dos artigos complementares

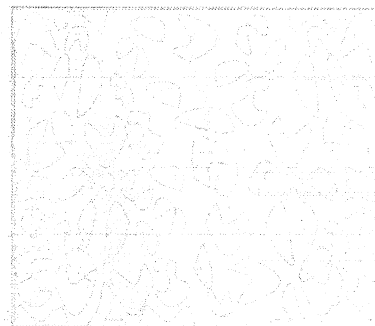


Fig. 1 — Abafo de pescoço — Uniforme n.º 3 (artigo 74.º)



Fig. 2 — Botas altas — Grande uniforme — Uniforme da jaqueta — Uniformes n.ºs 1 e 2 (artigo 75.º)

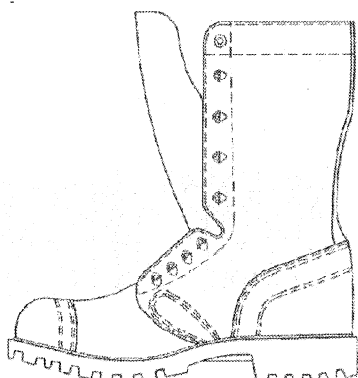


Fig. 3 — Botas m/AT — Uniformes n.ºs 2 e 3 (artigo 76.º)

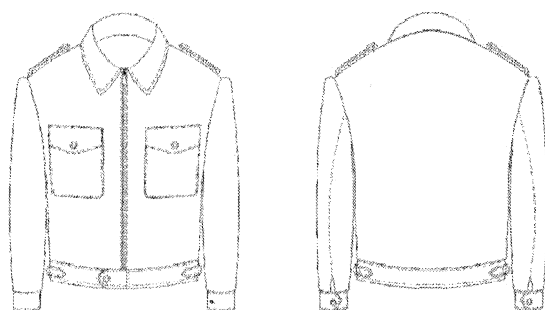


Fig. 4 — Blusão de cabedal — Uniforme n.º 2 (artigo 77.º)

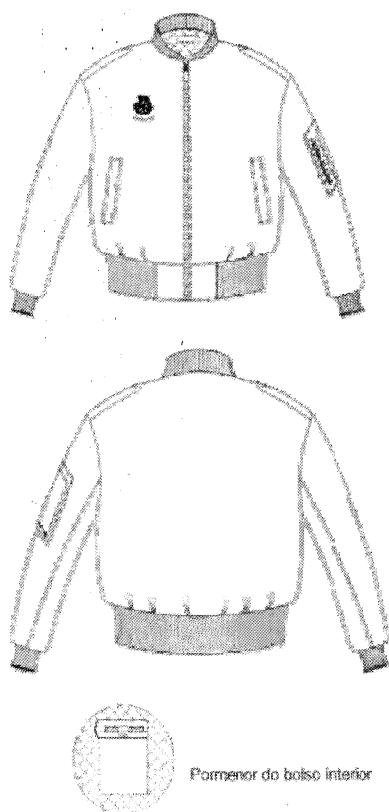


Fig. 5 — Blusão de cabedal mod. 2009 — Uniforme n.º 1 C Uniforme n.º 2 (artigo 78.º)

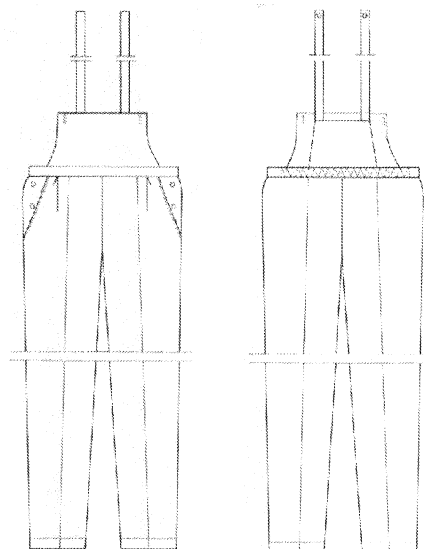


Fig. 6 — Calça com peitilho — Uniformes n.ºs 1 e 2 (artigos 79.º e 80.º)

Pormenor

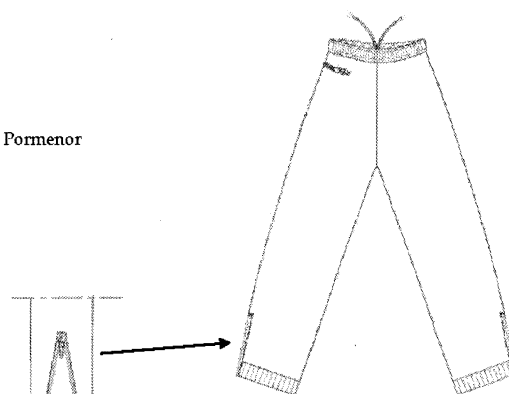


Fig. 7 — Calça gore tex — Uniforme n.º 3 (artigo 81.º)

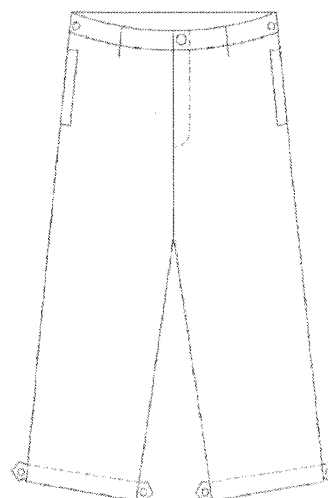


Fig. 8 — Calça impermeável — Uniformes n.ºs 2 e 3 (artigo 82.º)

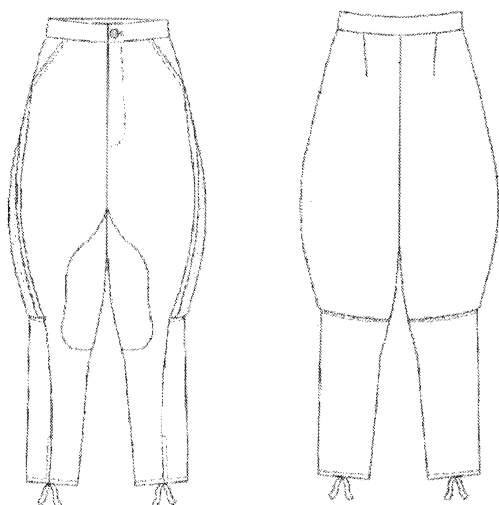


Fig. 9 — Calção do grande uniforme — Uniforme da jaqueta (artigo 83.º)

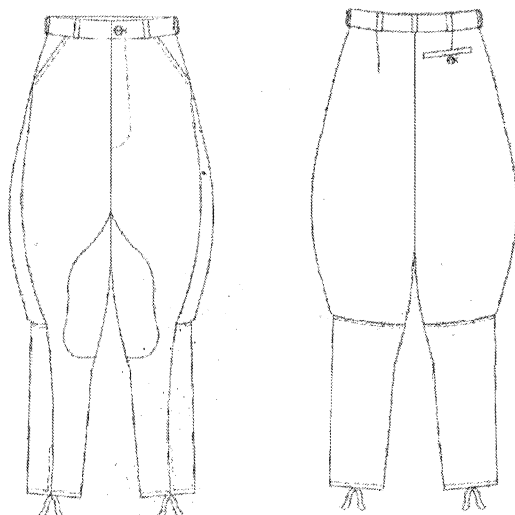


Fig. 10 — Calção n.º 1 — Uniforme n.º 1 (artigo 84.º)

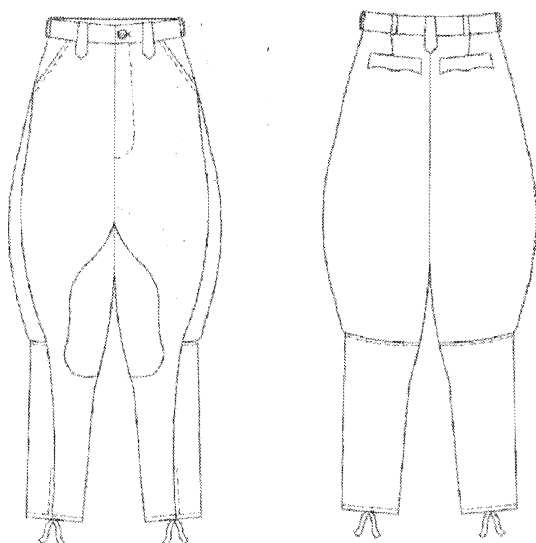


Fig. 11 — Calção n.º 2 — Uniforme n.º 2 (artigo 85.º)

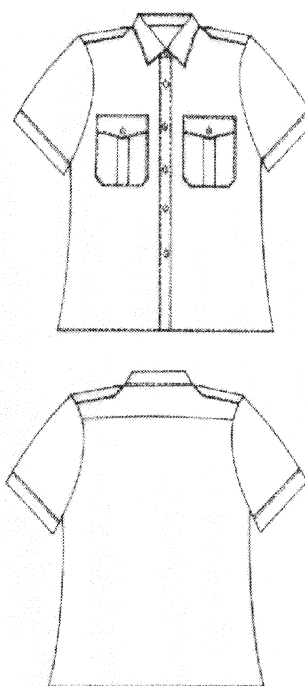


Fig. 12 — Camisa cinzenta de colarinho e meia manga — Uniforme n.º 1 (artigo 86.º)

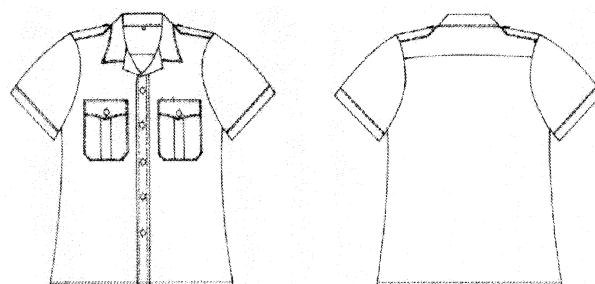


Fig. 13 — Camisa cinzenta de meia manga de colarinho aberto — Uniforme n.º 1 (artigo 87.º)

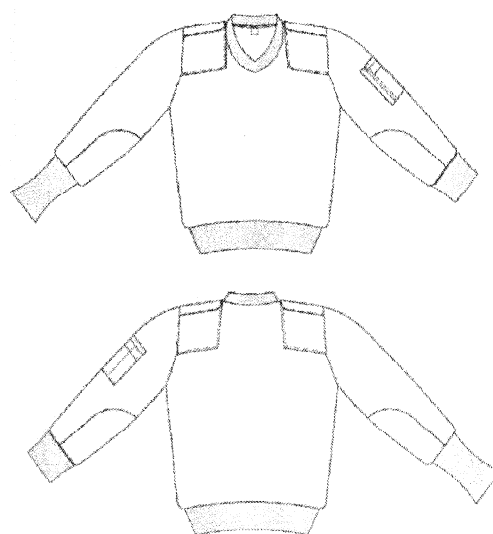


Fig. 14 — Camisola cinzenta de lã — Uniforme n.º 1 (artigo 88.º)

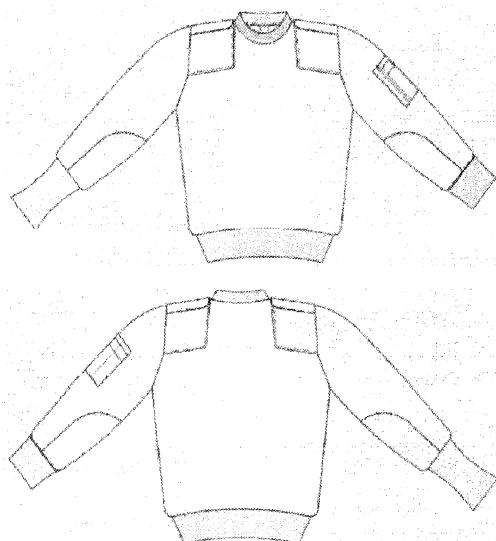


Fig. 15 — Camisola verde de lã — Uniformes n.ºs 2 e 3 (artigo 89.º)



Fig. 16 — Capote — Uniformes n.ºs 1 e 2 (artigo 90.º)

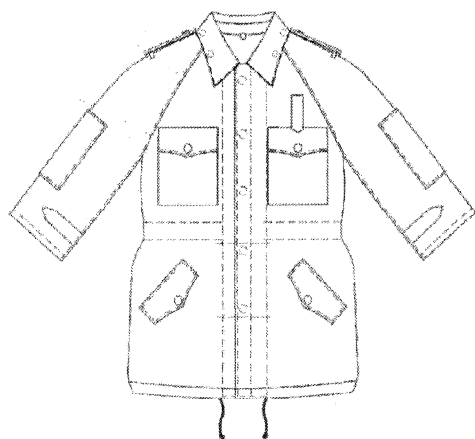


Fig. 17 — Casacão impermeável — Uniformes n.ºs 2 e 3 (artigo 91.º)

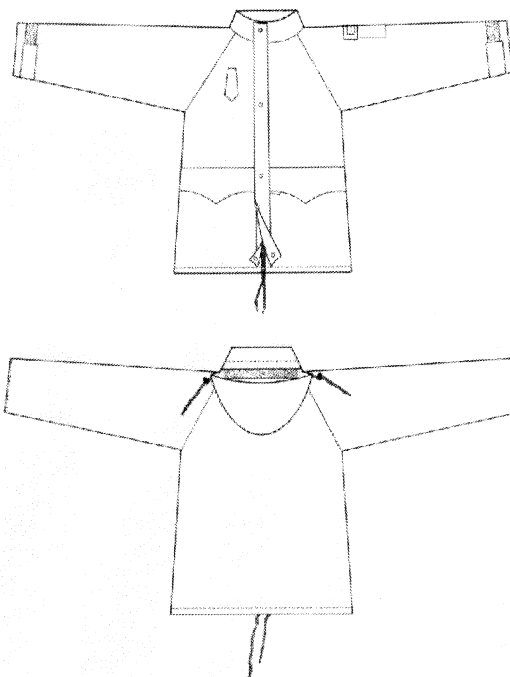


Fig. 18 — Casaco *gore tex* — Uniforme n.º 3 (artigo 92.º)

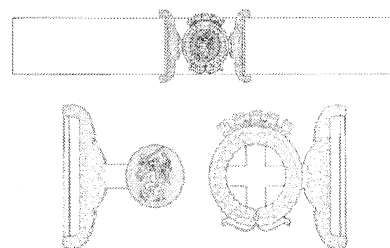


Fig. 19 — Cinto de cerimónia — Uniforme n.º 1 (artigo 93.º)

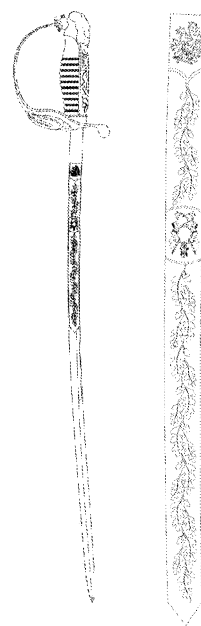


Fig. 20 — Espada de oficial general — Grande uniforme Uniforme n.º 1 (artigo 94.º)

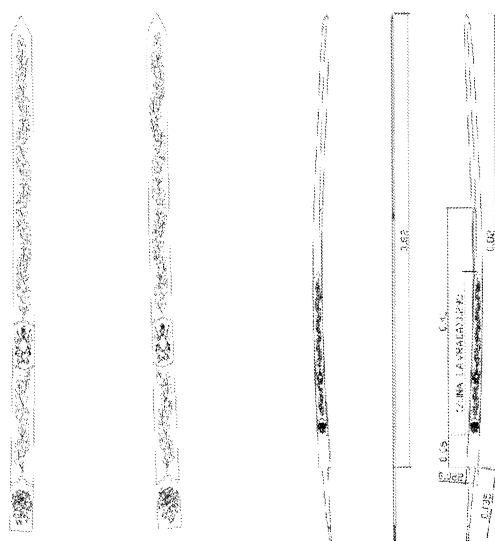


Fig. 20 (cont.) — Espada de oficial general (alçados e pormenores) — Grande uniforme — Uniforme n.º 1 (artigo 94.º)

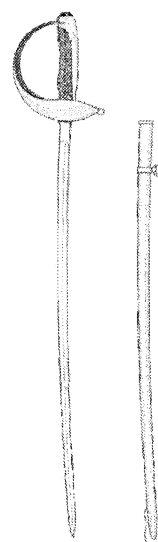


Fig. 20C — Espada tipo C — Grande uniforme — Uniforme n.º 1 (artigo 94.º)

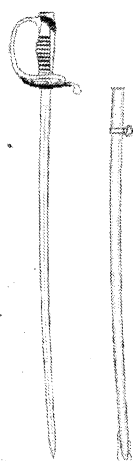


Fig. 20A — Espada tipo A — Grande uniforme — Uniforme n.º 1 (artigo 94.º)

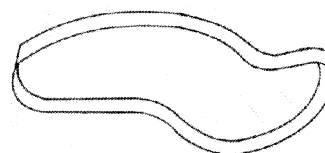


Fig. 21 — Elástico para calças — Uniforme n.º 2 (artigo 95.º)

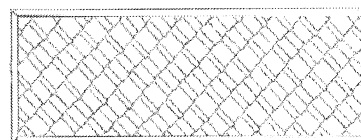


Fig. 22 — Etiqueta de identificação individual — Uniformes n.ºs 1 e 2 (artigo 96.º)

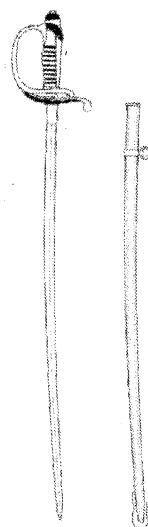


Fig. 20B — Espada tipo B — Grande uniforme — Uniforme n.º 1 (artigo 94.º)



Fig. 23 — Fiador — Grande uniforme — Uniforme n.º 1 (artigo 97.º)

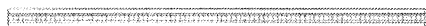


Fig. 24 — Fita de identificação individual — Uniforme n.º 3 (artigo 98.º)

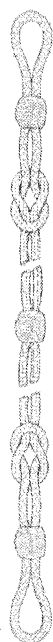


Fig. 25 — Francalete (artigo 99.º)

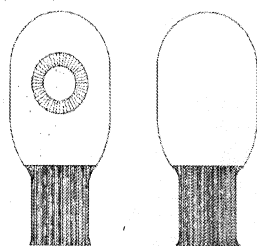


Fig. 26 — Gorro cachecol — Uniforme n.º 3 (artigo 100.º)

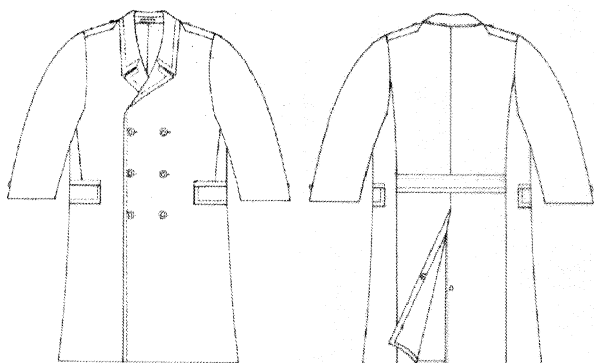


Fig. 27 — Gabardina — Uniforme n.º 1 (artigo 101.º)

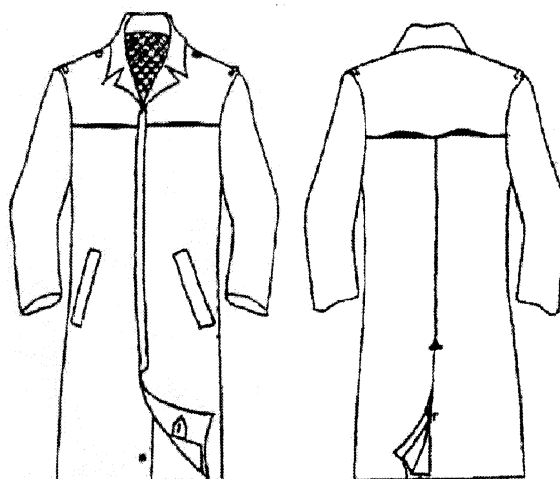


Fig. 28 — Impermeável — Uniformes n.ºs 1 e 2 (artigo 102.º)

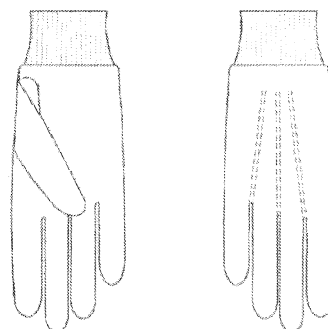


Fig. 29 — Luvas verdes de lã — Uniformes n.ºs 2 e 3 (artigo 103.º)

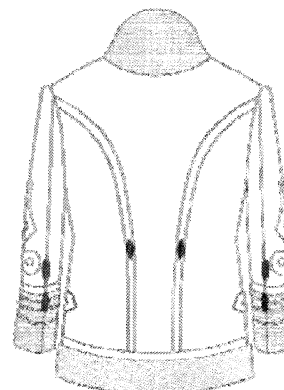
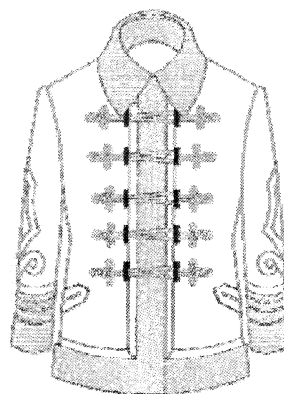


Fig. 30 — Peliça para oficial — Uniforme n.º 1 (artigo 104.º)

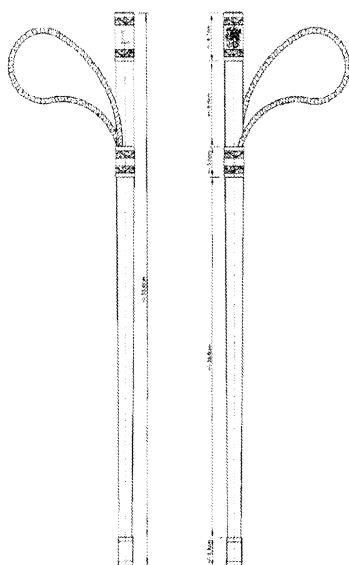


Fig. 31 — Bastão de General CEME (com leão símbolo do Exército e com ordenação em romano) (artigo 105.º)

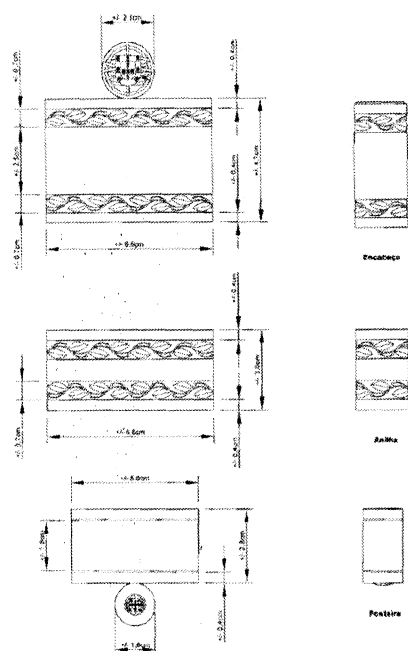


Fig. 31 (cont.) — Bastão de General (sem leão símbolo do Exército e sem ordenação em romano) (artigo 105.º)

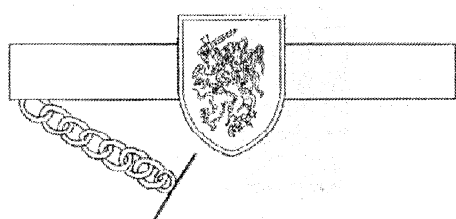


Fig. 32 — Prendedor de gravata — Uniformes n.ºs 1 e 2 (artigo 106.º)

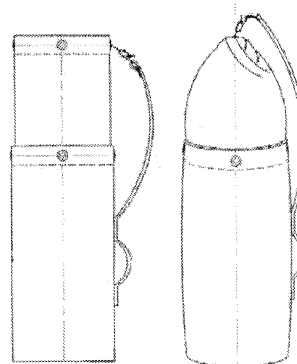


Fig. 33 — Saco de bagagem (artigo 107.º)



Fig. 34 — Pingalim (artigo 108.º)

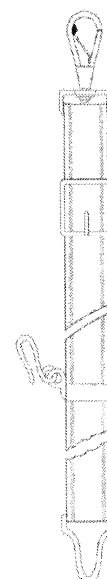


Fig. 35 — Suspensão de espada (artigo 109.º)

ANEXO V

Figuras dos distintivos

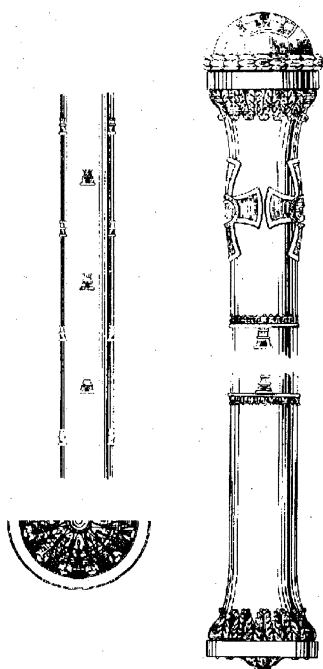


Fig. 1 — Bastão de marechal (artigo 112.º)

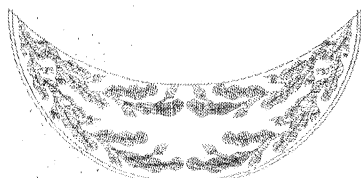


Fig. 2

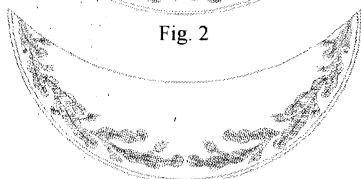


Fig. 3

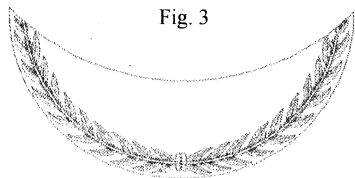
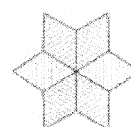


Fig. 4



Fig. 5

Figs. 2, 3, 4 e 5 — Distintivos nos bonés (artigo 112.º)

Padrão n.º 1
Fig. 6APadrão n.º 2
Fig. 6BPadrão n.º 3
Fig. 6C

Figs. 6A, 6B e 6C — Estrelas dos distintivos de postos (artigo 114.º)

Padrão n.º 1
Fig. 7APadrão n.º 2
Fig. 7BPadrão n.º 3
Fig. 7CPadrão n.º 4
Fig. 7DPadrão n.º 5
Fig. 7E

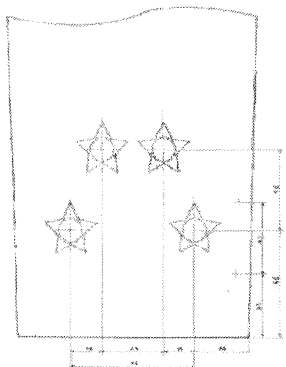


Fig. 14A — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

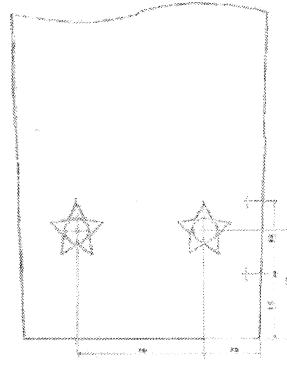


Fig. 16A — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

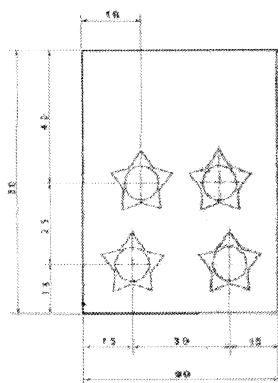


Fig. 14B — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

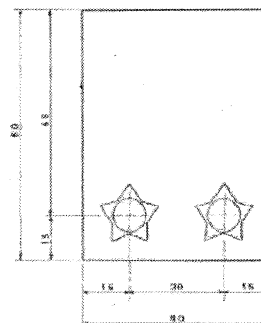


Fig. 16B — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

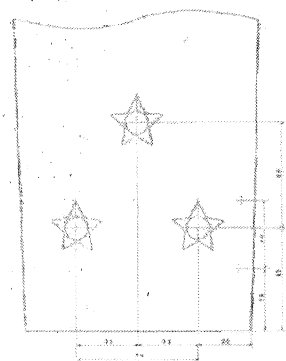


Fig. 15A — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

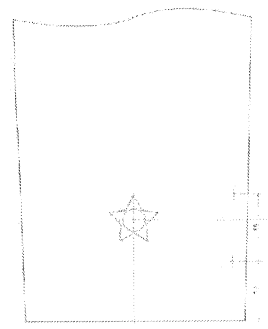


Fig. 16C — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

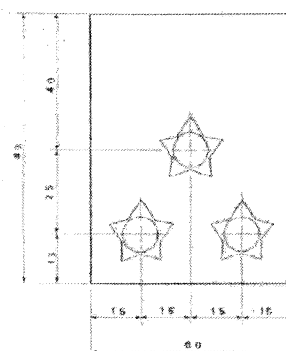


Fig. 15B — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

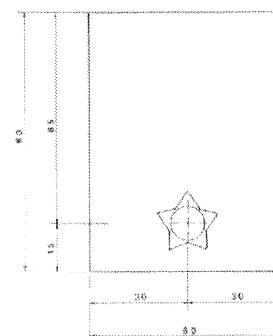


Fig. 16D — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)



Fig. 17A — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

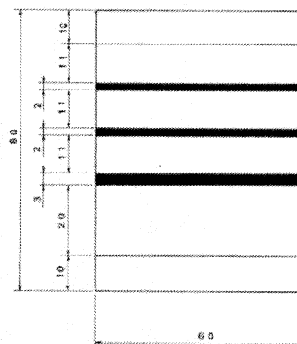


Fig. 17C1 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

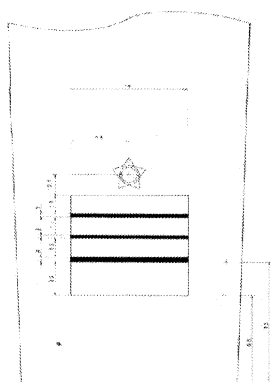


Fig. 17B — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

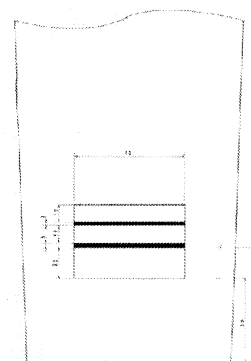


Fig. 17D — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

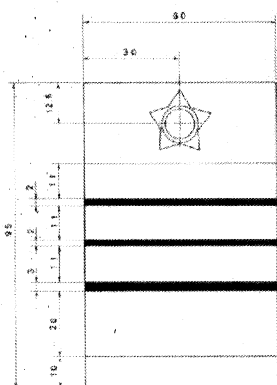


Fig. 17B1 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

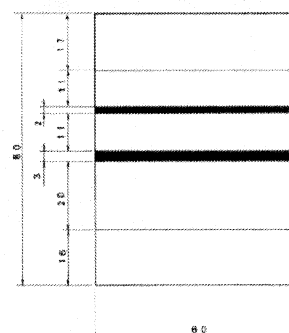


Fig. 17D1 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

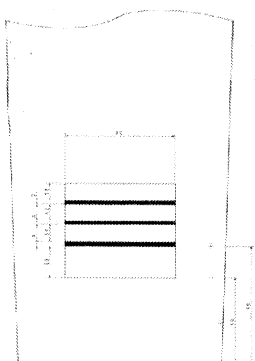


Fig. 17C — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

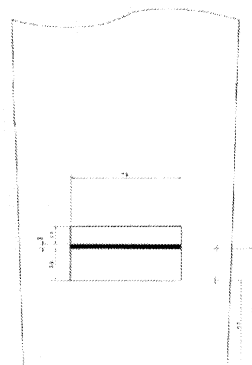


Fig. 17E — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

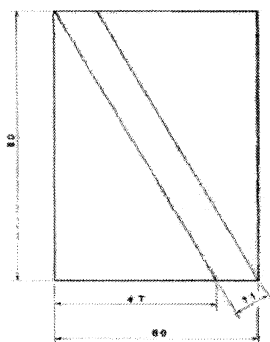


Fig. 18B — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

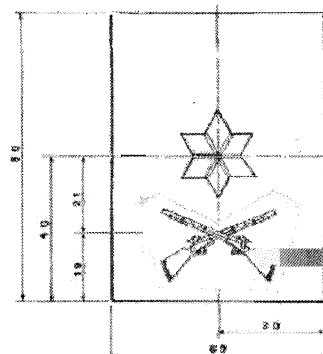


Fig. 19D — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

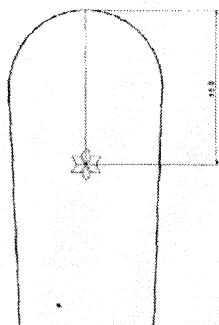


Fig. 19A — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

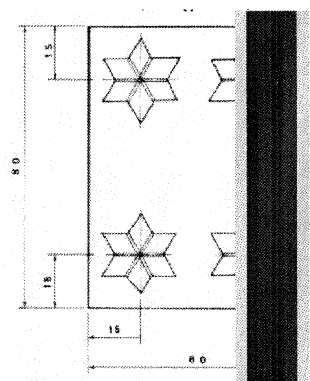


Fig. 19E — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

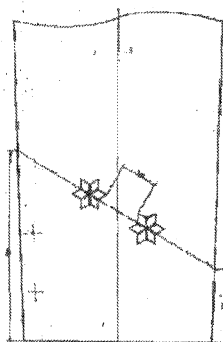


Fig. 19B — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

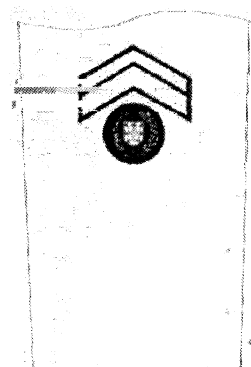


Fig. 20A — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

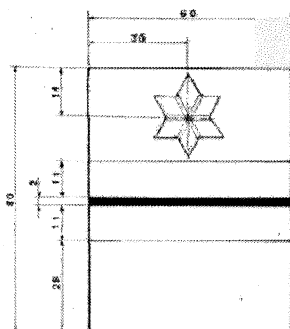


Fig. 19C — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

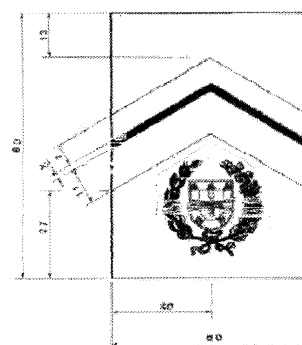


Fig. 20B — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

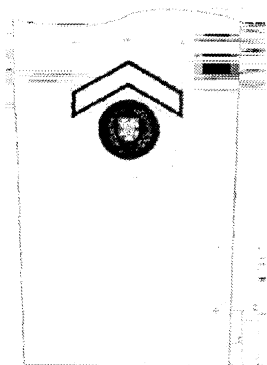


Fig. 21A — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

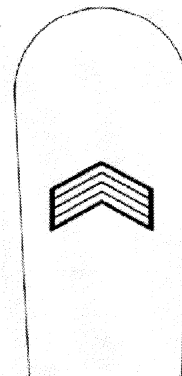


Fig. 23A — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

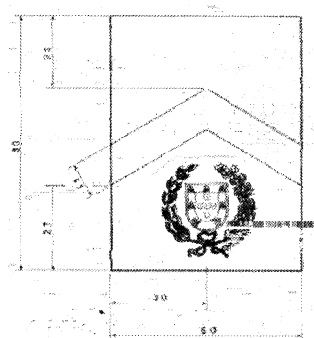


Fig. 21B — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

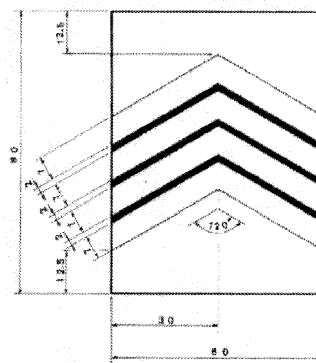


Fig. 23A1 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

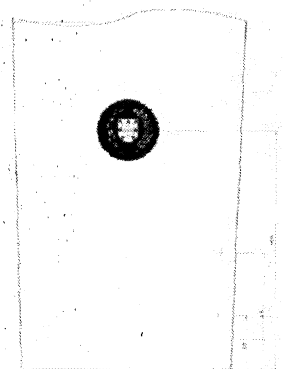


Fig. 22A — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

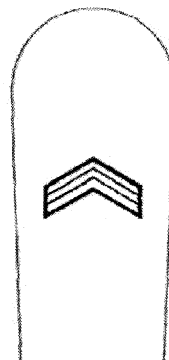


Fig. 23B — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

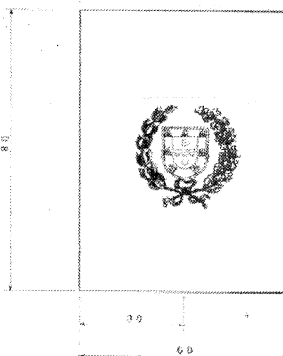


Fig. 22B — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

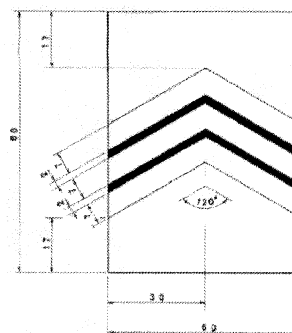


Fig. 23B1 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

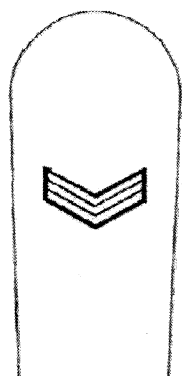


Fig. 23C — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

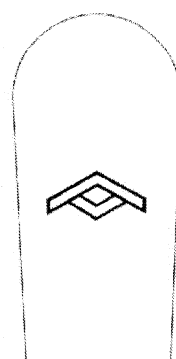


Fig. 23E — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

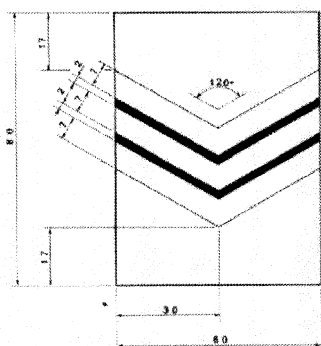


Fig. 23C1 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

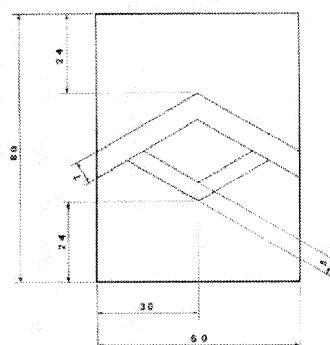


Fig. 23E1 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

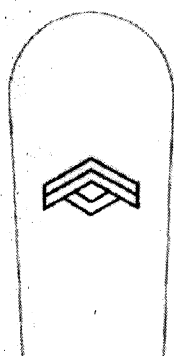


Fig. 23D — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

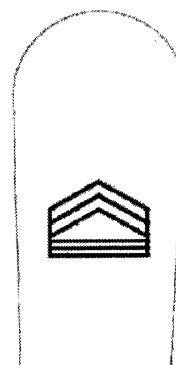


Fig. 24A — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

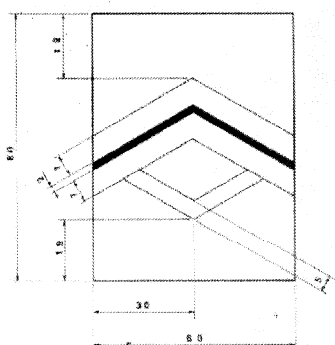


Fig. 23D1 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

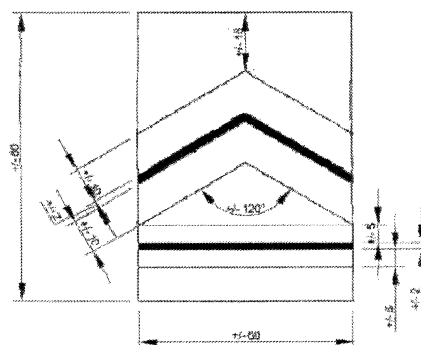


Fig. 24A1 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

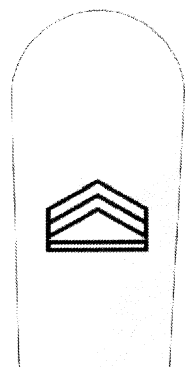


Fig. 24B — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

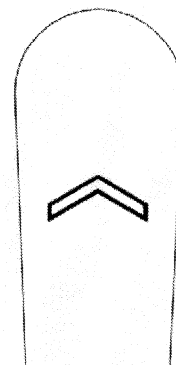


Fig. 24D — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

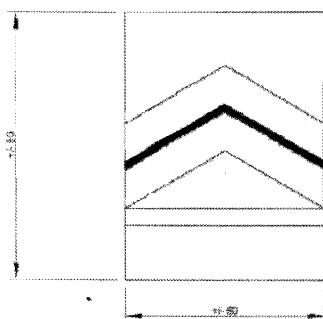


Fig. 24B1 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

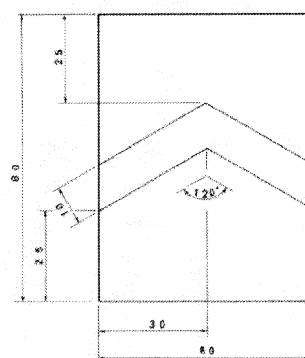


Fig. 24D1 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

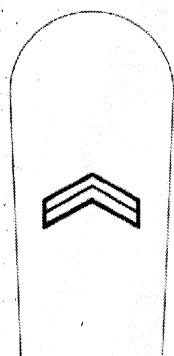
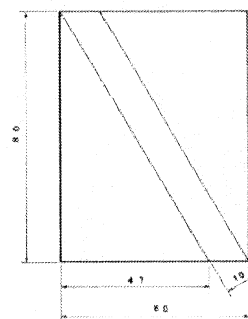
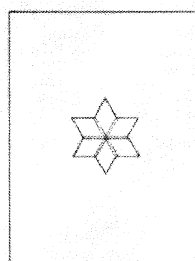


Fig. 24C — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)



Figs. 25 e 26 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

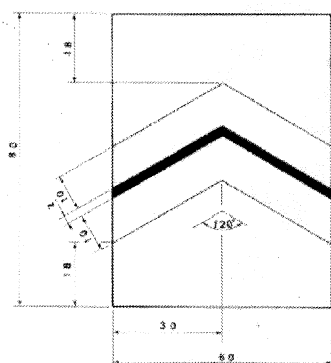


Fig. 24C1 — Colocação dos distintivos (artigo 123.º)

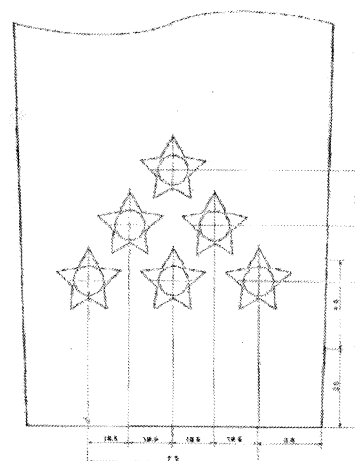


Fig. 27A — Distintivos de funções especiais (artigo 124.º)

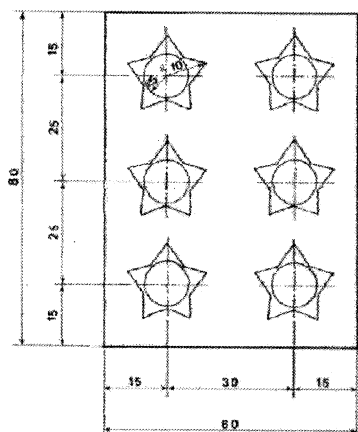


Fig. 27B — Distintivos de funções especiais (artigo 124.º)

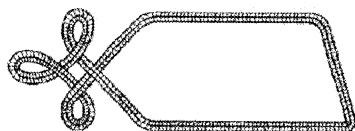


Fig. 28A — Quadros especiais (artigo 125.º)

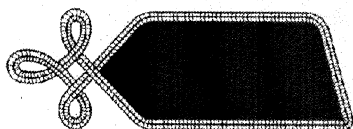


Fig. 28B — Quadros especiais (artigo 126.º)



Fig. 29 — Distintivos nacionais (artigo 129.º)

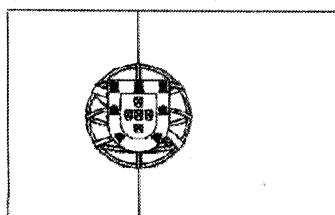


Fig. 30 — Distintivos nacionais (artigo 129.º)

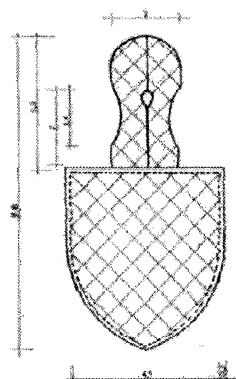


Fig. 31 — Emblema de U/E/O (artigo 130.º)



Fig. 32 — Tempo de serviço em campanha (artigo 134.º)

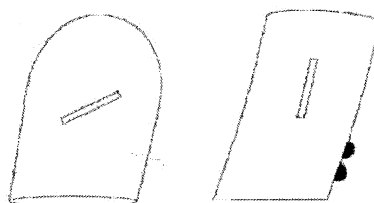


Fig. 33 — Feridos em combate (artigo 135.º)



Fig. 34 — Condecoração colectiva (artigo 136.º)

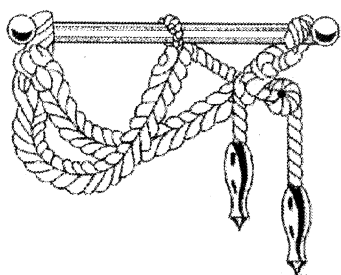


Fig. 35 — Miniatura da condecoração colectiva (artigo 137.º)

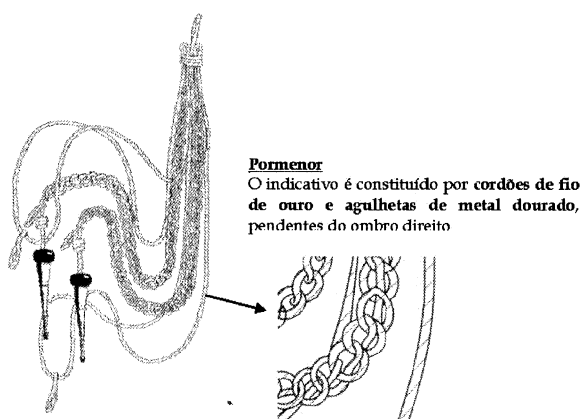


Fig. 36 — Indicativo das funções na Casa Militar do Presidente da República e ajudantes de campo (artigo 138.º)

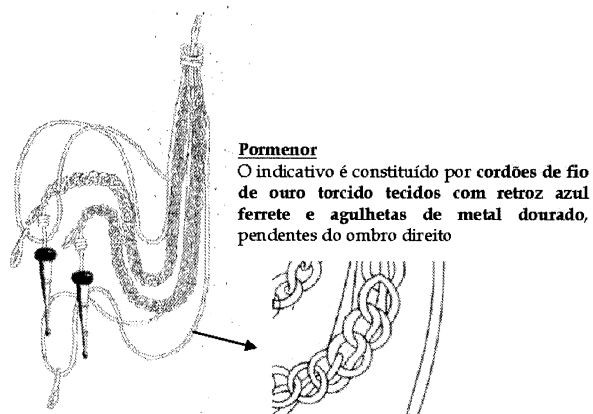


Fig. 37 — Ajudante de campo do Ministro da Defesa Nacional, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, do Chefe do Estado-Maior do Exército e de marechais (artigo 139.º)



Fig. 38 — Oficiais gerais



Fig. 38A — Infantaria



Fig. 38B — Artilharia

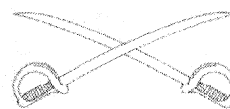


Fig. 38C — Cavalaria

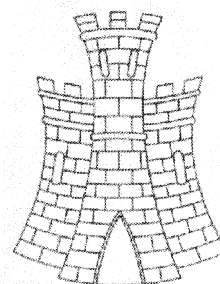


Fig. 38D — Engenharia

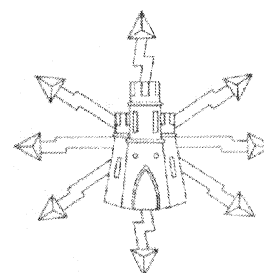


Fig. 38E — Transmissões

Figs. 38, 38A, 38B, 38C, 38D e 38E — Distintivos para a gola (artigo 127.º)

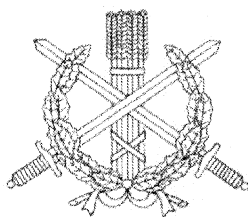


Fig. 38F — Administração Militar



Fig. 38K — Farmácia

Figs. 38F, 38G, 38H, 38I, 38J e 38K — Distintivos para a gola
(artigo 127.º)

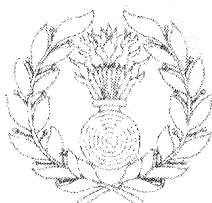


Fig. 38G — Material



Fig. 38L — Outros ramos do Serviço de Saúde

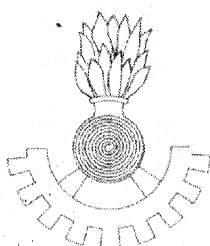


Fig. 38H — Serviço de Material

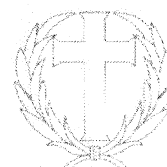


Fig. 38M — Serviço de Assistência Religiosa

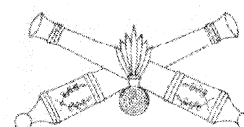


Fig. 38N — Serviço Geral do Exército

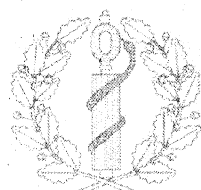


Fig. 38I — Medicina



Fig. 38O — Quadro especial de oficiais



Fig. 38J — Veterinária

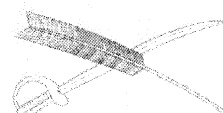


Fig. 38P — Pessoal e Secretariado

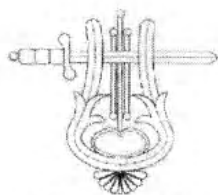


Fig. 38Q — Músicos

Figs. 38L, 38M, 38N, 38O, 38P e 38Q — Distintivos para a gola (artigo 127.º)

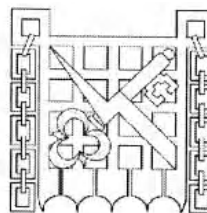


Fig. 38S — Serviço de Reconhecimento de Transmissões

Figs. 38R e 38S — Distintivos para a gola (artigo 127.º)

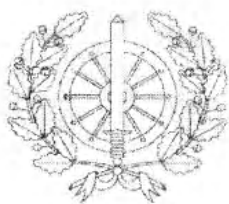


Fig. 38R — Transportes

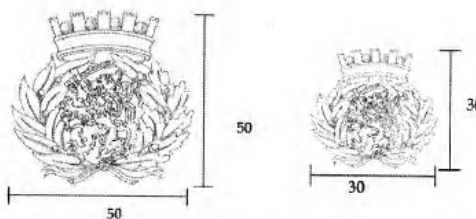


Fig. 39 — Emblema do Exército em metal dourado (artigo 127.º)

Observação. — As cotas indicadas nas figuras são em milímetros.

V — DESPACHOS

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 7 882/2011

de 17 de Maio de 2011

Considerando que Portugal assinou com o SHAPE, em 7 de Outubro de 2009, o *Memorandum of Understanding* (MOU) relativo ao NATO Special Operations Coordination Centre (NSCC);

Considerando o *Technical Arrangement* (TA) assinado entre o SHAPE e os Estados Unidos da América em 9 de Outubro de 2009;

Considerando que é necessário proceder a uma emenda ao referido MOU e TA, com vista a dar cumprimento à intenção da NATO Advisory Council (NAC) de dar corpo ao NATO Special Operations Headquarters (NSHQ), desactivando o NSCC, bem como de estipular que o Quartel-General ficará, em termos estruturais, na directa dependência do SACEUR;

Tendo presente, neste contexto, o conteúdo da informação n.º 0 792/GC-R, do Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, de 16 de Maio de 2011, e o facto de não resultar para Portugal, ao aprovar as alterações propostas pelo NAC, impacto nas obrigações nacionais já assumidas:

Determino, de acordo com o disposto no artigo 14.º, n.º 3, alínea g), da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de Julho (Lei de Defesa Nacional), e no artigo 2.º, alínea e), do Decreto-Lei n.º 154-A/2009, de 6 de Julho (Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional), o seguinte:

1 — Aprovo o *First Amendment to the Memorandum of Understanding* e o *First Amendment to the Technical Arrangement*, nos termos em que me foram apresentados e que foram por mim rubricados.

2 — Delego a assinatura dos documentos por mim aprovados no n.º 1 do presente despacho no general Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com faculdade de subdelegação.

O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Despacho s/n.º
de 20 de Dezembro de 2010

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 20 de Dezembro 2010, foi autorizada a aceitar a seguinte condecoração:

Título de Membro Honorário da Academia Brasileira de Medicina Militar

- Escola do Serviço de Saúde Militar;

O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa

Despacho n.º 8 178/2011
de 26 de Maio de 2011

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea i) do n.º 1 do Despacho n.º 2 748/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Fevereiro, que Portugal ratifique o STANAG 4442 JAIS (EDITION 1) — Application of risk analysis to the storage and transport of military ammunition and explosives — AASTP-4 com implementação na Marinha, no Exército e na Força Aérea na data de ratificação nacional.

O Director-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, Vice-Almirante.

Despacho n.º 8 606/2011
de 30 de Maio de 2011

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea i) do n.º 1 do Despacho n.º 2 748/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Fevereiro, que Portugal ratifique o STANAG 2288 LO (Edition 1) — Allied Joint Doctrine For Land Operations — AJP-3.2 com implementação na Marinha e no Exército na data da ratificação nacional.

O Director-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, Vice-Almirante.

Estado-Maior do Exército**Despacho s/n.º
de 27 de Janeiro de 2011****Armas da Direcção de Educação**

Por despacho do Chefe de Estado-Maior do Exército, foram aprovadas as Armas da Direcção de Educação do Comando de Instrução e Doutrina, conforme se descrevem:

Armas:

- Escudo de azul, uma oliveira arrancada, de três raízes, tudo de prata;
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos, para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de azul e de prata;
- Timbre: um suricata de prata;
- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir: “ENSINAR NOS VALORES E NA LIDERANÇA”.

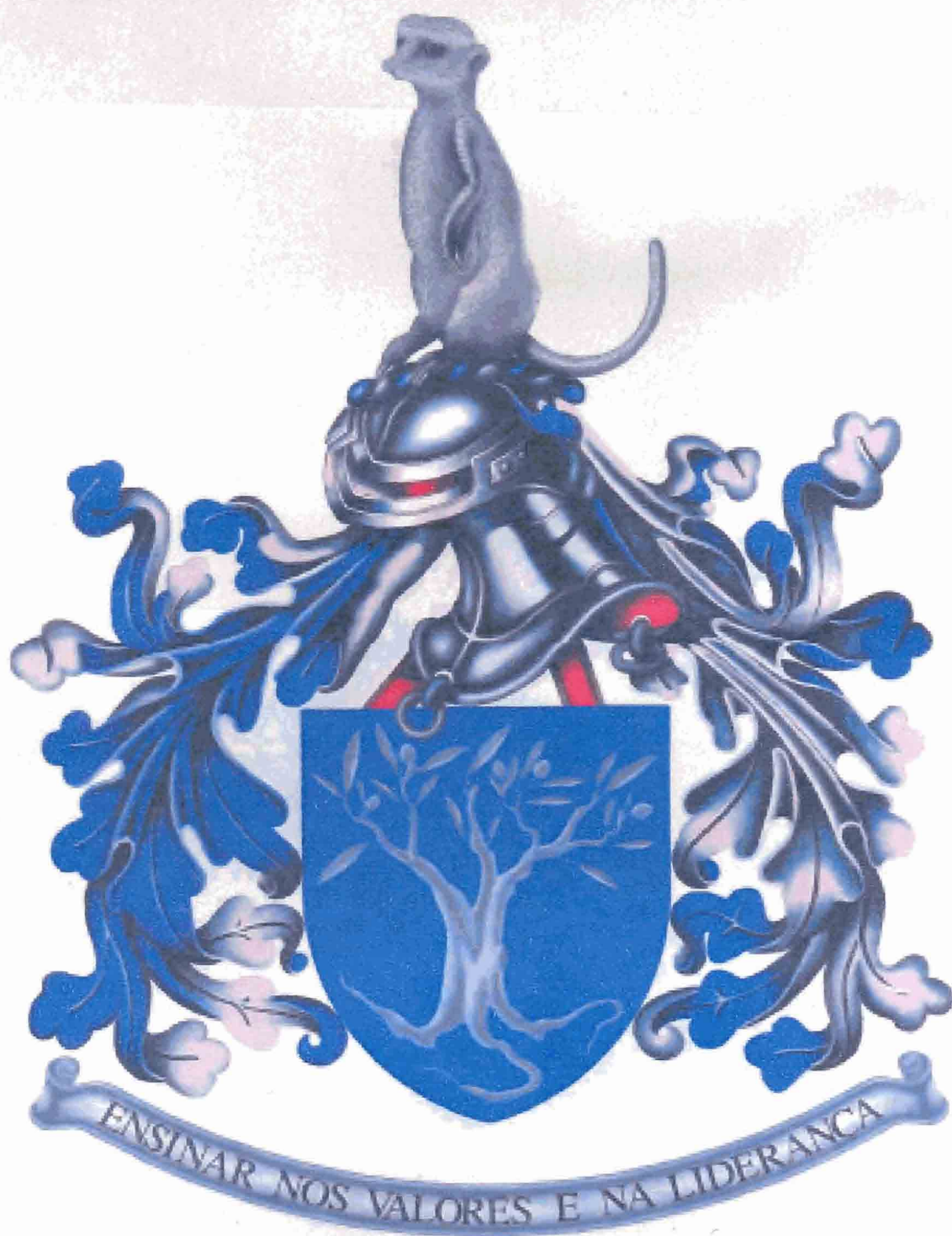
Simbologia:

- O AZUL do campo representa o céu que, tal como o conhecimento, não tem limites.
- A OLIVEIRA, ao alimentar as lucernas com o azeite produzido pelos seus frutos, aviva a chama do conhecimento. O sólido tronco desta árvore milenar, deriva de três raízes diferentes numa alusão aos três estabelecimentos militares de ensino, cada um com as suas especificidades e os seus corpos docentes e discentes.
- O SURICATA, cujos hábitos diurnos e sociáveis o impelem a sair da toca, a olhar o sol e a perscrutar o horizonte, simboliza os atributos que permitem aos alunos dos estabelecimentos militares de ensino superar as dificuldades e olhar com confiança para um futuro promissor - a curiosidade de saber, a camaradagem e o espírito de corpo.
- A DIVISA, “ENSINAR NOS VALORES E NA LIDERANÇA”, define de modo lapidário que a educação integral ministrada nos estabelecimentos militares de ensino visa uma sólida formação académica, física e comportamental, formando os líderes do amanhã.

Os esmaltes significam:

- A PRATA, a eloquência e a pureza;
- O AZUL, a integridade e a esperança.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.



ARMAS DA DIRECÇÃO DE EDUCAÇÃO

(Anexo ao Despacho de 27 de Janeiro de 2011 do CEME)

Despacho s/n.º
de 18 de Março de 2011

Armas da Unidade de Engenharia N.º 10/FND/UNIFIL

Por despacho do Chefe de Estado-Maior do Exército, foram aprovadas as Armas da Unidade de Engenharia N.º 10/FND/UNIFIL, conforme se descrevem:

Armas:

- Escudo de negro, uma aspa diminuta de prata, acompanhada de dois cedros de ouro, um em chefe e outro em ponta e de dois castelos de ouro lavrados de negro, abertos e iluminados de vermelho, um em cada flanco;

- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;

- Correia de vermelho perfilada de ouro;

- Paquife e virol de negro e de prata;

- Timbre: dois golfinhos de prata entrelaçados;

- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir «SAPIENTIA AEDIFICAT PACEM».

Simbologia:

- A ASPA DIMINUTA é uma referência à designação numérica da unidade.

- O CEDRO, (*Cedrus libani*, A.Rich.) espécie nativa do Líbano presente nos seus símbolos nacionais, matéria-prima usada desde a antiguidade nas construções devido à sua resistência e perenidade, qualidades presentes na atitude e no trabalho desenvolvido pelos militares da UnEng N.º 10/FND/UNIFIL;

- O CASTELO é o emblema tradicional da arma de Engenharia;

- OS GOLFINHOS entrelaçados, referência ao Regimento de Engenharia n.º 3, unidade de aprontamento da UnEng10/FND/UNIFIL, remetem-nos para a agilidade e inteligência, características fundamentais da engenharia militar;

- A DIVISA «SAPIENTIA AEDIFICAT PACEM» (A sabedoria constrói a paz) exorta para a missão e desígnio da UnEng10/FND/UNIFIL cujo bom desempenho será fruto da união dos saberes e das experiências acumuladas pelas unidades antecessoras e do seu próprio esforço.

- Os esmaltes significam:

- _ - O OURO, robustez e sabedoria;
- _ - A PRATA, esperança e verdade;
- _ - O NEGRO, firmeza e constância nas adversidades;
- _ - O VERMELHO, generosidade e valor.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.



ARMAS DA **UNIDADE DE ENGENHARIA N.º 10/FND/UNIFIL**

(Anexo ao *Despacho* de 18 de Março de 2011 do CEME)

PÁGINA
EM
BRANCO

Despacho n.º 8 413/2011
de 23 de Maio de 2011

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro (Lei Orgânica do Exército), delego no Comandante da Instrução e Doutrina, Tenente-General **Francisco António Correia**, a competência para a prática dos seguintes actos no âmbito do Comando da Instrução e Doutrina:

a) Aprovar instruções e normas técnicas nos domínios da doutrina, da educação, da formação militar, da formação profissional, da educação física, dos desportos e do tiro no Exército;

b) Praticar todos os actos administrativos respeitantes à vida escolar nos estabelecimentos militares de ensino e nos estabelecimentos de ensino militar, com excepção da Academia Militar, nomeadamente proferir decisão sobre requerimentos, exposições e outros documentos apresentados por alunos, candidatos a aluno ou encarregados de educação;

c) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;

d) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença ao pessoal civil;

e) Planear, coordenar, executar e inspeccionar os cursos de formação geral comum de praças, bem como para o controlo e tratamento dos dados relativos às actividades de instrução das unidades onde se realizam aqueles cursos;

f) Aprovar a calendarização dos cursos que integram o Plano de Formação Contínua, depois de aprovados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, delego na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 796/2010, de 21 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego na entidade referida nos números anteriores a competência para, no âmbito do Comando da Instrução e Doutrina, autorizar despesas:

a) Com a locação e aquisição de bens e serviços, e com empreitadas de obras públicas, até €250 000, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

b) Com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efectivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de €5 000.

4 — A competência referida na alínea b) do n.º 1 pode ser subdelegada no Director de Educação, podendo este subdelegá-la, no todo ou em parte, nos directores dos estabelecimentos de ensino que se encontrem na sua dependência directa.

5 — As competências referidas no n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos directores, comandantes e chefes na dependência directa do Comandante da Instrução e Doutrina, podendo estes subdelegá-las nos comandantes, directores ou chefes das unidades, estabelecimentos e órgãos que se encontrem na respectiva dependência directa.

6 — Ratifico todos os actos praticados pelo Comandante da Instrução e Doutrina desde 20 de Maio de 2011, bem como os que vierem a ser praticados até à data da publicação deste despacho, no âmbito dos poderes abrangidos pela presente delegação e subdelegação.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

Comando do Pessoal

Despacho n.º 8 040/2011 de 25 de Maio de 2011

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho 2 202/2011, de 19 de Janeiro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 31 de Janeiro, subdelego no Major-General **Rui Fernando Baptista Moura**, Director de Administração de Recursos Humanos, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes actos:

a) Nomear, colocar, transferir militares, até ao posto de Major, inclusive, e de pessoal militarizado, em território nacional, com excepção de:

- (1) Oficiais e Sargento-Mor do meu Gabinete e do Estado-Maior do Comando do Pessoal;
- (2) Colocação de militares fora do Exército;

b) Nomear militares para a frequência de cursos, tirocínios e estágios nacionais, excepto para o Curso de Promoção a Oficial General, Estágio de Comandantes e Curso de Estado-Maior;

c) Promover e graduar militares por diuturnidade e antiguidade nas diversas categorias;

d) Autorizar trocas de colocação e prorrogação de deslocamentos aos militares, até ao posto de Major inclusive;

e) Autorizar requerimentos de mudança de Guarnição Militar de Preferência;

f) Autorizar pedidos de demora na apresentação de militares, até ao posto de Major inclusive;

g) Averbar cursos, estágios e especialidades normalizadas a militares;

h) Averbar aumentos de tempo de serviço;

i) Aprovar a lista de antiguidades de pessoal militarizado e civil;

j) Autorizar a passagem à reserva de Oficiais e Sargentos nos termos das alíneas a) e c) do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR);

k) Autorizar a passagem à reforma de militares nos termos das alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, bem como nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;

l) Promover a passagem à reforma extraordinária de militares nos termos do artigo 160.º do EMFAR;

m) Decidir sobre requerimentos de militares na situação de reserva, até ao posto de Tenente-Coronel inclusive, para voltarem à efectividade de serviço, de acordo com as normas em vigor;

n) Decidir sobre requerimentos de militares, excepto Oficiais Generais e Coronéis Tirocinados, na situação de reserva para continuarem na efectividade de serviço, de acordo com as normas em vigor ou para desistirem da continuidade na efectividade antes do termo do prazo concedido;

o) Decidir sobre requerimentos de militares que solicitem informação relativa aos respectivos processos de promoção;

p) Autorizar a emissão de Bilhetes de Identidade Militar, de Cartões de Identificação Militar, de Cartas-patentes, excepto de Oficiais Generais e de Diplomas de encarte das promoções;

q) Autorizar o adiamento da frequência de cursos de promoção dos Sargentos, nos termos do Artigo 197.º do EMFAR;

- r) Equivalência de condições de promoção de Sargentos;
- s) Nomear militares e funcionários do MPCE para júris de procedimentos concursais e provas de selecção;
- t) Conceder licença registada aos Sargentos e praças dos QP, nos termos do Artigo 204.º do EMFAR e aos sargentos e praças RV/RC, nos termos dos Artigos 308.º e 313.º do EMFAR;
- u) Conceder licença ilimitada ao pessoal militarizado;
- v) Autorizar a matrícula em cursos civis aos militares, excepto Oficiais Gerais, sem prejuízo para o serviço;
- w) Autorizar o exercício de funções de natureza civil por militares, excepto Oficiais Gerais, sem prejuízo para o serviço;
- x) Celebração de contratos para a prestação de serviço militar em RV e RC, de acordo com os modos aprovados, bem como a prorrogação e cessação da prestação de serviço, com excepção das situações previstas no Artigo 300.º, n.º 3, alíneas e) e f) do EMFAR;
- y) Autorizar os militares em RV e RC a concorrerem aos estabelecimentos militares de ensino superior, a procedimentos concursais na Administração Pública e ao alistamento nas Forças de Segurança;
- z) Nomear e prover pessoal civil, excepto das carreiras de técnico superior ou equivalente, nos casos de pessoal integrado em carreiras cujo regime de nomeação seja aplicável;
- aa) Celebrar, prorrogar e rescindir contratos de pessoal civil, excepto das carreiras de técnico superior ou equivalente;
- bb) Autorizar a abertura de procedimentos concursais de ingresso no MPCE, com excepção dos respeitantes às carreiras de técnico superior ou equivalente, depois de aprovada a sua abertura, e a prática de todos os actos subsequentes, com excepção da decisão de recursos hierárquicos;
- cc) Promover pessoal militarizado;
- dd) Mudança de colocação, no âmbito de Exército, de pessoal militarizado e civil, excepto técnicos superiores ou equivalente;
- ee) Autorizar, no âmbito do pessoal do MPCE, com excepção dos técnicos superiores ou equivalente, comissões de serviço, requisições, destacamentos, transferências e permutas, bem como as figuras de mobilidade, legalmente previstas;
- ff) Conceder licença sem vencimento ao pessoal do MPCE, com excepção dos técnicos superiores ou equivalente;
- gg) Autorizar a modificação da relação jurídica de emprego do pessoal civil, nas suas diversas modalidades, decorrente de alterações juridicofuncionais que a imponham, excepto para pessoal das carreiras de técnico superior ou equivalente;
- hh) Propor a apresentação à Junta Médica de pessoal do MPCE;
- ii) Autorizar a abertura dos concursos internos condicionados, de pessoal militarizado e civil, excepto para técnicos superiores ou equivalentes;
- jj) Averbear cursos e estágios a pessoal do MPCE e militarizado;
- kk) Autorizar a apresentação à JHI dos militares e do pessoal do MPCE e militarizado;
- ll) Apreciar requerimentos e reclamações respeitantes à lista de antiguidades de pessoal civil;
- mm) Confirmar as condições de progressão de pessoal militarizado e civil;
- nn) Autorizar a prática de todos os actos respeitantes ao regime de trabalho a tempo parcial a conceder ao pessoal do MPCE, excepto para pessoal das carreiras de técnico superior ou equivalente;
- oo) Autorizar a passagem à aposentação de pessoal do MPCE;
- pp) Autorizar a emissão do termo de posse ou de aceitação de pessoal militarizado e civil do Exército;
- qq) Apreciar a transferência de obrigações militares de pessoal na disponibilidade;
- rr) Autorizar o alistamento nas Forças de Segurança a militares na disponibilidade;
- ss) Tratamento e hospitalização de Oficiais, Sargentos e Praças na reserva de disponibilidade;

tt) Autorizar a continuação ao serviço de pessoal militarizado com mais de 56 anos;
uu) Autorizar averbamentos a introduzir nos processos individuais do pessoal na situação de reforma;
vv) Apreciar assuntos relativos aos militares auxiliados da ATFA;
ww) Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados;
xx) Visar os processos de falecimento a enviar ao Ministério da Defesa Nacional;
yy) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido, por motivo de faltas por doença, ao pessoal sob a sua dependência hierárquica.

2 — Ao abrigo do mesmo despacho, a competência para os actos constantes no presente Despacho, podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Subdirector, nos Chefes de Repartição e Chefe do Gabinete de Apoio, na dependência directa do Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos.

3 — Este despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

O Ajudante-General do Exército, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, Tenente-General.

Comando da Instrução e Doutrina

Despacho n.º 8 033/2011 de 18 de Abril de 2011

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 6 381/2011, de 5 de Abril, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 14 de Abril de 2011, subdelego na directora do Instituto de Odivelas, **Graça Maria de Oliveira Durães Alves Martins**, a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 17 de Janeiro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pela directora do Instituto de Odivelas, Graça Maria de Oliveira Durães Alves Martins, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante da Instrução e Doutrina, *Mário de Oliveira Cardoso*, Tenente-General.

Despacho n.º 8 034/2011 de 18 de Abril de 2011

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 6 381/2011, de 5 de Abril, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 14 de Abril de 2011, subdelego no director do Instituto dos Pupilos do Exército, Major-General **António Francisco Alves Rosa**, a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 17 de Janeiro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director do Instituto dos Pupilos do Exército, Major-General António Francisco Alves Rosa, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante da Instrução e Doutrina, *Mário de Oliveira Cardoso*, Tenente-General.

Despacho n.º 8 035/2011
de 18 de Abril de 2011

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 6 381/2011, de 5 de Abril, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 14 de Abril de 2011, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Instrução e Doutrina, Tenente-Coronel de Cavalaria (12694585) **Hélder de Jesus Charréu Casacão**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €12 500.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 17 de Janeiro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Instrução e Doutrina, Tenente-Coronel de Cavalaria (12694585) Hélder de Jesus Charréu Casacão, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante da Instrução e Doutrina, *Mário de Oliveira Cardoso*, Tenente-General.

Despacho n.º 8 036/2011
de 18 de Abril de 2011

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 6 381/2011, de 5 de Abril, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 14 de Abril de 2011, subdelego no director da Escola do Serviço de Saúde Militar, Contra-Almirante **Armando Filipe da Silva Roque**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 17 de Janeiro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director da Escola do Serviço de Saúde Militar, Contra-Almirante Armando Filipe da Silva Roque, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante da Instrução e Doutrina, *Mário de Oliveira Cardoso*, Tenente-General.

Despacho n.º 8 037/2011
de 18 de Abril de 2011

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 3 do Despacho n.º 6 381/2011, de 5 de Abril, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 14 de Abril de 2010, subdelego no director de Educação do Comando da Instrução e Doutrina, Major-General **João Miguel de Castro Rosa Leitão**, a competência para praticar todos os actos administrativos respeitantes à vida escolar nos estabelecimentos militares de ensino, nomeadamente proferir decisão sobre requerimentos, exposições e outros documentos apresentados por alunos, candidatos a aluno ou encarregados de educação.

2 — As competências referidas no n.º 1 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos Directores dos estabelecimentos militares de ensino que se encontrem na sua dependência directa.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 17 de Janeiro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director de Educação do Comando da Instrução e

Doutrina, Major-General João Miguel de Castro Rosa Leitão, que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante da Instrução e Doutrina, *Mário de Oliveira Cardoso*, Tenente-General.

Despacho n.º 8 038/2011
de 18 de Abril de 2011

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 6 381/2011, de 5 de Abril, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 14 de Abril de 2011, subdelego no director de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, Major-General **João Manuel Santos de Carvalho**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58.

2 — As competências referidas no n.º 1 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos Comandantes das Unidades que se encontrem na sua dependência directa.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 17 Janeiro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, Major-General João Manuel Santos de Carvalho, que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante da Instrução e Doutrina, *Mário de Oliveira Cardoso*, Tenente-General.

Despacho n.º 8 039/2011
de 18 de Abril de 2011

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 6 381/2011, de 15 de Março, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 14 de Abril de 2011, subdelego no director do Colégio Militar, Coronel Tirocinado de Artilharia (18794480) **Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 17 de Janeiro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director do Colégio Militar, Coronel Tirocinado de Artilharia (18794480) Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira, que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante da Instrução e Doutrina, *Mário de Oliveira Cardoso*, Tenente-General.

Comando das Forças Terrestres

Despacho n.º 8 414/2011
de 18 de Abril de 2011

1 — Ao abrigo do n.º 4 do Despacho n.º 5 169/2010 de 1 de Março de 2010, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 57, de 23 de Março de 2010,

subdelego no comandante do Regimento Engenharia n.º 1, Coronel de Engenharia, **António Luís Niza Pato**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €24 939,89.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Janeiro de 2011, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo comandante interino e pelo Comandante do Regimento Engenharia n.º 1 que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante das Forças Terrestres, *Vítor Manuel Amaral Vieira*, Tenente-General.

Brigada Mecanizada

Despacho n.º 8 415/2011 de 13 de Abril de 2011

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 2 do Despacho n.º 10 062/2010, de 17 de Maio, do Tenente-General Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114 de 15 de Junho de 2010, subdelego no Tenente-Coronel de Infantaria (17320986) **José Augusto Amaral Lopes**, Comandante do 2ºBIMec/BrigMec/TACRES/KFOR, competência para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €12 500 (doze mil e quinhentos euros).

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 23 de Março de 2011.

O Comandante da Brigada Mecanizada, *José Manuel P. Esperança da Silva*, Major-General.

VI — PROTOCOLOS

Protocolo de Colaboração

entre o Exército Português

e

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva

1. Preâmbulo

Este protocolo insere-se na estratégia de recrutamento contínuo de voluntários, reclamada por um sistema que visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados e tem como finalidade a divulgação da prestação de serviço militar nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) nos termos da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro (Lei do Serviço Militar) e do Decreto-Lei

n.º 289/2000, de 14 de Novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar), e a prestação de esclarecimentos militares no âmbito das obrigações militares a efectuar, gratuitamente, no edifício dos Paços do Concelho.

2. Identificação das Partes

Entre:

a) O **EXÉRCITO PORTUGUÊS**, como primeiro outorgante, adiante designado abreviadamente por Exército, neste acto representado pelo Major-General Jorge de Jesus dos Santos, Director de Obtenção de Recursos Humanos do Exército, cujos poderes de representação foram conferidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército; e,

b) **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA - CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE PAIVA**, como segundo outorgante, adiante designada abreviadamente por CMVNP, neste acto representada pelo Doutor José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva;

É celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte Dispositiva

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente protocolo estabelece o quadro de uma colaboração profícua entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva e o Exército, no âmbito de acções de divulgação da prestação de Serviço Militar em RV/RC, no município, bem como da prestação de esclarecimentos e cooperação relativa a assuntos de natureza militar.

Cláusula 2.ª

Objectivo

O presente protocolo visa:

a) Divulgar as condições de prestação de serviço militar, nomeadamente, em Regime de Voluntariado (RV) e em Regime de Contrato (RC);

b) Prestar esclarecimentos relativos a assuntos militares, no edifício dos Paços do Concelho da CMVNP, nomeadamente aqueles que dizem respeito a:

- (1) Recenseamento Militar;
- (2) Dia da Defesa Nacional;
- (3) Certidões Militares;
- (4) 2.ªs vias de Cédulas Militares;
- (5) Contagens de Tempo de Serviço;
- (6) Requerimentos para Complemento de Pensão e Reforma (Ex-Combatentes);
- (7) Outros requerimentos.

Cláusula 3.ª

Obrigações do Exército

O Exército compromete-se a:

- a)* Dar formação aos recursos humanos da CMVNP sobre a divulgação do serviço militar em RV e RC e os assuntos relacionados com as obrigações militares dos cidadãos.
- b)* Disponibilizar à CMVNP todos os meios de divulgação (pósteres/cartazes, tripticos e flyers) do serviço militar em RV e RC e demais informação relativa às obrigações militares dos cidadãos, assim como facultar os modelos de requerimento necessários ao cabal cumprimento dos objectivos preconizados.
- c)* Definir circuitos de articulação, para o que deve ser nomeado um interlocutor directo para apoio ao esclarecimento, de forma a conferir eficácia e qualidade desejável no atendimento ao cidadão.
- d)* Colaborar com a CMVNP, na realização de eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC.

Cláusula 4.ª

Obrigações da CMVNP

A CMVNP compromete se a:

- a)* Divulgar, a título gratuito e com recurso aos seus meios humanos, a prestação do serviço militar em RV e RC.
- b)* Prestar os esclarecimentos a que for solicitado no âmbito das obrigações e outros assuntos de cariz militar no edifício dos Paços do Concelho da CMVNP.
- c)* Elaborar o registo dos destinatários das acções de divulgação, bem como dos esclarecimentos prestados no atendimento ao cidadão.

Cláusula 5.ª

Encargos Financeiros

- a)* Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para efeitos de formação e participação em eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC são suportados, na sua totalidade, pelo Exército.
- b)* Os encargos relativos a envio dos requerimentos prestação de esclarecimentos no Serviço de Expediente são suportados pela CMVNP.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência

- a)* O presente protocolo entra em vigor na data da assinatura e vigora a título experimental por 3 (três) meses;
- b)* Findo o período experimental o protocolo será sujeito a uma avaliação no sentido de se aferir do interesse pela sua manutenção das partes outorgantes, caso em que se considera renovado pelo período subsequente de um ano;
- c)* Transcorrido este período o protocolo renovar-se-á por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes mediante comunicação escrita à contra-parte, com a antecedência de 60 dias.

Cláusula n.º 7 **Resolução e Denúncia**

A violação por um dos outorgantes de qualquer das obrigações assumidas, no presente protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Vila Nova de Paiva, em 04 de Maio de 2011.

Pelo Primeiro Outorgante:

O Director de Obtenção de Recursos Humanos, *Jorge de Jesus dos Santos*, Major-General.

Pelo Segundo Outorgante:

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, Doutor *José Morgado Ribeiro*.

Protocolo de Colaboração

entre o Exército Português

e

Câmara Municipal de Sátão

1. Preâmbulo

Este protocolo insere-se na estratégia de recrutamento contínuo de voluntários, reclamada por um sistema que visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados e tem como finalidade a divulgação da prestação de serviço militar nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) nos termos da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro (Lei do Serviço Militar) e do Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar), e a prestação de esclarecimentos militares no âmbito das obrigações militares a efectuar, gratuitamente, no edifício dos Paços do Concelho.

2. Identificação das Partes

Entre:

a) **O EXÉRCITO PORTUGUÊS**, como primeiro outorgante, adiante designado abreviadamente por Exército, neste acto representado pelo Major-General Jorge de Jesus dos Santos, Director de Obtenção de Recursos Humanos do Exército, cujos poderes de representação foram conferidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército; e,

b) **MUNICÍPIO DE SÁTÃO - CÂMARA MUNICIPAL DE SÁTÃO**, como segundo outorgante, adiante designada abreviadamente por CMS, neste acto representada pelo Doutor Alexandre Manuel Mendonça Vaz, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Sátão;

É celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte Dispositiva

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente protocolo estabelece o quadro de uma colaboração profícua entre a Câmara Municipal de Sátão e o Exército, no âmbito de acções de divulgação da prestação de Serviço Militar em RV/RC, no município, bem como da prestação de esclarecimentos e cooperação relativa a assuntos de natureza militar.

Cláusula 2.ª

Objectivo

O presente protocolo visa:

a) Divulgar as condições de prestação de serviço militar, nomeadamente, em Regime de Voluntariado (RV) e em Regime de Contrato (RC);

b) Prestar esclarecimentos relativos a assuntos militares, no edifício dos Paços do Concelho da CMS, nomeadamente aqueles que dizem respeito a:

- (1) Recenseamento Militar;
- (2) Dia da Defesa Nacional;
- (3) Certidões Militares;
- (4) 2.ªs vias de Cédulas Militares;
- (5) Contagens de Tempo de Serviço;
- (6) Requerimentos para Complemento de Pensão e Reforma (Ex-Combatentes);
- (7) Outros requerimentos.

Cláusula 3.ª

Obrigações do Exército

O Exército compromete-se a:

a) Dar formação aos recursos humanos da CMS sobre a divulgação do serviço militar em RV e RC e os assuntos relacionados com as obrigações militares dos cidadãos.

b) Disponibilizar à CMS todos os meios de divulgação (pósteres/cartazes, tripticos e flyers) do serviço militar em RV e RC e demais informação relativa às obrigações militares dos cidadãos, assim como facultar os modelos de requerimento necessários ao cabal cumprimento dos objectivos preconizados.

c) Definir circuitos de articulação, para o que deve ser nomeado um interlocutor directo para apoio ao esclarecimento, de forma a conferir eficácia e qualidade desejável no atendimento ao cidadão.

d) Colaborar com a CMS, na realização de eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC.

Cláusula 4.ª

Obrigações da CMS

A CMS compromete-se a:

a) Divulgar, a título gratuito e com recurso aos seus meios humanos, a prestação do serviço militar em RV e RC.

b) Prestar os esclarecimentos a que for solicitado no âmbito das obrigações e outros assuntos de cariz militar no edifício dos Paços do Concelho.

c) Elaborar o registo dos destinatários das acções de divulgação, bem como dos esclarecimentos prestados no atendimento ao cidadão.

Cláusula 5.ª

Encargos Financeiros

a) Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para efeitos de formação e participação em eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC são suportados, na sua totalidade, pelo Exército.

b) Os encargos relativos a envio dos requerimentos prestação de esclarecimentos no Serviço de Expediente são suportados pela CMS.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência

a) O presente protocolo entra em vigor na data da assinatura e vigora a título experimental por 3 (três) meses;

b) Findo o período experimental o protocolo será sujeito a uma avaliação no sentido de se aferir do interesse pela sua manutenção das partes outorgantes, caso em que se considera renovado pelo período subsequente de um ano;

c) Transcorrido este período o protocolo renovar-se-á por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes mediante comunicação escrita à contra-parte, com a antecedência de 60 dias.

Cláusula n.º 7

Resolução e Denúncia

A violação por um dos outorgantes de qualquer das obrigações assumidas, no presente protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Sátão, em 04 de Maio de 2011.

Pelo Primeiro Outorgante:

O Director de Obtenção de Recursos Humanos, *Jorge de Jesus dos Santos*, Major-General.

Pelo Segundo Outorgante:

O Presidente da Câmara Municipal de Sátão, Doutor *Alexandre Manuel Mendonça Vaz*.

Protocolo de Colaboração

entre o Exército Português

e

Câmara Municipal de Penalva do Castelo

1. Preâmbulo

Este protocolo insere-se na estratégia de recrutamento contínuo de voluntários, reclamada por um sistema que visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados e tem como finalidade a divulgação da prestação de serviço militar nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) nos termos da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro (Lei do Serviço Militar) e do Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar), e a prestação de esclarecimentos militares no âmbito das obrigações militares a efectuar, gratuitamente, no edifício dos Paços do Concelho.

2. Identificação das Partes

Entre:

a) O **EXÉRCITO PORTUGUÊS**, como primeiro outorgante, adiante designado abreviadamente por Exército, neste acto representado pelo Major-General Jorge de Jesus dos Santos, Director de Obtenção de Recursos Humanos do Exército, cujos poderes de representação foram conferidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército; e,

b) **MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO - CÂMARA MUNICIPAL DE PENALVA DO CASTELO**, como segundo outorgante, adiante designada abreviadamente por CMPC, neste acto representada pelo Doutor Leonídio de Figueiredo Gomes Monteiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Penalva do Castelo;

É celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte Dispositiva

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente protocolo estabelece o quadro de uma colaboração profícua entre a Câmara Municipal de Penalva do Castelo e o Exército, no âmbito de acções de divulgação da prestação de Serviço Militar em RV/RC, no município, bem como da prestação de esclarecimentos e cooperação relativa a assuntos de natureza militar.

Cláusula 2.ª

Objectivo

O presente protocolo visa:

a) Divulgar as condições de prestação de serviço militar, nomeadamente, em Regime de Voluntariado (RV) e em Regime de Contrato (RC);

b) Prestar esclarecimentos relativos a assuntos militares, no edifício dos Paços do Concelho da CMPC, nomeadamente aqueles que dizem respeito a:

- (1) Recenseamento Militar;
- (2) Dia da Defesa Nacional;
- (3) Certidões Militares;
- (4) 2.ªs vias de Cédulas Militares;
- (5) Contagens de Tempo de Serviço;
- (6) Requerimentos para Complemento de Pensão e Reforma (Ex-Combatentes);
- (7) Outros requerimentos.

Cláusula 3.ª **Obrigações do Exército**

O Exército compromete-se a:

a) Dar formação aos recursos humanos da CMPC sobre a divulgação do serviço militar em RV e RC e os assuntos relacionados com as obrigações militares dos cidadãos.

b) Disponibilizar à CMPC todos os meios de divulgação (pósteres/cartazes, tripticos e flyers) do serviço militar em RV e RC e demais informação relativa às obrigações militares dos cidadãos, assim como facultar os modelos de requerimento necessários ao cabal cumprimento dos objectivos preconizados.

c) Definir circuitos de articulação, para o que deve ser nomeado um interlocutor directo para apoio ao esclarecimento, de forma a conferir eficácia e qualidade desejável no atendimento ao cidadão.

d) Colaborar com a CMPC, na realização de eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC.

Cláusula 4.ª **Obrigações da CMPC**

A CMPC compromete-se a:

a) Divulgar, a título gratuito e com recurso aos seus meios humanos, a prestação do serviço militar em RV e RC.

b) Prestar os esclarecimentos a que for solicitado no âmbito das obrigações e outros assuntos de cariz militar no edifício dos Paços do Concelho.

c) Elaborar o registo dos destinatários das acções de divulgação, bem como dos esclarecimentos prestados no atendimento ao cidadão.

Cláusula 5.ª **Encargos Financeiros**

a) Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para efeitos de formação e participação em eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC são suportados, na sua totalidade, pelo Exército.

b) Os encargos relativos a envio dos requerimentos prestação de esclarecimentos no local a designar, são suportados pela CMPC.

Cláusula 6.ª
Prazo de vigência

- a)* O presente protocolo entra em vigor na data da assinatura e vigora a título experimental por 3 (três) meses;
- b)* Findo o período experimental o protocolo será sujeito a uma avaliação no sentido de se aferir do interesse pela sua manutenção das partes outorgantes, caso em que se considera renovado pelo período subsequente de um ano;
- c)* Transcorrido este período o protocolo renovar-se-á por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes mediante comunicação escrita à contra-parte, com a antecedência de 60 dias.

Cláusula n.º 7
Resolução e Denúncia

A violação por um dos outorgantes de qualquer das obrigações assumidas, no presente protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Penalva do Castelo, em 04 de Maio de 2011.

Pelo Primeiro Outorgante:

O Director de Obtenção de Recursos Humanos, *Jorge de Jesus dos Santos*, Major-General.

Pelo Segundo Outorgante:

O Presidente da Câmara Municipal de Penalva do Castelo, Doutor *Leonídio de Figueiredo Gomes Monteiro*.

Protocolo de Colaboração

entre o Exército Português

e

Câmara Municipal de Torre de Moncorvo

1. Preâmbulo

Este protocolo insere-se na estratégia de recrutamento contínuo de voluntários, reclamada por um sistema que visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados e tem como finalidade a divulgação da prestação de serviço militar nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) nos termos da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro (Lei do Serviço Militar) e do Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar), e a prestação de esclarecimentos militares no âmbito das obrigações militares a efectuar, gratuitamente, na Secção de Pessoal Taxas e Licenças, da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.

2. Identificação das Partes

Entre:

a) **O EXÉRCITO PORTUGUÊS**, como primeiro outorgante, adiante designado abreviadamente por Exército, neste acto representado pelo Major-General Jorge de Jesus dos Santos, Director de

Obtenção de Recursos Humanos do Exército, cujos poderes de representação foram conferidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército; e,

b) MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO - CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO, como segundo outorgante, adiante designada abreviadamente por CMTM, neste acto representada pelo Engenheiro Fernando António Aires Ferreira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo;

É celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte Dispositiva

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente protocolo estabelece o quadro de uma colaboração profícua entre a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e o Exército, no âmbito de acções de divulgação da prestação de Serviço Militar em RV/RC, no município, bem como da prestação de esclarecimentos e cooperação relativa a assuntos de natureza militar.

Cláusula 2.ª

Objectivo

O presente protocolo visa:

a) Divulgar as condições de prestação de serviço militar, nomeadamente, em Regime de Voluntariado (RV) e em Regime de Contrato (RC);

b) Prestar esclarecimentos relativos a assuntos militares, na Secção de Pessoal Taxas e Licenças da CMTM, nomeadamente aqueles que dizem respeito a:

- (1) Recenseamento Militar;
- (2) Dia da Defesa Nacional;
- (3) Certidões Militares;
- (4) 2.ªs vias de Cédulas Militares;
- (5) Contagens de Tempo de Serviço;
- (6) Requerimentos para Complemento de Pensão e Reforma (Ex-Combatentes);
- (7) Outros requerimentos.

Cláusula 3.ª

Obrigações do Exército

O Exército compromete-se a:

a) Dar formação aos recursos humanos da CMTM sobre a divulgação do serviço militar em RV e RC e os assuntos relacionados com as obrigações militares dos cidadãos.

b) Disponibilizar à CMTM todos os meios de divulgação (pósteres/cartazes, tripticos e flyers) do serviço militar em RV e RC e demais informação relativa às obrigações militares dos cidadãos, assim como facultar os modelos de requerimento necessários ao cabal cumprimento dos objectivos preconizados.

c) Definir circuitos de articulação, para o que deve ser nomeado um interlocutor directo para apoio ao esclarecimento, de forma a conferir eficácia e qualidade desejável no atendimento ao cidadão.

d) Colaborar com a CMTM, na realização de eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC.

Cláusula 4.ª
Obrigações da CMTM

A CMTM compromete-se a:

- a) Divulgar, a título gratuito e com recurso aos seus meios humanos, a prestação do serviço militar em RV e RC.
- b) Prestar os esclarecimentos a que for solicitado no âmbito das obrigações e outros assuntos de cariz militar na Secção de Pessoal Taxas e Licenças.
- c) Elaborar o registo dos destinatários das acções de divulgação, bem como dos esclarecimentos prestados no atendimento ao cidadão.

Cláusula 5.ª
Encargos Financeiros

- a) Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para efeitos de formação e participação em eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC são suportados, na sua totalidade, pelo Exército.
- b) Os encargos relativos a envio dos requerimentos prestação de esclarecimentos na Secção de Pessoal Taxas e Licenças, são suportados pela CMTM.

Cláusula 6.ª
Prazo de vigência

- a) O presente protocolo entra em vigor na data da assinatura e vigora a título experimental por 3 (três) meses;
- b) Findo o período experimental o protocolo será sujeito a uma avaliação no sentido de se aferir do interesse pela sua manutenção das partes outorgantes, caso em que se considera renovado pelo período subsequente de um ano;
- c) Transcorrido este período o protocolo renovar-se-á por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes mediante comunicação escrita à contra-parte, com a antecedência de 60 dias.

Cláusula n.º 7
Resolução e Denúncia

A violação por um dos outorgantes de qualquer das obrigações assumidas, no presente protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Torre de Moncorvo, em 10 de Maio de 2011.

Pelo Primeiro Outorgante:

O Director de Obtenção de Recursos Humanos, *Jorge de Jesus dos Santos*, Major-General.

Pelo Segundo Outorgante:

O Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Engenheiro *Fernando António Aires Ferreira*.

Protocolo de Colaboração

entre o Exército Português

e

Câmara Municipal de Ponte de Lima

1. Preâmbulo

Considerando:

Que a vila de Ponte de Lima tem a sua origem nos primórdios da Idade do Ferro, sendo o primeiro povoado um Castro fortificado.

A sua história militar romana cujos vestígios estão bem patentes nas pontes e miliários que se distribuíam pela via XIX de Antonino, ligando Braga a Astorga.

A outorga da Carta de Foral pela Rainha D. Teresa em 1125, fomentando a fixação de população e a protecção dos feirantes, inserida na sua estratégia político militar de ampliação do seu Condado Portucalense.

Que todos os reis da primeira dinastia deram relevância à Vila de Ponte pela sua posição geopolítica, culminando com a ordem de D. Pedro I em amuralhar e torrear o burgo medievo.

A importância estratégica e a relevância histórica e militar que esta Praça forte teve na defesa nacional no período que decorreu do século XVI ao século XVIII.

Que um Museu Histórico de natureza Militar, com um discurso museológico actual recorrendo às novas tecnologias e a um conjunto de serviços, irá dar a conhecer a importância da origem político-militar da Vila Medieval de Ponte de Lima, demonstrando simultaneamente a actividade que a Câmara Municipal de Ponte de Lima tem vindo a desenvolver na área da recuperação e divulgação do seu património.

Assim entre:

O **Exército Português**, através da Direcção da História e Cultura Militar, com sede em Lisboa, como primeiro outorgante, adiante designado por Exército, e representado neste acto pelo Director da Direcção de História e Cultura Militar Major-General **Adelino de Matos Coelho**, com poderes delegados para o efeito, e a **Câmara Municipal de Ponte de Lima**, com morada na Praça da República, 4990-062 Ponte de Lima, como segundo outorgante, adiante designada por CMPL, e representada neste acto pelo Presidente da Câmara, Engenheiro Victor Manuel Alves Mendes, o qual tem poderes para outorgar o presente acordo.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo, nos termos das cláusulas seguintes:

2. Parte Dispositiva

Cláusula 1.ª **(Âmbito e Objecto)**

1. O presente protocolo define as linhas orientadoras e as atribuições de cada um dos outorgantes para a instalação do Museu Histórico Militar em Ponte de Lima.

Cláusula 2.ª

Compete ao Primeiro Outorgante:

1. Assessorar o necessário apoio técnico para a montagem do Museu;

2. Colaborar com a CMPL na organização de exposições de carácter temporário;
3. Não retirar peças sem prévia comunicação à CMPL, assegurando, sempre que possível, a substituição das peças retiradas mantendo a temática em que as mesmas se inserem;
4. Apoiar a formação de guias do Museu;
5. Colaborar na divulgação do Museu;
6. Participar na montagem do Museu, sem quaisquer custos financeiros para o Exército.

Cláusula 3.ª

Compete ao Segundo Outorgante:

1. Assegurar uma equipa técnica para a montagem e definição do programa museológico;
2. Dotar a área museológica de infra-estruturas e equipamentos expositivos, adequados à conservação do material em exposição e em reserva;
3. Assegurar a gestão corrente do espaço museológico, os custos de transporte, manutenção e restauro de peças da temática museológica, efectuar os contratos de seguros correspondentes e relativos às peças cedidas pelo Exército, após avaliação;
4. Não realizar alterações de natureza temática, sem prévio parecer e/ou o aconselhamento do Exército;
5. Garantir a formação de guias do Museu;
6. Providenciar a vigilância interior da área museológica, no âmbito da segurança das instalações;
7. Divulgar o Museu;
8. Informar, em local visível, que as peças cedidas são património do Museu Militar de Lisboa.

Cláusula 4.ª

(Resolução e Denúncia)

1. As partes obrigam-se a cumprir pontualmente as obrigações assumidas, salvo motivo alheio à sua vontade, devendo comunicar à contra-parte, por escrito, qualquer ocorrência susceptível de influir na execução do presente protocolo.
2. Constitui fundamento de resolução do presente protocolo o incumprimento reiterado de qualquer obrigação prescrita no mesmo, bem como a ocorrência de factos imputáveis a qualquer das partes outorgantes, que pela gravidade tornem insustentável a manutenção da relação protocolar.
3. Qualquer das partes poderá denunciar unilateralmente o presente protocolo, mediante comunicação escrita e enviada por carta registada com aviso de recepção ao outro outorgante, com a antecedência mínima de 60 dias relativamente à data da renovação.
4. A resolução ou a denúncia do acordo não confere às partes o direito a qualquer indemnização, devendo as peças museológicas cedidas pelo Exército regressar aos respectivos acervos museológicos.

Cláusula 5.ª

(Validade e Vigência)

O Presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, e é válido durante dez anos, considerando-se tacitamente renovado por períodos sucessivos de um ano, salvo denúncia por qualquer dos outorgantes nos termos da cláusula anterior.

Ponte de Lima, 25 de Maio de 2011

Pelo Primeiro Outorgante:

O Director de História e Cultura Militar, *Adelino Matos Coelho*, Major-General.

Pelo Segundo Outorgante:

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Engenheiro *Victor Manuel Alves Mendes*.

VII — ALVARÁ

Presidência da República

**Alvará (extracto) n.º 11/2010
de 06 de Setembro de 2010**

Por Alvará do Presidente da República de 06 de Setembro 2010, foi agraciado com o Título de Membro Honorário, da Ordem Militar de Avis o:

Centro de Tropas de Operações Especiais

O Secretário-Geral das Ordens, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

José Luís Pinto Ramalho, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

2.^a SÉRIE

N.º 6/30 DE JUNHO DE 2011

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de ouro de serviços distintos o MGen (11329673) **José Hermínio Estevão Alves**, ao abrigo do disposto nos artigos 14.º e 33.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal.

(Por despacho de 16 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, nos termos do disposto nos artigos 16.º, alínea a) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o MGen (09072965) **Adelino de Matos Coelho**.

(Por despacho de 23 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de serviços distintos, grau cobre por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Cav (12747384) **Vítor Manuel Cambiais Fróis Caldeira**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea a), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o Cor Eng (16599781) **Gil Abel de Andrade Ramos**.

(Por despacho de 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, artigo 24.º e do n.º 2 do artigo 38.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o Cor Cav **Mauro Sinott Lopes**, da República Federativa do Brasil.

(Por despacho de 19 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o TCor TManMat (06359370) **João Luís da Fonseca Nabais**.

(Por despacho de 02 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o TCor Inf (07147687) **Paulo Raúl Chéu Guedes Vaz**.

(Por despacho de 05 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o TCor Tm (02360085) **Rui Manuel Marques da Silva**.

(Por despacho de 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o TCor Inf (12798784) **Jorge Manuel dos Santos Vieira Martins**.

(Por despacho 15 de Abril de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o TCor Eng (11680182) **António Guilherme Pereira Ramalho Serrano**.

(Por despacho 05 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o TCor Mat (00610382) **José Manuel Jorge da Costa Roldão**.

(Por despacho 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o TCor Art (08954186) **Vítor Manuel Morgado Fonseca Afonso Jorge**.

(Por despacho 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o TCor Art (05288187) **António José Palma Esteves Rosinha**.

(Por despacho 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o TCor AdMil (11963186) **António Almeida da Silva**.

(Por despacho 05 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o TCor SGE (06106878) **Carlos Alberto Neves**.

(Por despacho 22 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o TCor Inf (12755091) **Carlos Pedro Silvestre Oliveira**.

(Por despacho 13 de Dezembro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Maj Inf (10829089) **Joaquim José Estevão da Silva**.

(Por despacho 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Maj Inf (11075389) **José Manuel Alves Guedes dos Santos**.

(Por despacho 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Maj Cav (13134087) **Pedro Manuel dos Santos Ferreira**.

(Por despacho 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Maj TExpTm (05301479) **Luís Manuel Bonacho Lourenço de Matos Santana**.

(Por despacho 18 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Maj Mat (02328585) **Mário Rodrigues Marques**.

(Por despacho 05 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Maj Cav (17561491) **Celso Jorge Pereira Freilão Braz**.

(Por despacho 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Maj TManMat (14043580) **José Manuel Gomes Domingues**.

(Por despacho 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Maj Mat (06290685) **João Carlos Farinha de Figueiredo**.

(Por despacho 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Maj Inf (10487491) **Ricardo Alexandre de Almeida Gomes Cristo**.

(Por despacho 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Maj Tm (12918382) **António Duarte Cunha Machado**.

(Por despacho 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Cap Cav (02647195) **Duarte Miguel de Carvalho Cigre**.

(Por despacho 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea c), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o Cap AdMil (00456398) **António José Luís Antunes**.

(Por despacho 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Cap Inf GNR (1991074) **Eduardo Romeu de Oliveira Lérias**.

(Por despacho 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o Cap Inf GNR (1950893) **Luís Manuel Paulico Serra Patrício**.

(Por despacho 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SMor Inf (04937879) **Emídio Maria Tenreiro da Costa Almeida**.

(Por despacho 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Art (00227781) **José Manuel da Silva**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Art (13865181) **António João da Silva Tenreiro**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Tm (17128183) **Carlos Venâncio Marques Bica**.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Eng (10228684) **Rui José Ferreira Sousa Casimiro**.

(Por despacho de 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Art (08904581) **Amândio Manuel Cordeiro Morgado**.

(Por despacho de 06 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Inf (12610683) **José Júlio Cabete Azevedo**.

(Por despacho de 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh AdMil (18538383) **José Manuel Monteiro Botas**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Art (11729382) **João Humberto Pereira Barrulas**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SCh Mat (07190281) **Carlos Manuel Fernandes Soares**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Tm (05295186) **Alcides Daniel Guimarães Osório**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Cav (08605486) **Paulo Jorge Pereira Martins Canilho**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj SGE (09134886) **Carlos Manuel Garcia Marques**.

(Por despacho de 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Inf (14212686) **Domingos Manuel Segurado Ilhéu**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Art (05523187) **Carlos José Repolho Narciso**.

(Por despacho de 05 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Cav (01095785) **Abílio José Nogueira Martins Aires de Sousa Ferreira**.

(Por despacho de 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Inf (04826187) **João Paulo Monteiro**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj AdMil (10292085) **Mário António Martins Ramos**.

(Por despacho de 18 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o SAj Art (12699390) **Joaquim João Galhanas Mendes**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o 1Sarg Cav (03116992) **Adriano Jorge da Silva**.

(Por despacho de 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o 1Sarg Eng (18691892) **Paulo Fernando Lobão Ruivo**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o 1Sarg Art (16138892) **Gil Crispim Mendes Teixeira**.

(Por despacho de 27 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *d*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o 1Sarg Aman (02413579) **Jaime Ponte Jesus**.

(Por despacho de 06 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o 1Sarg Inf (27002891) **Sérgio António Ribeiro de Oliveira**.

(Por despacho de 12 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o 1Sarg Inf (02869291) **Miguel Ângelo Almeida Moura**.

(Por despacho de 19 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o 1Sarg PesSec (28617693) **Pedro Alexandre dos Santos Marques**.

(Por despacho de 05 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, o 1Sarg PesSec (12801296) **Bruno António dos Santos da Silva**.

(Por despacho de 12 de Maio de 2011)

Considerando que o MGen (12157682) **Rui Fernando Baptista Moura** tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a Oficial General;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, ao abrigo do disposto no artigo 26.º e do n.º 2 do artigo 38.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGen (12157682) **Rui Fernando Baptista Moura**.

(Por despacho de 14 de Abril de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cor Eng (03838180) **Mário Vítor Simões**.

(Por despacho de 26 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército Português condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, ao abrigo do disposto no artigo 26.º e do n.º 2 do artigo 38.º, Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o Capitán de Navío **Manuel Cela Muruais**, da Armada Espanhola.

(Por despacho de 19 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Inf (18768490) **José Jorge de Sousa Marinho**.

(Por despacho de 18 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 2.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º, 27.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o Maj SGE (02419882) **Fernando da Conceição Menezes**.

(Por despacho de 02 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap Tm (07961494) **Alfredo Miguel da Costa Silva**.

(Por despacho de 26 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Med (05997882) **Manuel Luís Ribeiro Lopes**.

(Por despacho de 14 de Março de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Art (13864688) **Nelson Fernandes Marques**.

(Por despacho de 26 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Inf (14567391) **Carlos Manuel Oliveira Carvalho**.

(Por despacho de 26 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg SGE (17509691) **Mário Rui Nobre Duarte**.

(Por despacho de 26 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Aman (03085675) **Arménio de Bastos**.

(Por despacho de 26 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Art (03639493) **Rui Miguel Lages Fernandes**.

(Por despacho de 26 de Maio de 2011)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Mat (11369192) **Diamantino Abel Sousa de Freitas**.

(Por despacho de 26 de Maio de 2011)

Condecorados com a Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

Cor Inf GNR (1850017) José de Paiva Cardoso Pereira;
Cor Inf GNR (1850015) Norberto Agostinho R. Fernandes;
Maj Inf GNR (1826318) Júlio Anibal Rego;
SMor Inf GNR (1826281) José M. Fernandes Marques;
SMor Inf GNR (1826559) José F. Dourado Cardoso;
SMor Mus GNR (1826540) Abel Maria R. Ferreira Chaves;
SCh Inf GNR (1836636) Vítor Lourenço Domingues;
SCh Inf GNR (1826080) José Eduino Lázaro Lopes;
SAj Inf GNR (1820830) António L. Rebelo Pessoa;
SAj Cav GNR (1820509) Adérito Fernandes da Costa;
CbMor Inf GNR (1826344) Joaquim Alfredo Reis;
CbMor Inf GNR (1826537) António Valente Pires;
CbMor Inf GNR (1826551) José António Gonçalves;
CbMor Inf GNR (1810887) Jaime A. Carvalho Fernandes;
CbMor Inf GNR (1826610) Manuel M. Ribeiro de Sousa;
CbMor Inf GNR (1820929) Amílcar Augusto C. Ruivo;
CbCh Inf GNR (1826382) Martinho Abreu Marrão;
CbCh Inf GNR (1826313) Jaime Fernandes da Mata;
CbCh Inf GNR (1820657) Rui Joaquim Ferreira;
CbCh Tm (1810856) Ernesto Dias Martins;
CbCh Mat GNR (1820691) João José M. Pereira;
Cb Inf GNR (1826468) Manuel Joaquim M. Domingues;
Cb Inf GNR (1810644) António Joaquim do Nascimento;
Cb Inf GNR (1846037) João Luís G. Gregório;
Cb Inf GNR (1826477) António Freire Cordeiro;
Cb Inf GNR (1826562) Luís Manuel V. Pratas;
Cb Inf GNR (1800640) Francisco Manuel R. Machado;
Cb Inf GNR (1810641) José Manuel M. Gomes;
Cb Inf GNR (1811050) Fernando Eiras Paula;
Cb Inf GNR (1811118) David Teixeira Moraes;
Cb Inf GNR (1820097) João da Silva Batista;
Cb Inf GNR (1820245) Carlos M. Teixeira Fonte;
Cb Inf GNR (1820360) Guilherme Rodrigues Moraes;
Cb Inf GNR (1826442) Marcelino A. Rodrigues;
Cb Inf GNR (1830924) Fernando Moreira Gomes;
Cb Inf GNR (1820548) Augusto Fernandes Lino;
Cb Inf GNR (1820652) José Vicente da Várzea Rosado;
Cb Inf GNR (1820656) António Manuel A. Santana;
Cb Inf GNR (1820662) Custódio Francisco S. dos Santos;

Cb Inf GNR (1820668) José António Pedro dos Santos;
Cb Inf GNR (1820834) Luís dos Santos Porto;
Cb Inf GNR (1820914) Francisco António Mariano;
Cb Inf GNR (1820960) Miguel David Pires Martins;
Cb Cav GNR (1820486) Firmino José Castanho Reis;
Cb Cav GNR (1820500) Joaquim Fernando Ribeiro;
Cb Cav GNR (1821062) Ivo Manuel Lopes Charrua;
Cb Tm GNR (1820487) José Carlos Batista Miranda;
Cb Mat GNR (1820477) Guilherme Antunes Gonçalves;
Cb Hon Corn GNR (1820549) Álvaro dos Santos Raimundo Cid.

(Por despacho de 06 de Maio de 2011)

SMor Inf Res GNR (1801838) António Gomes de Oliveira;
SCh Inf GNR (1826437) Luís Filipe Duarte Freitas;
SAj Inf GNR (1826195) Francisco L. dos Santos Monteiro;
SAj Inf Res GNR (1826264) Inácio Tomé P. Moura;
CbMor Inf GNR (1820917) Adérito dos Santos Vinagre;
CbMor Inf GNR (1826374) José Moreira Fernandes;
CbMor Inf GNR (1821014) Francisco Manuel M. Borges;
CbMor Inf GNR (1826547) Abílio A. da Silva Martins;
CbMor Inf GNR (1821009) Jorge Loureiro Carvalho;
CbMor Inf GNR (1820557) Alcino Lopes Augusto;
CbMor Inf GNR (1826545) José Luís H. Ambrósio;
CbMor Inf GNR (1836552) Armando Manuel S. Velez;
CbMor Inf GNR (1820727) Domingos Moreira da Silva;
CbMor Inf GNR (1826446) José António Q. Gato;
CbMor Inf GNR (1826365) Tomás C. Antunes Canilho;
CbCh Inf GNR (1826564) José Vicente R. Canhoto;
CbCh Inf GNR (1830223) António João S. Pananças;
CbCh Inf GNR (1821020) Laurentino C. de Almeida Patrocinio;
CbCh Inf GNR (1826527) Joaquim António V. Gonçalves;
CbCh Inf GNR (1826452) Júlio R. Preto São Romão;
CbCh Inf GNR (1826565) Domingos Alberto G. Rocha;
CbCh Inf GNR (1836513) Aires de Jesus F. Baptista;
CbCh Inf GNR (1820400) Gilberto António A. Afonso;
CbCh Inf GNR (1820894) Manuel Belmiro Rodrigues;
CbCh Inf GNR (1826180) Francisco Manuel Dias;
CbCh Inf GNR (1830450) José Manuel de Oliveira;
CbCh Tm GNR (1826218) Gabriel Aleixo R. Rodrigues;
CbCh Tm GNR (1830208) Joaquim J. Marcelino Pereira;
Cb Inf GNR (1820519) Domingos Jacinto Pereira;
Cb Inf GNR (1820520) António Moreno Soeiro;
Cb Inf GNR (1820544) Carlos Manuel da Rocha Pires;
Cb Inf GNR (1820665) José Alberto G. Rafael;
Cb Inf GNR (1820672) Armindo Encarnação Guerreiro;
Cb Inf GNR (1821000) António Manuel F. de Almeida;
Cb Inf GNR (1826469) José M. do Nascimento Maia;
Cb Inf GNR (1826439) José Manuel G. Fernandes;
Cb Inf GNR (1826482) José Patrício Martins

Cb Inf GNR (1820046) João Luís do Carmo Pereira;
Cb Inf GNR (1820077) Manuel Rodrigues Lopes;
Cb Inf GNR (1820376) Olimpio Augusto A. Correia;
Cb Inf GNR (1820395) José Manuel S. Afonso;
Cb Inf GNR (1820418) Dinis Morais da Costa;
Cb Inf GNR (1820467) Artur Borges Barreiro;
Cb Inf GNR (1821008) Fernando L. da Costa Miranda;
Cb Inf GNR (1840071) António Maria D. de Magalhães;
Cb Inf GNR (1820561) Tito M. Faustino Gonçalves;
Cb Inf GNR (1820752) Álvaro Sebastião F. Pereira;
Cb Inf GNR (1820803) Licínio José Caldas F. da Ponte;
Cb Inf GNR (1820833) António Carlos Ribeiro;
Cb Inf GNR (1820843) José Luís Fernandes;
Cb Inf GNR (1820554) João Carvalho de Oliveira;
Cb Inf GNR (1820218) Benjamim do Carmo Soares;
Cb Inf GNR (1820235) António Soares de Magalhães;
Cb Inf GNR (1820342) Manuel de Oliveira Meneses;
Cb Inf GNR (1820361) Ovídio José Rodrigues;
Cb Inf GNR (1820369) João M. dos Santos Alves;
Cb Inf GNR (1820440) António de Sousa Cardoso;
Cb Inf GNR (1820458) Alberto Pereira Nogueira;
Cb Inf GNR (1826317) Joaquim M. de Oliveira Nunes;
Cb Inf GNR (1826408) Jorge Augusto Fernandes;
Cb Inf GNR (1836073) Valdemar B. Martins;
Cb Inf GNR (1836436) Francisco António C. Silva;
Cb Inf GNR (1820717) José S. da Cunha Sousa;
Cb Inf GNR (1820722) Armando Augusto Morais;
Cb Inf GNR (1820724) António Armando L. Marques;
Cb Inf GNR (1820883) Manuel dos Santos Pais;
Cb Inf GNR (1820928) Hernâni da Conceição Alves;
Cb Inf GNR (1830238) José dos Santos Serrão;
Cb Inf GNR (1830420) João Francisco V. da Conceição;
Cb Inf GNR (1826433) Carlos Alberto C. Chamorra;
Cb Inf GNR (1826512) João da Graça G. da Silva;
Cb Inf GNR (1826558) Joaquim José Vilas Batata;
Cb Inf GNR (1826566) João Joaquim L. Pires;
Cb Inf GNR (1830498) Amândio José Brás;
Cb Inf GNR (1830591) Ricardo José M. Barreto;
Cb Inf GNR (1826556) Jorge Luís M. Gonçalves;
Cb Inf GNR (1820106) António M. Justino Gabriel;
Cb Tm GNR (1820390) Venâncio N. Miranda Martins.

(Por despacho de 10 de Maio de 2011)

CbCh Inf GNR (1821004) Joaquim da Costa G. Sérgio;
Cb Inf GNR (1820526) Rogério Lopes de Almeida;
Cb Inf GNR (1820529) Aristides Manuel P. dos Santos;
Cb Inf GNR (1820552) Fernando Cardoso Ferreira;
Cb Inf GNR (1820718) José António M. Miguel;

Cb Inf GNR (1820836) António Paiva P. Teixeira;
Cb Inf GNR (1820939) José da Costa Oliveira;
Cb Inf GNR (1821005) António Gomes;
Cb Inf GNR (1821043) José A. da Costa Vasconcelos;
Cb Inf GNR (1826474) José dos Santos Costa.

(Por despacho de 17 de Maio de 2011)

Cor Inf (04889079) Fernando Atanásio Lourenço;
Cor Cav (15185684) Rui Jorge do Carmo Cruz Silva;
TCor Inf (12418780) Luís Manuel Pires Pita;
Maj SGE (03597481) Carlos Martins Alves;
Maj TPesSecr (05532279) António da Fonseca Ferreira;
Cap CBMus (12720785) João António S. Ribeiro de Oliveira;
SMor Inf (13038681) José Alves Martins Rodrigues;
SMor Inf Res (04861977) José Augusto da Cunha Aires;
SMor Art (10391280) Joaquim António Catarino;
SMor AdMil (07581780) Carlos Mota Guardado;
SCh Cav (00765381) Tobias José Lopes Barradas.

(Por despacho de 19 de Maio de 2011)

Condecorados com a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

Maj Mat (25130092) Luís António Torres Costa;
SAj AdMil (19983989) Aurélio da Costa Rodrigues;
SAj Inf GNR (1950440) Carlos Alberto A. Gonçalves;
SAj AdMil GNR (1950696) José Manuel R. da Silva;
1Sarg Inf GNR (1950700) José Manuel Silva Correia;
1Sarg Eng (28535393) Nuno Miguel P. de Matos;
1Sarg Tm (10342595) Jacinto M. das Neves;
1Sarg Tm (39014593) Isabel Luísa Bonifácio;
1Sarg AdMil (09505493) Sandra Luísa S. Quintas;
1Sarg Mat (34338493) Jorge Manuel B. Marques;
1Sarg Mat (11868892) Nuno Miguel S. de Beires Junqueira;
1Sarg Mat (05491492) António Ricardo Paulo Silva;
2Sarg Inf GNR (1950438) José Manuel G. Teixeira;
Cb Inf GNR (1950112) José Alberto T. Góis;
Cb Inf GNR (1950205) João Martinho B. de Vasconcelos;
Cb Inf GNR (1950255) Elsa de Jesus Canada Alves;
Cb Inf GNR (1950284) José Gregório A. Jardim;
Cb Inf GNR (1950439) Nélio Baptista Martins;
Cb Inf GNR (1950441) Bruno Ângelo C. Andrade;
Cb Inf GNR (1950491) Vítor Ricardo J. Câmera;
Cb Inf GNR (1950558) Nelson Abelino R. Nunes;
Cb Inf GNR (1950624) Carlos Rafael M. Moreira;
Cb Inf GNR (1950625) José Carlos da Silva Correia;
Cb Inf GNR (1950739) Noel José da Silva;

Cb Inf GNR (1950817) José Daniel G. Fernandes;
Cb Inf GNR (1950846) Sérgio Manuel V. dos Santos;
Cb Inf GNR (1950867) Manuel Sinónimo P. de Sousa;
Cb Inf GNR (1990994) Paulino de Jesus Fernandes;
Guar Inf GNR (1990984) Américo de Jesus Alves da Luz;
Guar Inf GNR (1990993) Humberto Egídio Oliveira.

(Por despacho de 02 de Maio de 2011)

SCh Inf GNR (1826080) José Eduino Lázaro Lopes;
SAj Tm GNR (1930185) Paulo Jorge R. Raposo;
1Sarg Inf GNR (1950414) João Pedro Valente Ramos;
1Sarg Cav GNR (1950640) Fernando J. Lopes Ferreira;
2Sarg Inf GNR (1980518) Luís Manuel F. Figueiredo;
2Sarg Inf GNR (1950757) Daniel Augusto D. Coelho;
Cb Inf GNR (1860269) Manuel Augusto Grazina;
Cb Inf GNR (1910097) António José M. Ralha;
Cb Inf GNR (1910568) Filipe Borlão C. Fachada;
Cb Inf GNR (1930471) Francisco Fialho B. Batista;
Cb Inf GNR (1950101) Joaquim Filipe M. Catrupa;
Cb Inf GNR (1950127) Fortunato Campaniço Fialho;
Cb Inf GNR (1950216) Manuel António C. da Luz;
Cb Inf GNR (1950223) Sérgio A. Corte Guerreiro;
Cb Inf GNR (1950245) Mário Rui C. Asper Banha;
Cb Inf GNR (1950272) Luís Miguel R. Galhano;
Cb Inf GNR (1950372) Adelino Manuel R. Peres;
Cb Inf GNR (1950446) José António Pires Nunes;
Cb Inf GNR (1950459) Luís José S. Guerreiro;
Cb Inf GNR (1950468) Amadeu Coelho Romano;
Cb Inf GNR (1950471) José Maria Dias Lopes;
Cb Inf GNR (1950489) José Carlos D. Moga;
Cb Inf GNR (1950532) Luís Amaro L. Guerreiro;
Cb Inf GNR (1950533) Luís Miguel S. Serrano;
Cb Inf GNR (1950762) Ilberto M. Rosa P. Rodrigues;
Cb Inf GNR (1940135) Paulo César M. de Carvalho;
Cb Inf GNR (1950015) Sebastião M. Morgado Pinto;
Cb Inf GNR (1950175) Ricardo Nuno T. da Cruz;
Cb Inf GNR (1950334) João Paulo R. Ferreira;
Cb Inf GNR (1950607) Fernando de Jesus Carneiro;
Cb Inf GNR (1950786) Luís F. V. dos Santos Galvão;
Cb Inf GNR (1950860) Manuel José N. Batista;
Cb Inf GNR (1960578) Luís Fernando V. Teixeira;
Cb Inf GNR (1970880) Nuno M. de Carvalho Militão;
Cb Inf GNR (1960384) Paulo Jorge R. Malta;
Cb Cav GNR (1950503) Luís Marinho G. Alcario;
Cb Cav GNR (1960286) João Carlos Lázaro Lopes;
Cb Cav GNR (1960390) Juventino Carvalho Santos;
Cb AdMil GNR (1960569) Mário Paulo L. Carvalho;
Guar Inf GNR (1991017) Natália C. dos Santos Gonçalves;
Guar Inf GNR (2010750) Amilcar C. Ramos Carneiro;

Guar Inf GNR (1990309) Vasco Cláudio R. Marques;
Guar Inf GNR (1990815) Eliseu Lopes Monteiro;
Guar Inf GNR (1950213) Altamiro João L. Cancelinha;
Guar Cav GNR (1980877) Floriano José S. Vilela;
Guar Cav GNR (1971008) Luís Miguel A. dos Anjos.

(Por despacho de 06 de Maio de 2011)

Cap Inf GNR (1950909) Luís Manuel M. Candeias;
Cap Inf GNR (1950889) João Fernando Fonseca;
Cap Cav GNR (1950898) Marco Paulo P. Nunes;
SAj Inf GNR (1950002) Rui Jorge R. Tomé da Fonseca;
SAj Inf GNR (1940203) Vítor Manuel Pinto;
SAj Inf GNR (1950052) Alexandre O. Barroso;
SAj Inf GNR (1950648) Fernando Jorge Manuel;
SAj Med GNR (1940400) José Manuel R. Amoroso;
SAj Cav GNR (1950275) Paulo Sérgio R. da Ponte;
1Sarg Inf GNR (1950586) António Nuno D. Amador;
1Sarg Inf GNR (1960021) Luís M. da Silva Ferreira;
1Sarg Inf GNR (1826382) Nelson A. Pinheiro Serra;
1Sarg Inf GNR (1960084) Mário Correia A. dos Santos;
1Sarg Inf GNR (1960015) Luís Miguel P. Carriço;
1Sarg Inf GNR (1970146) Manuel Joaquim Bispo;
1Sarg Cav GNR (1960570) Francisco José P. Pinto;
1Sarg Tm GNR (1960155) José Manuel N. Velez;
1Sarg SS GNR (1940532) Pedro Nuno Martins;
1Sarg SS GNR (1950077) Fernando M. dos Santos;
1Sarg SS GNR (1950118) António Eduardo Couto;
1Sarg SS GNR (1950364) Maria Alexandra Ramos;
1Sarg SS GNR (1950469) Manuel António Lopes;
1Sarg AdMil GNR (1980028) Luís Miguel R. L. da Silva;
1Sarg AdMil GNR (1960422) Sérgio Manuel Tendeiro;
1Sarg Mus GNR (1961002) José Luís de Jesus R. Oliveira;
2Sarg Inf GNR (1960320) Amândio S. da Silva Neves;
2Sarg Inf GNR (1980324) Carlos Alberto N. Marques;
2Sarg Inf GNR (1980343) João Carlos B. dos Santos;
2Sarg Inf GNR (1950003) Paulo Jorge P. Fernandes;
2Sarg Inf GNR (1960135) Sérgio Miguel P. Oliveira;
2Sarg Inf GNR (1970055) José António Rodrigues;
2Sarg Inf GNR (1980486) Tânia Cristina Morgado;
2Sarg Mat GNR (1960291) Vítor Manuel Serra;
Furr Inf GNR (1991036) Maria do Céu V. Mestre Sousa;
Cb Inf GNR (1960401) Patrício Francisco P. Moutinho;
Cb Inf GNR (1960023) Valdemar A. dos Santos;
Cb Inf GNR (1960258) Rui M. Azenha Figueiredo;
Cb Inf GNR (1910084) Carlos M. Ribeiro Nunes;
Cb Inf GNR (1990294) Rogério Gravito Piedade;
Cb Inf GNR (1960062) Vítor José Madeira Brito;
Cb Inf GNR (1960040) António João Velez Ricardo;

Cb Inf GNR (1960064) Virgílio H. de Jesus R. Macedo;
Cb Inf GNR (1960365) André dos Santos C. Manzoupo;
Cb Inf GNR (1960376) Nuno Miguel N. Ascensão;
Cb Inf GNR (1960388) José Augusto Coelho Teles;
Cb Inf GNR (1830470) Vítor Manuel Fernandes;
Cb Inf GNR (1960293) Fernando M. de Jesus G. da Silva;
Cb Inf GNR (2010008) Sérgio Manuel C. Benardino;
Cb Inf GNR (1960091) Sérgio D. Emídio Morgado;
Cb Inf GNR (1970449) Sérgio Bruno Ferreira;
Cb Inf GNR (1950254) João Carlos de Martins;
Cb Inf GNR (1950148) Luís Manuel Figueira;
Cb Inf GNR (1950114) Carlos Alberto Lopes;
Cb Inf GNR (1940330) Vasco António Coelho;
Cb Inf GNR (1940270) Vítor Manuel Prada;
Cb Inf GNR (1940261) Fernando Manuel Ferreira;
Cb Inf GNR (1940226) José António Duarte Matos;
Cb Cav GNR (1960367) Nuno M. dos Santos Manuel;
Cb Cav GNR (1960148) Silvério R. da Cruz Dias;
Cb Cav GNR (1950826) João Carlos Ferreira;
Cb Cav GNR (1940674) Joaquim Tomás António;
Cb Cav GNR (1940069) Leonel Marcelino Diegues;
Cb Tm GNR (1960232) Paulo F. Pinto Martins;
Cb Tm GNR (1960193) Luís Filipe P. Charreu;
Cb Tm GNR (1960164) Joaquim José L. Serra;
Cb Tm GNR (1950389) António Manuel P. Pires;
Cb Tm GNR (2000212) Rui Pedro S. Martins;
Cb Tm GNR (1886142) Paulo António V. Martins;
Cb SS GNR (1960260) Carlos Miguel D. Silva;
Cb SS GNR (1960927) Lurdes Fátima Palmeiro;
Cb SS GNR (1990996) Odete Nobre Costa;
Cb SS GNR (2000516) Salvador P. Moreira;
Cb SS GNR (1990853) Fernando José Castelo;
Cb SS GNR (1950455) João Francisco Amaral;
Cb SS GNR (1950597) Carlos António Mendes;
Cb SS GNR (1940080) Fernando Manuel Carreto;
Cb SS GNR (1940153) José Cunha Oliveira;
Cb SS GNR (1940602) Paula Cristina Ferreira;
Cb SS GNR (1940712) Domingos João Cabaço;
Cb SS GNR (1940717) Telmo Augusto Gonçalves;
Cb SS GNR (1950090) Fernando Manuel Nogueira;
Cb SS GNR (1950392) Rui Manuel Gonçalves;
Cb SS GNR (1950396) Rui Jorge P. Farelo;
Cb SS GNR (1950415) Lemos Martins Guerra;
Cb SS GNR (1950557) Marco Paulo G. Porto;
Cb AdMil GNR (1950016) Luís Miguel Faia;
Cb AdMil GNR (1950641) Vítor Manuel V. N. Pereira;
Cb Mat GNR (1940120) Humberto Coelho Raimundo;
Guar Inf GNR (1960097) Élio Manuel G. Pereira;
Guar Inf GNR (1960123) Fernando M. L. L. da Cunha Faro;

Guar Inf GNR (1960937) José Carlos da Costa Pereira;
Guar Inf GNR (1960048) Vítor José de Deus S. Carriço;
Guar Inf GNR (1960126) Rogério P. Quintas Chamorra;
Guar Inf GNR (1960328) António Filipe V. Bengalinha;
Guar Inf GNR (1960891) Paulo Jorge B. Piteira;
Guar Inf GNR (2040152) Nelson José N. Bicho;
Guar Inf GNR (1990302) José António A. Rasteiro;
Guar Inf GNR (1950425) Isabel Rute Mendonça;
Guar Inf GNR (1960667) Raquel Ramos P. Rolo;
Guar Inf GNR (1970635) José Manuel V. Câmara;
Guar Inf GNR (1990998) Joaquina Helena Nunes;
Guar Inf GNR (2040177) César António S. B. Sousa;
Guar Inf GNR (2040181) Cândido Roque Martins;
Guar Inf GNR (2040224) Carlos Jorge F. Teixeira;
Guar Inf GNR (2040300) Luís Miguel B. de Matos;
Guar Inf GNR (2040354) Paulo Sérgio G. Freire;
Guar Cav GNR (2040014) Hugo M. da Fonseca P. C. Reforço;
Guar Cav GNR (2040536) Luís Manuel A. Correia;
Guar Tm GNR (1960820) José Fernando M. da Silva.

(Por despacho de 10 de Maio de 2011)

1Sarg Inf (37709292) Paulino Alexandre R. Godinho;
1Sarg Tm (28419793) Arsénio Manuel B. Moço;
1Sarg PesSec (38332793) José Carlos Martins Gomes.

(Por despacho de 19 de Maio de 2011)

Por despacho do Chefe de Repartição de Condecorações e Louvores da Direcção de Justiça e Disciplina, por subdelegação do Director de Justiça e Disciplina após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e nos termos do n.º 1 do artigo 66.º do Decreto-Lei 316/02, de 27 de Dezembro, aprovada a perda do direito ao uso da medalha de comportamento exemplar, graus cobre e prata, respeitantes aos seguintes militares:

Cb Inf GNR (1810584) Fernando Martins Clemente;
Cb Inf GNR (1811115) José Manuel de Sousa Guedes;
Cb Inf GNR (1820603) Afonso Moreira Rodrigues;
Cb Inf GNR (1826498) Carlos Manuel S. Gameiro do Rosário;
Cb Inf GNR (1830038) João Manuel de Jesus Oliveira;
Cb Inf GNR (1830727) António Louro Monteiro;
Cb Inf GNR (1880035) Albino de Almeida Neves;
Cb Inf GNR (1820357) Armindo Gomes Ferreira;
Cb Inf GNR (1870466) António C. de Sousa Lucas;
Guar Inf GNR (1781115) José F. da Silveira Ferreira;
Guar Inf GNR (1830043) José António M. da Costa;
Guar Inf GNR (1840080) Vítor Manuel dos Santos;
Guar Inf GNR (1990130) Rui Miguel P. Alpalhão;
Guar Cav GNR (1860587) José Carlos M. Maia.

(Por despacho de 10 de Abril de 2011)

Condecorados com a Medalha Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

Ten Inf GNR (2031227) Nuno Filipe de Carvalho Alves;
Cb Inf GNR (2000769) António Vítor P. Vieira;
Cb Inf GNR (2020477) Pedro dos Santos Caetano;
Cb Inf GNR (2030142) Marcelino José P. Fernandes;
Cb Inf GNR (2030682) Ana Maria M. da Rocha;
Cb Inf GNR (2030738) Humberto F. Babo Nogueira;
Cb Inf GNR (2030891) João Carlos dos Reis Costa;
Cb Inf GNR (2031166) Agostinho Pinto Barros;
Cb Inf GNR (2040108) Hélder Manuel M. Moreira;
Cb Cav GNR (2031195) Sandra I. Tadeu Rodrigues;
Guar Inf GNR (2030068) Gilberto Rosa Pires;
Guar Inf GNR (2030074) José D. Fernandes Araújo;
Guar Inf GNR (2030078) Bruno Filipe da Silva Sousa;
Guar Inf GNR (2030080) Joana Alexandra T. Carvalho;
Guar Inf GNR (2030081) Vítor José M. Felgueiras;
Guar Inf GNR (2030087) Luís Filipe de Almeida Morais;
Guar Inf GNR (2030108) Bruno José R. Alves Dias;
Guar Inf GNR (2030137) Bernardino A. da Silva Freire;
Guar Inf GNR (2030148) José F. Teixeira Coelho;
Guar Inf GNR (2030191) Joaquim A. de Almeida Monteiro;
Guar Inf GNR (2030280) Bruno Miguel P. F. Domingos;
Guar Inf GNR (2030321) Mauro B. Cruz Rei;
Guar Inf GNR (2030330) Carlos A. L. Paralvas;
Guar Inf GNR (2030339) Rui M. P. dos Santos Pereira;
Guar Inf GNR (2030340) Pedro F. Lopes Fonseca;
Guar Inf GNR (2030341) Osvaldo F. dos Santos Vieira;
Guar Inf GNR (2030353) Sérgio Filipe M. Serra;
Guar Inf GNR (2030371) José Carlos T. de Matos;
Guar Inf GNR (2030422) Carla Patrícia B. dos Santos;
Guar Inf GNR (2030434) José Carlos M. Fernandes;
Guar Inf GNR (2030453) José Rui Teixeira de Sousa;
Guar Inf GNR (2030460) Ângelo Manuel A. Preto;
Guar Inf GNR (2030524) Fernando R. da Silva Castro;
Guar Inf GNR (2030553) Tiago André da Silva Almeida;
Guar Inf GNR (2030567) Marta Andréia T. Evaristo;
Guar Inf GNR (2030576) Hélder F. Marques Pereira;
Guar Inf GNR (2030577) Roberto Pinho Soares;
Guar Inf GNR (2030701) João André M. Madeira;
Guar Inf GNR (2030736) Inácio M. da Silva Moreira;
Guar Inf GNR (2030790) Joel Alexandre G. Carvalheiro;
Guar Inf GNR (2030809) Nuno Filipe A. Costa;
Guar Inf GNR (2030936) Miguel da Silva Antunes;
Guar Inf GNR (2030945) Luís Casimiro S. M. Teixeira;
Guar Inf GNR (2030947) Hugo José S. Silva;
Guar Inf GNR (2030999) José Carlos Novo Dinis;
Guar Inf GNR (2031001) Sérgio Manuel R. Morais;

Guar Inf GNR (2031080) Ricardo João G. da Costa;
Guar Inf GNR (2031112) Agostinho Pinto de Oliveira;
Guar Inf GNR (2031139) Fernando Manuel T. Guerreiro;
Guar Inf GNR (2031150) Sérgio Gaspar C. da Silva;
Guar Inf GNR (2031181) Raúl António S. Maia;
Guar Inf GNR (2031216) Bruno Miguel G. Caldeira;
Guar Inf GNR (2040027) Luís Carlos P. de Oliveira;
Guar Inf GNR (2040065) Ricardo Manuel F. Leite;
Guar Inf GNR (2040127) José Manuel P. Ribeiro;
Guar Inf GNR (2040178) Michael Pereira Batista;
Guar Inf GNR (2040207) Sérgio F. da Silva Ferreira;
Guar Inf GNR (2040238) Ricardo J. M. de Sousa Morgado;
Guar Inf GNR (2040263) Raúl António F. Ferreira;
Guar Inf GNR (2040289) Joaquim F. Lima Machado;
Guar Inf GNR (2040298) Carlos M. dos Santos Pacheco;
Guar Inf GNR (2040306) Luís M. V. Gonçalves Mota;
Guar Inf GNR (2040722) José Carlos L. R. Lima;
Guar Inf GNR (2040753) Valério Jacinto Silva Vieira;
Guar Inf GNR (2040761) Wilson Fernando M. de Sousa;
Guar Inf GNR (2040769) João Romeu A. Matias;
Guar Inf GNR (2040789) Paulo Sérgio G. M. Correia;
Guar Inf GNR (2040800) Fernando Jorge P. Nogueira;
Guar Inf GNR (2040918) Luís Miguel Teixeira Queiróz;
Guar Inf GNR (2040957) Agostinho de Jesus Pereira;
Guar Inf GNR (2040959) Marco Paulo O. Martins;
Guar Inf GNR (2040976) Ricardo Manuel F. Pinto;
Guar Inf GNR (2040998) Bruno A. C. da Costa Barreto;
Guar Inf GNR (2041045) Ricardo M. M. Carvalho da Silva;
Guar Inf GNR (2041060) António Júlio M. de Carvalho;
Guar Inf GNR (2041142) Nuno M. Pereira do Fundo;
Guar Inf GNR (2041199) Marco Alfredo M. Borges;
Guar Inf GNR (2060199) Diana Maria M. da Rocha;
Guar Inf GNR (2060459) José António F. Rodrigues;
Guar Inf GNR (2060697) Sérgio A. B. Correia de Oliveira;
Guar Inf GNR (2060730) Bruno César S. Oliveira;
Guar Inf GNR (2060750) Suati Paula M. de Almeida;
Guar Inf GNR (2060848) Bruno B. Ferreira de Magalhães;
Guar Inf GNR (2060913) Luís Jerónimo Lemos Ribeiro;
Guar Inf GNR (2070310) Sérgio Augusto A. Mauricio;
Guar Inf GNR (2070312) Maria Helena M. Pinto;
Guar Inf GNR (2070540) Acácio Albano P. Ferreira;
Guar Inf GNR (2070609) Filipe Daniel Q. Cerqueira;
Guar Inf GNR (2070808) Bruno M. dos Santos Lopes;
Guar Inf GNR (2070820) António Joel A. da Silva Cunha;
Guar Inf GNR (2070949) Paulo N. da Silva P. Ramos;
Guar Inf GNR (2070955) Hélder José da Silva Mota;
Guar Inf GNR (2071120) Ricardo André de Melo Couto;
Guar Inf GNR (2071359) Sónia A. Rodrigues Ribeiro;
Guar Cav GNR (2040913) Manuel F. de Oliveira Jesus;
Guar Cav GNR (2040981) Artur Jorge G. dos Santos;
Guar Tm GNR (2030978) Maria Célia Vieira de Oliveira.

(Por despacho de 27 de Abril de 2011)

Ten Inf (GNR (2041118) Mário Rui M. Pinto;
Ten Inf GNR (2041125) Emanuel F. Esperto Massa;
Ten Tm (15506201) Tiago Filipe A. Moura Guedes;
Ten Med (11252203) Mariana Mouraz L. dos Santos;
2Sarg Inf (09310804) Henrique Manuel C. Araújo;
2Sarg Tm (02568799) Vítor Cabral Braga;
2Sarg Tm GNR (2000410) Jacinto Novais Mesquita;
2Sarg Mat (11848002) Nuno Filipe M. Ouro;
2Sarg Mat (12265003) Pedro Miguel G. Pereira;
2Sarg Mat (03519200) Carlos Manuel F. da Fonseca;
2Sarg Mat (07779200) Steve Cravo Toste;
2Sarg PesSec (08672502) Kenny M. de Abreu Sanchez;
Cb Inf GNR (2031054) Hugo Ricardo C. de Sousa Gomes;
Cb Inf GNR (2040118) Hugo Miguel M. do Rosário;
Cb Inf GNR (2040246) Célia C. Martins Marcelino;
Cb Inf GNR (2040319) Paula Cristina P. da Costa;
Cb Inf GNR (2040626) Luís Pais da Silva;
Cb Inf GNR (2040853) Nuno Miguel do Coito;
Cb Inf GNR (2041144) Albano G. B. Montalvão;
Cb Tm GNR (2020639) Filipe Miguel R. Pereira;
Cb AdMil GNR (2040863) Rui Alexandre C. Carmo;
Guar Inf GNR (2010304) Sérgio Chainça da Costa;
Guar Inf GNR (2010832) Pedro M. L. Monteiro Guedes;
Guar Inf GNR (2020430) Vítor Manuel M. Monteiro;
Guar Inf GNR (2030290) Carlos André F. Teixeira;
Guar Inf GNR (2030308) Marco Paulo G. da Cunha;
Guar Inf GNR (2030657) Bruno Miguel F. Macedo;
Guar Inf GNR (2031072) José Carlos R. Sequeira;
Guar Inf GNR (2040022) José Carlos M. Pimentel;
Guar Inf GNR (2040034) Ana Paula A. Henriques;
Guar Inf GNR (2040150) João António da Silva Urbano;
Guar Inf GNR (2040177) César António S. Bento Sousa;
Guar Inf GNR (2040181) Cândido Roque Martins;
Guar Inf GNR (2040224) Carlos Jorge F. Teixeira;
Guar Inf GNR (2040300) Luís Miguel B. de Matos;
Guar Inf GNR (2040354) Paulo Sérgio G. Freire;
Guar Inf GNR (2040368) António Luís Martins Afonso;
Guar Inf GNR (2040383) Adolfo Alexandre M. B. Frazão;
Guar Inf GNR (2040385) Andréia S. D. Paulos Montalvão;
Guar Inf GNR (2040386) Tiago António G. Calado;
Guar Inf GNR (2040447) Carlos Jorge M. Ribeiro;
Guar Inf GNR (2040463) Rui M. dos Santos Gonçalves;
Guar Inf GNR (2040472) Hugo Miguel M. Tomé;
Guar Inf GNR (2040504) José Carlos G. Fernandes;
Guar Inf GNR (2040527) Pedro Miguel M. Antunes;
Guar Inf GNR (2040552) Neusa Cristiana P. Sampaio;
Guar Inf GNR (2040575) Daniel Falcão Martins;
Guar Inf GNR (2040582) Helena Sofia L. Capelo;
Guar Inf GNR (2040598) Sérgio Filipe B. Rodrigues;

Guar Inf GNR (2040605) Herlânder Augusto F. Cardeal;
Guar Inf GNR (2040620) Andreia Cristina G. Farias;
Guar Inf GNR (2040650) Hugo Filipe Gordo de Moraes;
Guar Inf GNR (2040703) Tiago Emanuel Serra Gouveia;
Guar Inf GNR (2040705) Flávio José Lino;
Guar Inf GNR (2040752) Ricardo A. Benevides Moraes;
Guar Inf GNR (2040781) Sílvia Patrícia de Jesus Vassal;
Guar Inf GNR (2040807) Hélder Jorge F. da Silva;
Guar Inf GNR (2040820) Norberto Miguel G. de Agrela;
Guar Inf GNR (2040835) Nuno P. G. do Amaral Semblano;
Guar Inf GNR (2040871) Rui Manuel P. de Almeida Pina;
Guar Inf GNR (2040872) Paulo César G. Ferreira;
Guar Inf GNR (2040906) Graciano José S. Ferreira;
Guar Inf GNR (2040967) Paulo Alexandre P. Marques;
Guar Inf GNR (2040974) Nuno João M. Rodrigues;
Guar Inf GNR (2050307) Bruno E. de Jesus Gandum;
Guar Inf GNR (2060328) Edgar Roque da Fonseca;
Guar Inf GNR (2060389) Amândio B. de Sousa Pereira;
Guar Inf GNR (2060464) Gonçalo José P. Valada;
Guar Inf GNR (2060550) Hugo Manuel G. Pedreira;
Guar Inf GNR (2060595) Hélio Fernandes C. Branco;
Guar Inf GNR (2060650) Ricardo Jorge P. da Silva;
Guar Inf GNR (2060684) Rui Filipe M. de Bastos;
Guar Inf GNR (2060692) Filipe Miguel B. Brito;
Guar Inf GNR (2060698) Vera Lúcia A. Batista;
Guar Inf GNR (2060859) Júlio Alberto P. Roseta;
Guar Inf GNR (2060885) Ana R. dos Passos Martins;
Guar Inf GNR (2070159) Vera Lúcia C. Pólvora;
Guar Inf GNR (2070227) Teresa Sofia R. da Costa;
Guar Inf GNR (2070303) Messias José Proença;
Guar Inf GNR (2070323) Ricardo Nave Santos L. da Silva;
Guar Inf GNR (2070346) Carina Isabel B. P. dos Reis;
Guar Inf GNR (2070427) Leonel António M. das Neves;
Guar Inf GNR (2070459) Fernando Miguel M. Cabral;
Guar Inf GNR (2070487) João Vítor A. Rodrigues;
Guar Inf GNR (2070673) Sérgio R. dos Santos Delgado;
Guar Inf GNR (2070748) Pedro Tiago M. Fernandes;
Guar Inf GNR (2070751) César Diogo F. Esteves Inácio;
Guar Inf GNR (2070759) David Filipe M. Pereira;
Guar Inf GNR (2070791) Vera Mónica A. Almeida;
Guar Inf GNR (2070804) Carlos Manuel P. Rafael;
Guar Inf GNR (2070904) João Manuel C. dos Santos;
Guar Inf GNR (2070974) Márcio Ferreira Vieira;
Guar Inf GNR (2071044) João Paulo S. D. Teixeira Correia;
Guar Inf GNR (2071104) Gonçalo José B. Trindade;
Guar Inf GNR (2071138) Hélder António M. Lopes;
Guar Inf GNR (2071250) Marli Pereria Luís;
Guar Inf GNR (2071268) Tiago H. de Oliveira R. Máximo;
Guar Inf GNR (2090067) Rui Manuel Pereira Gonçalves;
Guar Inf GNR (2090075) José Fernando A. Silva;

Guar Inf GNR (2090133) Rui Alberto M. de Sousa;
Guar Inf GNR (2090178) André V. R. Paulo Custódio;
Guar Inf GNR (2090183) Vítor Manuel M. da Costa;
Guar Inf GNR (2090243) Carina Pereira da Silva;
Guar Inf GNR (2090251) Luís Miguel de Jesus da Silva;
Guar Inf GNR (2090295) Adriano Santos da Cunha;
Guar Inf GNR (2090372) Marco Paulo S. Alcobia;
Guar Inf GNR (2090413) António Pedro B. Grilo;
Guar Inf GNR (2090525) Hugo Daniel C. Bernardo;
Guar Inf GNR (2090527) Hélder Jorge P. dos Santos;
Guar Inf GNR (2090594) Tiago Silvino M. Ribeiro;
Guar Inf GNR (2090641) Carlos Manuel A. Pinto;
Guar Inf GNR (2090677) Daniel A. Gomes V. Gonçalves;
Guar Inf GNR (2090740) Luís Miguel M. Santos;
Guar Inf GNR (2090862) Bruno F. Gaspar de Brito;
Guar Inf GNR (2090952) Hugo Daniel A. Franco;
Guar Inf GNR (2090972) Pedro Monteiro Pinto;
Guar Inf GNR (2090994) Marta Sofia R. Fonseca;
Guar Inf GNR (2091041) Nuno M. da Silva Lopes;
Guar Tm GNR (2040692) Diogo Alexandre M. dos Santos;
Guar Tm GNR (2040674) Hugo M. dos Santos Pereira;
Guar Tm GNR (2040378) Carlos Manuel R. Alves.

(Por despacho de 02 de Maio de 2011)

Ten Inf GNR (2041116) Rui Alves da Silva;
Cb Inf GNR (2040082) Pedro Miguel P. Marques;
Cb Inf GNR (2040394) Nuno Gualter F. Lamas;
Cb Inf GNR (1930059) Pedro M. Tomé dos Santos;
Cb Inf GNR (1890709) Joaquim Pereira Ramalhete;
Cb AdMil GNR (2050114) Ruben Fernandes Toste;
Cb AdMil GNR (2030739) Marco A. de Carvalho Gomes;
Guar Inf GNR (2040271) João Manuel A. Martins;
Guar Inf GNR (2040417) Pedro Miguel C. Pires;
Guar Inf GNR (2040643) Francisco R. A. Matias;
Guar Inf GNR (2040731) Vítor M. de Almeida Martins;
Guar Inf GNR (2040939) Emanuel Luís C. Coelho;
Guar Inf GNR (2061052) Ângelo Miguel L. Topete;
Guar Inf GNR (2000084) Luís Miguel da Rocha Pereira;
Guar Inf GNR (2020152) Hélder Filipe B. Gonçalves;
Guar Inf GNR (2040430) Vítor M. da Cunha Rodrigues;
Guar Inf GNR (2040507) José Henriques O. da Silva;
Guar Inf GNR (2040509) Jorge Miguel F. Torralvo;
Guar Inf GNR (2040710) Nuno Filipe B. de Abreu;
Guar Inf GNR (2040718) Pedro Miguel V. Fernandes;
Guar Inf GNR (2040851) Manuel Fernando Lima Cela;
Guar Inf GNR (2040931) Igor José R. Machado;
Guar Inf GNR (2041027) Jorge L. Gonçalves Alves;
Guar Inf GNR (2041036) Luís Carlos B. Paiva;
Guar Inf GNR (2041097) Rafaela Cristina M. Borlido;

Guar Inf GNR (2070497) Bruno Filipe R. da Eira;
Guar Inf GNR (2070598) Jorge Manuel A. Esteves;
Guar Inf GNR (2070602) Frederico Lima Barbosa;
Guar Inf GNR (2071308) João Filipe do Canto Araújo;
Guar Inf GNR (2060805) Júlio Miguel S. Cardoso;
Guar Inf GNR (2010098) Duarte Manuel P. Valadar;
Guar Inf GNR (2010754) Jorge Manuel F. Soares;
Guar Inf GNR (2010851) Bruno G. Pereira Leite Bastos;
Guar Inf GNR (2020065) Manuel Serafim J. Lopes;
Guar Inf GNR (2020109) Manuel A. de Jesus Pino;
Guar Inf GNR (2020471) Saúl Filipe Afonso Gomes;
Guar Inf GNR (2020517) Carlos Miguel V. Garcia;
Guar Inf GNR (2020700) Alberto X. Ribeiro Duarte;
Guar Inf GNR (2020808) Jorge A. Antunes Alves;
Guar Inf GNR (2040109) Mário Barbosa Faria;
Guar Inf GNR (2040641) Samuel Pereira Coelho;
Guar Inf GNR (2040778) Nuno Miguel A. Ferreira;
Guar Inf GNR (2041061) Rui Rafael de Jesus Marques;
Guar Inf GNR (2041186) Christophe Jean Pereira;
Guar Cav GNR (1990282) Gilberto dos Santos Oliveira;
Guar Cav GNR (2010225) Rui Miguel Durão Afonso;
Guar Cav GNR (2040776) Pedro Manuel A. Gonçalves;
Guar Cav GNR (1990480) João Carlos D. Travassos.

(Por despacho de 10 de Maio de 2011)

Ten Inf GNR (2041133) Jorge Filipe C. Santos;
Cb Inf GNR (1830470) Vítor Manuel Fernandes;
Cb Inf GNR (2040216) Maria João O. Testos Batista;
Cb Inf GNR (2040376) Hugo Miguel F. de Matos;
Cb Inf GNR (2040841) Pedro Filipe R. Ferreira;
Cb Inf GNR (1830890) João Henrique Grabulho;
Cb Tm GNR (1960131) Vítor Manuel F. Dias;
Guar Inf GNR (2010700) João Paulo D. Rocha;
Guar Inf GNR (2040112) Paulo Miguel C. das Mercês;
Guar Inf GNR (2040113) João Miguel O. Peixoto;
Guar Inf GNR (2040142) António Manuel M. Dias;
Guar Inf GNR (2040161) Pedro Miguel F. Fidalgo Dias;
Guar Inf GNR (2040256) Luís Filipe F. Cordeiro;
Guar Inf GNR (2040297) Carlos Alberto F. Cardoso;
Guar Inf GNR (2040303) Emanuel José A. Gomes;
Guar Inf GNR (2040342) Hugo Miguel A. Costa;
Guar Inf GNR (2040371) Nuno Roberto Q. Carrilho;
Guar Inf GNR (2040374) Sérgio Miguel M. Campanha;
Guar Inf GNR (2040388) Sandro Miguel R. Belo;
Guar Inf GNR (2040389) Ricardo A. Carvalho Pereira;
Guar Inf GNR (2040395) Virgílio Martins Rodrigues;
Guar Inf GNR (2040496) Fábio M. da Silva Murilhas;
Guar Inf GNR (2040515) Pedro Gonçalo C. Carvalheira;
Guar Inf GNR (2040599) Andreo Sérgio C. Cerqueira;

Guar Inf GNR (2040615) José Gabriel O. Matos;
Guar Inf GNR (2040680) Ricardo Rodrigues de Almeida;
Guar Inf GNR (2040693) Pedro Filipe E. do Rosário;
Guar Inf GNR (2040695) Paulo Roberto C. Pereira;
Guar Inf GNR (2040780) Rui Manuel da Costa Pinto;
Guar Inf GNR (2040782) Pedro Miguel R. Batista;
Guar Inf GNR (2040899) Mário Filipe V. Trabuço;
Guar Inf GNR (2040980) André Nuno A. G. Teotónio;
Guar Inf GNR (2041049) João Miguel F. dos Reis Duque;
Guar Inf GNR (2041090) Nuno Ricardo F. Batista;
Guar Inf GNR (2041094) Pedro Gonçalo F. João;
Guar Inf GNR (2060396) Renato José Costa R. Andrade;
Guar Inf GNR (2060628) Lúcio Jorge A. Português;
Guar Inf GNR (2060965) Hélder Tiago da Silva Resende;
Guar Inf GNR (2070122) Edgar Ferreira Pires;
Guar Inf GNR (2070178) Marco Aurélio C. Pereira;
Guar Inf GNR (2070269) Carlos Alberto R. Fialho;
Guar Inf GNR (2070938) Bruno Ivo L. Malveiro;
Guar Inf GNR (2071052) Nuno David P. Monteiro;
Guar Inf GNR (2090065) Sérgio Valente da Silva;
Guar Inf GNR (2090275) Ana Patrícia P. Gomes;
Guar Inf GNR (2090293) Rui Alexandre J. Vicente;
Guar Inf GNR (2090352) Aquilino L. dos Santos;
Guar Inf GNR (2090386) João Eduardo Neto Silveira;
Guar Inf GNR (2090396) Alexandre E. dos Santos Almeida;
Guar Inf GNR (2090463) Ricardo Jorge N. dos Santos;
Guar Inf GNR (2090557) Pedro Neves Bettencourt;
Guar Inf GNR (2090993) Andréia Sofia M. da Silva Pereria;
Guar Inf GNR (2091060) Cristiano Alberto P. de Castro;
Guar Cav GNR (1970581) Nuno Edgar Dias Cerqueira;
Guar Tm GNR (2040056) Nuno Filipe da Palma Lopes;
Guar Tm GNR (2040856) Flávio F. de Matos Pinto;
Guar Tm GNR (2060228) João Manuel F. Brás;
Guar Tm GNR (2060347) Sandra Maria F. Ramos Caselas;
Guar SS GNR (2040159) Humberto Carlos S. Fernandes.

(Por despacho de 17 de Maio de 2011)

Por despacho do Chefe de Repartição de Condecorações e Louvores da Direcção de Justiça e Disciplina, por subdelegação do Director de Justiça e Disciplina após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e nos termos do n.º 1 do artigo 66.º do Decreto-Lei 316/02, de 27 de Dezembro, aprovada a perda do direito ao uso da medalha de comportamento exemplar, grau cobre, respeitante aos seguintes militares:

Cb Inf GNR (1830063) Jacinto Maria David;
Cb Inf GNR (1830400) António C. da Cruz Coelho;
Cb Inf GNR (1840298) João Rogério D. Teixeira;
Cb Inf GNR (1880421) Vítor Manuel Pires Custódio;
Cb Inf GNR (1950481) João Carlos F. Pereira;
Cb Inf GNR (1900202) Jorge Manuel B. Mota;

Cb Cav GNR (1960488) Leonel Alves Martins;
Cb Tm GNR (1850262) António Manuel A. Batista;
Guar Inf GNR (1900332) Vítor Manuel F. Guardiano;
Guar Inf GNR (1920137) António F. da Silva Pereira;
Guar Inf GNR (1920283) Ilídio Manuel V. Lázaro;
Guar Inf GNR (1930656) Henrique Nuno D. M. da Cunha;
Guar Inf GNR (1960921) Luís Fernando da Costa Ferreira;
Guar Inf GNR (1970961) Francisco José Amaro Franco.

(Por despacho de 10 de Abril de 2011)

Condecorados com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

Cb Inf GNR Ref (1771580) Custódio Vieira Duarte, “Timor 1974”;
Cb Inf GNR Ref (1771434) António João F. Ferreira, “Angola 1973-74”;
Guar Inf GNR Ref (1750294) Manuel A. Madeira Bento, “Moçambique 1971-73”.

(Por despacho de 26 de Abril de 2011)

TCor SGE Ref (50088711) Manuel Susana Cordeiro, “Angola 1961-63”;
Maj Cav Ref (51468511) Augusto das Neves Oliveira, “Timor 1964-66”;
SAj Inf Ref (32040359) António Navalho da Silva, “Guiné 1966-68”;
SAj Inf Ref (32040359) António Navalho da Silva, “Moçambique 1970-72”;
SAj Inf Ref (45230250) Luís Domingues Mesquita, “S. Tomé e Príncipe 1966-68”;
1Sarg Art Ref (51231111) José de Sousa M. Santos, “Angola 1963-65”.

(Por despacho de 17 de Maio de 2011)

Condecorados com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

Maj Cav Ref (51468511) Augusto das Neves Oliveira, “Angola 1968-70”;
Maj Cav Ref (51468511) Augusto das Neves Oliveira, “Cabo Verde 1971”;
Maj Cav Ref (51468511) Augusto das Neves Oliveira, “Guiné 1971-73”;
SAj Inf Ref (32040359) António Navalho da Silva, “S. Tomé e Príncipe 1972-74”;
1Sarg Art Ref (51231111) José de Sousa M. Santos, “Angola 1967-69”;
1Sarg Art Ref (51231111) José de Sousa M. Santos, “Moçambique 1972-74”.

(Por despacho de 17 de Maio de 2011)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

Maj Cav (07581490) Jorge Paulo Martins Henrique, “Angola 2010-11”;
Cap Art (23918392) João Paulo Catrola Martins, “Afeganistão 2010-11”;
Cap Med (12211099) José Miguel Quaresma Nolasco, “Líbano 2009”;
Ten Med (17731200) Artur Jorge Ramos Furet, “Afeganistão 2010”;

SCh Mat (12663282) Paulo Alexandre S. Rodrigues Emídio, “Moçambique 2009-10”;
SAj Art (02362587) Henrique M. Hortelão Trindade, “Bósnia 2001-02”;
SAj Tm Res (03565482) Hernâni Alexandre L. da Silva Martins, “Moçambique 1993-74”;
1Sarg AdMil (19734492) Telmo Joaquim M. Tomás, “Angola 2010-11”.

(Por despacho de 18 de Abril de 2011)

SMor Farm Ref (52684411) Fausto Augusto R. Diabinho, “Angola 1974-75”;
SCh Cav Ref (45047359) Luís Fonseca R. Mendes, “Angola 1974-75”.

(Por despacho de 26 de Abril de 2011)

SAj Art Ref (50895411) José Manuel Fonseca, “Timor 1974-75”;
SAj Art Ref (51167311) Manuel António P. Oliveira, “Timor 1974-75”.

(Por despacho de 31 de Maio de 2011)

Condecorados com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

TCor Inf (12988890) Pedro M. de Andrade Barreiro, “Angola 2007”;
TCor Inf (15372686) Nuno Correia B. de Lemos Pires, “Afeganistão 2009-10”;
Cap Inf (15298096) Eduardo Pedro R. Bento, “Moçambique 2010”;
SAj Inf (05099388) Paulo Sérgio de Jesus Rebelo, “Angola 2002”;
SAj Cav (02922081) Heitor Jorge de Castro B. Peixoto, “Moçambique 2009-10”;
SAj AdMil (19819684) Carlos Alberto Roriz Peixoto, “Kosovo 2005”;
SAj AdMil (19819684) Carlos Alberto Roriz Peixoto, “Angola 2010”;
1Sarg Cav (07730895) Pedro João Ribeiro de Azevedo, “Kosovo 2000”;
1Sarg Aman (19919189) Américo Lourenço Sousa, “Afeganistão 2010”.

(Por despacho de 26 de Abril de 2011)

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 16 de Abril de 2010, foram autorizados os militares indicados a aceitar as seguintes condecorações:

Medalha da NATO

MGen 809157279) Carlos Manuel Martins Branco;
Cor Inf (02941183) Fernando António P. de Figueiredo;
Cor Tm (08751380) Fernando Cunha dos Santos Pinto;
TCor Inf (00056185) Paulo Jorge dos Santos Veloso;
TCor Art (11514688) Nuno Miguel S. Sampaio;
TCor Eng (04680288) Rui Manuel da Costa R. Vieira;
TCor Mat (14569881) Miguel Luís Ferreira Sendim;
Cap Art (15708000) Bruno Filipe Simões Ladeiro;
Cap Cav (09235394) Pedro Miguel Tavares Cabral;
Cap Cav (02647195) Duarte M. de Carvalho Cigre;
Cap TTrans (19229792) Jorge Manuel A. Simões;
SCh Inf (10195583) Almiro Correia Ferrão;
SCh Tm (01483885) Luís Alberto da Silva Reis;

SCh Trans (08931386) Luís Manuel S. M. Matos Esteves;
SAj Inf (19577085) Francisco A. da Silva Pereira;
SAj Para (14937287) Paulo Jorge Vaz Gomes;
SAj Para (15002388) Celso Martins do Vale;
SAj Mat (11048090) José Manuel C. B. Rodrigues;
SAj Mat (11232685) Carlos Alberto M. dos Santos;
SAj Med (01821991) Carlos Armando M. Delgado;
1Sarg Inf (27002891) Sérgio António R. de Oliveira;
1Sarg Inf (01705691) Gualter J. dos Santos Cordeiro;
1Sarg Inf (11108198) Nuno Miguel C. Neves;
1Sarg Inf (32597992) Paulo Emanuel C. Lopes;
1Sarg Art (00716791) Carlos Alberto D. Lavadinho;
1Sarg Art (11596391) Rui Manuel S. Nunes;
1Sarg Art (02563193) Pedro Rogério de Oliveira B. Neves;
1Sarg Eng (06825989) Vítor Luís da Costa M. Lourenço;
1Sarg Eng (00555385) Amaro da Conceição S. Bailão;
1Sarg Tm (33751493) Alexandre Anacleto Pereira;
1Sarg Tm (18719195) Rui Nelson Marcelino Lisboa;
1Sarg Tm (06014094) Paulo Alexandre P. Nogueira;
1Sarg Mat (11523091) Luís F. da Conceição Martins;
1Sarg Aman (00216181) Joaquim Rosa Coelho;
2Sarg Art (03065999) Paulo Nuno Semedo Viegas.

Medalha da UNIFIL

TCor Eng (03909289) Pedro Nuno Rego Ferreira;
Maj Eng (23222293) Artur Jorge Espada Caracho;
Cap AdMil (08570197) Raquel Sofia Moreira Tomé;
SAj Tm (13754689) Pedro da Costa Almeida;
1Sarg Eng (08777488) Acúrcio P. Henriques Simões;
1Sarg Mat (26650991) João Humberto F. Domingues.

Louvores

Louvo o MGen (09072965) **Adelino de Matos Coelho**, pela forma altamente honrosa e brilhante como exerceu, durante mais de três anos, as funções de Director da Direcção de História e Cultura Militar (DHCM).

Foi de facto notável a quantidade, a qualidade e o alcance das iniciativas levadas a cabo pela DHCM, sob a criteriosa direcção do MGen Matos Coelho, em prol da cultura e da difusão da história militar do Exército Português.

Assim, é justo destacar, no âmbito normativo, a elaboração das Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército, diploma fundamental para a regulação da actividade museológica do Exército; no âmbito administrativo, a reabertura das lojas de vendas nos Museus, Arquivos e Biblioteca, o que só foi possível com um forte empenhamento pessoal e com a inteligência prática evidenciada pelo MGen Matos Coelho nas negociações com a Secretaria Geral do MDN por forma a encontrar a solução adequada para a sua adaptação ao Sistema Integrado de Gestão; no âmbito do controle de documentos, livros e património histórico com o início do processo de adesão dos Museus Militares à rede Portuguesa de Museus, e com a proposta sancionada por S. Ex.ª o Gen CEME de definição das temáticas dos Museus Militares, tendo em consideração os mais recentes conceitos de museografia; com a criação de raiz do Museu Militar de Elvas, a transferência da Biblioteca do Exército para as novas e modelares instalações;

a coordenação da edição do 1 e 11 Volumes da publicação “O Exército nas Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular” - em 2009 e 2010, bem como a edição do catálogo do Museu Militar do Buçaco, remodelado e modernizado para as ditas comemorações.

A par com a execução destas importantes acções, o MGen Matos Coelho foi capaz de criar entre todos os militares e civis que constituem a DHCM um saudável espírito de corpo que se materializa, claramente, na adesão voluntária à melhoria das qualificações académicas de cada um e no incremento da produção de comunicações e documentação de carácter científico e ainda na participação em seminários e conferências organizadas pelas Universidades e por outras entidades de reconhecido mérito científico.

Agora no desempenho de actividades diferentes das que caracterizaram a sua longa carreira no serviço activo é justo realçar o entusiasmo, a dedicação, a competência e a forma distinta como o MGen Matos Coelho desempenhou as suas funções, do que resultou honra e lustre para o Exército e para o País.

23 de Maio de 2011. - O Chefe de Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

Louvo o MGen (11329673) **José Hermínio Estevão Alves** pela elevada dedicação, excepcionais qualidades e virtudes militares com que serviu o Exército e a Guarda Nacional Republicana em cerca de quarenta anos de serviço. Ao longo da sua distinta carreira, destacou-se pela sólida, completa e exigente formação, bem como o rigor, espírito de sacrifício e abnegação, que colocou em todos os momentos ao serviço do País.

Terminada a Academia Militar, até ao posto de Major, a sua carreira passou fundamentalmente pelo Regimento de Artilharia de Leiria, pelo Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais e pelo Estado-Maior do Exército. Desempenhou um quadro diverso de funções, designadamente de carácter técnico, de instrução, operacionais e de Comando, nas quais evidenciou assinaláveis capacidades e virtudes dignas de realce.

A sólida formação artilheira e as inextinguíveis qualidades de carácter, denotaram nesta fase um elevado potencial, destacando-se o seu desempenho como Oficial de Operações do Grupo de Artilharia Antiaérea, onde através da sua inextinguível dedicação afirmou a sua eficiência e elevada competência técnica em diversos processos, designadamente no planeamento e coordenação de inúmeros exercícios e na reestruturação sistematizada da instrução complementar.

No Regimento de Artilharia de Leiria, como Oficial de Operações cumulativamente com diversas tarefas que lhe foram cometidas, demonstrou completo conhecimento dos aspectos característicos da Arma e denotada capacidade de integração na realidade daquela Unidade, dominando variados e complexos assuntos da sua área de atribuição.

Mais tarde, já com o Curso de Estado-Maior, integrou a 3.^a Repartição do Estado-Maior do Exército, onde, em pleno processo de reestruturação e organização do Ramo, se destacou a sua acção na elaboração dos Quadros Orgânicos das Unidades, Estabelecimentos e órgãos. Nesta fase da sua carreira revelou possuir elevados conhecimentos profissionais e técnicos, inextinguível dedicação, grande sensibilidade e equilíbrio.

Colocado posteriormente no Comando Operacional das Forças Terrestres, nas funções de Adjunto da Repartição de Operações e de Chefe da Repartição de Informações, na fase embrionária daquele Comando, a sua experiência nas Operações do Estado-Maior do Exército constituiu uma mais valia digna de registo e determinante para a consolidação do mesmo. Destaca-se a sua acção no Planeamento do Treino Operacional do Exército, bem como o planeamento geral de variados exercícios de âmbito interno, conjunto e combinado, dando mostras de elevada iniciativa, planeamento e organização.

Como Chefe da Repartição de Informações, que ganhou renovada importância com o envolvimento das Forças Nacionais na “Implementation Force”, na Bósnia Herzegovina, e na UNAVEM III em Angola, denotou acrescida eficiência, pela análise diária do contexto político militar relevante para o desempenho das Forças Nacionais Destacadas integradas naqueles teatros.

Ainda como Tenente-Coronel, foi distinguido com a nomeação para as funções de Adjunto de Sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior do Exército, onde a sua capacidade de análise, perspicácia, rigor e competência foram denotadamente evidenciadas em diversos processos de elevada responsabilidade. Em sequência, e após um desempenho exemplar nas funções de assessor no Gabinete de sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, foi nomeado Comandante do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada Independente, onde teve oportunidade de reafirmar um amplo conjunto de virtudes e capacidades cultivadas ao longo do seu percurso.

No plano internacional, destaca-se a forma eficiente e extraordinariamente competente, como ao longo de três anos desempenhou as funções de Oficial de Informações Estratégicas no Estado-Maior Internacional da OTAN, em Bruxelas. Mais uma vez revelou excelente capacidade de trabalho e de análise, contribuindo de forma decisiva para o seu sucesso todo o manancial de experiência acumulada, permitindo-lhe a realização de inúmeros estudos na área das informações, de nível político-militar, com especial destaque para o acompanhamento da situação no Médio Oriente, designadamente durante a crise do Iraque, em que como Chefe de Equipa de Análise, mereceu as maiores referências elogiosas.

Após o Curso Superior de Comando e Direcção, desempenhou as funções de Subdirector de Instrução no Comando de Instrução e Doutrina do Exército, onde, uma vez mais, reafirmou a sua disponibilidade permanente, lealdade, dedicação, espírito de sacrifício e um apurado sentido de disciplina, como uma constante da sua carreira militar nas mais diversas circunstâncias. Mereceu particular realce o seu inextinguível contributo na dinamização de acções estruturantes da formação no Exército e a aplicação do Sistema Integrado de Gestão na formação.

Como Major-General exerceu o cargo de Director da Direcção de Justiça e Disciplina, assumindo-se pela sua competência como um importante colaborador do Tenente-General Ajudante-General do Exército na área da administração da justiça e disciplina. No exercício deste cargo, exteriorizou elevados dotes de carácter e assinalável espírito de missão, sendo ainda de relevar o seu entusiasmo e envolvimento em actividades complementares, tais como a realização das Jornadas de Justiça e Disciplina, importante fórum de reflexão e divulgação. Merece igualmente referência o empenhamento na promoção de estágios para os Oficiais em Regime de Voluntariado e de Contrato, licenciados em Direito, com a finalidade de dar a conhecer as normas, directivas, métodos do trabalho da Direcção e da estrutura organizacional do Exército, bem como todos os estudos conducentes à criação de uma estrutura orgânica de apoio jurídico a elementos e Forças Destacadas em Teatros de Operações.

Posteriormente, colocado na Guarda Nacional Republicana, assumiu o Comando da Unidade de Controlo Costeiro, como primeiro Comandante desta Unidade, destacou-se pela sua sensibilidade para a operacionalização da sua missão, sem descurar o capital de experiência e saber acumulados pela Guarda Fiscal e Brigada Fiscal. A acção do Major-General Estevão Alves foi assim determinante para a melhor contextualização desta Unidade face à missão, designadamente pela beneficiação do parque de infra-estruturas sob a sua responsabilidade e posteriormente a aprovação superior para um reajuste na sua orgânica, onde pontificam assegurar o funcionamento do Centro de Comando e Controlo Operacional do Sistema Integrado de Vigilância Comando e Controlo da costa Portuguesa. O forte sentido de dever e o elevado pragmatismo que possui, contribuíram decisivamente para o crescimento sustentado da actividade operacional e eficiência desta Unidade, sendo de relevar a cooperação com outras entidades nacionais e internacionais, que superiormente dinamizou, como determinante para a realização de diversas operações conjuntas, cujos resultados e ensinamentos adquiridos se revelaram frutíferos para o futuro.

Por tudo o que precede, é de inteira justiça destacar de forma inequívoca a notável qualidade do desempenho do Major-General José Hermínio Estevão Alves no exercício das funções atribuídas ao longo da sua brilhante carreira, classificando os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e distintíssimos, deles tendo resultado honra e lustre para o Exército, para as Forças Armadas e de Segurança e para o País.

16 de Maio de 2011. - O Chefe de Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

Louvo o Cor Eng (16599781) **Gil Abel de Andrade Ramos**, pela forma extraordinariamente digna, abnegada e muito competente como, de Setembro de 2008 a Novembro de 2010, desempenhou o cargo de Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1 (RE1).

Trata-se de um Oficial Superior dotado de excepcionais qualidades e virtudes militares, cuja acção de comando evidenciou, em permanência, um notável empenhamento e um exemplar rigor e brio em todo o processo de planeamento, de direcção, de execução e de controlo das múltiplas tarefas atribuídas à sua Unidade. Destas, são merecedoras do maior realce, as desenvolvidas no âmbito do aprontamento e da sustentação de Forças Nacionais Destacadas, no âmbito do treino operacional, no âmbito da satisfação das necessidades básicas e da melhoria da qualidade de vida das populações, no âmbito do PLANO VULCANO e no âmbito do Apoio Geral de Engenharia. Neste contexto, e como exemplo da sua esclarecida e eficaz atitude de comando, refere-se a elevada qualidade do aprontamento das UNENG 6 e 9/UNIFIL e da Companhia Geral CIMIC, com reflexos muito positivos no desempenho operacional; a participação ininterrupta e muito meritória em vários exercícios da série ORION, RELÂMPAGO, RAI0, ARMAGEDON e LUSÍADA, a muito valorosa intervenção no âmbito dos Planos de Actividade Operacional Militar e Civil (PAOM e PAOC), com notável benefício de um número muito significativo e abrangente de U/E/O do Exército, e de municípios, juntas de freguesia, escolas, externatos, igrejas paroquiais e outras entidades públicas; o apoio à Direcção Regional de Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, com trabalhos de notória beneficiação e melhoria do Perímetro Florestal de Sintra; o apoio à Escola Prática da GNR e à Estrutura de Missão da Cimeira OTAN (Novembro 2010), e o apoio com equipamentos, materiais e pessoal à realização de cerimónias militares do Exército e das Forças Armadas. O reconhecido nível e qualidade dos numerosos trabalhos realizados expressam bem o louvável esforço e o extraordinário empenho do RE1 ao longo dos últimos dois anos, aos quais está inquestionavelmente ligada a lucidez, a inteligência, o apurado espírito de missão e a elevada competência profissional do seu Comandante, Coronel Andrade Ramos.

Sempre disponível e evidenciando uma dedicação extrema à sua missão, demonstrou igualmente ser possuidor de um elevadíssimo espírito de sacrifício, de um exemplar zelo na realização das suas tarefas e de um muito sério e permanente sentido do dever e espírito de obediência, a par de uma grande capacidade de iniciativa e aptidão para servir nas mais variadas circunstâncias. Desenvolvendo excelentes relações humanas e norteando também a sua atitude por um apurado sentido de camaradagem e respeito pelos seus subordinados hierárquicos, conseguiu desta forma motivar, desenvolver e potenciar um sólido e sadio espírito de equipa no seu Regimento, tendo assim contribuído de forma muito cabal e prestigiante para o cumprimento da missão do Comando das Forças Terrestres.

A sua esmerada educação, honestidade e frontalidade, associadas a prática em elevado grau da virtude da lealdade e a afirmação constante dos seus elevados dotes de carácter, coragem moral e sentido de responsabilidade, conduziram a que o Comando do RE1 por parte do Coronel Andrade Ramos seja caracterizado como extremamente honroso, digno e muito meritório. Por via do elevado nível da sua acção de comando, das suas muito sólidas qualidades e virtudes militares e da notável obra realizada pelo RE 1, o Coronel Andrade Ramos é amplamente merecedor de ser apontado como um Oficial Superior exemplar e muito distinto, devendo os serviços que abnegada e dedicadamente prestou ao Exército ser considerados como muito relevantes, extraordinários e de elevadíssimo mérito.

12 de Maio de 2011. - O Chefe de Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

Louvo o, TCor TManMat (06359370) **João Luís da Fonseca Nabais**, pelas excepcionais qualidades morais e virtudes militares que demonstrou ao longo da sua carreira ao serviço do Exército e da Instituição Militar durante mais de quarenta anos de serviço efectivo.

Dotado de uma sólida formação militar, sobejamente confirmada através de públicas referências transcritas na sua folha de matrícula, serviu sempre com relevante mérito, honestidade, abnegação e frontalidade, manifestando em todos os actos de serviço um extraordinário desempenho e elevada competência no âmbito técnico-profissional.

No início da sua carreira, prestando serviço na Escola Militar de Electromecânica, (EMEL) desempenhou várias funções nomeadamente as de Oficial de Educação Física e Desportos, funções onde revelou natural aptidão para o desempenho desta área em que, como Instrutor e Monitor de diversas incorporações de recrutas e Cursos de Formação de Sargentos, sempre procurou ser um fiel interprete dos princípios que norteiam a Educação Física no Exército. Nomeado Comandante da Companhia de Comando e Serviços, cultivou em permanência a lealdade, a honestidade e o sentido de justiça, qualidades que aliadas à sua exemplar capacidade de comando, integridade de carácter e exemplo para com os seus subordinados, lhe permitiu obter um notável rendimento dos militares sob o seu comando assim como apreciáveis resultados ao nível da disciplina.

Mais tarde, como Chefe da Oficina de Manutenção de Equipamentos ópticos e Electro-ópticos, impulsionou e coordenou o seu reequipamento e melhoria das condições de trabalho, advindo daí um significativo salto qualitativo e quantitativo na capacidade de resposta à satisfação das necessidades dos sistemas Opto-electrónicos dos equipamentos do Exército. Em consequência dos seus comprovados conhecimentos técnicos nesta complexa área do Serviço de Material e da sua facilidade em os transmitir, contribuiu, significativamente, para a excelente preparação profissional dos instruendos de vários Cursos de Formação de Sargentos do Serviço de Material, complementarmente demonstrada em diversas acções de manutenção que conduziu nas várias Unidades apoiadas, no âmbito da assistência técnica.

Já na parte final da sua permanência na EMEL, ainda foi nomeado Chefe da Secção de Logística, Director dos Serviços Administrativos e, por último, Comandante do Grupo Escolar. Nestas funções a sua acção evidenciou-se essencialmente pela sua notável capacidade em gerir os diversos recursos disponíveis, obtendo nas várias áreas elevados padrões de eficiência e de eficácia.

Posteriormente, colocado no Quartel-General da Região Militar do Sul, como Oficial de Material, área tecnicamente exigente, complexa e de especial atenção por parte do Comando da Região, levou a cabo inúmeras Visitas de Assistência Técnica (VAT) às UU/EE/OO, elaborando oportunas e adequadas recomendações sobre o melhor emprego do pessoal afecto à estrutura da Manutenção assim como, quanto à sua necessidade de formação específica e complementar. Com a sua acção desenvolveu um trabalho muito ordenado e metódico, o que lhe permitiu um maior controlo dos custos e a possibilidade de, com denotada eficácia, fazer face a carências pontuais em pessoal especialista, assegurando uma perfeita ligação entre as Unidades utentes e os vários órgãos que materializam o apoio de manutenção nos vários escalões, Região Militar e a Estrutura Superior do Exército.

Nomeado Subdirector do Depósito Geral de Material de Guerra, as suas relevantes qualidades pessoais e militares e a sua distinta conduta diária, foram uma vez mais preponderantes no modo eficaz e eficiente como cumpriu as tarefas que lhe foram cometidas, distinguindo-se pelo elevado espírito de obediência, pela afirmação constante dos seus elevados dotes de carácter, espírito de bem servir e de desembaraço, sendo notável o desempenho por si atingido nas múltiplas actividades que tiveram lugar sob a sua directa coordenação, afirmando-se como um valiosíssimo directo colaborador do seu Director.

Por último, desde 28 de Outubro de 2002, a prestar serviço no Centro de Apoio Social de Évora (CAS Évora), do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), como Subdirector, merece especial ênfase a forma clara, inteligente e esclarecida como propôs inúmeras medidas no âmbito da acção social complementar que levaram ao estabelecimento com os Beneficiários em geral e dos mais idosos e carenciados em particular, de laços de sólida e sincera confiança, que permitiram aprofundar o conhecimento dos seus problemas e necessidades, facilitando assim o processo de tomada de decisão e um mais correcto funcionamento do serviço. Ainda e no âmbito das actividades relacionadas com o Comité de Ligação dos Organismos Militares Sociais (CLIMS), tem colaborado exemplarmente no apoio prestado às diversas delegações que anualmente visitam a região de Évora, contribuindo para a excelência da recepção aos militares estrangeiros e suas respectivas famílias.

Militar disciplinado e disciplinador, dotado de uma forte personalidade, praticando em elevado grau as virtudes da honra e da lealdade, no momento em que cessa a situação de reserva na efectividade de serviço, é inteiramente justo reconhecer que os serviços praticados pelo Tenente-Coronel João Nabais,

sejam considerados extraordinários, relevantes e de muito elevado mérito, tendo os mesmos contribuído, ao seu nível, significativamente para a eficiência, o prestígio e o cumprimento da missão do Centro de Apoio Social de Évora, do Instituto de Acção Social das Forças Armadas e do Exército.

2 de Maio de 2011. - O Chefe de Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

Louvo o Maj SGE (02419882) **Fernando da Conceição Menezes**, por no âmbito técnico-profissional ter revelado elevada competência e extraordinário desempenho, a par de uma invulgar dedicação ao serviço, patenteada ao longo de quase 31 anos de devoção à Instituição Militar, culminando nos últimos 4 anos com o desempenho do cargo de Chefe do Gabinete de Justiça no Estado-Maior Pessoal do Comando da Brigada de Intervenção.

Oficial dotado de excelentes qualidades de trabalho e notáveis capacidades de planeamento, desencadeou, com inabalável espírito de missão, absoluta firmeza e grande eficácia, as medidas tendentes ao crescimento da proficiência do gabinete que chefia, de forma organizada, pragmática e segundo uma clara definição de prioridades, tendo logrado concretizá-las nos prazos superiormente definidos, granjeando o devido reconhecimento público. Neste quadro, destacou-se pela instalação e activação da assessoria e secretaria do Gabinete, na constituição do trabalho de equipa e a institucionalização de rotinas e procedimentos, não descurando a elaboração e actualização de normas de execução permanente sobre a justiça e outras instruções que regem a actuação dos oficiais de justiça das Unidades da Brigada, assim como, na realização de palestras sobre o tema de Justiça e Disciplina, culminando essa tarefa, com visitas de trabalho às Unidades da Brigada enaltecendo de forma grandiosa a passagem dos seus conhecimentos e experiência adquirida, nesta área tão peculiar e meticulosa, a todos aqueles que consigo tiveram o privilégio de partilhar com o seu contacto. Muito dinâmico, empreendedor e pró-activo, procurou sempre, através da emissão de pareceres, propostas e recomendações, contribuir de um forma transversal para uma interpretação rigorosa com elevado discernimento todas as directivas e orientações superiores, constituindo-se desse modo, como principal colaborador do Comandante da Brigada de Intervenção para os assuntos relacionados com a justiça e disciplina.

Cabe ainda referir, a forma invulgarmente dedicada, digna e prestigiante como serviu o Exército desde o momento que ingressou nas fileiras do Exército, para o cumprimento do serviço militar obrigatório, em Janeiro de 1980, na Escola Prática de Cavalaria (EPC). Posteriormente, frequentou o 9.º Curso de Formação de Sargentos, no Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) e na EPC, para ingresso no Quadro Permanente da Arma de Cavalaria, durante o seu percurso como Sargento exerceu durante maior parte do tempo, actividades no âmbito operacional no Grupo de Carros de Combate da Brigada Mecanizada Independente e, como Polícia do Exército no Regimento de Lanceiros 2, sabendo enfrentar com grande serenidade, competência profissional, exemplar abnegação e espírito de sacrifício e de obediência, todas as circunstâncias adversas com as quais teve que se confrontar. Após a nomeação para o Curso de Formação de Oficiais no Instituto Superior Militar, desempenhou diversificadas funções, das quais se destacam as de Comandante de Pelotão e de Companhia, de Oficial de Justiça e de Instrutor de cursos de formação e de qualificação, constituindo-se como um militar muito conceituado entre pares, dotado de forte personalidade, proactivo e inteligente, muito respeitador e respeitado por todos militares e civis das U/E/O e diversas instituições com quem se relacionou, por incutir na sua acção uma permanente disponibilidade e uma total entrega aos objectivos a atingir, agindo com iniciativa, determinação e rigor nas suas atribuições de comando e chefia no apoio incondicional ao Comando das Unidades onde prestou serviço.

Do seu extenso currículo sobressai a forma como em todos os momentos manifestou sempre a mais completa disponibilidade, verticalidade, sentido de honra e dever, afirmação constante de elevados dotes de carácter e abnegação, qualidades que confirmam as excepcionais qualidades e virtudes militares que estiveram sempre presentes ao longo da sua carreira militar e ressaltam da sua extensa e sempre honrosa folha de serviço, de que se evidenciam as suas relevantes qualidades pessoais e a sua lealdade.

Aproximando-se a data em que cessará as suas funções por, a seu pedido, ir passar à situação de Reserva, constituiu-se o Major Fernando Menezes num exemplo de Oficial ao qual cumpre prestar pública referência, devendo os serviços por si prestados ao longo de toda a sua vida militar, considerados como extraordinários e relevantes, tendo os mesmos contribuído significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército.

2 de Maio de 2011. - O Chefe de Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

Louvo o Cap AdMil (00456398) **António José Luís Antunes**, pela exemplar dedicação e elevada competência profissional, reveladas no desempenho das funções de Adjunto Financeiro do 5.º Módulo de Apoio/FND/ISAF.

Oficial de esmerada educação, voluntarioso, disciplinado e dotado de elevado sentido do dever, manifestou, em todas as circunstâncias, um extraordinário interesse e preocupação, capacidade de planeamento e de organização, analisando detalhada e objectivamente as diversas situações que ocorreram, tendo garantido, em permanência, um acompanhamento cuidadoso e eficaz da execução orçamental, uma eficiente supervisão e um perfeito controlo da execução dos Técnico and Cross Agreements e dos contratos estabelecidos no Teatro de Operações, bem como no planeamento e execução de inúmeras tarefas relacionadas com a actividade geral da sua Unidade.

Desenvolveu um trabalho consistente e com elevado sentido das responsabilidades, manifestando permanentemente uma total abnegação ao serviço e revelando excepcionais qualidades e virtudes militares, propondo soluções equilibradas e adequadas para os diversos assuntos que havia que tratar, procurando sempre encontrar a melhor solução para os inúmeros problemas. Soube ser um óptimo colaborador, aliando às suas relevantes qualidades pessoais, mostrando boa capacidade de comunicação e conhecimento da legislação em vigor, grande iniciativa bem como um invulgar zelo e natural aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias. Paralelamente, garantiu uma boa gestão do difícil processo de aquisições no mercado local e empenhou-se de forma exemplar e decisiva na gestão das ementas e na supervisão da alimentação, onde a sua acção se fez notar com enorme realce, nomeadamente nos dias festivos.

No desempenho das suas exigentes funções, o Capitão António Antunes demonstrou, em permanência, um grande espírito de sacrifício e de obediência, tendo pautado toda a sua conduta pela afirmação constante de elevados dotes de carácter e lealdade, o que o tornam digno de assumir cargos de maior responsabilidade, devendo os serviços por si prestados serem publicamente reconhecidos como relevantes e de elevado mérito.

12 de Maio de 2011. - O Chefe de Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

Louvo o 1Sarg Aman (02413579) **Jaime Ponte Jesus**, pela forma exemplar como desempenhou as suas funções ao longo de 31 anos de serviço, tendo demonstrado sempre extraordinário espírito de missão, elevada capacidade de trabalho, grande disponibilidade, espírito de iniciativa e elevada competência técnico-profissional.

Incorporado a 14 de Maio de 1979, no então Regimento de Infantaria do Funchal, a partir de Setembro de 1980 passou a prestar serviço no Comando da Zona Militar da Madeira. Promovido entretanto a Primeiro-Cabo em 1 de Janeiro de 1983, foi desde cedo publicamente notado por ser extremamente brioso e cónscio dos seus deveres profissionais como ordenança do Governador Militar da Madeira.

Após mais sete anos de serviço, em que se revelou um militar muito apurado, com sentido do dever e permanentemente disponível para a execução das mais diversificadas tarefas, mesmo com sacrifício das suas legítimas horas de descanso, foi promovido em 1990 ao posto de Cabo-Adjunto, continuando a sua acção a revelar-se de grande utilidade e valia para o bom funcionamento do Gabinete e para o apoio à residência do Comandante.

Com uma natural vocação e intuição para a execução de tarefas no âmbito do apoio ao Estado-Maior Pessoal do Comandante Militar, em especial as exigentes tarefas protocolares do Comando da Zona Militar da Madeira, a boa qualidade dos serviços prestados pelo Primeiro-Sargento Jesus mereceu a atenção, a admiração e os elogios de inúmeras entidades civis e militares, nacionais e estrangeiras, que foram recebidas oficialmente no Forte de São Lourenço ao longo de anos.

Como corolário do seu percurso profissional, em 20 de Dezembro de 1997, após a conclusão do respectivo curso especial de promoção, o Primeiro-Sargento Jesus ingressou como Segundo-Sargento no Quadro de Amanuenses, passando a desempenhar funções de maior responsabilidade no Gabinete do Comandante Militar. Militar meticoloso, assumiu com grande espírito de missão as novas tarefas que lhe foram atribuídas pelo Comandante, expondo com correcção e objectividade todos os assuntos tendentes à melhoria das condições em que se processa a actividade quotidiana do Gabinete com vista a garantir a melhor eficiência dos serviços.

O Primeiro-Sargento Jesus foi, deste modo, um precioso colaborador do Comando da Zona Militar da Madeira, tendo granjeado, de forma natural, a estima e consideração de todos, revelando continuamente excepcionais qualidades e virtudes militares pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência e competência profissional. Estas características estão bem patentes nos prémios, condecorações e louvores que recebeu ao longo da sua carreira militar, de que se destacam onze louvores concedidos por Oficiais Gerais.

Por tudo quanto atrás se refere, é de inteira justiça relevar e considerar a carreira do Primeiro-Sargento Jesus, ao longo dos seus 31 anos de serviço, como muito honrosa e digna, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército Português na Região Autónoma da Madeira, pelo que e de inteira justiça tornar público o reconhecimento dos serviços por si prestados, devendo os mesmos serem considerados como relevantes, extraordinários e de muito elevado mérito.

6 de Maio de 2011. - O Chefe de Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, General.

II — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Promoções

Por despacho de 26 de Maio de 2011 do General Chefe do Estado-Maior do Exército, conjugado com o n.º 4 do artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro, é cessada a Demora na promoção nos termos do n.º 3 do artigo 62.º e promovido ao posto de Sargento-Ajudante, ficando na situação de Supranumerário nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 174.º e alínea *c*) do artigo 262.º, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 2 do artigo 274.º, todos do EMFAR, o 1Sarg Inf (18139089) **Paulo Fernando Fontes Coelho**.

Conta antiguidade desde 1 de Maio de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no primeiro escalão da estrutura remuneratória do posto de Sargento-Ajudante, conforme previsto n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do SAj Inf (17832387) Luís Carlos de J. Eleutério Pedrinho e à direita do SAj Inf (03892790) Júlio Marques Manuelito.

(DR II Série n.º 115 de 16 de Junho de 2011)

Por despacho de 26 de Maio de 2011 do General Chefe do Estado-Maior do Exército, conjugado com o n.º 4 do artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro, é cessada a Demora na promoção nos termos do n.º 3 do artigo 62.º e promovido ao posto de Sargento-Ajudante, ficando na situação de Supranumerário nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 174.º e alínea *c*) do artigo 262.º, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 2 do artigo 274.º, todos do EMFAR, o 1Sarg AdMil (03903988) **Luís Manuel Bastos Alcântara**.

Conta antiguidade desde 30 de Novembro de 2010, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do posto de Sargento-Ajudante, conforme previsto n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/09, de 14 de Outubro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do SAj AdMil (12266589) António Carlos Simões Patriarca Sebastião e à direita do SAj AdMil (18462191) José Carlos da Silva Santos.

(DR II Série n.º 115 de 16 de Junho de 2011)

III — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES

Colocações

Ministério da Defesa Nacional

TCor Inf (19656689) João Carlos Afonso Ribeiro Fernandes, do CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Estado-Maior General das Forças Armadas

Cor Inf (00806482) Jorge Manuel Soeiro Graça, do CTC, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de Abril de 2011.

(Por portaria de 12 de Maio de 2011)

TCor Inf (17527085) Francisco José Fonseca Rijo, da EPI, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Instituto de Acção Social das Forças Armadas Centro de Acção Social de Oeiras

Cor Cav (05116581) Carlos José Vicente Sernadas, do IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Inspecção-Geral do Exército

Cor Inf (03094283) João Manuel de Sousa Menezes Ormonde Mendes, da EPI, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 19 de Maio de 2011)

**Estado-Maior do Exército
Unidade de Apoio**

Cor Art (19720484) Vítor Fernando dos Santos Borlinhas, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Abril de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Maj Art (13654691) Filipe Martins Lúcio, do Centro de Dados da Defesa, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Maio de 2009.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Maj Inf (23379693) José Paulo Silva Bartolomeu, do RI13, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de Abril de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

**Comando do Pessoal
Centro de Finanças**

Cor AdMil (15166579) António Jorge de Sousa Machado, do CFin/CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Maj Inf (16492190) Miguel Ricardo Rodrigues Pimentel da Cruz, da UnAp/CmdPess, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Centro de Recrutamento do Funchal

Maj Inf (07623091) Ilídio de Viveiros Freire, da UnAp/Cmd ZMM, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Direcção de Serviços de Pessoal

Maj SGE (17339282) Manuel Carlos Cosme da Silva, do RI15, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Abril de 2011.

(Por portaria de 12 de Maio de 2011)

Comando da Logística

TCor Mat (17880587) Joaquim Jorge da Costa Máximo Vicente, do CME, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Abril de 2011.

(Por portaria de 12 de Maio de 2011)

Direcção de Infra-Estruturas

Cap Eng (01462097) Telmo Alexandre de Oliveira Sentieiro, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de Abril de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

**Direcção de Infra-Estruturas
Delegação do Norte**

TCor Eng (10008282) Carlos Luís Almeida Alves Costa, do Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Hospital Militar Regional N.º 1

Maj Med (16323988) José Rui Ramos Duarte, do CS TANCOS/STªMARGARIDA, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de Abril de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Direcção de Finanças

Maj AdMil (35836393) Carla Susana Torres Fernandes Ramos, da UnAp/CFT, devendo ser considerada nesta situação desde 16 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Escola Prática de Infantaria

Maj Inf (18163587) Luís Manuel Brás Bernardino, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de Abril de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Cap Inf (19697899) Jorge Emanuel Ferreira Louro, do RI14, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Regimento de Cavalaria N.º 3

TCor Cav (03906586) Abel de Jesus Sequeira Matroca, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Instituto de Odivelas

Maj Tm (29751093) Mónica Teresa Ferreira dos Anjos, do RT, devendo ser considerada nesta situação desde 7 de Abril de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Comando das Forças Terrestres

TCor Inf (03019890) Amaro José Zambujo Carapuço, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

**Comando das Forças Terrestres
Centro de Finanças**

Cor AdMil (06220279) Jorge Eduardo Mota Santos, do CFin/CmdPess, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Direcção de Comunicações e Sistemas de Informação

TCor Tm (06684986) João Batista Dias Garcia, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Regimento de Transmissões

Maj SGE (03035481) Alfredo Teixeira dos Prazeres, do IO, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Abril de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

**Brigada Mecanizada
1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado**

Maj Inf (07143290) Rui Manuel Afonso Rodrigues, da UnApBrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

**Brigada Mecanizada
Companhia de Engenharia**

Ten Eng (00342303) João Amílcar Rodrigues Marques, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Abril de 2011.

(Por portaria de 12 de Maio de 2011)

Brigada Mecanizada
Comando e Companhia de Comando e Serviços

TCor Inf (12183486) Pedro Alexandre Almeida Faria Ribeiro, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Maj Inf (08516084) Jorge Manuel Dias Freixo, do RAG/CmdLog, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Abril de 2011.

(Por portaria de 12 de Maio de 2011)

Maj TManMat (13890880) Victor José Vieira, da UnApBrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Fevereiro de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Cap Cav (19438195) Mário Rocha Silva, do GCC/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Abril de 2011.

(Por portaria de 12 de Maio de 2011)

Brigada Intervenção
Comando e Companhia de Comando e Serviços

Maj Mat (12399693) Joel António Dias da Luz Santos, da DMT, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Maio de 2011.

(Por portaria de 12 de Maio de 2011)

Regimento de Infantaria N.º 14

TCor Inf (01672587) Fernando Paulo Monteiro Lúcio Gonçalves, da DARH, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Março de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Regimento de Engenharia N.º 3

Ten Med (11436200) Ágata Pimentel Areias, do HMR1, devendo ser considerada nesta situação desde 4 de Abril de 2011.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

Joint Force Command Lisbon

TCor Inf (16739889) Filipe Augusto Martins Ferreira Vieira, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Março de 2010.

(Por portaria de 15 de Abril de 2011)

IV—DECLARAÇÕES

Colocações e desempenho de funções na Situação da Reserva

O MGen Res (08593074) António Joaquim de Aguiar Pereira Cardoso, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva desde 1 de Junho de 2011, nas funções de Assessor Militar do Gabinete de Sua Ex.^a o Primeiro Ministro.

O MGen Res (74738173) Raul Luís de Moraes Lima Ferreira da Cunha, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva desde 16 de Maio de 2011, nas funções de Inspector-Adjunto do Inspector-Geral do Exército.

O Cor AdMil Res (05273573) António José Gomes Fernandes, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no CFEF, a partir de 17 de Março de 2011.

O Cor Inf Res (05710076) Carlos Alberto Rodrigues Coelho, prestou serviço efectivo na situação de Reserva, no IASFA, de 31 de Dezembro de 2010 até 28 de Fevereiro de 2011. Deixou a efectividade de serviço em 1 de Março de 2011.

O Cor Med Res (01617376) António Manuel Albuquerque Pereira Machado, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no HMP, a partir de 1 de Março de 2011, passando a prestá-lo desde a mesma data, na JMRE.

O Cor Vet Res (06308780) Rui Manuel do Sacramento Gonçalves, prestou serviço efectivo na situação de Reserva, na DS, de 30 de Novembro de 2010 até 29 de Março de 2011. Deixou a efectividade de serviço, em 30 de Março de 2011.

O TCor SGPQ Res (07391073) José Leal Rodrigues Miranda, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no EME, em 30 de Maio de 2011.

O SMor Inf Res (07350079) Rui Manuel Valente dos Santos, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no MusMil Lisboa/Destacamento do Buçaco, em 1 de Junho de 2011.

O SMor Med Res (02372482) José João Guedes Saavedra, foi desligado da efectividade de serviço na situação de Reserva, no HMR1, em 1 de Junho de 2011. Na mesma data passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva na CVP (Delegação de Lamego).

O SAj Inf Res (10138481) Manuel de Sousa Lourenço, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva em 1 de Junho de 2011, na DHCM.

Anulação de transição para a Reforma:

Declara-se que fica sem efeito a transição para a Reforma, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05, do SMor Inf (60245367) Rui Jaime Domingues da Fonseca, constante do Despacho n.º 534/2011, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 6 de 10 de Janeiro de 2011, e republicada na OE n.º 1, 2.^a série, de 31 de Janeiro de 2011, página n.º 65, em virtude de ter sido revogado o acto que lhe concedeu a Reforma.

(Por despacho de 09Mai11/DR II série n.º 96 de 18Mai11)

V — RECTIFICAÇÕES

Que fique sem efeito o publicado na OE n.º 1, 2.ª série, de 31 de Janeiro de 2011, pág n.º 110, relativamente à prestação de serviço efectivo na situação de Reserva, na DHCM, referente ao SMor Inf Res (60245367) Rui Jaime Domingues da Fonseca.

Rectifica-se o publicado na OE n.º 2, 2.ª série, de 28 de Fevereiro de 2011, pág n.º 181, referente à colocação e desempenho de funções na situação de Reserva do TCor TManMat Res (05395778) António Cavaco Diogo, onde se lê “em 1 de Janeiro de 2011”, deve ler-se “31 de Dezembro de 2010”.

Rectifica-se o publicado na OE n.º 3, 2.ª série, de 31 de Março de 2011, pág n.º 258, referente à colocação e desempenho de funções na situação de Reserva do MGen Res (14207768) Edorindo dos Santos Ferreira, onde se lê, “desde 3 de Março de 2011”, deve ler-se “desde 2 de Março de 2011”.

Rectifica-se o publicado na OE n.º 4, 2.ª série, de 30 de Abril de 2011, pág n.º 269 referente à atribuição de medalha de prata de comportamento exemplar, onde se lê “Cap Inf GNR (1950894) Paulo Miguel L. Barros”, deve ler-se, “Cap Inf GNR (1950894) Paulo Miguel L. Barros Poiares”.

Rectifica-se o publicado na OE n.º 4, 2.ª série, de 30 de Abril de 2011, pág n.º 270 referente à atribuição de medalha de prata de comportamento exemplar, onde se lê “Guar Inf GNR (1990651) António Francisco Nascimento”, deve ler-se, “Guar Inf GNR (1990651) António Francisco Nascimento Ramos”.

VI — OBITUÁRIO

2010

Setembro, 17 — SCh Art (50892111) José de Sá Pereira, da SecApoio/RRRD;
Dezembro, 13 — TCor QEO (44329556) Armando Alves Caetano, da SecApoio/RRRD.

2011

Abril, 09 — SAj Corn/Clar (51295111) José Joaquim Mendes Lourinho, da SecApoio/RRRD;
Abril, 13 — 1Sarg Vet (38613754) Adelino Antunes Rebelo, da SecApoio/RRRD;
Maio, 02 — Cor Inf (50855811) Abílio Gonçalves Dias, da SecApoio/RRRD;
Maio, 02 — SAj Eng (50685511) Augusto Bravo Ferreira da Mata, da SecApoio/RRRD;
Maio, 04 — Cor Med (50061711) António Lebre Bragança Moreira de Figueiredo, da SecApoio/RRRD;
Maio, 04 — Maj SGE (51095811) Francisco Rafael Grave, da SecApoio/RRRD;
Maio, 06 — 1Sarg Cav (50056211) Albano Serrano, da SecApoio/RRRD;
Maio, 10 — Maj SGE (50005011) José Dias Jorge, da SecApoio/RRRD;
Maio, 10 — Cap SGE (51511111) Francisco Manuel Alves, da SecApoio/RRRD;
Maio, 10 — Cap SGE (51198611) Amadeu Luís Pina, da SecApoio/RRRD;
Maio, 11 — Cor AdMil (51425911) Joaquim Jorge Carvalho da Cunha Caetano, da SecApoio/RRRD;
Maio, 13 — Cap SGE (51032811) José Pais de Sousa, da SecApoio/RRRD;
Maio, 15 — 1Sarg SGE (50840011) Serafim dos Reis Martins, da SecApoio/RRRD;
Maio, 18 — SMor Cav (51517111) José Carlos Galamas Rosado, da SecApoio/RRRD;

Maio, 18 — SAj Inf (46261859) Reinaldo Fanico Pernas, da SecApoio/RRRD;
Maio, 19 — 1Sarg Inf (51255811) Manuel Campos, da SecApoio/RRRD;
Maio, 22 — Cap SGE (50201111) José Baptista Júnior, da SecApoio/RRRD;
Maio, 23 — SAj Inf (45265659) José Antunes Carrondo, da SecApoio/RRRD;
Maio, 24 — SAj Art (50789911) Jaime Fernandes da Silva, da SecApoio/RRRD;
Maio, 26 — SAj Cav (52128411) António Domingos Canolo Sala, da SecApoio/RRRD;
Maio, 28 — Cor Inf (50027411) José Alves de Carvalho Fernandes, da SecApoio/RRRD.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

José Luís Pinto Ramalho, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

3.^a SÉRIE

N.º 6/30 DE JUNHO DE 2011

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Condecorados com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

Ten RC (00061798) Floriano Manuel G. de Freitas;
2Sarg RC (12319401) Miguel Ângelo R. Gaspar;
2Sarg RC (11473603) Luísa Umbelina Varela Silva;
2Sarg RC (03503204) Silvana Beatriz B. Coelho;
2Sarg RC (09996600) Martinho J. Santos Carreira;
2Sarg RC (07269800) Ana Isabel Campos Rodrigues;
Furr RC (12743203) Dayara da Silva Santos;
1Cb RC (00158600) Fábio José Gaspar da Silva;
1Cb RC (19866202) Carlos Manuel O. Pinto;
1Cb RC (12828104) Nuno Miguel F. Ribeiro;
1Cb RC (05923503) Diogo Jorge F. X. de Araújo;
1Cb RC (03353099) Fernando Sérgio L. Rebocho;
1Cb RC (01471504) Carlos Manuel S. F. Gordo;
1Cb RC (13723902) Paulo Filipe Almeida;
Sold RC (07318202) Vítor M. Correia da Silva;
Sold RC (03300602) Ana Rita Estrela Barbosa;
Sold RC (16738304) Daniela P. Monteiro da Costa;
Sold RC (11120102) Rui Flávio Cruz Ferreira;
Sold RC (01770804) Sónia Isabel G. Ferreira;
Sold RC (09763599) Rui Isaac da Silva J. Pinheiro;
Sold RC (19070002) Nuno Ricardo T. Venâncio;
Sold RC (03644003) Hélder Filipe Leça Jesus;
Sold RC (02222602) André F. de Sousa F. Romero;
Sold RC (14171404) Inês Rafaela Aurélio Gomes;
Sold RC (13225901) Valter Miguel Ledo Andrade;
Sold RC (13134805) Sandra Isabel Pereira Almeida;

Sold RC (06669099) Ricardo Jorge Cepeda Barbosa;
Sold RC (07491098) Luís A. dos Santos Carvalho;
Sold RC (07347400) Sérgio P. dos Santos Fernandes.

(Por despacho de 02 de Maio de 2011)

Ten RC (02034197) Paula Cristina F. Cota da Silva;
2Sarg RC (11926802) Acácio Francisco dos Santos;
Furr RC (18388302) Flávio Rafael P. Peixoto;
Furr RC (15636303) Marlene Cláudia Q. Ribeiro;
1Cb RC (04492000) Rui A. de Sousa Carvalho;
1Cb RC (15927003) José Silvino B. da Côrte;
1Cb RC (04419204) Rúben Dinarte F. Gouveia;
1Cb RC (07783902) Tânia M. Marques de Sousa;
1Cb RC (07417505) Isidro J. Frederico Rodrigues;
1Cb RC (02256998) André Prazeres Fernandes;
1Cb RC (01131102) Paula Cristina B. Bráz;
1Cb RC (05347002) Telmo Miguel Carvalho;
1Cb RC (03020804) Diogo Rafael Torres Lopes;
2Cb RC (12174202) Sinésio Félix Gomes;
Sold RC (09496502) Neuza Cristina P. Monteiro;
Sold RC (02901805) José Quintino de Sousa;
Sold RC (05727600) Viviana Raquel de Freitas G. Jesus;
Sold RC (01999904) Carlos Eduardo Sousa Pereira;
Sold RC (03272704) Teresa Isabel A. Carvalho;
Sold RC (09564302) Ivo G. da Costa Domingues;
Sold RC (11900204) Cláudio José C. Rosado;
Sold RC (18944303) Tiago J. Fernandes Bragança;
Sold RC (18227000) Paulo Jorge C. Diogo;
Sold RC (03317104) Sandrine dos Anjos Ferreira;
Sold RC (04937805) Vanessa S. Soares Cabral;
Sold RC (18360103) Davide Sérgio de Jesus Rodrigues.

(Por despacho de 19 de Maio de 2011)

Ten RC (13922397) Carlos Alberto A. Clemente;
Ten RC (03286398) Célia Cardoso dos Reis;
Ten RC (02282094) Manuel Alberto A. Batista;
Ten RC (03821997) Cristina Maria Amaral Aurélio;
CbAdj RC (18849302) Paulo Sérgio M. Prates;
CbAdj RC (18026703) Catarina Adão dos Santos;
CbAdj RC (04113302) Carina Augusta M. Roxo;
CbAdj RC (09743602) Paulo Jorge P. Veiga;
CbAdj RC (13262501) José Maria P. Clemente;
1Cb RC (07406404) Miguel Aires A. Fragoso;
1Cb RC (17929499) Paulo César Sá Faria;
1Cb RC (04712200) Humberto R. dos Santos Grangeia;
1Cb RC (17943802) Paulo Jorge N. Azevedo;
1Cb RC (12924204) Rui Filipe C. Mateus;

1Cb RC (09215704) Duarte P. Montanha;
1Cb RC (05821504) Ângelo D. Pinto Gonçalves;
1Cb RC (03952604) Suzi Rebelo Rodrigues;
1Cb RC (12705400) Ricardo J. de Almeida Silva;
1Cb RC (09552500) Carlos Filipe S. Pais;
1Cb RC (07662400) Samuel Pereira Miranda;
2Cb RC (00934102) Sérgio D. Freitas Escorcio;
Sold RC (02484003) Rui Pedro G. Rodrigues;
Sold RC (10275001) Marco Paulo T. dos Santos;
Sold RC (05342104) Ana Isabel Barbades;
Sold RC (01230403) Maria de Jesus C. Machado;
Sold RC (15882800) Mateus Peião Lucas;
Sold RC (09499202) Nuno Filipe Tavares;
Sold RC (03617201) Ana Conceição M. A. Costa;
Sold RC (01005804) Nuno André F. Lopes;
Sold RC (03970604) Ana Isabel A. Coutinho;
Sold RC (09293802) António M. O. Pereira Nobre;
Sold RC (01796598) Ricardo Emanuel L. Freitas;
Sold RC (14878401) Sérgio Miguel A. Cheinho;
Sold RC (08590901) Nuno Miguel da Silva Pereira;
Sold RC (19332504) Gabriela A. B. de Carvalho;
Sold RC (03022201) Gonçalo Alexandre T. Vieira;
Sold RC (17358502) Mauro J. C. dos Santos Marques;
Sold RC (05572703) Bruno Esteves Souto;
Sold RC (18051101) Pedro Filipe M. Cardoso;
Sold RC (04072205) André Joaquim A. Chimenos;
Sold RC (19658702) Benedito J. V. dos Santos Oliveira;
Sold RC (00727703) Raquel Teixeira A. dos Santos;
Sold RC (19543103) Eduardo Miguel M. Duarte;
Sold RC (10778604) Carla Sofia M. B. Carvalho;
Sold RC (03953104) Christian José Silva Lopes;
Sold RC (09590898) Paulo Alexandre F. Silva;
Sold RC (06005804) Adão Ricardo F. Moreira;
Sold RC (07810198) Rita Susana D. Silva;
Sold RC (19496800) João Pedro R. dos Santos;
Sold RC (05131501) Vítor Manuel R. M. Mendes;
Sold RC (02071803) Vera Lucia Neves Moita;
Sold RC (09130901) Nuno Guilherme V. Pereira;
Sold RC (18048503) Tiago Daniel M. Santos;
Sold RC (05713400) Tânia Isabel Domingos Rocha.

(Por despacho de 25 de Maio de 2011)

Condecorado com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

Ex-Furr Mil (04317568) António João Reis Castelão, “Angola 1967-69”;

Ex-Furr Mil (08240669) José António Mascarenhas, “Moçambique 1970-72”;
Ex-Furr Mil (19205372) Rui da Costa Bragança, “Angola 1973-74”;
Ex-Sold (00025060) Domingos Leitão Mendes, “Índia 1960-62”;
Ex-Sold (05588967) António Eiras Fonseca, “Angola 1968-70”;
Ex-Sold (00123061) Manuel Joaquim Gomes, “Angola 1961-64”.

(Por despacho de 26 de Abril de 2011)

Ex-2Sarg Mil (00874563) João Luís dos Santos Reis, “Angola 1964-66”;
Ex-2Sarg Mil (03267963) Armando N. Salgado Pereira, “Angola 1965-68”;
Ex-2Sarg Mil (11537067) João Amaro L. Taborda, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Furr Mil (08696464) António H. Lopes de Oliveira, “Moçambique 1966-67”;
Ex-Furr Mil (09493769) Rogério Pires de Carvalho, “Angola 1971-73”;
Ex-Furr Mil (08783970) Manuel António R. Ferreira, “Angola 1970-73”;
Ex-Furr Mil (15752872) José Alberto L. Duarte Salavassa, “Guiné 1973-74”;
Ex-1Cb (09333068) João Calmeiro Gonçalves, “Guiné 1968-70”;
Ex-1Cb (13743471) Carlos Alberto Fernandes, “Angola 1971-74”;
Ex-Sold (01437072) Manuel Neiva dos Santos, “Guiné 1972-74”;
Ex-Sold (04286470) José Maria Maia Ramos, “Guiné 1970-72”;
Ex-Sold (05605263) Jorge Manuel F. Murta, “Angola 1964-66”;
Ex-Sold (13514171) Francisco António Guerreiro, “Angola 1972-74”;
Ex-Sold (16745968) José António Mestre, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold (01938470) Benjamim Resende Fernandes, “Angola 1971-73”;
Ex-Sold (03315669) José Manuel Cativo Neves, “Moçambique 1969-71”;
Ex-Sold (04959966) António João M. Alfaia, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Sold (18946371) Carlos Alberto A. Cardoso, “Guiné 1972-74”;
Ex-Sold (04163667) Virgílio Domingues, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Sold (06474263) João Ribeiro Lourenço, “Guiné 1963-65”;
Ex-Sold (04110867) Flamiano Rodrigues Martins, “Angola 1967-70”;
Ex-Sold (09001264) João de Jesus B. Casteleira, “Angola 1965-67”;
Ex-Sold (07153666) Joaquim Ribeiro Teixeira, “Angola 1967-70”.

(Por despacho de 06 de Maio de 2011)

Ex-1Cb (08305265) António Manuel da Cruz, “Guiné 1966-68”;
Ex-1Cb (11459267) José Carlos Trindade Ventura, “Guiné 1969-71”;
Ex-1Cb (00197764) António Rodrigues C. da Costa, “Angola 1965-67”;
Ex-1Cb (09099666) Euclides da Silva Branco, “Timor 1967-69”;
Ex-1Cb (07505466) João Caldas da Silva, “Guiné 1966-68”;
Ex-Sold (08833164) José Gonçalves Maximino, “Angola 1965-68”;
Ex-Sold (06987266) Anselmo Rodrigues de Oliveira, “Angola 1967-69”;
Ex-Sold (05103267) Joaquim Correia Gomes, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Sold (03566962) António Custódio A. de Sousa, “Guiné 1963-65”;
Ex-Sold (02901869) José Albino Gomes Barbosa, “Angola 1969-71”;
Ex-Sold (00856270) António Ferreira de Sousa, “Guiné 1970-72”.

(Por despacho de 17 de Maio de 2011)

Ex-Alf Mil (03624465) António Manuel G. C. Amaro, “Macau 1968-71”;
Ex-Alf Mil (02608163) Zeferino Moreira da Silva, “Moçambique 1970-72”;
Ex-2Sarg Mil (00382361) Francisco Gonçalves, “Angola 1962-65”;
Ex-2Sarg Mil (45376061) Joaquim Louro Batista, “Guiné 1963-65”;
Ex-Furr Mil (13843972) José Feliciano da Costa, “Guiné 1973-74”;
Ex-Furr Mil (01792264) António Carlos S. Castro, “Angola 1964-67”;
Ex-Furr Mil (00387067) Rui Jorge J. J. da Costa, “Angola 1969-71”;
Ex-Furr Mil (06764164) Amílcar Santiago Tomaz, “Guiné 1966-68”;
Ex-Furr Mil (16444772) António Manuel T. Oliveira, “Guiné 1973-74”;
Ex-1Cb (60479967) António dos Santos Marques, “Angola 1967-71”;
Ex-1Cb (03100871) Manuel Tomás L. Manteigas, “Angola 1971-74”;
Ex-1Cb (05320765) João Vieira Pereira, “Angola 1966-68”;
Ex-1Cb (11728370) José Dias, “Angola 1971-73”;
Ex-1Cb (05953969) Ângelo Araújo Lamas, “Moçambique 1970-72”;
Ex-1Cb (00054261) José António Botas Cardona, “Angola 1961-63”;
Ex-1Cb (10717572) António Lázaro N. da Silva, “Guiné 1973-74”;
Ex-1Cb (00115861) Maximiano Ferreira Gomes, “Moçambique 1962-64”;
Ex-1Cb (19793773) António Soares Santos Caramelo, “Angola 1973-74”;
Ex-1Cb (05477570) Fausto Silva Marques, “Moçambique 1971-73”;
Ex-1Cb (10017156) António Feliciano Rodrigues, “Índia 1957-59”;
Ex-Sold (07978765) António Luís P. Encarnação, “Moçambique 1966-67”;
Ex-Sold (00016361) Luís Faustino S. Amaro, “Timor 1962-64”;
Ex-Sold (03977667) António Rocha Maria, “Angola 1967-70”;
Ex-Sold (16131772) Joaquim Mouchinho Pinto, “Moçambique 1972-74”;
Ex-Sold (00016862) Manuel Silvestre Paiva Pina, “Angola 1963-65”;
Ex-Sold (08697265) Alberto Mendes Carvalho, “Angola 1966-68”;
Ex-Sold (00019462) José Pereira Paiva, “Angola 1962-65”;
Ex-Sold (11065467) Francisco José Santos Sousa, “Guiné 1968-70”;
Ex-Sold (08098969) José Rodrigues Martins, “Guiné 1969-71”;
Ex-Sold (07151669) António dos Santos Bernardo, “Angola 1970”;
Ex-Sold (07151669) António dos Santos Bernardo, “Moçambique 1970-72”;
Ex-Sold (00330262) João Manuel Sardinha Neto, “Angola 1963-65”;
Ex-Sold (17746573) Abílio Joaquim Gaspar, “Angola 1974”.

(Por despacho de 31 de Maio de 2011)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes Militares:

Ex-1Cb (34506092) Luís Miguel da Conceição M. Oliveira, “Angola 1995-97”;
Ex-Sold (00563759) Manuel Aguiar Mesquita, “Guiné 1961-63”;
Sold RC (08517904) Rafael Simão C. Ribeiro, “Líbano 2009”;
Sold RC (05142703) Marco André Vicente Fontinha, “Líbano 2006-07”.

(Por despacho de 18 de Abril de 2011)

Ex-Furr Mil (09137973) Francisco José Q. Rato, “Cabo-Verde 1974-75”;
Ex-1Cb (03704474) António Mateus Pinto, “Angola 1975”;
Ex-1Cb (04774374) António Mesquita Ferrão, “Angola 1974-75”;
Ex-Sold (14218074) Américo M. Lopes Vilas Boas, “Moçambique 1974-75”.

(Por despacho de 31 de Maio de 2011)

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 16 de Abril 2010, foram autorizados os militares indicados a aceitarem a seguinte condecoração:

Medalha da NATO

Ten RC (16251200) Edgar Alexandre G. Gordo;
2Sarg RC (02593300) José António da Silva Vieira;
2Sarg RC (10745197) Márcio Paulo Ruano Ferreira;
Furr RC (16670797) Carlos Filipe Maia Dias;
CbAdj RC (12235795) Hugo Miguel R. Fernandes;
CbAdj RC (09507498) Hélder A. dos Santos G. Gonçalves;
CbAdj RC (19414799) Luís Miguel C. Ferreira;
CbAdj RC (00361402) André A. Figueiredo Adriano;
CbAdj RC (14866096) José Carlos Oliveira Martins;
CbAdj RC (02677699) João Paulo P. Antunes;
CbAdj RC (06357097) Mário Barbosa Duarte;
CbAdj RC (08188796) António Miguel S. Borges;
CbAdj RC (01403702) David Miranda de Sá;
CbAdj RC (01851296) Domingos António C. Lopes;
CbAdj RC (10807600) Carlos A. de Jesus da Silva Reis;
CbAdj RC (10514099) Alexandre Gil Silva;
CbAdj RC (00408597) António Carlos J. Santos;
CbAdj RC (03284796) Patrício Ribau Mota;
CbAdj RC (09052902) Bruno M. Martins da Cunha;
CbAdj RC (00911098) Eduardo João R. Moreira;
CbAdj RC (09614999) Bruno Manuel R. de Sousa;
CbAdj RC (06253698) Pedro Augusto Silva Santos;
CbAdj RC (04529002) Ricardo M. B. Amaral Pinto;
CbAdj RC (15831198) Jorge M. da Silva Oliveira Alves;
1Cb RC (00804099) Lenate M. Cristina Inácio;
1Cb RC (04708599) Adilson Luís Queirós Saraiva;
1Cb RC (11488098) António Carlos G. Ferreira;
1Cb RC (03743001) Eduardo E. V. Galhano da Silva;
1Cb RC (13343300) Bruno M. Moreira B. Rocha;
1Cb RC (01760800) Nelson Alexandre A. Mascarenhas;
1Cb RC (10203102) Daniel José S. Lopes;
1Cb RC (00827999) Bruno M. Henriques Costa;
1Cb RC (00679700) David Afonso Luís;
1Cb RC (06283701) Carlos Manuel C. Ferreira;

1Cb RC (15251100) Leandro D. M. Ferreira Teixeira;
1Cb RC (02420304) Valter Fernando O. Dourado;
1Cb RC (16188799) Ivo Manuel G. Marques;
1Cb RC (09955905) Vasco José P. G. Freitas;
1Cb RC (12435698) Jorge Manuel M. Sequeira;
1Cb RC (00420900) José Ricardo M. da Silva;
1Cb RC (08268000) Carlos Jacinto G. Silva Vieira;
1Cb RC (00140200) Simão Pedro Silva Gomes;
1Cb RC (07293100) Rui Valter C. de Almeida;
1Cb RC (09267898) Bruno António L. Teixeira;
2Cb RC (00820202) Diogo Alves de Campos;
2Cb RC (19686401) Hugo Miguel C. Guerra;
2Cb RC (04056802) Hélder M. da Rocha Ferreira;
2Cb RC (10195101) Gilberto Bruno G. Costa;
2Cb RC (08051099) Ivo Miguel Robalo Barata;
2Cb RC (00493500) Luís Filipe L. Ferreira;
2Cb RC (16519198) Paula Alexandra L. Novais;
2Cb RC (09117499) Susana Cristina J. de Carvalho;
Sold RC (01215702) Diana M. Silva Teixeira;
Sold RC (05058702) Carlos Manuel de Jesus Pipo;
Sold RC (04584301) Wilson Pedro M. Sousa;
Sold RC (06443302) Marli Susete F. Mogrão;
Sold RC (01017203) António Armando M. Neves;
Sold RC (19555502) Ricardo Alexandre M. Oliveira;
Sold RC (10769803) Tiago Alexandre L. Melo;
Sold RC (18955598) Luís M. Santos Gonçalves;
Sold RC (15897497) Daniel Farinha N. Pais;
Sold RC (02949201) Carlos M. da Silva Oliveira;
Sold RC (02624997) Artur Jorge Fernandes;
Sold RC (06259701) Filipe José Sá Teixeira;
Sold RC (05253902) Dan Balsemão Thykjaer;
Sold RC (10039602) Anderson Ricardo B. Oliveira;
Sold RC (02496300) Israel Jesus M. Escaldante;
Sold RC (11847800) Filipe Cláudio Tavares;
Sold RC (05349901) Nuno Alfredo A. Rodrigues;
Sold RC (01290701) Ricardo Rafael F. de Campos;
Sold RC (15961403) André Filipe T. Martins;
Sold RC (02930202) Jaime Miguel M. de Carvalho;
Sold RC (14717904) Márcio Filipe M. Martins;
Sold RC (03422502) Tito Filipe D. de Almeida;
Sold RC (18668596) Hermano G. de Jesus Jorge;
Sold RC (18423301) João Carlos Jesus;
Sold RC (05249702) Hélder Romeu M. Pereira;
Sold RC (08651199) Vítor Manuel F. Delgado;
Sold RC (16301597) António M. Almeida Pinho;

Sold RC (08910901) Richard Daniel P. Santos;
Sold RC (07923102) Albino José F. Rocha;
Sold RC (17313804) André Miguel B. Brochado;
Sold RC (00779102) António Manuel G. de Castro;
Sold RC (10304002) António Jorge R. Ferraz;
Sold RC (13218805) José Rui R. Gonçalves;
Sold RC (00529804) Daniel André M. Lopes;
Sold RC (12081602) Jorge Daniel C. Simões;
Sold RC (19860301) Tiago Jorge M. Morgado;
Sold RC (07569802) Rui do Nascimento Barreto;
Sold RC (06360097) Filipe de Moraes Fernandes;
Sold RC (07832201) Ramiro Manuel G. Rosa;
Sold RC (01950102) Luís Miguel S. Miranda;
Sold RC (15144099) Nuno M. Chacim Martins.

II — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Militares em regime de contrato

Ingressos em regime de contrato

Por despacho do tenente-general Ajudante-General do Exército, no âmbito da delegação de competências conferida pelo despacho n.º 2202/2011 de 19 de Janeiro do general chefe do Estado-Maior do Exército e publicado no *DR*, II Série, n.º 21, de 31 de Janeiro de 2011 (páginas n.º 5884 e 5885) ingressam na categoria de Sargentos, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 296.º e do n.º 3 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho, conjugado com o despacho n.º 98/11/MEF, de 23 de Março de 2011, do Ministro de Estado e das Finanças, de acordo com o artigo 36.º da Lei 55-A/2010 de 31 de Dezembro, os militares a seguir mencionados:

2Furr RC (03492205) Bruna Catarina da Silva Machado, 16,45;
2Furr RC (06400305) Rita Miguel Santos Gouveia Machado, 15,77;
2Furr RC (18814306) Pedro Miguel Barros da Silva, 15,72;
2Furr RC (09054506) Mário Rui Leal da Silva, 15,71;
2Furr RC (15527206) Daniel Fernando Alves Moreira, 15,58;
2Furr RC (12801405) Mário João Amorim Silva Mota, 15,46;
2Furr RC (14345603) André Alcobia Atalaia, 14,87;
2Furr RC (11856105) Nuno Miguel da Silva Afonso Claro, 14,80.

Contam a antiguidade desde 08 de Fevereiro de 2011, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos do posto.

Ficam inscritos na lista geral de antiguidades nos termos do n.º 4 do artigo 296.º do EMFAR.

(Por despacho de 12 de Maio de 2011)

III — RECTIFICAÇÕES

Rectifica-se o publicado na OE n.º 4, 3.^a Série, de 30 de Abril de 2011, página n.º 43, respeitante à atribuição da Medalha Comemorativa das Campanhas, ao Ex-1Cb RC (08391666), onde se lê “Ex-1Cb RC (08391666) António Mendes Silva, “Guiné 1966-68”” deve ler-se, “Ex-1Cb RC (08391666) António Mendes Vilela, “Guiné 1966-68””.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

José Luís Pinto Ramalho, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.